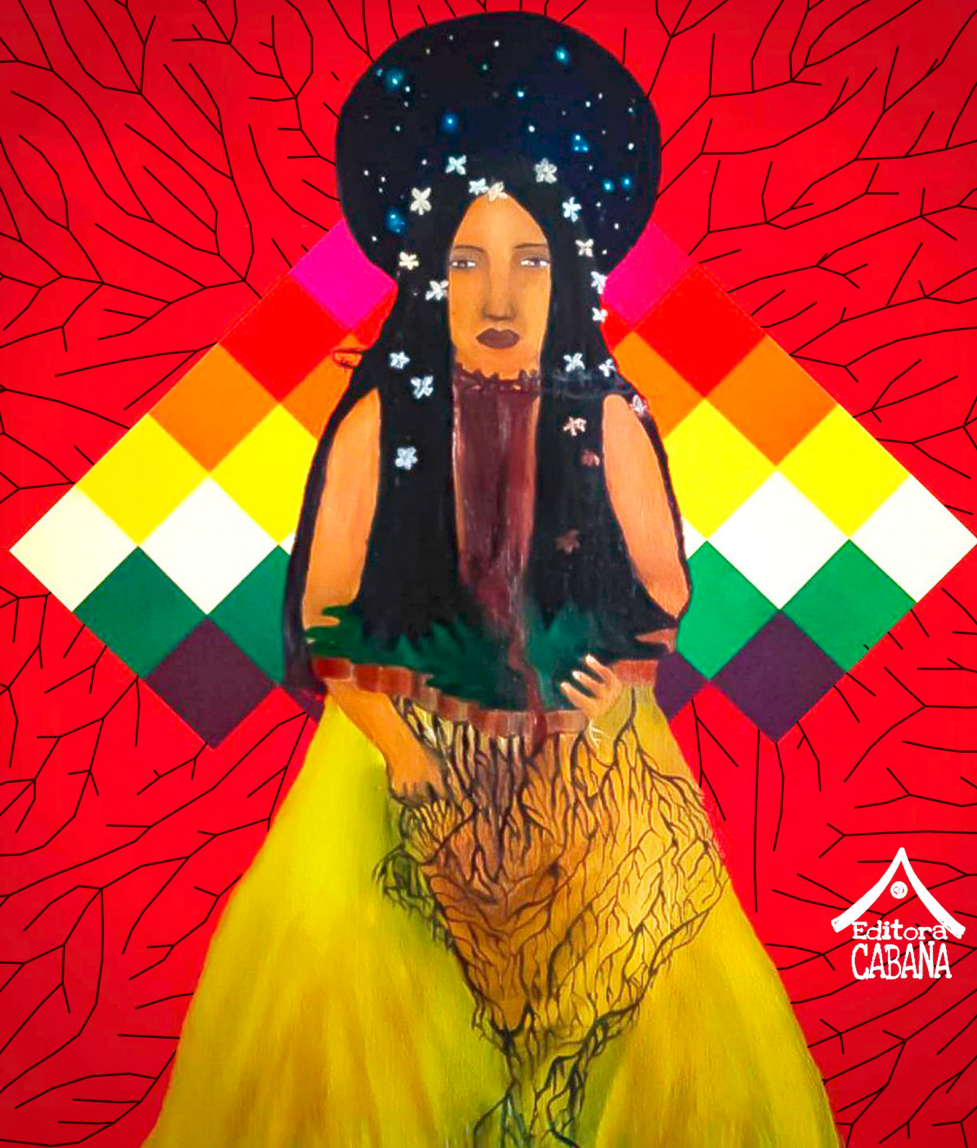


FABIANO DE OLIVEIRA BRUNDEL - CÁTIA DE OLIVEIRA MACEDO
PAULO OLÍVIO CORREIA DE AQUINO JÚNIOR (ORGS.)

AS GEOGRAFIAS AGRÁRIAS A PARTIR DA PANAMAZÔNIA:

LUTAS SOCIOAMBIENTAIS E FRONTEIRAS DO CAPITAL NO BRASIL



Editora
CABANA



**AS GEOGRAFIAS
AGRÁRIAS A PARTIR
DA PANAMAZÔNIA:
LUTAS SOCIOAMBIENTAIS E
FRONTEIRAS DO CAPITAL NO BRASIL**

FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL
CÁTIA DE OLIVEIRA MACEDO
PAULO OLÍVIO CORREA DE AQUINO JÚNIOR (ORGS.)

AS GEOGRAFIAS

AGRÁRIAS A PARTIR DA PANAMAZÔNIA: LUTAS SOCIOAMBIENTAIS E FRONTEIRAS DO CAPITAL NO BRASIL



Copyright © by Os organizadores
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Os autores

Todos os direitos desta edição reservados.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores e organizadores.

Projeto gráfico, diagramação e capa: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão do Texto: Elizier Junior Araújo dos Santos.

Imagem de capa: Ana Beatriz de Sousa Ferreira Melo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

As geografias agrárias a partir da panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil / Organizadores Fabiano de Oliveira Bringel, Cátia de Oliveira Macedo, Paulo Olivio Correa de Aquino Junior. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

C694

Autores: Valter do Carmo Cruz, Alexandrina Luz Conceição, Edir Augusto Dias, Marta Inez Medeiros Marques, Rogério Rego Miranda, Paulo Olivio Correa de Aquino Junior, Daniele Cristina da Silva Palheta, Dérick Lima Gomes, Ângela Massumi Katuta, Beatriz Barbosa da Silva, Claudio Ubiratan Gonçalves, Brenna Regina Lopes Machado, Fabiano de Oliveira Bringel, Emely Christine Sulino de Melo, Monica Cox de Britto Pereira, Cátia Oliveira Macedo, Rafael Benevides Sousa, Raoni Fernandes Azerêdo, Marco Antônio Mitidiero Júnior, Geraldo M. Silva, Luiz Jardim Wanderley, Pedro Catanzaro da Rocha Leão, Tádzio Peters Coelho, Rogério Almeida.

386 p.:il

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85733-01-4

1. Geografia. 2. Ciências agrárias. I. Bringel, Fabiano de Oliveira (Organizador). II. Macedo, Cátia de Oliveira (Organizadora). III. Aquino Junior, Paulo Olivio Correa de (Organizador). IV. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Geografia



[5023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (51) 999978-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Apoio:



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E
PESQUISAS



SUMÁRIO

Apresentação.....9

Fabiano de Oliveira Bringel

Cátia de Oliveira Macedo

Paulo Olivio Correa de Aquino Junior

PARTE 1

Aportes Teóricos e Metodológicos das Geografias Agrárias - o(s) varadouro(s) se fazem) ao andar

Geo-grafias do des-envolvimento na Amazônia: entre o governo
bionecropolítico do território e as gramáticas de lutas
e r-existências territoriais.....20

Valter do Carmo Cruz

A Geografia Agrária Hoje: suas ferramentas epistemológicas e ontológicas
em desafio a crise capitalista.....51

Alexandrina Luz Conceição

As geografias agrárias: sujeitos, naturezas/culturas e
pluriversalidade epistêmica.....70

Edir Augusto Dias

A geografia agrária diante dos desafios contemporâneos e a potência
do materialismo dialético como método.....85

Marta Inez Medeiros Marques

PARTE 2

Direto do front - geografias agrárias e lutas socioambientais

Política de escala enquanto uma estratégia de luta pela terra pelos movimentos sociais do campo: o caso do MST.....121

Rogério Rego Miranda

Chico, Dorothy, Bruno e Dom: Geografias a contrapelo na Amazônia....148

Paulo Olivio Correa de Aquino Junior

Transformações na territorialidade indígena Tembê Tenetehara e a luta pelo seu território.....167

Daniele Cristina da Silva Palbeta

Dérick Lima Gomes

A geografia das lutas acadêmicas em tempos de desmontes e retrocessos: a curricularização da extensão como potência transformadora.....188

Ângela Massumi Katuta

Do corpo – território des-valorado: a construção de um horizonte autônomo comunitário.....213

Beatriz Barbosa da Silva

Claudio Ubiratan Gonçalves

Pensando a relação rural-urbano a partir das comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará.....226

Brena Regina Lopes Machado

Fabiano de Oliveira Bringel

Saberes, experiências e existências da região Nordeste do Brasil: Núcleos de Agroecologia são resistência!.....258

Emely Christine Sulino de Melo

Monica Cox de Britto Pereira

PARTE 3

Territorialização do Capital e suas fronteiras no Brasil

A territorialização do agronegócio do dendê e a monopolização do território camponês no nordeste paraense.....269

Cátia Oliveira Macedo
Rafael Benevides Sousa

Terra à vista: incorporação da “última” chapada no sul piauiense.....290

Raoni Fernandes Azerêdo
Marco Antônio Mitidiero Júnior

Agrotóxicos: gentes, territórios, ambientes, normas.....315

Geraldo M. Silva

Conflitos por água e as violações da mineração no campo brasileiro na segunda década do século XXI.....354

Luiz Jardim Wanderley
Pedro Catanzaro da Rocha Leão
Tádzio Peters Coelho

Encruzas amazônicas.....374

Rogério Almeida

Apresentação

FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL¹
CÁTIA DE OLIVEIRA MACEDO²
PAULO OLÍVIO CORREA DE AQUINO JUNIOR³

Temos a honra e a alegria de apresentar a coletânea de textos do XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) de Belém do Pará, realizado entre os dias 08 e 12 de dezembro de 2022. Sob o tema “As Geografias Agrárias na Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil”, o evento foi realizado depois de 45 anos de sua existência pela primeira vez na Amazônia brasileira. Esse hiato espaço-temporal nos induz a refletir sobre alguns elementos do território brasileiro e, em especial, os que tocam a sua Questão Agrária, especialmente cara a esse espaço. De imediato, alguns paradoxos se apresentam para incrementar o início de nosso debate.

O primeiro deles que se impõe na reflexão é sobre a enorme desigualdade regional do país. A expansão do capital e sua face calcada na colonialidade nos impôs severas assimetrias nas relações de poder no interior daquilo que ficou conhecido como *nacional*. As acumulações de toda ordem (inclusive de matéria e energia) rebateu no espaço brasileiro de forma especialmente perversa. Verdadeiras ilhas (alguns falam em arquipélagos) de riquezas expropriadas se formaram, relegando para grande maioria do território um grande latifúndio de exclusão, inclusive, na produção e socialização do conhecimento científico. Só para fazer uma pequena ilustração do fato: a região que centraliza os conflitos pelos bens da natureza demorou

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do PPGG/CCSE/UEPA;

² Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA/PPGG). Líder do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA);

³ Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal do Pará e mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisas Territorialização Camponesa na Amazônia e professor de educação básica. Contato: paulocorrea.sj@gmail.com

mais de quatro décadas para sediar o mais tradicional evento de nosso campo de estudo, o Encontro Nacional de Geografia Agrária. Da mesma forma, e mudando as escalas e enfoques narrativos, podemos falar sobre o recente anúncio feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), com anuência de várias escalas governamentais – união, estado e município –, sobre a realização da Conferência das Partes sobre as Mudanças Climáticas (COP) em Belém (PA). Apesar do protagonismo do bioma amazônico no equilíbrio climático mundial, irá demorar três décadas para a realização, em seu interior, de um evento (*sic*) climático. Ainda, sob o apoio (*sic*) de grandes firmas que destroem esse mesmo bioma.

O segundo elemento nesta Questão Agrária brasileira que nos vem é que, passados 94 anos do início do fenômeno conhecido como “modernização incompleta” (com a crise de 1929 e o início da Era Vargas), que pactou diferentes setores da burguesia com o estado nacional em nome da industrialização (capital estrangeiro – bens de consumo duráveis; capital nacional – bens de consumo não duráveis; e estado – bens de capital), impondo o início de uma transição sócio-espacial de uma sociedade agrário-exportadora para um paradigma urbano-industrial, o país segue governado hegemonicamente pela velha oligarquia, dona e concentradora de terra, herdeira fiel das capitâncias hereditárias, representada pela bancada ruralista, no Congresso Nacional, com mais da metade de seus parlamentares vinculado a esse bloco histórico. Esse corpo, a bem da verdade, é alinhavado e subalternizado pelo setor financeiro do capital. Tendência dirigente da mais nova etapa de desenvolvimento desse regime de acumulação.

O terceiro elemento que nos provocou neste contexto de pós-XXV ENGA é a necessidade de os territórios amazônicos (nas suas mais diversas nuances) expressarem suas interpretações, também, sobre a Questão Agrária. Como os diversos povos dessa região, a partir das suas relações de poder especializadas, veem o Brasil, especialmente, o seu espaço rural. São as Amazônias invertendo sua/outra lente de observação. Num exercício epistêmico e ontológico, é como a região deixar de ser região de fronteira (*de acumulação, tecnológico-científica, bioeconômica, sociedade não plenamente estruturada* etc.) para tornar-se o restante do nacional, o espaço brasileiro, foco de sua atenção, interpretação e análise. Uma inversão metafórica do espelho de Caliban.

Charles Trocate, filósofo, poeta e dirigente do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), afirma que o Estado brasileiro

nasceu apesar da Amazônia e contra a Amazônia. Todos os vetores fundacionais do Estado-Nação atravessaram, numa lógica exógena, esta região. Das ações missionárias, passando pelo bandeirantismo aprisionador dos corpos indígenas até a ocupação pela “pata do boi”. Precisaram até mesmo constituir-na em *região*, seja numa perspectiva de autoevidência, como trataram, primeiramente, as ações missionárias e, depois, os naturalistas, nos primeiros quatro séculos da modernidade colonial, *descortinando* suas riquezas e admirando como o indômito nativo se relacionava de forma “harmônica” com a selvagem natureza, formando uma bela região-personagem em plenos Trópicos Úmidos. Ou, posteriormente, como objeto de ação, planejamento e controle. Um *construto de estado* que esquadrinhou, desde Brasília, um projeto de “integração” movido pelo *rodoviarismo*, que se entranhou na floresta atrás de bens naturais e modelou cidades na margem das estradas para concentrar pessoas que se encontravam à margem da modernização conservadora capitalista no Brasil. Por isso, este livro é, antes de mais nada, uma proposta de mudança de sistema posicional, objetivando interpretar o agrário brasileiro hoje.

Outra questão que se impõe sobre a análise do agrário brasileiro é de como será a retomada das lutas dos povos do campo depois de 10 anos de paralisias e retrocessos nas urgentes pautas que temos em todos os biomas brasileiros. Isto é, depois do engessamento da reforma agrária, do avanço desmedido do desmatamento, da liberalização colossal de agrotóxicos, da tácita permissão para garimpo, mineração e grilagem, assim como crescentes estratégias para a privatização de terras públicas, o crescimento da violência no campo, do desmonte da política ambiental. Tudo isso apresentando como alvos os mais pobres, os povos do campo e das florestas, povos originários, mulheres agricultoras, colocando novamente o Brasil no mapa da fome e da barbárie, numa situação em que a violência se tornou o *modus operandi* básico da sociabilidade neste país. Derrotado Bolsonaro nas urnas, o projeto protofascistas para o Brasil continua. Lula foi reeleito (2022) através de uma frente ampla envolvendo setores do agronegócio e da indústria brasileira, bem como de parte da classe trabalhadora organizada e dos povos do campo; comunidades tradicionais, povos originários e camponeses compondo esse arco de aliança. Será que essa nova pactuação conseguirá dar as respostas necessárias para as urgências dos povos no campo? Quais cenários se apresentam para o próximo período? Para onde vão nossas geografias agrárias que desenvolvemos? Quais perfis de lutas populares estão sendo travadas no rural brasileiro? Quais

novas estratégias as classes dominantes estão desenhando para o território nacional? Essas e outras questões são tratadas neste livro.

São 16 artigos ao todo. Potentes trabalhos que tratam das Geografias Agrárias brasileiras, divididos em três seções. A primeira trata dos aportes teórico-metodológicos da disciplina, subdividindo-se em duas, que chamamos aqui de *varadouros*. É uma expressão utilizada na Amazônia que se refere aos caminhos que as pessoas se encontram, ao mesmo tempo, para descansar e pensar os melhores itinerários para a sua trajetória. Um neologismo que utilizamos para pensar diferentes estratégias para a nossa disciplina, no sentido do melhor entendimento sobre o real no agrário brasileiro. Esta seção abre com a conferência inicial do evento, transformada em texto, pelo professor Valter do Carmo Cruz, intitulada *Geo-grafias do des-envolvimento na Amazônia: entre o governo bio-necropolítico do território e as gramáticas de lutas e r-existências territoriais*. Trata-se de uma discussão, a partir da Amazônia, para se pensar uma geografia das lutas por terra, território e pela reapropriação social da natureza. Valter parte do debate da estratégia territorial como trunfo diante dos grandes projetos de des-envolvimento que se estabelecem e produzem um (des)encontro, muitas vezes, portador de um projeto bio-necropolítico.

Em seguida, apresentamos a contribuição de três professores que aceitaram o desafio colocado pela organização do evento de pensar os caminhos/*varadouros* possíveis para as geografias agrárias em nossa contemporaneidade. Isso no espaço de diálogos de encerramento do evento, mediados pelo professor Wallace Pantoja, do Instituto Federal do Pará (IFPA). Os três pesquisadores foram instigados a pensar o devir de nossa disciplina.

A primeira a apresentar sua contribuição é a Professora Alexandrina Luz Conceição. Partindo da crise estrutural do capital, a pesquisadora pensa os mecanismos e as estratégias estabelecidas pelo ultraliberalismo contemporâneo para tentar mitigar os efeitos sobre a diminuição de suas taxas de lucro. Tudo isso tem um rebatimento no espaço rural brasileiro, acelerando a subordinação e a mobilidade do trabalho, a expropriação da terra e da água e a intensificação da extração do mais-valor e da renda da terra/natureza. A questão agrária é incorporada de fetiches para a naturalização da negação da autonomia camponesa. Antes de encontrar soluções diretas para a questão da terra, visando à desconcentração, o capital apresenta uma inversão perversa do discurso. Em seguida, o professor Edir Augusto começa seu texto questionando a própria pergunta que levou à constituição do debate, afirmando que a

questão não pode ser negada, mas pode ser respondida pela crítica. Neste sentido, ele apresenta três horizontes de reflexão, o que chama de margens: 1) a margem sujeitos do campo, das águas e das florestas ou da agência, a partir da qual podemos situar a questão ou nos situarmos em relação a ela; 2) a margem das naturezas/culturas, a margem da separação/relação natureza e sociedade, mais propriamente a maneira pela qual aquilo que chamamos “natureza” tem se apresentado nas geografias agrárias; e, por fim, 3) a margem da pluriversalidade epistêmica. Edir desenvolve sua escrita dialogando com esses elementos. Já a professora Marta Inez começa discorrendo sobre a necessidade de se aplainar o terreno para a reflexão e isso começa com dois aspectos centrais nesse debate. Uma conjuntura que apresenta a sobreposição da crise ambiental à crise do capital, com fortes consequências para os sujeitos de campo e a realidade agrária brasileira. Pensa-se que a geografia agrária seja capaz de contribuir para a compreensão das problemáticas daí decorrentes, sem perder de vista o que as unifica, ou seja, “sem abrir mão de uma perspectiva estratégica” e de totalidade. Por fim, aconselhamos os nossos leitores a fazerem uma imersão no conjunto dos três *varadouros* propostos aqui por Alexandrina, Edir e Marta, para produzirem suas próprias sínteses reflexivas. Enfim, um excelente material para se começar um curso de Geografia Agrária.

Na segunda parte de nossa obra, intitulada *Direto do front – geografias agrárias e lutas sócio-ambientais*, convidamos o leitor a pensar diferentes estratégias de enfrentamento que estão sendo desenvolvidas no Brasil, desde a luta Sem-Terra, passando pela demarcação das terras indígenas até a contribuição dos quilombolas para uma outra relação entre campo e cidade. São estudos que passam desde as estratégias de escalas que os movimentos sociais estabelecem até as lutas que travamos no interior das universidades, para eliminar o abismo que separa o conhecimento científico da realidade do povo no Brasil, pensando alternativas que vão da autonomia até a construção de núcleos de agroecologia como práxis das resistências. Vamos aos textos, então.

No capítulo 5, *Política de escala enquanto uma estratégia de luta pela terra pelos movimentos sociais do campo: o caso do MST*, Rogério Rego Miranda nos brinda com um debate sobre os elementos teórico-metodológicos que envolvem a política de escala. Para esse fim, ele realiza uma diferenciação entre os tipos escalares. Em seguida, discute-se sobre as teorizações que as envolvem, seja como produto social, dinâmico, mutável e multidimensional

que apresenta uma face zonal, mas igualmente reticular. Tudo isso tendo como exemplo as práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No capítulo 6, Paulo Corrêa traz uma geografia a contrapelo na Amazônia, levantando o legado de importantes companheiros que tombaram na luta, como Bruno Pereira, Dom Phillips, Dorothy Stang e Chico Mendes. Num primeiro momento, seu artigo busca revisar o caso Bruno e Dom, com foco na atuação de Bruno Pereira junto à UNIVAJA, para, em seguida, discutir heranças das lutas e geografias de Chico Mendes (especialmente, as Reservas Extrativistas) e da irmã Dorothy Stang (Projetos de Desenvolvimento Sustentável), criando, por fim, uma síntese destas geografias, com suas conexões, legados e diferentes exigências históricas.

Em seguida, Daniele Palheta e Dérick Gomes constroem o capítulo 7 debatendo a territorialidade dos povos indígenas, apresentando como elemento empírico a questão dos Tembê Tenetehara. Os autores partem da conceituação sobre territorialidade à luz da Geografia, destacando que esse conceito ganha maior complexidade ao ser mobilizado para refletir sobre povos originários. Depois, eles apresentam os elementos que condicionaram as transformações da territorialidade do Povo Tembê e as implicações delas a seus modos de vida, em especial, a partir de meados do século XX. Em seguida, Palheta e Gomes concluem falando sobre a reação dos indígenas a esses mesmos processos, referente ao fortalecimento de sua organização político-cultural, que os permite lutar pela sua existência e a de seus territórios.

Já no capítulo 8, a professora Ângela Katuta apresenta o seu artigo “*A Geografia das lutas acadêmicas em tempos de desmontes e retrocessos: a curricularização da extensão como potência transformadora*”, objetivando problematizar a geografia das lutas acadêmicas no contexto das ações de extensão, ensino e pesquisa, tendo como referência os processos de democratização da universidade pública brasileira, que, com o fortalecimento dos movimentos e grupos sociais populares a partir dos anos 1960 e, mais recentemente, com a ampliação de vagas para estudantes das escolas públicas e cotistas raciais, entre outras ações voltadas às classes populares, vem interrogando seus objetivos, bem como suas ações triádicas (ensino, pesquisa e extensão), reconceituando-as e reconfigurando.

Partindo da indagação “somos todos humanos?”, os autores Beatriz Silva e Cláudio Ubiratan apresentam o seu artigo “*Do corpo – território des-*

valorado: a construção de um horizonte autônomo comunitário”, trazendo uma questão de fundo, que é a compreensão de ser criada pela sociedade moderno-colonial, que não consegue atender à diversidade de humanidades existentes no planeta, apresentando-se enquanto instrumento excludente e violento ao classificar quais os corpos são considerados humanos e quais os que são vistos como desumanos, marginalizados. Em diálogo com lideranças dos povos do rural brasileiro, os pesquisadores articulam a reflexão do corpo do sujeito ao território, estabelecendo como horizonte a autonomia nas relações de poder.

No capítulo 10, apresentamos o texto de Brena Machado e Fabiano Bringel, que discutem a relação entre o urbano e o rural na Ilha do Marajó. Os autores partem da organização do território das Comunidades Quilombolas em Salvaterra e como essa relação objetivada no espaço pode construir interseções, as quais foram intensificadas nos últimos anos pelo avanço técnico e científico, estabelecendo uma unidade, contraditória, entre os aspectos interligados que envolvem questões tanto de ordem material como imaterial, articulando tanto objetos fixos como fluxos, e lutas que reivindicam tanto terra quanto território. O “*Pensando a relação rural-urbano a partir das Comunidades Quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará*” é um convite para interpretar os processos que animam cidade e campo desde territorialidades outras, como as dos Quilombolas, que podem construir outras demarcações e novas possibilidades de configuração entre o rural e o urbano na Amazônia contemporânea.

Em “*Saberes, experiências e existências da Região Nordeste do Brasil: núcleos de agroecologias são resistência!*”, as pesquisadoras Emely Melo e Monica Cox Pereira apresentam diversas experiências que vêm trazendo a Agroecologia como categoria importante na contraposição ao sistema agrícola capitalista. É a partir delas que surgem espaços de valorização do saber popular, da produção de alimentos livres de agrotóxicos, da inspiração na relação diferenciada entre sociedade e natureza, da geração do bem viver e, principalmente, da quebra de paradigmas. São experiências materializadas em Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs), distribuídos por toda a região nordestina e que convertem em importantes instrumentos de resistências.

Depois disso, apresentamos a terceira e última parte de nosso livro. Ela é dedicada ao entendimento sobre o processo de expansão do capital no campo brasileiro, destacando, para isso, a sua espacialização nas franjas, nas fronteiras, nas interseções entre formações socioespaciais contraditórias e articuladas. São textos que versam sobre a expansão da palma do dendê na Amazônia paraense;

na leitura sobre a territorialização do agronegócio na fronteira agrícola do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), com especial atenção à ocupação da região das chapadas piauienses e o bioma do cerrado; na extração do subsolo, com a territorialização do capital neoextrativista, com destaque à mineração, e os conflitos por água no território nacional; na liberalização geral do agrotóxico através das mudanças de normas e agressões à saúde humana e ambiental. Por fim, faz-se um balanço sobre a criminalização, perseguição e morte de lideranças populares na região amazônica.

O primeiro texto desta seção é dos pesquisadores Cátia Macedo e Rafael Souza, que mergulham no atual cenário de expansão do dendê no nordeste paraense. Eles encontram diversas estratégias desse mesmo capital e de reprodução desses camponeses na fricção com esse tipo de agronegócio; são diferentes mecanismos do uso capitalista do território. Observam, assim, de um lado, as empresas que se territorializam diretamente constituindo uma extensa propriedade com o monocultivo da oleaginosa, como, por exemplo, as empresas Biopalma e Agropalma, que possuem plantações de dendê em suas propriedades particulares. De outro lado, verificamos a existência de empresas que, apesar de possuírem terra para a plantação, terceirizam parte da produção em terras de agricultores camponeses. Além desses mecanismos, encontramos, ainda, as empresas que mantêm sua base produtiva exclusivamente em consórcios contratuais com pequenos proprietários rurais, no sistema de arrendamento.

No capítulo 13, intitulado “*Terra à Vista: incorporação da ‘última’ chapada no Sul Piauiense*”, os professores Raoni Azerêdo e Marco Mitidiero estudam a expansão da soja para o cerrado e, em especial, para a região das chapadas no estado do Piauí. Eles discorrem sobre como esse fenômeno é portador de uma lógica expropriadora de terras e conseguem mapear todo o itinerário da despossessão. Essa apropriação de terras está intimamente ligada à grilagem e à expropriação camponesa. Primeiro, inicia-se a grilagem das terras com a legalização irregular e fraudulenta das áreas, depois, tem-se a aquisição dessas áreas por empresas/fazendas corporativas, muito frequentemente acompanhada pela narrativa entusiasta de geração de emprego e de desenvolvimento regional e nacional.

No capítulo seguinte, discute-se a espacialização dos agrotóxicos no Brasil nos últimos anos, como resultado dos processos de desmonte das políticas ambientais. Geraldo Silva traz uma importante reflexão sobre como essa política

envolve uma disputa para a sociedade e para o modelo agrícola brasileiro: uma derivada das premissas da modernização da agropecuária embutidas na Revolução Verde, alegadamente para eliminar a fome em escala global e fortemente dependente de insumos químicos e energéticos, entre os quais os agrotóxicos e materiais geneticamente modificados. Em “*Agrotóxicos: gentes, territórios, ambientes, normas*”, entendemos a importância da agroecologia em promover a vida e a diversidade humana e ambiental, prescindindo do uso de agrotóxicos, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

No capítulo 15, os pesquisadores Luís Jardim Wanderley, Pedro Leão e Tádzio Coelho apresentam um estudo sobre o neoextrativismo, destacando os conflitos resultantes da expansão da mineração e do uso da água em território nacional. O neoextrativismo do agro-hidro-minero-petro-negócio é um processo de acumulação demandante de terra, água, subsolo e trabalho precarizado. Para tanto, exige o controle do território por meio da expropriação de populações tradicionais, pequenos produtores e trabalhadores rurais de suas terras, da captura dos mananciais de água, da monopolização do subsolo e da exploração do trabalhador.

Por fim, Rogério Almeida apresenta o ensaio “*As Encruzadas Amazônicas*”, discutindo a trajetória de ocupação da região, itinerário de processos de assimilação, saqueio e genocídio de seus povos e da natureza. Ele apresenta a história de massacres na região, mas também apresenta outros horizontes, outras possibilidades de relação com a Amazônia. Neste sentido, dialogando com diferentes sujeitos e linguagens da r-existência, o autor nos fala sobre a ação reativa do Estado, que nos forneceu os massacres de camponeses nos anos de 1990, mas, ao mesmo tempo, consagrou a Amazônia como a que mais concentra projetos de assentamentos da reforma agrária (PA). Destaque para o sudeste paraense, que abriga mais de 500 PA's. Front de vida. Front de morte. A partir dos massacres, o Estado passa a reconhecer em massa áreas ocupadas por camponeses, algumas há mais de duas décadas, em sobreposições territoriais, onde constam Unidade de Conservação, terra indígena, território quilombola, projeto de assentamento. Assim, a Amazônia, encruza de acumulação desigual de tempos, é tão periferia quanto centro.

Como se pode observar, o livro resultante do XXV ENGA é tão diverso como o próprio agrário brasileiro. Convidamos você para uma leitura atenta de cada capítulo. Eles foram tecidos com carinhos e afetos, mas também com rigores científicos. E mais ainda: com uma pesquisa implicada, forjada

ombro a ombro com cada sujeito social, que resiste neste momento em cada bioma, em cada quadrante, em cada lugar deste país.

Aproveitamos também o espaço para agradecer muito. Muito mesmo. Cada companheiro (a) que nos ajudou na construção desse evento. Aos nossos estudantes, da graduação e da pós-graduação, da UEPA. Vocês foram incansáveis. A cada funcionário de nossa instituição (efetivos e os chamados “azulzinhos”) que não mediu esforços para deixar “no jeito” o nosso campus para receber os encontristas; a cada componente de nosso grupo de pesquisa “Territorialização Camponesa na Amazônia”; a cada movimento social que construiu com a gente o evento. Ao FAOR (Fórum da Amazônia Oriental), ao MST, MAB, MAM, Via Campesina, Associação de Mulheres Quilombolas, Sindicato dos Docentes da UEPA – (SINDUEPA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e CPT. Às instituições acadêmicas parceiras nesta empreitada: UFPA, IFPA, UNIFESSPA e UFOPA. Às agências de fomento e apoio à pesquisa, como a FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas), ligada à SECTET (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica) do estado do Pará. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E um agradecimento especial à nossa universidade, a UEPA, que, desde o primeiro momento, não titubeou no desafio para promover o evento. Um forte abraço agrarista em todos, todas e todes. Rumo a São Luís do Maranhão! A próxima casa do ENGA.

Belém, julho de 2023.

PARTE 1

**Aportes Teóricos e
Metodológicos das
Geografias Agrárias -
o(s) varadouro(s) se
faz(em) ao andar**

Geo-grafias do des-envolvimento na Amazônia: entre o governo bionecropolítico do território e as gramáticas de lutas e r-existências territoriais¹

VALTER DO CARMO CRUZ²

Pertenço a uma terra que ainda se ignora a si mesma. Escrevo para ajudá-la a se revelar – revelar, rebelar – e buscando-a me busco e encontrando-a me encontro e com ela, nela, me perco. (Eduardo Galeano).

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos ao estar juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada, exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, abrir espaço para ele. (Ítalo Calvino).

Introdução

Minha intervenção é um saber situado, corporificado, posicionado, territorializado e aterrado em uma experiência de vida e pesquisa específica. Sou um amazônida de origem camponesa que viveu grande parte da vida no interior do Pará, mas estou vivendo faz uma década e meia distante do cotidiano da Amazônia. Apesar de não viver mais cotidianamente na região, tenho estudado, sobretudo, o tema da diversidade territorial, a diversidade dos modos de vida, das formas comunitárias de vida na Amazônia. A vida vista na sua diferença territorializada, a chamada “geo-grafia dos povos e comunidades tradicionais”, ou melhor dizendo: “as geo-grafias das lutas comunitárias pela terra, por território e por reapropriação social da natureza”. As lutas por dignidade

¹ Reflexões contidas no texto são ideias que expus na mesa de abertura do XXV ENGA, intitulada “Geo-grafias agrárias a partir da Pan-Amazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil”. Gostaria de agradecer à organização pelo convite do ENGA, foi um prazer e uma honra de compartilhar esse diálogo de abertura com Cátia Aratukateje.

² Geógrafo e doutor em Geografia, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Território, Ações coletivas e Justiça (NETAJ/UFF).

e afirmação da vida – lutas ontológicas (por diferentes formas de ser e estar no mundo), lutas por reconhecimento das identidades coletivas e descolonização dos territórios coletivos. Ao estudar as geo-grafias das lutas dos povos e das comunidades, chegamos na temática da geo-grafia dos chamados grandes projetos de des-envolvimento que atravessam o caminho desses povos e comunidades e os conflitos ambientais/territoriais resultantes desse “mal encontro”³.

Esse não é um percurso individual, mas sim coletivo, realizado através de um grupo de pesquisa, o NETAJ/UFF⁴ e seus agenciamentos coletivos de produção do conhecimento. As reflexões aqui expostas são fruto de muitos trabalhos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses que foram produzidos na última década, atravessando essas temáticas. É a partir desse acúmulo que realizei minha intervenção no evento e construí o texto que agora lhes apresento.

O texto está dividido em três momentos. Na primeira parte, discutiremos a geo-grafia dos processos hegemônicos de des-envolvimento, marcada pelas práticas de espoliação territorial que produzem fraturas metabólicas e práticas bionecropolíticas de governo sobre povos e comunidades historicamente comunalizados na Amazônia. Na segunda parte, debateremos as geo-grafias das lutas sociais, as práticas de r-existências e as diferentes formas de lutas em curso na região. Por fim, procuraremos tecer algumas considerações a respeito do significado das novas gramáticas de lutas e r-existência territorial que emergem dos territórios comunitários da Amazônia.

Geo-grafias do des-envolvimento e a produção de “zonas de sacrifício”: acumulação por espoliação, fraturas metabólicas e o governo bionecropolítico do território

O nosso ponto de partida é de que entendemos, assim como Porto-Gonçalves (2006), que a geografia deve ser entendida não como substantivo, mas sim como verbo, como ato/ação/práticas de marcar a terra. É desse

³ Para o filósofo Espinosa (2008), não existe o bem e o mal, mas sim “bons” e “maus” encontros. Nos “maus encontros”, nossa potência é diminuída, o que gera certa forma de tristeza, ou seja, a impotência. A tristeza é toda paixão, toda forma de afeto, não importa qual, que envolva uma diminuição de nossa potência de agir e pensar. A alegria, por sua vez, será toda paixão ou afeto que envolva um aumento de nossa potência de agir e de pensar, fruto dos “bons encontros”. Os “maus encontros” nos fazem adoecer, secar, sofrer e nos diminuem como gente. Já os “bons encontros” produzem a criatividade, a beleza e a felicidade, possibilitando a realização de toda potência humana do corpo e do espírito, do pensar e do agir. O encontro com os projetos de des-envolvimento é, sem dúvida, um mal encontro para os povos e comunidades da Amazônia.

⁴ Núcleo de Estudos sobre Território, Ações coletivas e Justiça, núcleo de pesquisa que tem 10 anos de existência e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da universidade Federal Fluminense (POS GEO/UFF).

modo que podemos falar de uma geo-grafia do des-envolvimento em que os diferentes agentes inscrevem lógicas territoriais, marcas, práticas e usos que re-significam o espaço e, assim, com novos signos, grafam a terra, geografam, reconfigurando a sociedade e seus territórios. Já des-envolvimento, para o referido autor, significa tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com o seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens e mulheres entre si e destes com a natureza; é não só separar homens e mulheres da natureza, como também separá-los entre si, individualizando-os. Des-envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, através de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como os novos cercamentos das terras e dos recursos naturais, ou melhor, a privatização das terras e dos recursos de uso comum (Porto-Gonçalves, 2006).

Essa geo-grafia do des-envolvimento está no centro do modelo que orientou o processo de ocupação da Amazônia historicamente, a chamada *economia de fronteira*, pautada na ideia de progresso e de des-envolvimento como crescimento econômico e prosperidade infinita, com base na exploração de recursos naturais, também eles percebidos como infinitos, como nos coloca Becker (1996). Além disso, a premissa organizadora desse modelo de ocupação e apropriação era a crença no papel da modernização como a única força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas, não importando o seu custo social, cultural e político. A industrialização e a urbanização eram vistas como inevitáveis e, necessariamente, progressivos caminhos em direção à modernização (Escobar, 1998).

Com o projeto de modernização implantado na Amazônia, chegou a cosmovisão da modernidade, pautada em um conjunto de “magmas de significação”, que criou um imaginário moderno colonial em que se atribui a priori uma positividade ao novo, ao moderno, e uma negatividade ao velho, ao passado, ao tradicional. Essa perspectiva de compreensão da história e da realidade está pautada numa ideologia do progresso e numa espécie de “fundamentalismo do novo”, presentes num conjunto de práticas e representações marcadas pela violência e pelo colonialismo, que serviam e ainda servem para justificar a subalternização dos povos e comunidades que historicamente viveram na região (indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de

coco etc.). Esses povos e comunidades passam a ser classificados como tendo modos de vida “tradicionais”, por estarem pautados em outras temporalidades históricas e configurados em outras formas de territorialidades, bem como por terem modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais, com saberes e fazeres diferenciados da racionalidade capitalista.

O projeto de modernização conservadora materializado nos planos e planejamentos do Estado autoritário e na implantação de “grandes projetos”, a partir da década de 60 do século XX, via tais populações e seus modos de vida “tradicionais” como obstáculos ao “des-envolvimento”, pois, nessa visão, assinala-se um único futuro possível para todas as culturas e todos os povos (a modernização ocidental capitalista e a sociedade de consumo urbano-industrial). Nessa perspectiva, aqueles que não conseguirem se incorporar a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas e, como afirma Lander (2005), são situadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade, o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade.

Esse imaginário colonial da geo-geografia do des-envolvimento foi atualizado, nas duas últimas décadas do século XXI, em que há uma espécie de consenso político e ideológico na América Latina, que aponta a mercantilização da natureza e a exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais como únicas vias legítimas ou possíveis para o des-envolvimento econômico. Esse processo, definido por Svampa (2013) como “consenso das *commodities*”, tem se transformado, em anos recentes, numa espécie de “consenso anti-indígena”, que entende que a exportação de *commodities* agrícolas e minerais, como motor de inserção na geoeconomia e na geopolítica global, torna-se um projeto consensual, não importando o espectro político-ideológico dos diferentes governos da região, de esquerda à direita, dos conservadores àqueles com inclinações progressistas. A escolha por um padrão extrativo de acumulação e a participação na divisão internacional do trabalho sustentam-se pela crescente demanda e valorização de certos produtos no mercado internacional, principalmente nos países centrais do capitalismo e nos países emergentes, como a China, que é um dos principais consumidores de matérias-primas oriundas do continente latino-americano.

A lógica espacial desse modelo vem se materializando através dos

“grandes projetos de des-envolvimento”, processos de territorialização corporativos de larga escala que se caracterizam pela concentração, centralização e intensividade espaço-temporal de investimentos (Vainer, 2010). Estes grandes projetos estão concentrados, sobretudo, em alguns setores da economia, basicamente na exploração intensiva de recursos naturais no campo mineiro-metalúrgico, petroquímico, especialmente na cadeia de produção do gás e do petróleo. Outros dois segmentos importantes que concentram grandes projetos são o energético, especialmente com relação à construção de grandes usinas hidrelétricas, e o setor que pensa e viabiliza a logística de transporte, como estradas, portos, hidrovias, ferrovias etc. Também podemos considerar grandes projetos os empreendimentos agrícolas e de pecuária de grande escala. Todos esses tipos de empreendimentos avançam com grande intensidade e voracidade sobre a Amazônia nas últimas duas décadas.

Essa escolha espacial, política e econômica pela exportação de commodities agrícolas e minerais vem acirrando os conflitos ambientais e territoriais, pois a dinâmica de territorialização desses empreendimentos se realiza através de um processo de “ajuste espacial” (Harvey, 2005), incorporando novas áreas e abrindo novas fronteiras à lógica de acumulação pelos negócios do agro, da mineração, da energia ou da infraestrutura. O capital expande seu domínio territorial sobre espaços que não estavam até hoje plenamente incorporados aos circuitos da acumulação global; esses verdadeiros “fundos territoriais” (Moraes, 2011) se transformam em novas fronteiras nas quais a acumulação se realiza por dispositivos e mecanismos de espoliação, o que significa, entre outras coisas, um violento processo de apropriação e expropriação de recursos naturais, terras e territórios (Harvey, 2005). Esses “novos cercamentos” significam a transformação dos comuns em *commodities* (terra, água, floresta, subsolo, territórios etc.) (Dardot; Laval, 2017).

Paralelamente, esse “ajuste espacial” demanda um novo meio técnico-científico e informacional, novos sistemas de objetos e de ações para a consolidação de uma base produtiva e logística capaz de imprimir velocidade e fluidez – atributos fundamentais na reprodução do capital (Santos, 1996). Além de uma nova densidade técnica, é necessário criar uma outra densidade normativa, um modo de regulação do território, que implica a flexibilização ou supressão de instrumentos jurídicos, como leis, códigos e zoneamentos (Acsehrad, 2013). Essa desnormatização tem como intuito “alisar” o espaço, ou seja, retirar os “obstáculos” jurídicos para, assim, redefinir o acesso, o con-

trole e os usos do território, de acordo com os interesses corporativos. Dessa forma, criam-se verdadeiros territórios corporativos de exceção, onde ocorre também a suspensão do estado de direito de indivíduos e grupos (direitos ambientais, territoriais, trabalhistas, direitos humanos etc), minando as garantias fundamentais da vida.

Esses projetos provocam, também, processos de grandes rupturas e fraturas metabólicas que afetam paisagens, ecossistemas e toda a dinâmica geo-bio-física das áreas onde são implantados, promovendo mudanças e reestruturação socioespacial e ambiental na escala local e até regional. O capitalismo como modo de produção tende à expansão infinita e essa tendência se choca com os limites biofísicos e metabólicos de reprodução da vida que são finitos. Os grandes projetos provocam rupturas/falhas metabólicas – desequilíbrios que destroem as condições materiais de reprodução da vida, são circuitos metabólicos de alta intensidade que produzem forte pressão material e energética sobre os ambientes biofísicos. Esses grandes empreendimentos são produtores de forte entropia, produzem caos e desordem social e ambiental onde se territorializam (Barcelos, 2018).

Essas fraturas afetam os territórios dos camponeses, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas que vivem da terra, do mar, da floresta, dos mangues, dos vales, montanhas, campos, chapadas, dos lagos, das várzeas etc. Esses territórios comunitários e seus usos constituem circuitos metabólicos de baixa intensidade, baixa pressão material e energética sobre os ambientes biofísicos, produzem baixa entropia (Barcelos, 2018). Os conflitos decorrentes do encontro entre territórios corporativos e territórios comunitários são, portanto, resultantes da tensão de territorialidades (modos de uso-significado do espaço) que implicam tensões entre circuitos metabólicos de alta intensidade (territórios corporativos) e circuitos metabólicos de baixa intensidade (territórios comunitários).

A conformação desses grandes projetos tem como marca um intenso e violento processo de desterritorialização compulsória e precarização territorial dos povos e comunidades (fragmentações das terras, dos rios, das florestas, das economias locais, dos modos de vida, das famílias etc) onde esses grandes vetores de modernização se realizam. Trata-se da destruição de mundos, pois tal processo afeta, de maneira dramática, os recursos e os modos de vida de camponeses, indígenas, quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, em geral, resultando em intensos conflitos ambientais e territoriais. Os con-

flitos ambientais/territoriais são a expressão de uma tensão entre territorialidades com diferentes sentidos ontológicos do território (diferentes lógicas de apropriação, controle, uso e significação existencial do espaço). De um lado, a lógica espoliativa (práticas espaciais corporativas e estatais), os regimes de expropriação e sua gramática de violência e, de outro, a afirmação da terra e dos recursos como expressão do comum (práticas espaciais comunitárias), como território de vida.

Os grandes projetos de des-envolvimento, como expressão desses novos cercamentos do comum, que drenam matéria e energia e destituem de estatuto político aqueles que se colocam em seu caminho, atualizam, dessa forma, a lógica das *plantations* coloniais, as quais Achille Mbembe (2016) identifica como os paradigmas fundamentais da emergência do estado de exceção, por representarem espaços em que “a soberania consiste, fundamentalmente, no exercício de um poder à margem da lei (...) e no qual tipicamente a paz assume a face de uma guerra sem fim” (Mbembe, 2016, p. 132).

Os métodos violentos por meio dos quais a dinâmica de espoliação via grandes projetos se realiza nos levam a pensar que tais processos indicam não apenas uma lógica econômica perversa, mas dinâmicas políticas que desmontam os sentidos básicos que sustentam qualquer ideia de democracia, uma vez que estamos falando da expropriação das condições de existência e energias vitais de grupos, povos e comunidades como lógica legitimada de des-envolvimento (Malheiros, 2019).

Há, portanto, um ajustamento das populações aos movimentos econômicos, isto é, uma divisão que garante que a morte regulada de alguns signifique a vida regulada de outros, como nos aponta Foucault (2008). Não estamos falando de monarquias absolutistas, pelo contrário, assim como Agamben alerta, essas técnicas de governo, inscritas num “patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo” (Agamben, 2004, p. 13), colocam-se como um paradigma constitutivo de toda nossa ordem jurídica, agora, de exceção, que, nesses termos, pode ser pensada como uma ordem que inclui para excluir (Malheiros, 2019).

Quando, por exemplo, os indígenas entram em cena no debate público em torno de um grande projeto, geralmente a imagem que os é reservada é a de entrave. Suas vidas são menos importantes que a necessidade do des-envolvimento, sua inclusão na política é justamente para justificar sua exclusão. Por isso, essa geografia de exceção que se realiza por grandes projetos deixa

morrer “aquilo que não pode ser incluído no todo ao qual pertence e não pode pertencer ao conjunto no qual está desde sempre incluído” (Agamben, 2002, p. 32). Os grandes projetos de des-envolvimento são máquinas biopolíticas que fazem viver e deixam morrer, tendo produzido verdadeiros territórios ou “zonas de sacrifício”.

O avanço da fronteira do capital na Amazônia tem como uma de suas principais estratégias a desestruturação dos sistemas de normas que normatizam o uso do território. A ofensiva visa disciplinar o uso do território à luz de uma racionalidade do mercado, regulando e desregulando, no sentido da ampliação e intensificação da mercantilização e comodificação da terra, dos territórios e da natureza. Esse processo está materializado na recodificação jurídica dos territórios através de mudanças, nos últimos anos, na legislação, tais como no código florestal, código mineral etc. (Almeida, 2010). Além disso, nos últimos anos de governos conservadores e autoritários, houve um sistemático desmonte institucional das políticas ambientais, incluindo o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização ambiental, permitindo a ampliação da escala e da intensidade da ofensiva sobre os territórios do comum. Outra face dessa guerra jurídica contra os comuns na Amazônia são as chamadas políticas de regulação fundiária, que têm significado, na prática, legalização das práticas de grilagem, legitimando a fraude e o roubo de terras públicas e comunitárias (Oliveira, 2020)⁵.

Esse conjunto de ações constituem as agro-minero-estratégias, que implicam a fragilização ou anulação dos direitos territoriais dos povos originários e comunidades tradicionais (Almeida, 2010). Esse ataque de forma sistemática aos direitos dos povos através dessas estratégias jurídicas ganhou uma escala e uma intensidade dramática nos últimos anos com a ascensão de governos conservadores e autoritários, uma verdadeira estratégia de guerra contra os povos e as comunidades.

Além dessa face jurídica, povos e comunidades enfrentam uma militarização/milicialização do território, materializada na militarização/milicialização da questão ambiental, agrária, indígena etc. Isso implica a repressão e violência de Estado e a criminalização dos movimentos sociais e de seus

⁵ Espoliação significa privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos. É esse o sentido dos mecanismos espoliativos, como aquele que nega o direito à posse. Por exemplo, sob o selo da propriedade privada capitalista, arrancam-se da terra os que nela vêm trabalhando há várias gerações. Já a exploração se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada (Lencione, 2012).

apoiadores; assassinatos de líderes de movimentos sociais, ambientalistas etc. Além dessa ofensiva sobre os territórios e corpos, essa guerra inclui negação, deslegitimação e criminalização do conhecimento científico crítico sobre a região; a falta de transparência, práticas de censura a órgãos públicos, além de uma tentativa de neutralização da sociedade civil no debate ambiental, esvaziando os espaços democráticos de debate e a produção de desinformação e manipulação da opinião pública pelas redes sociais.

O discurso oficial de Estado como narrativa colonial e racista, nos últimos anos, incentivou e legitimou a violência e a impunidade de crimes cometidos contra os povos e comunidades amazônidas. Uma verdadeira necropolítica por parte do capital e do Estado – administração de uma política de morte: fazem viver e deixam morrer certos grupos, classes, raças etc. A constituição de verdadeiros territórios ou “zonas de sacrifícios”. Esse governo bionecropolítico do território tem na racialização um dispositivo político, epistêmico e ontológico de classificação social que define as zonas do ser e do não ser (Fanon, 2008), quem devem viver e quem deve morrer. Se atualiza a colonialidade do poder como um padrão histórico-estrutural que organiza as formas, os usos, as práticas e os imaginários territoriais. A territorialização dos grandes projetos de des-envolvimento e o avanço das fronteiras têm significado a destruição da diversidade territorial, que é uma diversidade de mundos e formas de ser e existir (ontologias) e epistemes (formas de conhecer) na /da Amazônia.

As geo-grafias das lutas e das r-existências territoriais na Amazônia

Essa onda de ataques aos povos, infelizmente, não é novidade, a história e geografia da Amazônia é a do saque, da pilhagem, da guerra, do genocídio, mas também das lutas das diversas formas de r-existências territoriais.

A cada onda de novos cercamentos, novas estratégias de lutas e r-existências surgem e, desde o final dos anos 1980, começa a esboçar-se uma nova “geo-grafia” das r-existências na Amazônia, que aponta para um processo de emergência de diversos movimentos sociais (indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.), os quais lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de “r-existência” das “comunidades tradicionais”. Trata-se de movimentos sociais de “r-existência”,

pois não só lutam para “resistir” contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de “existência”, por um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar. Nesse sentido, os movimentos sociais lutam contra as diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra preconceitos e estigmas e pela afirmação de suas identidades a partir dos seus próprios modos de vida. Os povos e as comunidades tradicionais organizam-se, ganhando visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais.

Esse processo de emergência de novos sujeitos políticos vem assumindo novas configurações e ganhando densidade e conteúdo histórico pela afirmação de múltiplas formas de associação que ultrapassam “o sentido estreito de uma organização sindical, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva” (Almeida, 2005, p. 163). Esses novos-velhos sujeitos protagonistas apontam para uma existência coletiva objetivada numa diversidade de movimentos organizados com suas respectivas redes sociais e políticas, redesenhando a sociedade civil da Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder⁶.

Nesse novo contexto, emerge, segundo Porto-Gonçalves (2001), a construção de “novas” identidades coletivas surgidas de velhas condições sociais e étnicas, como é o caso das populações indígenas e negras, remetendo-se a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador, mulher quebradeira de coco), ou, ainda, expressando uma condição derivada da própria ação dos chamados “grandes projetos” de modernização implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros (“atingido”, “assentado”, “deslocado”). Trata-se de um processo de resignificação política e cultural que esses grupos sociais vêm fazendo da sua experiência cultural e da sua forma de organização política.

Dentro dessas novas estratégias discursivas e das novas táticas de prá-

⁶ Em 2005, Almeida destacava como materialização desse processo as associações voluntárias e as entidades da sociedade civil que estão se tornando força social, tais como: União das Nações Indígenas (UNI); Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) e a rede de entidades indígenas vinculadas, que alcança cerca de sessenta; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional dos Seringueiros; Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Movimento dos Atingidos de Barragens (MAB); Associação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo e a rede de entidades a ela vinculada no Maranhão – Associação das Comunidades Negras Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) – e no Pará – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO); Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, entre outras.

ticas políticas, os “velhos” agentes vêm se constituindo em ‘novos’ sujeitos políticos ou novas posições-de-sujeito (Hall, 2004). Esse processo dá-se pela politização dos termos e denominações de uso local. Trata-se da “politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotar como designação coletiva as denominações pelas quais se auto-definem e são representados na vida cotidiana” (Almeida, 2004, p. 166).

Esses novos movimentos sociais diferenciam-se dos movimentos antecedentes por suas estratégias discursivas e identitárias, pois, na sua constituição como sujeitos coletivos, não mobilizam a autoidentificação de “camponês”, até então usada como a identidade sociopolítica estruturante nas arenas de lutas em décadas passadas. Os novos protagonistas apresentam-se através de múltiplas denominações e apontam para a construção de novas e múltiplas identidades, bem como diferentes formas de associação que ultrapassam o sentido estreito das organizações camponesas clássicas. Isso não significa uma destituição do atributo político da categoria de mobilização “camponês” (a constatação mais incontestável disso é o MST e a Via Campesina!), mas é inegável que emergências das “novas” denominações/identidades dos movimentos sociais espelham um conjunto de novas práticas organizativas que traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de organização/mobilização desses grupos em face do poder do capital e do Estado e em defesa de seus territórios (Almeida, 2005).

Em virtude disso, pode-se dizer que, mais do que estratégia de discurso, ocorre o advento de categorias que se afirmam por meio da existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também as práticas rotineiras de uso da terra. A complexidade de elementos identitários, próprios de autodeterminação afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional, ou traduzida para o campo das relações políticas, verificando-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista e homogeneizante, que historicamente apagou diferenças étnicas e a diversidade cultural, diluindo-as em classificações que enfatizavam a subordinação dos “nativos”, “selvagens” e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador. (ALMEIDA Almeida, 2005 :, p. 167).

Esses movimentos apontam para um processo de politização da própria cultura e de modos de vida “tradicionais”, ou seja, para um processo de politização dos “costumes em comum”⁷, valorizando a memória, a ancestrali-

⁷ Expressão usada por Thompsom (1998) para se referir à emergência de uma consciência política e de uma cultura plebéia rebelde, que buscava, nos costumes e na tradição, a legitimidade das suas lutas para afirmação de determinadas formas de direitos consuetudinários e da economia moral em oposição à eco-

dade e os saberes tradicionais na construção das identidades socioculturais e sociopolíticas, afirmando um duplo processo que, ao mesmo tempo, direciona-as para o passado, buscando nas tradições e na memória sua força, e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política⁸.

Mas essas (re)configurações identitárias não são gratuitas, são novas estratégias na luta por direitos, formas de garantias de direitos sociais e culturais, notadamente, o chamado “direito étnico à terra”, ou aqueles que assegurem a “posse agroecológica” coletiva ou familiar das terras e dos recursos naturais⁹. A constituição de novos sujeitos políticos, novos sujeitos de direito vem redefinindo as táticas e estratégias de luta pela terra na Amazônia, sobretudo, pelo impacto da emergência da questão ambiental e da questão étnica que vem redefinindo o ‘padrão de conflitividade’ e o campo relacional dos antagonismos na região, implicando uma espécie de “ambientalização”¹⁰ e

nomia capitalista e do direito liberal. Os camponeses resistem, em nome do costume, às racionalizações econômicas e inovações (como o cercamento de terras comuns, a disciplina no trabalho e os mercados “livres” não regulados de grãos) que governantes ou patrões buscavam impor. Trata-se de atribuir um conteúdo emancipatório para as culturas tradicionais normalmente vistas como sinônimas de conservadorismo.

⁸ Nesse sentido, essas identidades são dinâmicas, múltiplas, abertas e contingentes. Essas características nos remetem a algo em curso, em movimento, sempre se realizando. Para Hall (2004), a identidade não se restringe à questão “quem nós somos”, mas inclui também “quem nós podemos nos tornar”. Assim, identidade não se confunde com as ideias de originalidade ou de autenticidade, uma vez que os processos de identificação e os vínculos de pertencimento constituem-se tanto pelas “tradições” (“raízes”, heranças, passado, memórias etc.) como pelas “traduções” (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos etc.). As identidades nunca são, portanto, completamente determinadas, unificadas, fixadas. Elas são “multiplicamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagonicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de transformação e mudança” (Hall, 2004, p. 108).

⁹ “Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa por outros *recursos simbólicos e materiais da sociedade*. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das *relações mais amplas de poder*. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (Silva, 2004, p. 81, grifos nossos).

¹⁰ O termo “ambientalização”, segundo Lopes (2006), é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos a partir de uma perspectiva processual. Segundo o autor, trata-se de “um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da ‘ambientalização’, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial” (Lopes, 2006, p. 34). Acseledrad (2010a), por sua vez, define a “ambientalização” tanto como o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.

“etnização”¹¹ das lutas sociais, complexificando a questão fundiária e agrária, foco irradiador dos principais conflitos na região. Desse modo, a constituição desses novos sujeitos dá-se nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas pautadas na territorialidade, logo, são lutas pela afirmação de suas identidades territoriais. Almeida (2004) afirma que o sentido coletivo das autodefinições emergentes na Amazônia impôs uma noção de identidade à qual correspondem territorialidades específicas.

São os seringueiros que estão construindo o território em que a ação em defesa dos seringais se realiza. São os atingidos por barragens e os ribeirinhos que estão defendendo a preservação dos rios, igarapés e lagos. E assim sucessivamente: os castanheiros defendendo os castanhais, as quebradeiras, os babaquais, os pescadores, os mananciais e os cursos d’água piscosos, as cooperativas, seus métodos de processamento da matéria-prima coletada. De igual modo, os pajés, curandeiros e benzedores acham-se mobilizados na defesa das ervas medicinais e dos saberes que as transformam (Almeida, 2004b, p. 48-49).

Assim, trata-se de lutas pelo direito à territorialidade, que é fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois o território é, para essas populações, ao mesmo tempo: 1) os meios de subsistência; 2) os meios de trabalho e produção; 3) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aquelas que compõem a estrutura social. Assim, o território constitui-se como “abrigo” e como “recurso” abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção e, ao mesmo tempo, elemento fundamental de identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais. Little (2003) afirma que os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações – domínio estratégico-funcional e apropriação simbólico-expressiva (Haesbaert, 2004) – fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais e afirmações identitárias.

A expressão dessas territorialidades, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little, 2003, p. 14.)

¹¹ Usamos essa expressão no sentido dado pelo antropólogo Eduardo Restrepo, para quem a etnização se refere ao *“proceso mediante el cual una o varias poblaciones son imaginadas como una comunidad étnica. Este continuo y conflictivo proceso incluye la configuración de un campo discursivo y de visibilidades desde el cual se constituye el sujeto de la etnicidad. Igualmente, demanda una serie de mediaciones desde las cuales se hace posible no sólo el campo discursivo y de visibilidades, sino también las modalidades organizativas que se instauran en nombre de la comunidad étnica. Por último, pero no menos relevante, este proceso se asocia a la destilación del conjunto de subjetividades correspondientes”* (Restrepo, 2004, p. 271).

O referido autor destaca três elementos que marcam a razão histórica e que substancializa a territorialidade das populações tradicionais: 1) regime de propriedade comum; 2) sentido de pertencimento a um lugar específico; e 3) profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. É por essa importância que a territorialidade é uma dimensão fundamental da afirmação dos direitos coletivos dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, pois é nela que residem a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva e a defesa da integridade dos diferentes modos de vida, associados a matrizes de racionalidades pautadas nas diferentes formas uso-significado do espaço e da natureza.

Assim, podemos verificar que, na luta contra os processos de modernização e expansão da fronteira econômica e das frentes de expansão demográfica sobre as terras e os territórios tradicionalmente ocupados de uso comum pelas “comunidades tradicionais”, os movimentos sociais afirmam a identidade e a territorialidade dessas comunidades. As novas reivindicações territoriais dos povos indígenas, dos quilombolas e de outras comunidades negras rurais e das diversas populações extrativistas representam uma resposta às novas fronteiras em expansão. Tais respostas vão muito além de uma mera reação mecânica, na medida em que incluem um conjunto de fatores próprios da nossa época, pois, diante da pressão dos violentos processos desterritorializadores, frutos do avanço das frentes de expansão na Amazônia, os povos tradicionais sentiram-se obrigados a elaborar novas estratégias territoriais para defender suas áreas. Isso, por sua vez, deu lugar à atual onda de (re)territorializações (Little, 2003; Almeida, 2005).

O alvo central dessa onda consiste em forçar o Estado brasileiro a admitir a existência de distintas formas de expressão territorial – incluindo distintos regimes de propriedade – dentro do marco legal único do Estado, atendendo às necessidades desses grupos. As novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais criaram um espaço político próprio, no qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa (Little, 2003, p. 6).

Na busca de afirmação de suas identidades coletivas e de suas territorialidades é que esses movimentos vêm reivindicando ou mesmo inventando novos direitos, tais como: o reconhecimento de Terras Indígenas, o reconhecimento de terras das comunidades remanescentes de quilombolas, a criação de reservas extrativistas (seringueiros, castanheiros e outras populações extrativistas), acordos de pesca, entre outros. Trata-se de uma estratégia de luta que vem

implicando uma espécie de “outra” agenda de reforma agrária na Amazônia. Numa entrevista, em setembro de 2009, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, comentando um estudo realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CTP), define bem a complexidade da questão agrária brasileira e os dilemas que envolvem essa “outra reforma agrária”. O geógrafo coloca, de maneira clara e precisa, como a questão do território e das territorialidades se relaciona com a questão da terra, e o que o debate sobre o direito ao território acrescenta à leitura clássica sobre a questão agrária e às lutas por reforma agrária.

O novo no debate político da questão agrária no mundo, onde o movimento indígena começa a colocar explicitamente no debate algo que historicamente sempre o caracterizou, a questão territorial. O debate territorial muda a qualidade do debate da Reforma Agrária, porque significa introduzir um componente de novo tipo na discussão, o da cultura. Quando falamos que queremos ser reconhecidos pela nossa territorialidade, não queremos só a terra, queremos um sentido determinado de estar na terra, queremos o respeito ao nosso modo específico de estar na terra. Estamos reivindicando a territorialidade distinta, exigindo o reconhecimento das diferenças. Isso acaba denunciando o caráter colonial com sua proposta de progresso levando à homogeneização inclusive da leitura do país. O país não era e não é homogêneo. As populações começam a reivindicar as reservas extrativistas, os fundos de pastos, não é mais uma questão só indígena e quilombola. O Brasil é repleto de diferentes “campesinidades”, que se criam a partir das condições diversas do ambiente, onde as comunidades vão criativamente se amoldando ao que os ambientes oferecem. Essas comunidades não são determinadas pelo ambiente, mas elas sempre partem do potencial produtivo da natureza. É uma cultura com a natureza e não contra a natureza (Porto-Gonçalves, 2009, p. 4).

O reconhecimento, mesmo que precário e incompleto, dessa diversidade e do direito que esses grupos sociais têm de permanecer em seus territórios só vai ocorrer com a Constituição de 1988. A partir desse momento, o Estado brasileiro passa a responder às demandas de movimentos sociais e comunidades tradicionais, demandas pelo direito ao acesso a territórios tradicionalmente ocupados. Os povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco e outros povos e comunidades tradicionais passam a ter direito sobre a terra e os territórios: seja como propriedade privada individual (por meio da aplicação de leis relativas à reforma agrária); seja como propriedade privada coletiva (segundo as mesmas leis e a garantia dos direitos de quilombolas); ou ainda como propriedade governamental (áreas protegidas), em que comunidades têm a posse permanente (Terras Indígenas) ou o usufruto

mediante concessão (caso das unidades de conservação de uso direto, com as reservas extrativistas) (Viana Jr., 2010).

Segundo Vianna Jr. (2010), a partir desse novo momento, somaram-se aos instrumentos jurídicos de reforma agrária redistributiva (Estatuto da Terra) outros dispositivos jurídicos que permitem o reconhecimento de comunidades tradicionais e a demarcação de seus territórios como propriedade comum. O autor sintetiza os diferentes caminhos técnicos e políticos através dos quais essas demandas pelo reconhecimento de território ganham concretude.

Em relação à identificação e à demarcação de Terras Indígenas, cujo processo segue ritual jurídico e administrativo determinado há mais tempo, com consistente envolvimento de antropólogos, cabe realçar a utilização de instrumentos que reconhecem e recuperam o conhecimento tradicional espacial como condição da Terra Indígena que, ao final, permanece como domínio permanente da União, com “posse permanente” e usufruto exclusivo dos indígenas. No que tange aos quilombolas, trata-se de procedimento similar, cujo resultado é uma propriedade privada inalienável com título comunitário definitivo. As “comunidades extrativistas” contam ainda com o instituto das reservas extrativistas, que, para serem estabelecidas pelo governo, devem contar, antes de tudo, com uma demanda formal de “comunidades extrativistas” e posterior reconhecimento por parte do poder público. (Viana Jr., 2010: 9-10).

Ainda segundo Vianna Jr. (2010, p. 10), “o Brasil chega ao século XXI com movimentos sociais estruturados na demanda de terra via instrumentos redistributivos de reforma agrária e ainda com demandas de demarcação de territórios, por meio de políticas multiculturais de reconhecimento”. Os movimentos sociais lutam pelo reconhecimento por parte do Estado de uma outra ordem jurídica, uma matriz de normatividade alternativa que possa garantir as diversas modalidades de territorialização que não se enquadram inteiramente dentro do modelo da propriedade capitalista e do direito liberal individual. Nesse sentido, busca-se o reconhecimento de um quadro normativo capaz de reconhecer direitos pautados no uso, na tradição, nos chamados direitos consuetudinários ou “direitos costumeiros”, direitos esses ignorados ou invisibilizados no estatuto jurídico estabelecido.

Sobre o significado das novas gramáticas das lutas e r-existências territoriais na Amazônia

Diante dessa caracterização das geo-grafias das lutas e das existências territoriais na Amazônia, talvez caiba perguntar: qual é o significado desses novos movimentos sociais? Quais são suas bandeiras e agendas de lutas? O que seus discursos enunciam e denunciam? Qual o significado das gramáticas políticas que emergem de formas de lutas? Essas são questões fundamentais, pois concordamos com Alberto Melucci (2001) quando afirma que:

Os movimentos [sociais] são um sinal. Não são apenas produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, “falamos à frente”, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência. A inércia das velhas categorias do conhecimento pode impedir de ouvir esta palavra, e de desenhar, com liberdade e responsabilidade, a ação possível (...). Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos (Melucci, 2001, p. 21).

Melucci (2001) nos lembra que os movimentos sociais são uma espécie de profetas do presente. Dos sons das batalhas e das lutas desses movimentos ecoam vozes que anunciam o futuro, suas estratégias, suas linguagens, suas demandas, suas agendas, suas formas de manifestação, suas bandeiras, seus gritos de ordem. São sinais e indícios que nos mostram as principais contradições de nossas sociedades e sinalizam para as injustiças mais contundentes de nossos tempos. É a partir dos sons e das luzes que produzem as resistências do nosso tempo que podemos ver os rastros e os rostos dos aparatos de poder; ou, como sugere Michel Foucault (1995), se quisermos entender as formas de dominação do nosso tempo, temos que olhar para as diferentes formas de resistências.¹² A forma como se resiste revela os meios pelos quais se domina em uma determinada sociedade. Mas será que estamos ouvindo essas vozes? Temos conseguido decodificar as mensagens que as lutas do nosso tempo nos

¹² Segundo Foucault (1995), a resistência funciona como um catalisador químico, de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados.

anunciam? Temos conseguido interpretar os sinais e os indícios que os movimentos sociais nos apontam? Estamos preparados para ver as novas lutas que vêm emergindo nas últimas décadas na Amazônia? Estamos preparados para ver o novo mundo que se insinua diante dos nossos olhos? Ver o “mundo novo” parece-nos sempre um grande desafio, como sugere Ítalo Calvino (2010, p. 17-18):

Descobrir o novo mundo era uma empresa bem difícil, como todos nós sabemos. Mas, uma vez descoberto o novo mundo, ainda mais difícil era vê-lo, compreender que era novo, todo novo, diferente de tudo o que sempre se esperou encontrar como novo. E a pergunta mais natural que surge é: se um novo mundo fosse descoberto agora, saberíamos vê-lo? Saberíamos descartar de nossa mente todas as imagens que nos habituamos a associar à expectativa de um mundo diverso (o da ficção científica, por exemplo) para acolher a verdadeira diversidade que se apresentaria aos nossos olhos? (...) Tal como os primeiros exploradores da América não sabiam em que se manifestaria uma negação de suas expectativas ou uma confirmação de semelhanças notórias, do mesmo modo também poderíamos passar ao lado de fenômenos nunca vistos sem nos dar conta disso, porque nossos olhos e nossas mentes estão habituados a escolher e a catalogar apenas aquilo que entra nas classificações assentadas. Talvez um novo mundo se abra aos nossos olhos todos os dias e não o vejamos.

Como lidar com o novo? De que forma podemos olhar as experiências novas que surgem diante de nós? Parece que encarar o novo, enquanto novo, é uma tarefa árdua e difícil, como sugere Ítalo Calvino, pois temos a tendência – por medo ou por incapacidade – de ignorar o que é novo; ou, quando não o ignoramos, lidamos com o novo com base em nossos antigos referenciais e valores, catalogando o desconhecido, o diferente, segundo nossas familiares formas de classificação. Desse modo, tendemos a atribuir sentido e significado ao novo a partir do velho e, com isso, não temos capacidade e sensibilidade para encará-lo como tal. Por isso, faz-se necessária uma reformulação do olhar para que seja capaz de ver as lutas e “sub-versões”¹³ de nosso tempo. Assim, são necessárias, também, “sub-versões” epistêmicas, apesar dessa tarefa não ser nada fácil, como nos alerta Ana Esther Ceceña (2008, p. 11):

A experiência nos ensinou que as subversões epistemológicas são sempre difíceis de fazer e de assegurar não só por causa das barreiras com que as circunda o pensamento conservador, mas porque, antes de serem presas nos conceitos, fogem provocando novas subversões. De

¹³ Optamos pela grafia da palavra “subversão” com hífen para dar destaque à ideia de que as lutas sociais buscam criar outras versões do mundo, ou seja, os movimentos sociais nos lembram que outros mundos são possíveis, mundos criados partir dos de baixo, por isso, são “sub-versões”.

qualquer maneira, a construção de novos conceitos e novos modos de olhar a vida é iniludível como para permitir-lhes saírem de velhas prisões. Não haverá subversão possível se não abranger o pensamento, se não inventar novos nomes e novas metodologias, se não transformar o sentido cósmico e o senso comum que, como é evidente, são construídos na interação coletiva, fazendo e refazendo a sociabilidade.

Compreender as diversas formas de luta, insurreições e “sub-versões” que ganharam força e intensidade nas últimas décadas na Amazônia exige uma renovação do pensamento ou, como sugere Ceceña (2008), uma “sub-versão” epistemológica, pois, para a autora, não haverá “sub-versão” possível se esta não abranger o pensamento, se não inventar novos nomes e novas metodologias, se não transformar o sentido cósmico e o senso comum. Isso significa fugir do aprisionamento de velhos esquemas interpretativos, das categorias e dos conceitos que envelheceram e não são capazes de tornar inteligíveis as experiências emancipatórias do presente e, por isso mesmo, tendem a invisibilizar ou descredibilizar as lutas do nosso tempo.

Esse é um desafio, pois se olharmos os movimentos sociais presentes na Amazônia, hoje, trazem como traço marcante na sua constituição uma grande diversidade de origens sociais, culturais, étnicas, raciais e até civilizatórias, que se expressam através de várias linguagens, várias narrativas, vários imaginários e várias cosmologias. Isso implica uma grande pluralidade de sujeitos coletivos protagonistas. Apesar da diversidade, uma característica marcante desses movimentos é que eles têm, no centro de sua ação e de seus discursos, uma politização da cultura e uma revalorização das memórias, das tradições comunitárias, da ancestralidade, expressas através da afirmação das múltiplas identidades e diferenças étnicas, de gênero, ambientais, entre outras, criando novas estratégias e inaugurando novas agendas, que entrelaçam a questão de gênero com questões étnicas, ambientais, agrárias, criando um complexo emaranhado de ideias e práticas emancipatórias que desafiam as antigas formas de conceber a emancipação social. A noção de comunidade é retomada como uma espécie de código ético e político mobilizado estrategicamente e performaticamente na construção de identidades culturais e sociopolíticas (indígenas, quilombolas, camponeses, mulheres etc.).

Esses movimentos colocam como desafio a construção de uma ideia de cidadania e de justiça que seja capaz, simultaneamente, de pautar-se na igualdade e na valorização das diferenças. As experiências de lutas emancipatórias na Amazônia mostram-nos que a agenda e as pautas de lutas dos

movimentos sociais estão referenciadas, simultaneamente, nas lutas por uma maior “redistribuição material” dos recursos, ou seja, na luta por maior igualdade (luta contra exploração, privação e marginalização socioeconômica), mas também por “demandas pelo reconhecimento” das diferenças étnico-raciais, sexuais e religiosas (lutas contra as formas de discriminação, desrespeito e preconceito contra determinados grupos sociais, frutos de herança colonial, da colonialidade do poder, do saber e ser)¹⁴ ainda fortemente presentes tanto no Estado como na sociedade brasileira.

Esse processo tem implicado o surgimento de novas formas e culturas de organizacionais que ultrapassam os marcos tradicionais do sindicalismo, do partido. Assim, surgem diferentes formas de associativismos, comunitarismos, redes, “unidades de mobilização”, que combinam diferentes formas de organização e graus de institucionalização das ações coletivas, desafiando nossa capacidade de diagnóstico das novas experiências emancipatórias em curso. Nesse processo, há uma intensa valorização material e simbólica do espaço. Esse processo está expresso através do papel estratégico que os movimentos dão à terra, ao território e às territorialidades, como fundamento das estratégias de afirmação de direitos e da autonomia dos povos e comunidades. Assim, o território torna-se referência material e simbólica de vida, de identidade e resistência nesse sentido, ocorrendo o que poderíamos chamar de uma territorialização das lutas sociais na Amazônia. A ideia de território tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político; essa categoria é uma espécie de catalisador das energias emancipatórias na luta por direitos e justiça (Cruz, 2013). O uso constante da palavra território, vale dizer, é um marcador discursivo central na retórica desses chamados “novos” movimentos sociais. O direito ao território é uma espécie de condensador de outras formas de direitos (Cruz, 2013), como direito à terra, à água, aos recursos naturais, o direito à produção, mas também o direito à memória, à ancestralidade, à identidade etc.

¹⁴ Normalmente, em nossas reflexões, tratamos a nossa experiência colonial e sua herança como coisa do passado, colocando tal herança como algo superado com o fim do colonialismo. No entanto, o fim do colonialismo na América Latina, como relação econômica e política de dominação na segunda metade do século XIX, não significou o fim da colonialidade como relação social, cultural e intelectual (Quijano, 2005). Longe de ser algo irrelevante, a colonialidade é um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade, manifestando-se das mais variadas maneiras, seja como “colonialidade do poder” (Quijano, 2010; Grosfouguel, 2010), exercida nas formas de exploração econômica e dominação política fundada na ideia de raça, seja na forma de “colonialidade do saber” (Lander, 2005; Mignolo, 2003), através de práticas de dominação epistêmica, filosófica, científica e linguística, ou ainda, em sua dimensão ontológica, como “colonialidade do ser” (Maldonado-Torres, 2007), através da dominação da subjetividade, da memória, do imaginário, da construção das identidades etc.

Todas essas novas formas de agenciamentos políticos implicam uma ampliação das pautas de reivindicações e a criação de “novas agendas políticas”. Os movimentos lutam não só contra a desigualdade – pela redistribuição de recursos materiais, a terra –, mas também pelo reconhecimento das diferenças culturais, dos diferentes modos de vida que se expressam em suas diferentes territorialidades. Não se trata simplesmente de lutas fundiárias por redistribuição de terra, está em pauta também o reconhecimento de elementos étnicos, culturais e de afirmação identitária das comunidades tradicionais, apontando para a necessidade do reconhecimento jurídico de seus territórios e territorialidades. É nesse processo que ocorre um deslocamento não apenas semântico (da terra ao território), mas epistêmico, político e jurídico.

Há um deslocamento do eixo das lutas sociais ancoradas nas noções de justiça e emancipação, fundadas na ideia de “igualdade e redistribuição” (lutas contra a exploração, a privação, a marginalização e a exclusão social, fruto das desigualdades socioeconômicas estruturais de nossas sociedades capitalistas periféricas), para um novo eixo que se estrutura em torno da ideia de “valorização do direito à diferença” e de uma noção de justiça alicerçada na ideia de “reconhecimento do outro” (lutas contra o não reconhecimento e o desrespeito das minorias, frutos das formas de dominação cultural, étnico/racial, resultantes de sociedades com um passado colonial/racista nas quais ainda permanece, como padrão de poder atual e atuante, a colonialidade do poder (Quijano, 2005).

A percepção do significado político desses deslocamentos, que as lutas dos povos e comunidades tradicionais vêm realizando no imaginário e na cultura política brasileira, é muito controversa. Para muitos, esse deslocamento do paradigma da “redistribuição da terra” para o “reconhecimento de territórios” representa um alargamento da contestação política e um novo entendimento de justiça social, ultrapassando uma visão restrita de justiça e de emancipação fixada em torno do eixo da classe, incluindo outros elementos, como a raça, a etnicidade etc., que não estiveram contemplados na agenda clássica das lutas do campo e por reforma agrária. Contudo, se essa nova cultura política amplia e enriquece noções de justiça social e emancipação a partir da incorporação da ideia de “reconhecimento da diferença”, não é absolutamente evidente que as atuais lutas pelo reconhecimento estejam contribuindo para complementar e aprofundar as lutas mais amplas por reforma agrária e pela redistribuição igualitária da terra. Para muitos críticos dessas novas ideias e práticas, as lutas

por reconhecimento podem estar contribuindo para fragmentar, enfraquecer e deslocar a luta por reforma agrária e justiça social. Entretanto, não é tão simples um diagnóstico definitivo sobre o significado dessas novas lutas e seu papel na reconfiguração da questão agrária na Amazônia.

O debate teórico e político em torno do par redistribuição/reconhecimento¹⁵ ilumina, de maneira bastante interessante, os processos em curso na luta pela terra e pelo território no Brasil, especialmente na Amazônia, pois essas formulações teóricas nos obrigam a pensar a complexidade das relações de poder e dominação que são constitutivas da formação da sociedade e do Estado. Pensar em processos emancipatórios e em lutas por justiça em nosso contexto histórico implica compreendermos a complexidade da condição de subalternidade dos grupos sociais que protagonizam as principais frentes de lutas, como é caso dos camponeses, povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outros povos e comunidades tradicionais. Precisamos compreender que tal condição resulta de um complexo processo histórico, no qual estão enredados e articulados diferentes estruturas e modos de dominação, configurando uma constelação de formas de exercício do poder, que vão desde a exploração do trabalho, do racismo, incluindo elementos do patriarcado e do machismo, até outras formas de dominação que perpassam a cultura, a religião, a língua, a forma de saberes.

Ao estudar os processos de subalternização de certos grupos sociais na história da América Latina, Grosfoguel (2010, p. 178) resume, da seguinte maneira, o padrão de poder que configurou historicamente os processos de classificação e subalternização social em nossa realidade:

- 1) uma específica formação de classes de âmbito global, em que diversas formas de trabalho (escravatura, semisservidão feudal, trabalho assalariado, pequena produção de mercadorias) irão coexistir e ser organizadas pelo capital enquanto fonte de produção de mais-valias através da venda de mercadorias no mercado mundial com vista ao lucro;
- 2) uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia, em que o capital organizava o trabalho na periferia de acordo com formas autoritárias e coercivas (Wallerstein, 1974);
- 3) um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais (Wallerstein, 1979);
- 4) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não-europeus (Quijano, 1993, 2000);
- 5) uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos (Spivak, 1988; Enloe, 1990);
- 6) uma hierarquia sexual que pri-

¹⁵ Para uma revisão sistemático desse debate, ver nosso trabalho anterior (Cruz, 2013).

vilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais e lésbicas (e é importante recordar que a maioria dos povos indígenas das Américas não via a sexualidade entre homens como um comportamento patológico nem tinha qualquer ideologia homofóbica); 7) uma hierarquia espiritual que privilegia os cristãos relativamente às espiritualidades não-cristãs/não-europeias institucionalizadas na globalização da igreja cristã (católica e, posteriormente, protestante); 8) uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não-ocidentais, e institucionalizada no sistema universitário global (Mignolo, 1995, 2000; Quijano, 1991); 9) uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (Mignolo, 2000).

Diante dessa realidade, as ideias e as práticas emancipatórias precisam operar levando em consideração essa complexidade. Não é possível realizar um diagnóstico simplista, afirmando que tais lutas são lutas de classe ou, ainda, são lutas raciais ou de gênero, ou até mesmo anticoloniais. Por um lado, certos coletivos, como, por exemplo, os povos originários/indígenas ou as comunidades afrodescendentes, podem ser considerados como camponeses, do ponto de vista da sua inserção nas relações sociais de produção dominante, e assim se assemelhando a outras comunidades camponesas; por outro lado, essas comunidades e povos se diferenciam em suas tradições e ancestralidades, pois carregam em suas histórias uma grande densidade étnica e até civilizatória que as diferenciam de outros grupos de camponeses. Nesse sentido, pensar em termos de emancipação e justiça, tomando como horizonte político e normativo uma luta pela igualdade, representa apenas uma parte da agenda e do significado das lutas desses grupos sociais.

Pensar efetivamente na complexidade dessas subalternidades implica reconhecer que as lutas emancipatórias enfrentadas por esses sujeitos envolvem elementos que fazem parte de outra gramática política e moral, fundamentada na ideia de reconhecimento da diferença através do direito ao território. Quando tais grupos reivindicam o direito à diferença, estão reivindicando o direito à autonomia material e simbólica. O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente sua existência, mas também o direito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo através de uma memória, de uma linguagem, de um imaginário, de formas de saberes, de formas de crença que constituem sua existência, sua cultura e sua cosmologia.

Como interpretar essas lutas a partir de lentes que não são adequadas para reconhecer que as formas de dominação e, conseqüentemente, as formas de resistência e emancipação desses grupos sociais vão para além da sua condição de classe? Como incorporar esses outros elementos “culturais” sem esquecer essa condição de classe? Tradições comunitárias, identidades coletivas etnicamente diferenciadas e discursos identitários de gêneros estão articulados a questões de ordem material e econômica, criando clivagens bastante complexas e forjando a condição subalterna desses sujeitos. Nesse sentido, tais lutas pelo direito ao território envolvem redistribuição e reconhecimento.

A categoria redistribuição é utilizada como síntese de práticas e ideias de justiça que têm como horizonte político-normativo a ideia de igualdade entre os membros de uma determinada sociedade. Realizar a justiça redistributiva implica encontrar meios, dispositivos e instituições que permitam repartir, de maneira simétrica, os bens materiais e a riqueza produzida pelo conjunto da sociedade. Trata-se de buscar a equidade entre o processo de produção e redistribuição das condições materiais de existência, princípio esse que, em sua versão mais radical, implica uma sociedade socialista e o fim das classes sociais. Já em suas versões menos radicais, a ideia de justiça redistributiva está assentada em princípios social-democratas que buscam atenuar níveis de desigualdade entre grupos e classes sociais (Fraser, 2006). Pensar em justiça redistributiva é refletir a partir da lógica da economia política que estrutura e organiza as relações sociais de produção de uma dada sociedade. Não é possível pensar em justiça e emancipação social sem pensar em alterar as relações sociais de poder que sustentam um modo de produção.

Nesse sentido, quando analisamos a realidade das lutas dos movimentos sociais na Amazônia, principalmente aqueles ligados ao mundo rural – como é o caso dos povos e comunidades indígenas, povos afrodescendentes e os mais diferentes grupos denominados povos ou comunidades tradicionais –, redistribuição implica repartição da terra, dos recursos naturais e da condição material de acesso à riqueza e à renda. As lutas por redistribuição passam pelo confronto das estruturas de poder oligárquicas, coloniais que permanecem historicamente hegemônicas no controle da terra e da riqueza. São estruturas de poder herdadas do projeto colonial, mas que permanecem atuais e atuando e, nesse sentido, são marcas de um passado que se conserva, uma espécie de “poder do atraso”, utilizando a expressão de José de Souza Martins (2011). São relações sociais de poder e, muitas vezes, de violência que funcionam como

uma espécie de inércia, desacelerando as possibilidades de mudança e transformação da realidade social. No entanto, essas estruturas de poder não são apenas estruturas de classe, elas estão plasmadas por um imaginário colonialista e racista que sustenta ideias e práticas de dominação, estando entranhado na sociedade e no Estado.

Do ponto de vista do reconhecimento, a justiça e a emancipação para esses grupos sociais significam a luta contra formas de preconceito, dominação e opressão cultural e subjetiva, que implicam estigmas, estereótipos, sofrimentos e humilhação que esses grupos sofrem cotidianamente por conta de práticas racistas, colonialistas, homofóbicas, machistas e eurocêntricas que estão materializadas no cotidiano, nas instituições, nos discursos, na linguagem banal e cotidiana e, ainda, oficializadas nas legislações, nos dispositivos jurídicos que subalternizam e inferiorizam determinados grupos sociais, conferindo-lhes status de cidadão de segunda categoria (Fraser, 2006).

Essas formas de dominação e de opressão são práticas de poder exercidas e organizadas não necessariamente a partir das estruturas sociais da economia política e, portanto, não podem ser entendidas e interpretadas como se fossem derivadas das relações sociais de exploração do trabalho, mesmo que, em muitos casos, o racismo, o machismo, a homofobia e o colonialismo estejam articulados e enredados com as relações de poder capitalistas. No entanto, a lógica, o campo de operação sobre o qual esse poder é exercido, tem sua especificidade. Isso significa compreender que não basta uma mudança na estrutura da economia para mudar as relações de poder que organizam as formas de dominação cultural e subjetiva, fundada em valores que excluem uma série de grupos considerados inferiores por essa cultura institucionalizada, que privilegia o modo de vida, a estética, a linguagem, o corpo de alguns grupos dominantes.

Para superar essas formas de dominação, é necessário alterar o modo como se produzem as representações, os valores, as linguagens e os saberes sobre certos grupos na sociedade. Trata-se do reconhecimento do outro, e isso não é possível somente alterando a repartição material da riqueza de uma sociedade, mesmo que, em muitos casos, esse processo de redistribuição seja fundamental para o reconhecimento das minorias.

O que temos na prática são duas lógicas de dominação e injustiça que, na maioria das vezes, estão articuladas e enredadas, mas que têm especificidades no modo de sua realização. A luta por justiça e emancipação exige que

se pense em um duplo registro. De um lado, é preciso pensar a justiça como redistribuição material da riqueza e das condições materiais de uma sociedade; de outro, a justiça implica o reconhecimento das diferenças e do direito à diferença. Isso resulta numa mudança na esfera política e cultural dos valores.

A luta pelo direito ao território é simultaneamente uma luta pela redistribuição e pelo reconhecimento, pois o acesso ao território significa, do ponto de vista material, o direito aos meios de produção para esses grupos sociais, o direito à terra, à água, aos recursos naturais que permitem um modo de produzir e de viver próprio. Ao mesmo tempo, o direito ao território é o direito a uma cultura, a um modo de vida, a uma identidade própria, expressa num conjunto de práticas e representações sociais que forma o núcleo simbólico que diferencia esses grupos sociais do conjunto da sociedade. Nesse sentido, quando se afirma que esses grupos sociais não lutam somente por terra, mas por território, estamos afirmando que as suas concepções de emancipação e justiça são mais complexas, pois abarcam dois eixos simultaneamente, o eixo da redistribuição e o eixo do reconhecimento. Trata-se do recurso material, a terra, mais a cultura, o modo de vida, transformando a terra em território. O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados historicamente.

O desafio teórico e político que esses grupos e toda a sociedade brasileira, especialmente em relação à Amazônia, têm de enfrentar é a construção de uma concepção/prática de justiça e de emancipação social bifocal ou mesmo trifocal, como sugere Fraser (2009). Assim, vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de “redistribuição igualitária da terra”, e a luta por reforma agrária é claramente uma luta anticapitalista; vista pela outra, é uma questão de “reconhecimento de territórios”, e a luta por reforma agrária é claramente uma luta descolonial, luta pela descolonização do Estado e da sociedade; e, ainda, vista por uma terceira lente, a luta pela terra e pelo território é uma luta por democracia, por formas de representação e participação política mais equilibradas entre os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, a luta por reforma agrária é uma tentativa de superar uma sociedade e um Estado oligárquico que está em grande parte fundado no poder de controle sobre a terra e o território no Brasil. Portanto, as lutas por justiça devem ser lutas para desmercantilizar, descolonizar e democratizar a terra, o território, o Estado e a sociedade brasileira. Cada uma das lentes foca um aspecto importante

da justiça social, mas nenhuma, por si só, basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as três lentes. Mas isso não é tarefa fácil, pois envolve todas as tensões e contradições da construção de um projeto de emancipação social em que igualdade, diferença e participação sejam pilares equivalentes no horizonte de justiça social.

Referências

ACSELRAD, H. Desigualdade ambiental, Economia e Política. **Revista Astrolábio Nueva Época**, n. 11, p. 105-123, 2013.

ACSELRAD, H. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**. O neoextractivismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p.33-60.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. **Estud. av.**[*on-line*], v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas, processos de territorialização e movimentos sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n.1, p. 9-32, maio 2004a.

ALMEIDA, A. W. B. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia: *In*: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.) **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 101-144.

BARCELOS, E. A. S. **Geografia e Grandes Projetos: ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira**. 2018. 559 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CRUZ, V. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? *In*: **Cartografia social, terra e território**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

- DARDOD, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIEGUES, A. C. R. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2000.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Orgs). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France do ano 75/76. São Paulo: 2010.
- FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, v. 70, p. 131-138, 2007.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 7-20, 2002.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *In*: SOUZA, J. (Org.) **Democracia Hoje**: novos desafios para teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FRASER, N. Redistribución ou Reconocimiento? *In*: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribución o Reconocimiento**? Madrid: Ediciones Morata, 2006.
- FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, v. 77, p. 11-39, 2009.
- FREITAS, C. **As Agroestratégias Ruralistas de Desterritorialização de Povos Indígenas e Quilombolas**: redefinindo Marcos Legais e Usos Territoriais. 2018. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, B S; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói/RJ: Contexto, 2002.
- HALL, S. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.

- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HÉBETE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, C. (Orgs.) **No Mar, nos Rios e na Fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EdUFPA, 2002.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, E.(Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LEFF, H. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins**, Paris, v. 14, p. 1-17, 2012.
- LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 4, p. 21-53, 2014.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, 2003.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 61-79, 2008.
- MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia**. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2019.
- MALHEIRO, B. C. P.; CRUZ, V. C. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 21, p. 18-31, 2019.
- MARTINS, J. S. **A Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MELUCCI, A. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIGNOLO, W. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Ed. Annablume, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: SADER, E.; CECENA, A. E. (Orgs.). **La Guerra Infinita-Hegemonia y Terror Mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Entrevista Brasil: acumulação do capital está diretamente ligada à terra**, 14 set. 2009. Disponível em: www.mst.org.br/node/8135. Acesso em: 25 ago. 2011.
- QUIJANO, A. A Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENESSES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- OLIVEIRA, A. U.; FARIAS, C. S. de; FELICIANO, C. A.; SOUZA SOBRINHO, J.; PIETRO, G. F. T.; TORRES, M. G.; GONÇALVES COSTA, S. H.; SCHWADE, T. M. M.. **Grilagem de Terras na Formação Territorial Brasileira**. 1a. ed. São Paulo: Edusp, 2020. v. 1. 294p .
- RESTREPO, E. Biopolítica y alteridad: dilemas de la etnización de las colombias negras. *In*: RESTREPO, E.; ROJAS, A. (Eds.). **Conflicto e (In)visibilidad: retos de los estudios de la gente negra en Colombia**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004.
- SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SOUZA SANTOS, B. **Gramática do Tempo: por uma nova cultura política**: São Paulo Cortez, 2006.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- TOLEDO, V. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Revista Relaciones**, n. 136, p. 41-71, 2013.
- VIANA JR., A. Apresentação. *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2011.

VIANA JR., A. Reforma agrária e territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária. *In*: ACSELRAD, H (Org.). **Cartografia Social e Dinâmica Territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPUR/UFRJ, 2010.

WOLKMER, A. C. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

ZIBECHI, R. **Autonomías y Emancipaciones**: América Latina en movimiento. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

ZIBECHI, R. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. *In*: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

A Geografia Agrária Hoje: suas ferramentas epistemológicas e ontológicas em desafio a crise capitalista

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO¹

Nosso Tempo

Carlos Drummond de Andrade

Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,

É tempo de muletas.
Tempo de mortos faladores
mas ainda é tempo de viver e contar.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo, perderam o sentido,
apenas querem explodir.

Como está a questão agrária?

Estamos vivenciando uma crise estrutural. A instabilidade econômica alojada na crise para conter os contínuos estouros de bolhas financeiras, que produzem pressões na queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, a tendência ao seu esgotamento, ativou, intensivamente, a lógica neoliberal, a qual, antes de favorecer os pobres do campo, favorece a subordinação do trabalho, da terra e da água, expressa na perda do crédito e da água, provocando uma intensa mobilidade do trabalho e a subordinação ao agronegócio, criando novas/velhas formas da expropriação do trabalho e da terra, que se espelham na face da questão agrária.

¹ Professora do PPGEQ/GPECT/UFS/CNPq.

A concentração fundiária, a propriedade privada da terra, a violência no campo, os conflitos, a reforma agrária e as relações de trabalho no campo são temáticas inscritas historicamente no debate da questão agrária escamoteado como questão de desenvolvimento. O neoliberalismo, na realidade, o ultraneoliberalismo nada tem de humano, é perverso. Causas e consequências são distorcidas para justificar um modelo de desenvolvimento que tem como foco a extração de mais valor ou a extração da renda da terra.

Ao anunciar o discurso de desenvolvimento como automação de garantia de renda, de participação do mercado interno e do discurso de gestão, empoderamento, desenvolvimento, condensa-se o fim da autonomia camponesa, através de ideologias que redefinem conteúdos, a partir de novos significantes e significados do espaço rural e urbano.²

Desde o início dos anos 2000, o esvaziamento do sentido/conceito de campo e camponês tem sido ideologicamente construído no discurso da sua substituição por espaço rural, o agrário em agrícola, que tem como emergência uma visão territorial como lógica econômica intersectorial, chaves cruciais para o quadro, que ora apresenta a esdrúxula situação que enfrentamos.

O Banco Mundial e o FMI objetivam a extração exacerbada da manutenção do lucro, apropriado pelo capital imperialista, e tecem políticas públicas sem estrutura social, mas econômicas em nome de reajustes espaciais, que têm como estratégia estruturante: liberalizar os mercados fundiários, eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras; e aumentar o grau de mercantilização da terra, via titulação privada.

A terra como mercadoria com finalidade lucrativa é subsumida na luta pela criação de reservas ambientais e da demarcação de Terras Indígenas, estas postas na dimensão do sentido da terra como ativo do mercado, na medida em que é retirada a garantia da proteção e valorização do seu uso ecológico e social, que assegura a reprodução física, cultural e espiritual dos povos indígenas e tradicionais. Na realidade, são os setores extrativistas os grandes beneficiários do desmantelamento da política indigenista do país.

Dessa forma, a questão agrária é conduzida pelo avesso do avesso do discurso – através de verdades incorporadas de fetiches para a naturalização da negação da autonomia camponesa. Antes de encontrar soluções diretas para a questão da terra, visando à desconcentração, há uma inversão perversa do discurso. Assim, a questão posta é condição *sine qua non* da sua própria estrangulação.

² Paradigmas já muito bem analisados por Bernardo Mançano em sua crítica ao capitalismo agrário.

Como se estrutura a questão agrária: ou com quantos novos se dá o nó para a estrangulação da produção camponesa

A tendência imanente do capital corporativo financeiro é a destruição da pequena produção da agricultura camponesa. A acumulação imposta pelo capital corporativo financeiro aumenta a lucratividade na agricultura camponesa (pescadores, artesãos, entre outras atividades), objetivando:

1. Acabar o isolamento da agricultura camponesa – colocando-a, cada vez mais, dependente das flutuações de preços de mercados;
2. Colocar os camponeses em contato direto com multinacionais (agronegócio e corporações – sem a ação mediadora do Estado – através da retirada de subsídios);
3. Reduzir serviços públicos para a agricultura camponesa com cortes de investimentos;
4. Retirar, progressivamente, o crédito institucional – forçando-os a contraírem empréstimos;
5. Privatizar os serviços essenciais como educação e saúde.

Isso culmina na expulsão dos camponeses, dos indígenas, dos pescadores, dos quilombolas, forçando-os a se periferezarem, ou ocuparem áreas urbanas. A dispersão pelo interior não significa uma contratendência, mas reforça o processo de urbanização do campo. A mobilidade do trabalho na criação de mais valor relativo, antes de diminuir, tem se tornado mais intensa, sobretudo na circularidade do movimento rural-urbano. Ao avançar pelo campo, através do complexo agroindustrial, o capitalismo urbaniza o campo e desurbaniza as pequenas cidades da região, que se transformam em cidades-dormitórios de trabalhadores volantes.

As atividades urbanas funcionam como condutoras da mobilidade espacial da população, para a expansão da “moderna” agricultura do campo e a periferação de cidades. O destino mais original e, atualmente, mais expressivo da migração de fronteira está na direção urbana – locus da circulação de bens, mercadorias, força de trabalho e capital. A cidade controla e comanda o dinamismo da fronteira.

A Emenda Constitucional n.º 95 (fruto da Proposta de Emenda Constitucional n.º 55) de 2016, a chamada emenda do “teto dos gastos”

(INESC, 2017), que inviabilizou ações (estruturantes) do Estado, aprofundando o ideário neoliberal, em particular, as políticas fundiárias (edição da MP 759, em dezembro de 2016), teve como objetivo regulamentar o mercado formal de terras; portanto, “esgotar o estoque de terras públicas”; desobrigar ou desresponsabilizar o Estado de realizar investimentos produtivos e implementar políticas fundiárias estruturantes no campo. Os principais sinais da (re)orientação neoliberal estão na priorização da titulação definitiva das terras destinadas à reforma agrária, favorecendo, inclusive, ocupantes irregulares em detrimento de direitos das famílias assentadas.

A individualização na seleção de famílias a serem assentadas em projetos de assentamentos é outro elemento privatista. De forma geral, o que se veem são mecanismos políticos e jurídicos, que inviabilizam ações do Estado e, ao mesmo tempo, regulamentam o mercado para a comercialização das terras públicas, forçando o aumento de oferta de terras. O que tem se presenciado é a extinção gradativa de políticas públicas sociais e o fim do princípio constitucional da função social da terra, o que resulta em um olhar equivocado acerca do que deve ser o modelo de produção de alimentos do país, reproduzindo a lógica do grande capital, na defesa da monocultura, exportadora – *commodities* – e usurpadora de empregos e de direitos de trabalhadores e trabalhadoras do rural brasileiro, que é amplo, diversificado, plural e muito maior do que o espaço que lhes querem reservar.

O objetivo é garantir, judicialmente, o fim dos assentamentos, o fim da reforma agrária, a reconcentração da terra, o controle total político da terra, o poder oligárquico, as ações das transnacionais, transformando a massa de assentados em trabalhadores rurais e urbanos – mercadorias livres a ofertarem sua força de trabalho.

Todo esse movimento de alteração de legislação e esforço institucional apresenta um custo no campo operacional, além de promover a exclusão de povos e comunidades de suas terras, emperrando a reforma agrária, sob o discurso de austeridade fiscal. O intenso desemprego estrutural e a ausência da terra como condição de vida tornam o pequeno produtor familiar, cada vez mais, móvel ao fluxo incerto e “nervoso” do sistema esquizofrênico do capital financeiro. Esse expropria para apropriar, e apropria-se para expropriar. Não há mais limites sistêmicos para a busca de montantes/lucros. Terra, trabalho, água, recursos agrícolas e minerais são ativos de mercado.

As empresas transnacionais objetivam acabar definitivamente com a reforma agrária, estabelecendo medidas de contrarreforma agrária. De um

lado, desviando na construção de seus projetos: a terra, como questão fundante – reduzindo os assentados à situação de marginais e de miseráveis do campo, podendo-se, então, afirmar que os camponeses não têm condições de trabalhar a terra, sem capacidade de utilizá-las (impossibilita sua produção e induz a compra da terra pelas transnacionais). O apagamento da realidade concreta é condição central das grandes corporações mediadas pelas entidades institucionais. Os projetos de infraestrutura do Estado, projeto de rodovias, ferrovias, sistemas aquaviários, hidrelétricas etc., estabelecem-se para atender à lógica do agronegócio e das demandas de exportação de *commodities*. Esses intensificam as expropriações, impondo graves consequências às práticas tradicionais, garantidoras da reprodução social, gerando conflitos que se aprofundam com a privatização.

A funcionalidade do Estado no Sistema Sociometabólico do Capital

A intervenção estatal situa-se como plano estratégico para a reprodução sociometabólica do capital. O Estado, a serviço dos monopólios, legitima-se no controle do capital. Por outro lado, o capital orquestra o sistema ideológico e político de dominação via privatizações, desregulamentação do trabalho e desmontagem do setor produtivo estatal – através de novas formas de acumulação flexibilizada, visando ao aumento do lucro pela intensificação do trabalho, combinando as formas de extração da mais valia relativa (mobilidade/tecnologia) e da mais valia absoluta (horas de trabalho), a subsunção real do trabalho.

Tanto no liberalismo como no neoliberalismo, é mister observar que o Estado tem caráter de minimização na operação do mercado, para garantir a hegemonia capitalista. É fundamental a intervenção do Estado na conformação do mercado como articulador da contradição capital-trabalho, reduzindo a conflitividade social sob o fetiche de um Estado que atende às demandas sociais, pulverizando e desarticulando as lutas de classes na manutenção e legitimação da “ordem social”.

No atual cenário mundial, no contexto da crise estrutural, crônica e cumulativa, dá-se uma profunda reestruturação sistêmica, sob a hegemonia do capital financeiro, que se materializa no projeto neoliberal, o qual se desdobra em síntese, em duas frentes: “a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e os direitos trabalhistas e a (contra) reforma do Estado” (Montño; Doriguetto,

2011, p.193). Conforme Montño e Doriguetto (2011, p. 193 apud Petras, 2000, p.12), o neoliberalismo representa uma tentativa de abolir cinquenta anos de avanços sociais e reestabelecer as condições socioeconômicas antes do advento dos governos social-democratas.

O que se pode constatar é que o sistema acumulativo do modo de produção capitalista estabelece-se numa estrutura destrutiva de crise estrutural do capital. Conforme resultados, fica claro o domínio dos latifundiários no campo, permanecendo a mesma performance dos “antigos coronéis”. No território do agronegócio, tal situação está presente através da privatização das propriedades agroindustriais, da ação reguladora do Estado, da má remuneração do trabalho, do desemprego, da crescente precarização e do trabalho escravo.

Como afirmei no capítulo “O Caráter Apologético da Concepção Dualista – o atrasado moderno Sertão” (Conceição, 2016), o que se apreende é a inversão do fato histórico no qual a imigração passa a ser causa, e não consequência. Nessa direção, urbanizar o Sertão é condição prioritária do desenvolvimento. O que se aponta e se aposta é na capacidade empreendedora do sertanejo, que não está nomeada em soluções estruturais para o convívio camponês, mas na perda de sua essencialidade, indicando a trilha da modernização civilizatória.

O Estado, enquanto setor público, torna-se disfuncional ao perder as suas funções, ou as realiza de maneira anômala. As funções são perdidas para entidades privadas. As funções que restam são executadas de forma deficiente pelas imposições da austeridade, que representa a subordinação aos interesses e à liberdade, sem restrições para o grande capital.

Direitos coletivos e a reforma agrária, demarcação das Terras Indígenas e dos Quilombolas, por exemplo, são inaceitáveis. Tudo é considerado apócrifo: subverter os direitos democráticos, eliminá-los, apagar toda a luta mínima conquistada; o combate ao movimento sindical, aos movimentos sociais, o incentivo à grilagem; a ferrenha perda dos direitos trabalhistas, a descrença imposta via meios de comunicação à esquerda e o ódio generalizado à luta reivindicatória são as mediações necessárias para o arrocho salarial e as perdas das garantias trabalhistas. Essa é a realidade que temos vivenciado com intensidade nas últimas décadas.

No processo de acumulação ilimitada de capital, a precarização do trabalho é a estratégia de dominação, possibilitada pelo alto grau de vulnerabilidade estrutural do trabalho, garantindo a quase absoluta submissão e

subordinação do trabalho ao capital como única via de sobrevivência para os trabalhadores: contratos precários, sem proteção social. Para impedir qualquer avanço revolucionário contra o regime neoliberal, o capitalismo neoliberal tem promovido ações fascistas, neonazistas, a fim de dividir o povo, situação essa favorecida, como se afirmou anteriormente, pelo altíssimo nível da exacerbação do individualismo, do consumismo alienante.

A alienação e a coisificação do homem, em tempo de transformação da velocidade fluida da exigência contínua de grande escala da expropriação do trabalho, separaram o lugar da reprodução da força de trabalho, do lugar da produção e reprodução do capital. Essa simulação torna-se ainda mais visível e de fácil manipulação em tempos de crise, com o desemprego e a perda da terra. O simulacro pela capacidade da inversão de sua vida real é estabelecido no estranhamento do sujeito produtor de trabalho e consiste na separação entre o conteúdo e a forma. Ao inverter sua posição na estrutura produtiva da divisão do trabalho, o pôr teleológico é conduzido pela mediação do mercado. O que se objetiva é a negação do trabalhador como sujeito real de produção da riqueza e da negação da sua potência de livre capacidade de decisão e de realização humana (Conceição, 2017).

O Estado, ao assumir, sobretudo a responsabilidade de: a) gerar e garantir a eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; b) apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, voltados às atividades agrícolas e pecuárias do MATOPIBA, torna-se o principal responsável pela violência contra populações do campo, das cidades, das águas e das florestas. A destruição do bioma Cerrado, onde se encontram os maiores aquíferos do planeta, as nascentes de três bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Araguaia – Tocantins, São Francisco e Prata), povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, sertanejos, transformando em mercadoria a rica biodiversidade brasileira (Conceição, 2017, p. 30).

Afinal, como afirma Karl Marx (2013, p. 329): “O capital constante, os meios de produção, considerados do ponto de vista do processo de valorização, só existem para absorver trabalho e, com cada gota de trabalho, uma quantidade proporcional de mais trabalho”. O processo histórico de criação de valor é subtraído pela intensificação de mercado, inicialmente em escala local – terra, água, ar, trabalho –, exigindo cada vez mais a ampliação da produção em escala nacional, internacional, mundializando-se para a completude do ciclo total de reprodução. É contraditório para a própria essência do sistema metabólico do capital que sejam criados espaços fora do seu controle.

O capital apropria-se recriando mecanismos institucionais, regulamentando a produção orgânica, criando dificuldades de certificação e de não financiamento para os pequenos produtores. Como foi ressaltado anteriormente, a padronização é possibilitada pelo Estado por meio de políticas públicas, mediando e aprisionando a lógica mercadológica do lucro.

Funcional ao interesse do capital, o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos da natureza contraditória do capital. Ao tempo em que necessita do camponês como fonte de exploração da renda da terra e fonte fornecedora de matérias-primas para sua produção, também necessita de força de trabalho, reserva móvel para atendimento de suas necessidades, corroendo, desse modo, as bases das condições mínimas para o desenvolvimento das formas não capitalistas de produção, que vivem do autossustento, suprimindo, sempre que possível, a terra, água, florestas – os meios de vida.

Como se dribla a miséria no campo

O apagamento de qualquer direcionamento revolucionário flui com intensidade, tendo em vista a condição da miséria no campo decorrente da expropriação das próprias corporações, que surgem travestidas como veiculadoras e anunciadoras do discurso solucionador. A pobreza no campo passa a ser apresentada com novos parâmetros de medição. Com novos indicadores: itens como qualidade da nutrição, segurança alimentar, educação, exposição a riscos ambientais ou de proteção social, indicadores que passam a integrar medições, que podem ser quantificáveis, uma vez que, segundo a Agência da ONU (2022), “é difícil obter informação segura e harmônica sobre condições e números de pessoas em situação de pobreza que vivem no campo”.³

A nova forma de medir a pobreza rural, conforme Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), de fevereiro de 2022, em parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido, que, de forma cínica, argumenta: a renda de uma família não pode servir para capturar a realidade da pobreza em áreas rurais. É altamente aceitável agora o conceito de que a pobreza significa muito mais que uma conta bancária esvaziada. Segundo o Índice Global Multidimensional de Pobreza (MPI), “são

³ Relatório da ONU – fevereiro de 2022. Informações obtidas no Relatório da FAO – Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1778952>.

analisados os riscos de exposição à seca, cheias e ondas de calor. Para a diretora do Ophi, Sabina Alkire, o lançamento é um passo importante para formar o ambiente de dados e a discussão sobre como continuar a avançar com a compreensão da pobreza rural em todas as suas dimensões⁴.

Desde 2016, a política de Reforma Agrária assumida pelo Incra mudou de foco, abandonando-se a compreensão da questão agrária a partir da aquisição de terras e do assentamento das famílias nos lotes, passando a assumir o discurso de melhoria das condições de trabalho e no modo de vida dos trabalhadores rurais. Ao permanecerem em terras irregulares, os pequenos produtores tornam-se ainda mais vulneráveis. Conforme afirmam, “é preciso, nesse momento, garantir a condição da regularização das terras que ocupam para que tenham mais cidadania, dignidade segurança jurídica, social e econômica [...]” (INCRA, 2016, p. 17).

No Relatório da FAO (2022) sobre a situação da Agricultura e da Alimentação no Mundo (SOFA, 2022), o problema do campo deve ser compreendido na sua capacidade de automação, por potenciais tecnológicos, possibilitando o deslocamento *de postos de trabalho, através de políticas públicas* que garantam a automação agrícola inclusiva e contribua para alcançar sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes. Para o diretor-geral da FAO⁵, “sem progresso tecnológico e aumento da produtividade não é possível tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza, da fome, da insegurança alimentar e da má nutrição”. Segundo o relatório: “O que importa é como o processo de automação é realizado na prática. É preciso garantir que a automação seja realizada de forma inclusiva e que promova a sustentabilidade” (FAO, 2022), tendo a clareza que a automação da agricultura leva ao desemprego, como afirmam: “em especial em locais onde a mão de obra rural é abundante e os salários são baixos” (FAO, 2022), aprofundando as desigualdades.

No “território do agronegócio”, essa situação está presente por meio da privatização das propriedades agroindustriais, da ação reguladora do Estado, da má remuneração do trabalho, do desemprego, da crescente precarização e do trabalho escravo. As empresas transnacionais objetivam acabar, definitivamente, com a reforma agrária. Ao avançar pelo campo, através do complexo agroindustrial, o capitalismo não só não urbaniza o campo, como também

⁴ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1778952>; <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1613670/>.

⁵ Disponível em: <https://portalmaquinasagricolas.com.br/fao-destaca-automacao-da-agricultura-em-relatorio/04/11/2022>.

desurbaniza as pequenas cidades da região, que se transformam em cidades-dormitórios de trabalhadores volantes. É um processo de desruralização e de desurbanização (Whitaker, 1992, p. 31).

A dupla tautologia que define o agricultor familiar é ideologicamente conveniente ao sistema sociometabólico do capital. O agricultor é apresentado como o sujeito modernizador, distinto do arcaico, do tradicional camponês, do sertanejo. A diluição da sua identidade em pobre do campo, atrasado o qualifica como incompetente, e naturalmente responsável por não se constituir produtor de “riqueza”, garantidor de lucro (Conceição, 2016, p. 43).

Em tempos de crise, com o desemprego e a perda da terra, essa simulação torna-se mais visível. “Ao inverter sua posição na estrutura produtiva da divisão do trabalho o pôr teleológico é conduzido pela mediação do mercado”, com a negação do trabalhador como sujeito real de produção da riqueza, da livre capacidade de decisão e de realização humana (Conceição, 2016, p. 44). Há o desvio do debate da questão estruturante, da questão fundiária, da propriedade privada, que vem sendo substituído por uma “questão de injustiça ambiental e climática”; “uma questão da qualidade da nutrição”; “de cidadania”, com o discurso de “tornar o setor agrário mais resiliente e promover uma dieta mais saudável”. Entre outros indicadores, aquilo a que se assiste é a permanência do controle da Bancada Rural no campo, e a garantia do perdão para produtores os rurais das suas dívidas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Lembremo-nos da dívida dos ruralistas com o Funrural, que acumula (em fevereiro de 2022) um passivo de R\$ 10 bilhões, não importando percentuais de mortes nem da fome que possam garantir a reprodução ampliada do capital. Essa é mantida artificialmente, criando a ilusão de que tais barreiras podem ser superadas, a partir de ajustes espaciais, ou mesmo formas de autodesenvolvimento (falanstério)⁶, subsumidas na concepção da utopia de Charles Fourier.

Isso nos remete à crítica de Karl Marx e Friedrich Engels a Ludwig Feuerbach, B. Bauer e Stirner (*A Sagrada Família*) no livro *Ideologia Alemã*, ao se referir à “crença” da libertação do “homem” da dominação pela “autoconsciência”; do mistério de criar-se a si mesmo – da ilusão do Único, da crença de que o mundo real é produto do mundo ideal, no qual as ideias, os pensamentos e os conceitos produzem, determinam e dominam o mundo real.

⁶ Os falanstérios, de acordo com Charles Fourier, deveriam ser criados através de Associações Voluntárias. Cada membro seria livre para fazer sua escolha de trabalho, sendo que os salários não seriam iguais. A rede dos falanstérios seria a base da transformação social.

Ao ler a realidade concreta em que vivenciamos, temos ouvido falar no aumento da fome no Brasil. Nos discursos fetichizados, fala-se em fome nas cidades, decanta-se a presença da fome nas áreas urbanas; entretanto, embora o maior número de pessoas em situação de miséria alimentar viva em áreas urbanas, essa situação tem apresentado maior incidência nas áreas rurais. O agronegócio instrumentaliza-se na materialização da financeirização. Para os investidores, a possibilidade de incrementar lucros e a especulação nas bolsas de futuro transformam a fome do mundo na nova fonte de lucro do capital financeiro. As bolsas de futuro representam uma liquidez mais atraente; a fome significa lucro.

A luta pela terra impede a sua monopolização pelo capital. Ao se contrapor ao agronegócio, os camponeses, indígenas, ribeirinhos etc. colocam-se contra a condição metabólica do capital. Nessa revolução, estes se tornam força decisiva (REAL) na mudança social.

É nessa direção que compreendo que o capital tudo faz para cooptá-los, trazê-los para si como aliados, não só pela vertente econômica, ou política, mas também alienando-os, destruindo a sua unidade de pertencimento, a sua cultura, o seu modo de vida.

No seu livro *A Sociedade Comunista Primitiva e sua Dissolução*, Rosa Luxemburgo (2015) afirma que o caráter hereditário dos bens e a possibilidade de alienar os bens dos camponeses são a porta aberta à desigualdade. A divisão do trabalho no seio da sociedade primitiva conduziu, mais ou menos, depressa à inevitável ruptura da igualdade política e econômica (Luxemburgo, 2015, p. 159). Sob tal forma de despotismo, continuaram a existir relações comunistas, a propriedade coletiva do solo e a organização comum do trabalho (Luxemburgo, 2015, p. 165).

Segundo a leitura de Rosa Luxemburgo (2015, p. 167): “Pelo seu próprio desenvolvimento interno, a sociedade comunista primitiva conduz à desigualdade e ao despotismo. Porém não vem a perecer por conta disso, mas pode continuar existindo naquelas condições primitivas durante milênios”. O fim da comunidade coletiva e das comunidades agrárias dá-se com **a privação do meio de produção – a terra**. Pela propriedade privada da terra, o capitalismo priva a ordem social primitiva do seu fundamento – **a terra**, escravizando-os, tornando-os força de trabalho para o capital.

Nesse contexto, para onde estão indo a Geografia Agrária e os geógrafos e as geógrafas?⁷

Em artigo escrito no capítulo I do livro *Geografias e Geograficidades*, intitulado “Epistemologia e Ontologia como estruturantes na formação dos Grupos de Pesquisa de Geografia Agrária”, sinteticamente, exponho que o que se constata é que, em geral, os estudos e as propostas dos pesquisadores da Geografia Agrária, com exceções, têm como pano de fundo colocar, no lixo, toda construção teórica/prática do marxismo. Embora utilizando-se, muitas vezes, da própria terminologia marxista, o que se observa é que, nos estudos do campo/rural/agrário, a análise tem sido construída no discurso das representações, sob o carro-chefe de um conceito/paradigmático: camponês, campesinato, agricultor familiar. Quem define o conceito é o sujeito de quem se fala, e não a realidade concreta. As relações são aprisionadas no lugar, são relações fragmentárias, e a concepção vai depender da formação epistemológica do sujeito que fala. Nessa vertente, a leitura do campo é analisada a partir de epistemes que defendem o discurso do desenvolvimento como categoria dominante, para a solução da pobreza do campo (Conceição, 2020).

Nas palavras-chave que se autodefinem como categorias analíticas, destacam-se: agricultura familiar; desenvolvimento rural; desenvolvimento territorial; políticas públicas; políticas de reordenamentos territoriais; agroindústrias; arranjos territoriais produtivos, latifúndio, entre outras. Do outro lado do *front*, sob o paradigma da crítica a essa vertente, temos estudiosos/pesquisadores que sustentam as suas epistemes nas seguintes categorias paradigmáticas, a partir das palavras-chave definidoras analíticas: camponês; campesinato; agricultura camponesa; produção familiar; agroecologia; comunidades tradicionais; economia solidária; conflitos fundiários; movimentos sociais; reforma agrária; luta pela terra; território/territorialidade; políticas públicas, entre outras. Seus discursos se contrapõem, a partir do fundamento da crítica, ao modelo de desenvolvimento – o agronegócio, que se expressa como negação da existência camponesa.

Há casos que centram o debate epistemológico na categoria “desenvolvimento”, questionando: qual projeto? Qual modelo? Nessa direção, as categorias Estado, capital e modo de produção estão presentes na leitura da escrita, mas elas são postas não como estruturantes ontológicos, afastam-se da

⁷ O item a seguir condensa as reflexões que produzi e publiquei no capítulo referenciado (Conceição, 2020).

opção do método do materialismo histórico dialético, da análise das contradições, do entendimento Estado e trabalho; ou mesmo Estado e capital, que são compreendidas como conceitos/definições, e não como unidades contraditórias; ou seja, como mediações centrais para a expropriação do trabalho no processo de acumulação, produção do capital.

Muitas vezes, conforme concepção epistemológica, o que as aproxima, na diversidade dos discursos dos saberes, é a categoria central – Estado. O que se identifica nos discursos é a presença do Estado como razão/desrazão; no seu caráter emancipatório para os “subalternos”, “colonizados”, etc. – que se caracteriza como funcional ao real. Atualmente, têm crescido grupos nessa vertente, que têm se aproximado da crítica à leitura de centralidade, sob forte influência da teoria da decolonidade, do Pós-desenvolvimento, assumindo a episteme da arqueologia do saber, pela defesa da geografia como espaços sociais de práticas de saberes (Conceição, 2020).

Nessa dimensão, há grande influência das leituras de Boaventura de Souza Santos, em destaque, a Teoria da Emancipação – Teoria da Episteme do Sul, que consiste no que ele denomina de crítica à subalternização da hierarquia das relações capitalistas imperiais do Norte Global – o eixo da colonização epistêmica de matriz colonial, identificado como pensamento abissal, que se baseia em linhas imaginárias as quais dividem o mundo (Norte, Sul), compreendendo uma relação imperial global étnico-racial de um suposto controle de um monopólio universal, de um saber hegemônico cultural, político e econômico (Conceição, 2020).

Boaventura de Sousa Santos não se propõe a elaborar uma teoria geral. Para ele, nenhuma teoria geral é capaz de dar conta da complexidade do mundo. A realidade deve ser vista como um campo de possibilidades, a existência não esgota as possibilidades da existência. Santos propõe uma sociologia das ausências, cujas bases são as ecologias dos saberes em contraposição ao que ele chama de razão proléptica (fundada na concepção de tempo linear, progresso, desenvolvimento, crescimento econômico). Diversidade em contraposição à totalidade, ao universalismo abstrato e a uma teoria geral. Propõe-se construir concepções novas e plurais de emancipação social, ou seja, objetiva-se criar constelações de saberes e de práticas. Considera o autor que a dimensão ontológica passa pelo sentido, de que cada saber existe dentro de uma diversidade de saberes, e não se pode compreender um saber sozinho sem se referir aos outros saberes (Conceição, 2020).

Nessa direção, assume-se a Geografia como ciência das práticas e dos saberes: a Geografia dos saberes espaciais. O saber como espaço do político. Em alguns casos, há a negação da cultura como definidor, na medida em que essa se define como presença, como definidora do lugar. As ações são compreendidas como princípios individuais, que se definem tanto no campo do corpo como expressão de um coletivo identitário: questões-problema: gênero – étnica – juventude, camponeses, indígenas, mulheres etc.

Em oposição e em negação ao Discurso dos Saberes, os marxianos, ao assumirem a totalidade concreta como definidora da realidade, negam a fragmentação, a leitura por episteme e a negação de paradigmas como representações e manifestações fenomênicas, que são reduzidas a uma questão do conhecimento abstrato. Na ontologia do Ser Social, a leitura do real deve ser analisada na concepção do materialismo histórico e dialético, a partir das contradições, das relações sociais e de produção, materialmente determinantes.

Para os pós-colonialistas, as categorias analíticas assumidas pela esquerda marxista como noção de classe, exploração capitalista, conduzem a um agravante erro teórico e prático. A partir do conceito de cultura, nega-se a equivalência de nação e defende-se o princípio da diferença, enfatizado por Foucault e Derrida e fundamentado em Nietzsche, que defendem que o mundo é feito por diferenças. Tudo é peculiarmente diferente. O que anunciam, então, é a negação do Sujeito no seu perfil revolucionário, do coletivo, e se assume o discurso da natureza coisificada, naturalizada, embora paradoxalmente identificada de social. Para seus defensores, a aplicabilidade de categorias como capital, democracia, liberalismo, racionalidade e objetividade, assumidas pelo marxismo, é eurocêntrica e parte do impulso colonial e imperial do ocidente. Ao analisarem as relações históricas sociais pela lógica do capital, universalizam as relações de forma hegemônica, sem advir para as diferenças. Assume-se a semiologização – o fetiche da linguagem a partir dos jogos de linguagem – tudo é discurso (Conceição, 2020).

Enfim, a preocupação que apresento, no contexto que estamos vivenciando da ascendência acelerada da extrema direita, do fascismo, é a perda contínua da teoria como condução da reflexão da realidade, fato, hoje, muito comum na academia. Afirmo que a maioria dos geógrafos tem assumido em/ no silenciamento as teorias pós-modernas, sem sequer ter a consciência de que sua estrutura fundante não é plural, é monolítica. As forças produtivas

aparecem separadas dos indivíduos, o homem é visto como um ser genérico, natural, supra-histórico, o não ser social historicamente determinado, logo não revolucionário.

A epistemologia sem historicidade torna o real concreto, como uma tessitura de linguagens, um jogo discursivo. Nessa dimensão, a Epistemologia contrapõe-se à Ontologia. É mister salientar que os marxistas assumem a dimensão da ontologia do Ser, analisando a realidade a partir da dimensão da totalidade concreta. “[...] para a correta compreensão do marxismo, a historicidade do ser, enquanto característica fundamental, constitui o ponto de partida ontológico para a correta compreensão de todos os problemas” (Lukács, 2018, p. 86). Isso destoa totalmente da visão distorcida do entendimento da leitura marxiana como discurso economicista.

Como afirma Baca (2018), Marx não defende uma leitura economicista; ao contrário, denuncia que, nas sociedades capitalistas, o princípio social que domina a totalidade das relações sociais é uma lei econômica, abstrata e quantitativa. A reprodução do capital produz não apenas mercadoria ou dinheiro, mas também relações sociais. O reducionismo que tem assumido os críticos da teoria marxista ao tomar o particular como geral, ou exceção à regra, tem sido cada vez maior, *“La ley del valor es em realidade el principio que ordena-la la totalidad social em el capitalismo, no obstante, se presente como puramente económica”* (Baca, 2018, p. 138). O capital é o sujeito do processo de produção e não apenas seu resultado. A expansão é uma das leis tendenciais do sistema, que se estabelece na circulação incessante de mercadorias.

o capitalismo globalizado desenvolve sua narrativa da naturalização do modo de produção capitalista doravante chamado de “mercado” ou de “democracia”, tornando-se o único horizonte crível de toda a humanidade (Cahen, 2018, p. 25).

Diante dessa realidade, o que temos é:

– O esvaziamento dos programas de curso de Geografia Agrária e das pesquisas de agrária; os debates tendem à leitura da questão agrícola e da agricultura, focados em estudos temáticos, que se acasalam como dimensão geográfica pela localização, figurada como: território/lugar/região; a perda da tessitura do debate político que atravessa a pesquisa, tendo como camisa de força denominações de “categorias geográficas”;

Se de um lado é importante a diversificação analítica, por outro, é fundamental ter a compreensão teórica analítica de que o fragmentário deslocado na totalidade das relações, em geral apresentado em cortes espaciais, fragiliza o político que é trazido como o apolítico.

Na leitura de Domenico Losurdo (2014, p. 13), a voga atual do antipolítico tem relação com as desilusões nos momentos cruciais de crise da revolução ou do projeto político de transformação. Essa hipocondria é resultado da ofensiva ideológica das classes dominantes e surge diante das primeiras dificuldades e das contradições que, inevitavelmente, ocorrem no processo de construção de uma nova sociedade, quando o ingênuo entusiasmo vira um desgosto. Tanto mais exaltadas as esperanças e as ilusões, o mundo político se revela medíocre e vulgar. “É a Hipocondria do Antipolítico”.

– Retirada na graduação e na educação básica do conteúdo da Geografia Agrária. A questão fundiária, concentração da terra, questão camponesa são camufladas como questões ambientais, como analisamos;

– O desaparecimento quase que completo dos GTs de Agrária nas seções locais da AGB.

Quais os desafios

Como tem afirmado o Professor Ariovaldo Umbelino, a luta contra a grilagem é a Questão Máxima estruturante para solucionar a questão agrária no Brasil. Sem eliminar a grilagem, não é possível pensar qualquer forma de solução da Terra no Brasil (ler Oliveira *et al.*, 2020). No acúmulo da luta, é preciso: a) ampliar a luta pela demarcação das Terras Indígenas; b) ampliar a luta pela titulação da propriedade comunal quilombola; c) lutar intensivamente para a execução das dívidas dos grandes proprietários de terras e arrendatários capitalistas através da tomada de terras e bens de produção.

A unificação da luta no campo e na cidade passa por dentro dos próprios currículos e assume a articulação estratégica contra a subordinação do trabalho. Enfatiza-se que a luta por currículos que tenham como estruturante uma leitura da diversidade, e que encaminhem a busca da unicidade da totalidade das relações – questão agrária –, significa a luta por uma Geografia em contraposição ao simulacro do fazer/pensar categorias deslocadas da realidade concreta – uma Geografia contra o fragmentário, observando a

fundamental importância da defesa da diversidade sociocultural do campo brasileiro, da América Latina e do Caribe.

Para atender a esses objetivos, é preciso consolidar uma Geografia que resgate a luta de resistência e transformação. Uma Geografia na luta pela defesa do princípio da coletividade, da comunidade, do social, em contraposição à forte ideologização do indivíduo, da concepção da autonomia como discurso do desenvolvimento emancipatório. Por uma Geografia que use o aprofundamento da teoria crítica como acúmulo do pensar/transformar sem, contudo, direcionar na leitura positivista científica da ordenação do discurso único, que desvela o poder do dominante.

O desafio do aprofundamento teórico tem como significado a ênfase à metateoria em contraposição ao metarelatório. “A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática: prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente, a atividade revolucionária: teórica, na medida em que esta relação é consciente” (Vázquez, 2007, p. 109). Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis. Só uma teoria que tenha vinculação consciente com a prática é, de fato, uma relação indissolúvel. Porém, pode ocorrer uma relação consciente da teoria e práxis sem que haja consequências práticas revolucionárias, como na particularidade dos filósofos críticos neo-hegelianos, que pretendem transformar a realidade por meio de mero exercício da crítica. A teorização absoluta acaba por imobilizar a própria realidade. “Se a realidade deve ser mudada, a filosofia não pode ser um instrumento teórico de conservação ou justificação da realidade, mas sim, de sua transformação” (Vázquez, 2007, p 115). “O prático não se sustenta por si mesmo, mas como um momento de autoconhecimento” (Vázquez, 2007, p. 110). Como diz Marx, para que a crítica apresente resultado, tem de ser radical. “Crítica radical é crítica que tem como centro, como raiz, o homem e responde a uma necessidade radical” (Marx apud Vázquez, 2007, p. 117). A teoria só se realiza à medida que realiza suas necessidades. Sua eficácia é condicionada pela necessidade radical, que se expressa como crítica radical.

Resalta-se a defesa da inserção dos conteúdos, da disciplina da Geografia Indígena como conteúdo obrigatório de estudo, e não apenas via pesquisas individualizadas. Uma Geografia que traga a memória como ferramenta epistemológica e ontológica. Pensar como fazer uma Geografia do campo/da cidade – do rural e urbano –, e não como disciplinas fragmentadas, distintas, inteligíveis, no sentido em que a produção do espaço urbano e rural se proces-

sam distintas/diferenciadas. A unidade no campo deve ser construída levando em conta a necessidade de articular-se estrategicamente com os trabalhadores urbanos. É preciso dominar a leitura e análise crítica do Estado, no limite de seu uso, enquanto setor público para a defesa do espaço público em contraposição à imposição de sua institucionalidade/instrumento funcional ao capital. Reafirma-se que a força do capital, cada vez mais sob a aliança do Estado, só será destruída na unidade campo e cidade.

Urge pressionar os órgãos públicos, como também subsidiar os movimentos sociais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, muni-los de material analítico/cartográfico para acumularem armas contra a expansão do capital no campo e na cidade, intensificando pesquisas em todos os graus de ensino para o domínio das fontes de análise

É para onde deve caminhar a luta por uma Geografia brasileira inscrita na América Latina e no Caribe cada vez mais unificada contra os imperativos da hegemonia do capital imperialista. Nessa caminhada, objetiva-se dominar para transformar.

Canção da Partilha

Reparto contigo este canto
Feito pão na mesa indigente,
Pois o vazio em tua boca
não é só a fome que sentes.
É o canto que te foi negado,
É a terra cavada no homem.
Por isso reparto, urgente,
Meu canto, que se fez semente:
A terra também sente fome

(César Teixeira)

Referências

BACA, A. S. Acumulación en el sector agroalimentario: más allá de la acumulaci3n por desposesi3n. Contribuciones a partir del sometimiento real del maiz al capital. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 48, p. 127-157, 2018.

CAHEN, M.; BRAGA, R. (Orgs.). **Para além do pós (-) colonial**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CONCEIÇÃO, A. L. Epistemologia e Ontologia como estruturantes na formação dos Grupos de Pesquisa de Geografia Agrária. *In*: MENEZES, S. de S. M.; PINTO, J. E. S. de S. (Orgs.). **Geografias e Geograficidades**: escolhas, trajetórias e reflexões. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020, p. 17-51.

CONCEIÇÃO, A. L. Produção do Espaço e conflitos territoriais: Expropriação da terra e exploração da natureza. *In*: SUERTEGARY, D. M. A.; SILVA, C. A. da; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. de (Orgs.). **Produção do Espaço e conflitos territoriais**: expropriação da terra e exploração da natureza. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, v. 1, p. 13-34

CONCEIÇÃO, A. L. O Caráter Apologético da Concepção Dualista – o atrasado moderno Sertão. *In*: SOUZA, R. Á. (Org.). **Dinâmicas da Natureza e Desigualdades Socioespaciais**: Leituras para Debate. Recife: EDUPE, 2016.

LOSURDO, D. **A Hipocondria da Antipolítica**: História e atualidade na análise de Hegel. Tradução Jaime Clasen, revisão de tradução Giulio Gerosa. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2014.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**: obras de Georg Lukács. Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K. **Opital**: Crítica da Economia Política, livro 1: o processo de produção do capital. 1. ed. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846/ Karl Marx, Friedrich Engels). Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTANÓ, C.; DORIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de *et al.* **A grilagem de terras na formação territorial brasileira** [recurso eletrônico]. Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AS GEOGRAFIAS AGRÁRIAS: SUJEITOS, NATUREZAS/CULTURAS E PLURIVERSALIDADE EPISTÊMICA

EDIR AUGUSTO DIAS¹

Para onde vão as geografias agrárias? Temos uma questão que enuncia as derivas e os devires das geografias agrárias, e uma questão pede uma resposta. Marx (2011, p. 78) dizia que “muitas vezes a resposta só pode consistir da crítica da pergunta, e muitas vezes só pode ser resolvida à medida que a própria pergunta é negada”. A questão proposta talvez não possa ser negada, mas nos permite respondê-la pela crítica? Procurar saber os rumos ou destinos que um subcampo de conhecimento tem algum valor em termos de “prognóstico” ou especulação sobre “tendências” mais ou menos reconhecíveis. Uma avaliação mais fecunda seria através de pesquisa bibliográfica de revisão dos estudos realizados no subcampo, o que nos permitiria verificar algumas tendências mais fortes ou persistentes quanto à escala, temática, teoria, metodologia etc².

A crítica que podemos fazer à questão se estende, pelo menos, em duas direções, não paralelas nem excludentes: 1) quais outras questões esta questão pressupõe?; e 2) o que a pluralização “geografias agrárias” indica? Bem como poderíamos nos perguntar sobre a necessidade prática ou epistêmica de se definir rumos e destinos em um subcampo cuja marca seria a pluralidade. Evidentemente, rumos e destinos só podem ser plurais, tanto quanto a pluralidade do subcampo. O que tornaria esse exercício de prognóstico ou imaginação de futuro impossível ou praticamente inútil.

A questão proposta para refletirmos se relaciona com nossa capacidade de prognóstico, de antecipação do porvir, de possibilidade de vislumbrar a geografia que vem quanto aos territórios do campo ou às questões agrárias. Algumas reflexões precisam ser feitas antes sobre a “imaginação do futuro”. Derrida (2013, p. 6, grifo do autor) diz que: “O futuro só se pode antecipar na

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, atua na Faculdade de Educação – FAED.

² Temos trabalhos que buscam recuperar a história da geografia agrária e da sua definição no Brasil (Ferreira, 2001).

forma do perigo absoluto. Ele é o que rompe absolutamente com a normalidade constituída e por isso somente se pode anunciar, apresentar-se, na espécie da monstruosidade”.

Para nós que buscamos pensar os caminhos e destinos por vir das geografias agrárias, então, só o podemos fazê-lo acolhendo o “perigo absoluto” e a “monstruosidade”, aceitando que a *normalidade* constituída neste subcampo do saber geográfico encontra-se rompida. O perigo da própria autodestruição do que queremos preservar.

Milan Kundera (2009, p. 25) escreveu: “o namoro com o futuro é o maior dos conformismos, a covarde adulação do mais forte. Pois o futuro é sempre mais forte que o presente. É realmente ele, com efeito, que nos julgará. E certamente sem nenhuma competência”. Trata-se, então, de adularmos o mais forte: o futuro. As geografias agrárias, quando pensadas em relação ao futuro, lançam-nos no maior dos conformismos, pois o presente não tem força diante do futuro. Não somos nós que julgamos a geografia por vir, mas é a geografia por vir que julgará as geografias agrárias que realizamos no presente, mas sem nenhuma competência. De qualquer maneira, assumiríamos assim uma certa impotência diante do futuro.

Milton Santos (1996), no entanto, é muito mais positivo que Kundera e Derrida. Ele escreveu: “Uma geografia da vida não se contenta com o reino da realidade presente, sim, também inclui o imenso domínio das possibilidades ainda não realizadas”. Não devemos nos conformar com a geografia tal como ela se apresenta atualmente, pois se pretendemos que a geografia agrária seja uma geografia da vida, esta deve incluir as possibilidades ainda não realizadas, como o ainda-não de Bloch (2005, p. 304): “o ainda-não é tanto mais definido, sua tendência em direção à realização plena é tanto mais forte, quanto mais objetivamente solucionável tiverem se tornado as tarefas a que se propôs”. Quais tarefas as geografias agrárias se propõem que se tornaram solucionáveis?

Boaventura de Sousa Santos (2002) chama isso de “emergências”. Para o autor, a racionalidade ocidental dominante tem como característica contrair o presente e expandir o futuro:

A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção de totalidade, transformou o presente num instante fugidío, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências presentes (Santos, 2002, p. 239).

Será que também não buscamos isso com esta questão: uma contração do presente e uma expansão do futuro, tornando mais espetaculares e promissoras as expectativas em relação às experiências que vivenciamos? A solução para Santos (2002) seria investir em uma *racionalidade cosmopolita* capaz de inverter a situação, ou seja, expandir o presente e contrair o futuro, através de uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Assim, estaríamos evitando o desperdício de experiências. No entanto, como dizia T.S. Eliot (1969), a exaustão do futuro nos priva também do passado.

Será que podemos aplicar a inversão proposta por Sousa Santos à geografia? Podemos pensar em uma geografia das ausências e uma geografia das emergências nos estudos agrários? Desse modo, estaríamos, talvez, evitando o desperdício de experiência que, com certeza, atravessa toda a geografia agrária – por isso sua pluralização, a qual visa dar conta da riqueza de experiências rurais, agrárias e camponesas, as quais desperdiçamos por conta da racionalidade dominante que a ciência geográfica ainda teima em manter.

Toda vez que nos colocamos questões sobre o “futuro”, nós não estamos nos propondo um simples exercício de imaginação do porvir ou uma especulação gratuita. A questão nos provoca diferentes tipos de respostas ou modos diferentes de entendê-las como parte do problema que enuncia. Perguntar-se sobre o futuro faz parte de um problema epistemológico, uma vontade de prognóstico, uma “consciência antecipativa”, que permite elaborar e, ao mesmo tempo, elucidar as condições de possibilidade de emergência desta questão. Por que nos perguntamos sobre para onde vão as geografias agrárias? O que significa esta questão? A quais problemas não enunciados nos remete? A quais condições atuais de realização deste subcampo de conhecimentos diz respeito?

Atender a esta solicitação e entregar-nos ao exercício de imaginação do futuro, ainda que interessada e parcial, o futuro de algo cujo próprio presente é incerto, parece-nos recusar repensar o modo pelo qual temos pensado o tipo de conhecimento que buscamos produzir. Não seria um artifício que pluraliza um subcampo de conhecimento para manter um conhecimento que se divide em subcampos? É como pensar o futuro de algo que não tem futuro, pois, desde o início, está morto, ou, justamente, quando buscamos prognosticar seus desdobramentos futuros, estamos pisando em seus escombros, vivendo em suas ruínas, escrevendo seu obituário. Pensar em seu futuro é pensar em tudo aquilo que já encaminha para sua destruição. Estamos caminhando

assim num terreno movediço e incerto. O chão pode se desfazer sob nossos pés, se houve alguma vez chão; e de qualquer forma que formulemos nossos prognósticos, colocamo-nos numa espécie de cilada: o perigo de vermos aquilo para o qual prognosticamos um futuro definhar, ou de nosso exercício especulativo ser ele mesmo uma antecipação da catástrofe anunciada.

O que proponho é que pensemos estas questões por algumas das suas possíveis margens, que, para mim, refletem inquietações e tensões gerais, que atravessam a própria geografia, mas também questões de ordem epistêmica, política e existencial. Talvez não sejam bem margens, mas tangentes desta questão ou até mesmo aberturas e desafios. As geografias agrárias exigem que estejamos afiados e afinados com emergências contemporâneas sutis, oblíquas, evasivas e enviesadas. Ao pluralizarmos a geografia agrária, já indicamos aberturas.

Existem ao menos três margens desta questão que confluem em tensões ou fricções nesta pluralidade “geografias agrárias”: 1) *a margem dos sujeitos* do campo, das águas e das florestas ou da agência, a partir da qual podemos situar a questão ou nos situarmos em relação a ela; 2) *a margem das naturezas/culturas*, a margem da separação/relação natureza e sociedade, mais propriamente a maneira pela qual aquilo que chamamos “natureza” tem se apresentado nas geografias agrárias; e, por fim, 3) *a margem da pluriversalidade epistêmica* (Mignolo, 2004), o questionamento das epistemologias ocidentais dominantes em relação à chamada “epistemologia do sul” (Santos; Meneses, 2009), que está na base de muitos saberes subordinados de sujeitos subalternizados do campo. Quanto a essas margens, podemos lê-las num sentido político: da corpo-política e da geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2021), da ecologia política, das políticas da natureza (Latour, 2004) e das ontologias políticas (Escobar, 2015).

Não pretendo apresentar dados ou informações que comprovam ou demonstrem a relevância disso que estou chamando de margens da questão “para onde vão as geografias agrárias?”. Considero-as dignas de ênfase em razão de trabalhos e discussões que acompanho dentro do meu campo de estudo e interesse a respeito de sujeitos, situações e problemas de espaços rurais diversos. Então, peço indulgência se parecer um tanto parcial e generalista nos meus argumentos.

Sujeitos das geografias agrárias

Para que e para quem se constroem as agendas de investigação das geografias agrárias? É essa questão que coloca os sujeitos no centro da questão “Para onde vão as geografias agrárias?”. A própria pluralidade das geografias agrárias indicaria muito mais que a pluralidade de sujeitos do campo, mas de projetos; muito mais que a pluralidade de discursos e perspectivas sobre o campo, mas de “mundos” campesinos.

À tendência de se fazer uma geografia agrária sem sujeito, opõem-se geografias agrárias a partir de sujeitos diversos e desiguais; à pretensão de se fazer uma geografia agrária sobre/para os sujeitos, impõe-se o desafio de se fazer geografias agrárias com os sujeitos do campo, em particular, aquele/as que vivenciam situações de “opressões intersectadas” (Collins; Bilge, 2020), de “vidas precárias” (Butler, 2011) e territórios cercados, fraturados e precarizados.

Penso que a questão dos sujeitos ou da agência define as possibilidades de rumos que podem seguir as geografias agrárias. Por uma série de razões de ordem epistemológica, quer dizer, dos próprios sujeitos e sujeitas do conhecimento e de ordem política e cultural, enquanto sujeitos de ação e transformação com identidades próprias. Por isso, essa margem envolve também o estatuto daquele/a que “produz” conhecimento desde instituições científicas e, assim, o próprio estatuto da ciência enquanto saber dominante moderno-colonial.

Em relação às tensões teóricas, políticas e éticas que atravessam as geografias agrárias, parece-me que se cunham, cruzam-se e se entrelaçam quando consideramos alguns sujeitos “campesinos” e dos espaços rurais que os estudos da tradição da geografia agrária invisibilizaram, secundarizaram, interditararam ou simplesmente subordinaram a categorias classificatórias ou estereótipos moderno-coloniais que apagam suas diferenças. A linha predominante da teoria euro-russa do “campesinato” e a linha de estudos com base na categoria guarda-chuva de “populações tradicionais” expressam bem esta fratura. A geografia agrária afirmou e reiterou um conceito de camponês no Brasil cujo parâmetro de definição era o campesinato europeu.

De todos os sujeitos do campo, as mulheres, ou mais precisamente, as questões intersectadas de gênero, geração, raça, classe, sexualidade e local geográfico de origem, condensam as ausências e emergências que atravessam, de-

safiam e desafinam as geografias agrárias. Historicamente no estudo geográfico do campo, as mulheres têm sido as sujeitas sociais mais mal compreendidas, ou seja, em relação às quais a geografia exerceu e exerce, com outras ciências pares, uma perversa “violência epistêmica” (Spivak, 2010). Esta violência epistêmica pode persistir até mesmo quando o “objeto de estudo” são mulheres do campo, ou, principalmente quando mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, extrativistas e trabalhadoras rurais são transformadas em objeto de estudo pela geografia.

Outros sujeitos que se encaixam muito mal nos referenciais das geografias agrárias são os povos indígenas. Os indígenas são os sujeitos incômodos da geografia agrária. Estudos geográficos sobre os povos originários são situados de maneira problemática no âmbito da geografia agrária. O estatuto dos indígenas como sujeitos do campo na geografia agrária brasileira é problemático, incerto, disruptivo e ainda espera por uma melhor definição e abordagem teórico-analítica a partir de suas diferenças. Inclusive, alguns estudos que tratam, na geografia agrária, de populações indígenas sofrem de vários tipos de lacunas, omissões, reducionismos e simplificações. O mais grave talvez seja a falta de diálogo construtivo com estudos antropológicos relevantes. Por exemplo, em estudos de processos produtivos agrícolas indígenas, são comumente usados conceitos inerentes às formas produtivas ocidentais moderno-coloniais, sem nenhuma atenção devida às especificidades culturais ou étnicas destes povos/sujeitos não-camponeses. As práticas produtivas indígenas são equiparadas às relações de trabalho dos grupos camponeses em geral.

As terras e os territórios indígenas do Brasil e América Latina formam, de maneira significativa, grande parte do que consideramos espaços agrários, mesmo não sendo possível enquadrá-los na categoria de camponês nem a partir da noção de rural ou propriedade rural. Esses modos de ser e territórios outros tornam mesmo a pluralidade “geografias agrárias” problemática. Esta se apresenta como uma pluralidade que não dá conta da pluralidade do campo, já que o agrário é uma categoria alheia às cosmologias indígenas. Ou, dito de outro modo, é um plural semântico que não contempla a multiplicidade, a diversidade, a diferença ontológica, sociocultural etc.

Não importa o lugar, as pessoas, organizações e instituições do campo com que estamos lidando, temos cada vez mais necessidade de estabelecer a devida visibilidade e voz à pluralidade dos sujeitos, reconhecendo suas diferenças e protagonismo, bem com seus antagonismos, a partir particu-

larmente da intersecção de situações de opressão diversas. A exploração e dominação capitalista se combina com formas diversas de violência, subordinação, opressão e sujeição: colonial, patriarcal, racial, sexual, geracional etc. Estas não são derivadas nem secundárias em relação às formas capitalistas mais diretamente produtivas. Por exemplo, o “trabalho reprodutivo das mulheres” camponesas, indígenas, quilombolas etc. está muito longe de ter na geografia agrária a atenção devida, fora dos estudos mais “tipicamente” de gênero. Muitos estudos de geografia agrária simplesmente ignoram a maneira com que crianças, mulheres e jovens têm protagonismo diversos em relação a adultos, homens e idosos na produção do espaço geográfico agrário em diferentes contextos. Não aparecem nem têm voz nestes estudos onde tratam dos camponeses de modo geral. No máximo, aparecem secundariamente como “mão de obra” da “unidade familiar”. Categorias como estas nem mesmo chegam a ser questionadas em muitos trabalhos, que parecem lidar com um conceito de “família camponesa” homogêneo e não problemático. Inclusive, há estudos nos quais a noção de unidade familiar é, indistintamente, usada para se referir a indígenas e camponeses.

Estudos de movimentos sociais camponeses também são importantes e muito atuais na geografia agrária. Uma das geografias agrárias que mais destaca merece na atualidade é a que lida com movimentos sociais do campo como sujeitos coletivos. Mesmo assim, esses movimentos estão numa categoria de sujeitos coletivos muito diversa. Temos muitos estudos sobre Liga Camponesa e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Alguns atentam muito pouco para suas diferentes formas de territorialização, suas práticas socioespaciais, a maneira como se articulam e articulam lugares diferentes e distantes através de suas redes etc. Que estatuto tem na geografia agrária esses sujeitos coletivos chamados “movimentos sociais”? Tanto um Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) quanto as associações de mulheres quebradeiras de coco de babaçu são considerados movimentos sociais. As geografias agrárias dos movimentos sociais de sujeitos do campo enfrentam muitos desafios, em particular no que diz respeito às análises mais geopolíticas e multiescalares.

A margem dos sujeitos mostra como se diversifica o campo da geografia agrária, geralmente na confluência de campos diferentes de estudos geográficos e nas fronteiras da geografia com outras áreas de conhecimento que também estudam os mesmos contextos, problemas e sujeitos do campo, como a antropologia, a sociologia, o direito, a educação etc. A geografia agrária,

no entanto, não resulta em sua pluralidade da multiplicação dessas interfaces internas e externas à geografia, mas, envolvem também um movimento de “indisciplinar” a geografia como ciência moderno-colonial/imperial. Se a pluralidade da geografia agrária envolve formas diversas de abertura e diálogo, estes não se fazem sem rasuras, tensões, ambiguidades, contradições e conflitos teórico-metodológicos, epistêmicos e políticos. Inclusive, a rasura dos limites entre o acadêmico, o militante e a identidade de sujeito do campo, quando os próprios quilombolas, indígenas, campesinos adentram a universidade, mas mantém vínculos orgânicos com seus territórios, movimentos e grupos sociais.

Outras culturas, outras naturezas nas geografias agrárias

O estatuto epistêmico do sujeito, no entanto, não envolve apenas os sujeitos considerados humanos. O antropocentrismo é tensionado quando consideramos os sujeitos e as sujeitas do campo a partir do barramento das fronteiras entre o humano e o não-humano, que traduz a dicotomia natureza e cultura fundamental aos desafios emergentes das geografias agrárias. As margens das *naturezas culturas* (Haraway, 2021) colocam um desafio imenso para pensarmos os rumos que estas geografias agrárias podem trilhar, quando, a partir da diversidade dos sujeitos, lutas e movimentos, definir “para que” e “para quem” das pautas investigativas.

O paradigma da modernidade/colonialidade capitalista patriarcal que separou natureza e cultura ainda pesa nos estudos que a geografia tem realizado do campo, pois dificilmente consegue questionar e romper a naturalização desta separação, ou seja, as validades destes conceitos para todos os sujeitos do campo. As geografias agrárias pouco caminharam na melhor compreensão das maneiras pelas quais humanos e não-humanos interagem em espaços campesinos e rurais diversos. O modelo analítico das geografias agrárias desafia os modelos ocidentais que estão na origem da geografia moderna: o modelo das relações sociedade e natureza. Processos sociais e econômicos de transformações do campo, situações estruturais de conflito e violência, degradação das condições ambientais e precarização do trabalho no campo, modernização de atividades produtivas e expansão do agronegócio, hidronegócio, mineronegócio, bionegócio, carbononegócio, temas tão caros às agrárias, muitas vezes, sucumbem à separação ou manutenção de modelos dicotômicos ou dialéticos de separação/relação sociedade e natureza.

As geografias agrárias colocam a exigência e urgência de compreender as relações interespecies (humanos e não-humanos) no campo, ou seja, trilhar, com mais vigor os caminhos de superação do antropocentrismo. Isso implica a busca de outros modos de lidar, teórica e analiticamente, com os modos pelos quais animais, plantas e outros organismos constituem relações metabólicas entre si e com pessoas humanas, assim, investir numa compreensão política mais profunda dos direitos da natureza, dos direitos da mãe-terra, a partir de diferentes ontologias políticas. Enquanto as geografias agrárias reproduzirem concepções ocidentais moderno-coloniais de natureza ou apenas gravitarem em torno de críticas ocidentais ecológicas da relação sociedade e natureza, as hierarquias entre humano e não-humano permanecerão como um entrave para a compreensão daquilo que a tradição da geografia agrária foi incapaz de entender.

É evidente que as desigualdades sociais, a exploração, a dominação e opressão sociais que vigem nos espaços rurais são temas fundamentais das geografias agrárias e outras geografias, mas a tradicional “questão agrária” não pode mais ser vista simplesmente como uma questão de “distribuição de terra”, sendo que o sentido ocidental de “terra”, nesta leitura, permanece prisioneiro da separação natureza e cultura. Na questão agrária, tratar terra como sinônimo de natureza ou recurso natural é reafirmar o abismo ontológico criado entre humano e não-humano na modernidade/colonialidade.

Entre os horizontes que abrem as geografias agrárias emergentes e insurgentes, o horizonte das naturezas e culturas assume o máximo de desafio, porque “o campo”, ou os espaços que chamamos “campo”, é onde se operam as transformações mais brutais da contemporaneidade, sendo que muitos dos “conflitos agrários” ou “socioambientais” do campo que estudamos são “conflitos ontológicos” (Blaser, 2018) em que outras naturezas e culturas (Descola, 2016) estão em jogo. Mas, muitas vezes, o sentido político, social, cultural, econômico e ambiental destes conflitos ainda nos leva a afirmar as concepções eurocêtricas moderno-coloniais de natureza e cultura. Uma série de ferramentas e modos de investigação, bem como categorias e conceitos interpretativos, conformam pesquisas geográficas nos espaços do campo que reiteram a separação e hierarquização natureza e cultura, humano e não-humano.

Por isso, considero esta uma das margens fundamentais para o processo de descolonização epistemológica da geografia agrária, na sua relação com os estudos diversos de meio ambiente em geografia e, inclusive, com os

estudos da geografia física, com a qual, muitas vezes, a geografia agrária tem pouco diálogo. A geografia agrária acaba sendo uma geografia sem “natureza” e a geografia física, um estudo da natureza sem os sujeitos do campo que habitam, usam e se relacionam com os meios geográficos físicos que estudam.

O fato é que os estudos da geografia agrária ignoram ou dialogam muito mal com estudos da chamada “ecologia política”, justiça ambiental e climática, políticas da natureza, ontologia política, direitos da natureza e da mãe-terra, relações multiespécies etc. A geografia agrária o máximo que parece ter alcançado, em sua aproximação com a chamada “questão ambiental”, sem querer ser reducionista ou injusto, foi discutir a questão da mercantilização da natureza e da sustentabilidade.

A questão da “natureza” ou da “relação sociedade e natureza” na geografia agrária pouco tem conseguido se afastar de uma predominante perspectiva moderno-colonial, ocidental eurocêntrica ou ambientalista, não apenas profundamente questionadas em suas bases epistêmicas, como também confrontadas com várias alternativas a partir de outras ontologias e epistemes, que são imanentes a muitos sujeitos sociais do campo com que atuamos (Escobar, 2015). A geografia agrária não pluralizou ainda radicalmente a natureza e a cultura sem separá-las, melhor dizendo, outras naturezas/outras culturas, *naturezasculturas*, no plural e indissociáveis, figuram muito pouco nas geografias agrárias.

A margem das epistemologias ocidentais

Isto tudo implica que as geografias agrárias demandam epistemologias outras. Ou, pelos menos, uma reinvenção radical da linguagem que usamos desde a academia e da ciência geográfica para produzirmos conhecimento sobre e com os sujeitos e sujeitas do campo, humanos e não humanos, incluindo aí a reinvenção da linguagem cartográfica convencional. As cartografias das agrárias são ainda predominantemente técnicas, estatais, racionalistas, matemáticas, eurocêntricas, fundadas *na híbris* do ponto zero (Castro-Gómez, 2005). O mapeamento dos espaços do campo é muito mais um instrumento de produzir apagamento e controle por meio de representações espaciais do que meios necessários de produção de “conhecimento prudente para uma vida decente” no campo (Santos, 2004). A geografia agrária se pluraliza em geografias agrárias, mas a cartografia continua sendo única, unilateral, mo-

nocultural. Muitas experiências cartográficas, no entanto, veem despontando com potencial de, também mais que pluralizar as representações cartografias dos territórios rurais, romper com a “epistemologia mestra” (Alcoff, 2016) que subjaz à cartografia convencional.

Haveria possibilidade de produzirmos uma cartografia agrária que correspondesse às geografias agrárias? Mas a questão da linguagem também envolve a discussão a respeito de conceitos, metáforas, estereótipos, figuras de espaços, das estatísticas, estéticas e do privilégio da escrita em relação à oralidade e outras formas de linguagem. Talvez tenhamos a necessidade de uma linguagem mais poética para dar conta das campesinidades e ruralidades diversas. A maneira de escrever está relacionada à maneira da pesquisa produzir conhecimento geográfico sobre e com sujeitos e sujeitas do campo.

Algo fácil de aceitar e difícil de fazer é o chamado “diálogo de saberes”. Na geografia agrária, isto também emerge de forma disruptiva. Sua pluralidade indica também uma tentativa de pluralizar suas bases ontológicas e epistêmicas? A pluralidade certamente está relacionada à pluriversalidade epistêmica constitutiva do campo, dos mundos agrários e campesinos. Mesmo assim, toda e qualquer forma de fazer geografia agrária tem que se defrontar com a epistemologia mestre do ocidente, com a própria maneira com que a ciência moderno-colonial valida conhecimentos.

As ementas das disciplinas de Geografia Agrária das universidades brasileiras indicam muito bem a predominância da epistemologia ocidental. Se na pesquisa ou produção acadêmica podemos falar em geografias agrárias, na graduação, a geografia agrária é ainda pouco plural. Temas, teorias, conceitos e modos de escrever e representar espaços agrários na geografia enfrentam o desafio de realizar verdadeiramente um diálogo de saberes, uma “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2021), recusando-se a alimentar os epistemicídios, a violência epistêmica, a corpo-política e a geopolítica do conhecimento moderno-colonial.

Como diz Boaventura de Sousa Santos (2019): “Devemos hoje, epistemologicamente, pensar o futuro porque fazer epistemologia é praticamente pensar o futuro hoje, é pensar que tipo de conhecimento vamos produzir, validar daqui há uns anos, daqui a umas décadas quando os problemas que parecem estar a emergir se consolidarem, se é que se consolidam” (p. 10). Temos o desafio de romper esta “relação fantástica” entre a teoria euro-americana e as práticas sociais do sul global que emergem nos estudos geográficos dos campos, nas águas e nas florestas.

Podemos dizer que a pluralização da geografia agrária corresponde a uma pluralidade epistêmica, uma pluralidade de modos de produzir, validar e partilhar conhecimentos? Quais desafios estão postos para que possamos transformar a pluralidade das geografias agrárias em uma pluriversalidade epistêmica? Essa tangente da questão direciona nossa atenção para algo importante: *questionar um subcampo da geografia significa justamente questionar a compartimentação e especialização da própria geografia*. Ao pluralizar a geografia agrária, estamos questionando essas fronteiras vigiadas internas e externas da geografia como uma expressão epistêmica da “colonialidade global”.

Pontos/portos de ancoragem

A questão proposta faz parte de nossa “consciência antecipativa”, do “princípio esperança” (Bloch, 2005) que governa o sentido de futuro e devir em relação ao qual situamos passado e presente. O devir da própria geografia, enquanto saber moderno/colonial instituído, é o que está em jogo nesta interrogação sobre os rumos das geografias agrárias. Portanto, o “para onde” da interrogação aponta necessariamente para o horizonte decolonial da própria geografia. Mas, como diz Sousa Santos (2014), quando se trata de prognóstico, sempre há em relação ao futuro da ciência uma nuvem no horizonte que ameaça desabar em tempestade.

Toda questão que nos leva a pensar o futuro nos desloca no presente, desloca nossa perspectiva da atualidade. Isso porque as possibilidades são inesgotáveis e nosso lugar no concerto da realidade vivida é sempre instável, mesmo quando esta questão nos lança para outras questões irresolúveis que lhes servem de pressuposto, ou quando nos joga para suas margens e tangentes.

Tentei fazer uma breve e parcial travessia por essas três margens da questão para onde vão as geografias agrárias e gostaria de concluir estabelecendo alguns pontos/portos de ancoragem. Certamente que poderíamos estabelecer outras margens e portos de ancoragem, talvez menos evidentes e mais instigantes. Penso que esses pontos/portos de ancoragem são: as emergências, que, diferentemente do passado, no qual estava em jogo a substituição de paradigmas, indicam a pluralidade como condição da geografia agrária; as ausências e silêncios, em relação às geografias agrárias marginalizadas, secundarizadas, que lutam por se afirmar, serem reconhecidas e valorizadas;

e, por fim, “horizontes de sentidos”, agendas e aberturas (ou fendas), que demarcam o lugar do *indecidível*, o que não sabemos nem podemos nomear ou mesmo visualizar.

Talvez não seja possível apontar destinos, mas é de certo modo exequível desvelar horizontes, agendas e aberturas para uma geografia agrária que se pluraliza de maneira incerta e controversa. Certamente, não se trata apenas da coexistência conflituosa de paradigmas concorrentes, que competem entre si, sendo que as emergências são muito mais forças centrífugas. Trata-se da busca de horizontes indisciplinados, anticapitalistas, decoloniais, antipatriarcais, antirracistas na produção de conhecimento em geografia com, e não apenas sobre e para, os mais diversos sujeitos do campo, das águas e da floresta.

Isso significa que não apenas a agenda de pesquisa e debate público das geografias agrárias se diversifica, como também envolve projetos de construção de conhecimentos de modos mais *horizontais*, uma vez que camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, mulheres etc. adentram a universidade e se tornam pesquisadore/as de suas próprias realidades rurais, agrárias, camponesas, étnicas. Temos, certamente, muito mais sujeitos e sujeitas do campo pesquisando o campo, as águas e as florestas a partir de suas próprias epistemologias na geografia. Por outro lado, o modo extrativista de produzir conhecimento em geografia agrária tem sofrido imensas fraturas, quando já não pesquisamos sobre os sujeitos do campo, mas com os sujeitos do campo. São fissuras, são fendas que se abrem na arrogância cientificista e acadêmica a respeito dos sujeitos do conhecimento, de conhecimentos assinados, de autorias. As geografias agrárias apontam para uma pluralidade epistêmica e de linguagens que contestam as noções de autoria dominante na ciência.

Por fim, há um novo horizonte de sentido ontológico mais político que alimenta a pliversalidade epistêmica. Há outras geografias do poder no campo, emergentes, insurgentes, disruptivas, contestadoras e de r-existência. Nós buscamos fazer cada vez mais geografias agrárias das r-existências e resistências, que valorizam as r-existências, que buscam potencializar as experiências e práticas de resistências indígenas, quilombolas, ribeirinhas, femininas, negras, de assentado/as e dos mais diversos sujeitos e sujeitas do campo, das águas e das florestas. Penso que está cada vez mais claro que com quem e para quem fazemos nossas geografias agrárias importa. Precisamos compreender os processos e projetos hegemônicos que se impõem aos mundos agrários, mas o

que importa é reafirmar, reforçar, potencializar as lutas sociais, resistências/r-existências e as formas diversas de alternativas de vida. Parafraseando Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017), a geografia agrária está em crise, viva as geografias agrárias!

Referências

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tz4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de jan. de 2023.

BLASER, M. Uma outra cosmopolítica é possível? **Revista De Antropologia Da UFSCar**, v. 10, n. 2, julho – dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/243>. Acesso em 03 de mai. de 2023.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. Tradução de Werner Fuchs. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2005.

BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea**, n. 1, p. 13-33, jan-jun., 2011. Disponível em: <http://www.rogerioa.com/resources/Diversidade/12repres.pdf> Acesso em 03 de mai. de 2023.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DESCOLA, P. **Outras naturezas, outras culturas**. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

ELIOT, T. S. **A terra inútil**. Trad. Paulo Mendes Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540/27088>. Acesso em 03 de mai. de 2023.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, v. 16, p. 39-70, 2001. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/Geo_Agraria_Brasil.pdf. Acesso em 03 de mai. de 2023.

HARAWAY, D. **O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Trad. Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KUNDERA, M. **A arte do romance**. Trad. Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LATOURE, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota Souza. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/78142/43060>. Acesso em 03 de mai. de 2023.

MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p. 5-30, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1050>. Acesso em 03 de mai. de 2023.

SANTOS, B. de S. **Epistemologia do sul e reinvenção da democracia**. Conferência realizada no dia 18 de junho de 2019, no Salão de Atos da UFRGS. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R3Jwh_-80-s. Acesso em 03 de mai. de 2023.

SANTOS, B. de S. Introdução. In: _____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, outubro 2002. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em 03 de mai. de 2023.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Lisboa: Almedina, 2009.

SANTOS, M. **El espacio banal, una epistemología de la existencia**. Universita de Barcelona. Solemne Investidura de Doctor Honris Causa, nov. 1996.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A geografia agrária diante dos desafios contemporâneos e a potência do materialismo dialético como método¹

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES²

Introdução

Para onde vão as geografias agrárias? Esta pergunta revela uma inquietação crescente que se impõe para a nossa área do conhecimento em face de uma realidade agrária marcada por grandes transformações e pela emergência de novos sujeitos sociais na cena política, além do rico debate suscitado por este estado de coisas entre geógrafos identificados com diferentes perspectivas teóricas e políticas.

Não se trata de uma pergunta de fácil resposta. Mas, para limpar o terreno, já de início, iremos explicitar dois pontos que revelam aspectos centrais de nossa posição nesse debate. Entendemos que estamos vivendo uma conjuntura marcada pela sobreposição da crise ambiental à crise do capital, com fortes consequências para os sujeitos de campo e a realidade agrária brasileira. Temos nos empenhado para que a geografia agrária seja capaz de contribuir para a compreensão das problemáticas daí decorrentes sem perder de vista o que as unifica, ou seja, sem abrir mão de uma perspectiva estratégica.

O próprio tema do evento, “As geografias agrárias a partir da Pan-Amazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil”, anuncia uma problemática de peso que tem ganho maior evidência no debate público nacional e internacional, merecendo grande atenção daqueles que estudam o campo brasileiro. A Amazônia e seus dilemas sociais e ambientais estão no centro do debate geopolítico mundial. A hipótese que defendemos é a de que se observa uma convergência crescente entre soluções apresentadas pelos agentes hegemônicos para a atual crise do capital e para a crise ambiental, com base

¹ Este texto corresponde a uma versão revista da apresentação feita na mesa de encerramento do ENGA 2022.

² Profª. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E-mail: mimmar@usp.br

no recurso a novos mecanismos financeiros, a uma mais ampla privatização dos bens naturais e à inovação na área da biotecnologia, o que representa na prática um processo de atualização de relações imperialistas sob o rótulo de economia verde, desencadeando intensas transformações no campo brasileiro e, especialmente, na Amazônia.

A fim de captar o sentido geral desses processos no nível nacional, bem como indagar de maneira mais bem fundamentada sobre para “onde vão as geografias agrárias”, o presente artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Assim, no item 2, serão apresentados alguns elementos da história recente da formação territorial brasileira, com ênfase nos processos relacionados ao campo. Em seguida, será feita uma breve reflexão sobre o papel do conhecimento científico e da geografia, em particular, na atual conjuntura. Finalmente, no item 4, serão apresentados argumentos em defesa da abordagem do materialismo dialético como um caminho potente para analisar e interpretar importantes dilemas por que passa o campo brasileiro hoje.

O campo brasileiro, da modernização da agricultura aos dias atuais: principais mudanças, conflitos e lutas

A partir de meados dos anos 1950, em face das mudanças nas relações de trabalho no campo, observou-se o crescimento dos movimentos sociais e o surgimento da reivindicação por reforma agrária. Com o golpe civil-militar de 1964, as formas de organização e representação política dos trabalhadores rurais foram fortemente reprimidas e adotou-se como política de governo a modernização da base técnica da agricultura, sustentada via financiamento público, que, por sua vez, estava ancorado no endividamento externo do Estado. O avanço desta política, com a implantação de grandes projetos de infraestrutura de energia e a construção de estradas – entre outras políticas de integração nacional promovidas sob os governos militares –, somou-se ao estímulo à expansão da propriedade privada e das relações capitalistas no campo. Tudo isso resultou no forte aumento dos conflitos e da expulsão da terra de povos indígenas e populações rurais.

Nos anos 1980, a luta pela reforma agrária despontou novamente na cena política, reunindo trabalhadores rurais que foram apartados da terra por diferentes razões nas diversas regiões do país. Esse movimento logrou

abarcam um público expressivo sob a identidade comum de sem-terra e sob o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A mobilização dos seringueiros do Acre contra a destruição dos seringais para a instalação de pastagens somou-se a esse processo com o acréscimo de um elemento novo: a aproximação dos movimentos sociais do campo da pauta ambientalista. Os seringueiros reivindicavam uma reforma agrária em bases distintas, de modo a contemplar as especificidades de sua prática extrativista, o que resultou na criação, em 1990, da primeira reserva extrativista (RESEX) como uma unidade de conservação de uso sustentável, onde é permitido à população local a coleta de produtos como a borracha, a castanha, o açaí. (Cunha; Almeida, 2009, p. 285)

A luta pela terra permanece bastante atual e continua a merecer a nossa atenção, embora venha dividindo a cena política com outras problemáticas, sujeitos sociais e projetos que emergiram no campo brasileiro nas últimas décadas.

Para compreendermos melhor a complexidade da atual conjuntura, é preciso lembrar que o país passou por um processo de redemocratização e elegeu o seu primeiro presidente civil pós-ditadura, José Sarney, em 1985. Outro marco fundamental para o rumo que o Brasil tomou a partir daí foi a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, de caráter marcadamente progressista, que consolidou conquistas sociais importantes em relação a vários aspectos, entre as quais destacam-se o reconhecimento dos direitos civis e territoriais indígenas, do direito territorial quilombolas, da função social da terra, e a inscrição do direito ambiental.

Com a conquista desses direitos, a luta dos povos originários e das comunidades quilombolas ganhou maior força e visibilidade. São mudanças que favoreceram um maior protagonismo dos sujeitos sociais do campo. Em 2005, foi criada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) a partir da iniciativa do Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília para pressionar pela demarcação de terras e demais reivindicações indígenas. A APIB hoje reúne representações que congregam diversos povos indígenas distribuídos nas diferentes regiões, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), fundada em 1989, que atua nos estados que compõem a Amazônia Legal e a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), criada em 1990. Apesar de continuarem a enfrentar problemas como expulsões, perseguição e muita

violência, o processo de demarcação de terras tem avançado. Segundo a Funai, atualmente, existem 764 Terras Indígenas que se encontram em diferentes estágios do processo de regularização, estendendo-se por uma área que corresponde a 13,75% do território brasileiro.³

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foi criada em 1996 e hoje reúne representantes de 23 estados da federação em torno da defesa das comunidades e dos direitos quilombolas. O total de comunidades quilombolas identificadas em 2019 era em torno de 6.000, sendo somente 404 oficialmente delimitadas, segundo o IBGE (2020).

Entre a promulgação dos novos direitos e o início de sua implementação, transcorreram alguns anos. Neste ínterim, foram criadas leis complementares para viabilizar a aplicação deles, o Brasil tornou-se signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989⁴, comprometendo-se a reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam e, assim, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.⁵

Enquanto as Terras Indígenas pertencem legalmente à União e são concedidas para o usufruto de povos indígenas, os remanescentes das comunidades de quilombos conquistaram o direito a reivindicar a propriedade coletiva definitiva sobre o seu território. Tanto o território indígena como o quilombola são considerados como “terras tradicionalmente ocupadas” e essa classificação vem sendo disputada também por outros grupos que se identificam como povos e comunidades tradicionais e possuem formas próprias de organização socioterritorial, com a apropriação e o uso comum de bens naturais, como florestas, campos, pastagens, recursos hídricos etc., podendo combiná-los com outras formas de apropriação (Almeida, 2008).

Os povos e comunidades tradicionais têm conquistado o reconhecimento de sua contribuição para a preservação das áreas onde habitam e o

³ Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴ Decreto Legislativo n. 143/2002.

⁵ O Decreto Federal n. 6.040/2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e define noções fundamentais para assegurar a efetividade dessa política como “povos e comunidades tradicionais”, “territórios tradicionais” e “desenvolvimento sustentável”.

direito de permanência no interior das unidades de conservação. Ao mesmo tempo em que essa conquista tem permitido a reprodução desses grupos e a manutenção de seus territórios tradicionais, são frequentes os conflitos com os órgãos ambientais em razão das restrições impostas por eles em relação ao uso da área, afetando a autonomia das comunidades na gestão de seus territórios.

A relação entre questão agrária e questão ambiental se estreita com os novos usos e significados atribuídos à natureza em face do aumento das contradições e instabilidades observadas tanto na esfera econômica quanto no metabolismo sociedade e natureza. São exemplos dessa mudança a transformação crescente de bens naturais em ativos financeiros e das florestas em banco de germoplasma, o que tem sido acompanhado por uma politização também crescente da natureza. Diante desse cenário, marcado por novos conflitos e possibilidades, os sujeitos sociais que atuam no campo têm ajustado as suas alianças e estratégias políticas.

Um outro aspecto fundamental que contribui para a complexidade da atual conjuntura e seus impactos sobre as lutas no campo no Brasil diz respeito às mudanças observadas com a orientação neoliberal adotada pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1990. Neste contexto, o governo optou pela reprimarização de nossas exportações (Delgado, 2012), promovendo o incremento da produção mineral e agropecuária. Essa estratégia reforçou a importância econômica e política do agronegócio, pondo os territórios dos povos originários, das comunidades tradicionais e camponesas no foco dos capitalistas da agricultura e da classe dos proprietários de terra.

Houve a retomada do pacto de economia política do agronegócio efetuada nos anos 2000 com o relançamento do Plano Safra, programa de crédito rural subsidiado com base em fundos públicos, quando o mercado de *commodities* atravessava uma conjuntura especialmente favorável. Tal fato contribuiu de forma decisiva para o forte crescimento de cadeias produtivas do agronegócio, como as de soja, carnes, produtos da silvicultura e do setor sucroenergético, voltadas para a exportação em detrimento do abastecimento alimentar da população.

O “boom” no preço das *commodities* verificado no período e a crise financeira mundial de 2008 contribuíram para o aumento do interesse do capital financeiro pelas cadeias globais de *commodities* e pelo mercado de terras agrícolas, dando um maior ímpeto à expansão do capital no campo, especialmente nas áreas de fronteira agrícola. Verificou-se, assim, o au-

mento da participação do capital financeiro mundial em negócios envolvendo a propriedade da terra no Brasil, por meio de grandes investidores institucionais, como fundos de investimento, fundos de pensão, fundos patrimoniais etc.

Com o fortalecimento do poder do agronegócio e o aquecimento do mercado de terras, ocorreu a redução das iniciativas de reforma agrária, o avanço da grilagem sobre territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, e certa omissão do Estado diante da crescente violência no campo, além de sua atuação na repressão e contenção dos movimentos sociais.

Sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, a estratégia política de reprimarização da economia assumiu uma face progressista e alcançou legitimidade popular ao ser associada a políticas públicas que, embora limitadas, apresentavam um caráter redistributivo, como o programa de renda mínima denominado Bolsa Família. Além disso, foram desenvolvidas políticas como o PRONAF, o PAA e o PNAE⁶, que favoreceram a agricultura camponesa e contribuíram para o enfrentamento da fome no país. Com o Bolsa Família, essas políticas permitiram a retirada do Brasil do Mapa da Fome a partir do final de 2013.

A combinação da exportação de *commodities* em grande escala, apoiada na implantação de grandes projetos de infraestrutura, com a implementação de políticas sociais compensatórias, ficou conhecida como uma estratégia de acumulação neoextrativista (Gudynas, 2009; Svampa, 2019). Essas medidas também foram adotadas por outros governos na América do Sul em face das dificuldades econômicas desencadeadas pelo ajuste estrutural imposto pelo FMI, num contexto de globalização neoliberal e de financeirização da economia instaurado em resposta à presente crise do capital (Chesnais, 2016; Harvey, 2018).⁷

O fim do *boom* das *commodities*, em 2014, influenciado pela desaceleração do crescimento econômico da China, impactou negativamente a economia brasileira, evidenciando as contradições e os limites da estratégia neoextrativista. A insatisfação gerada entre representantes do agronegócio

⁶ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁷ Chesnais e Harvey têm destacado a complexidade e persistência da atual crise do capital iniciada a partir dos anos 1970, que pode ser compreendida como uma crise de superprodução e de sobreacumulação, agravada por uma taxa de lucro decrescente e pela transformação do capital financeiro em motor primordial da acumulação de capital.

e do capital financeiro, em face da conjuntura econômica desfavorável, somou-se a pressões de ordem geopolítica⁸, entre outras, contribuindo para a realização do golpe parlamentar, jurídico e midiático que retirou o PT do governo em 2016.⁹

Desde então, os governos que se seguiram radicalizaram as reformas neoliberais e a estratégia de caráter extrativista, impondo o desmonte das políticas sociais, de proteção ambiental e de reconhecimento dos direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas. A eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente em 2018, um representante da extrema direita, contou com o apoio decisivo de entidades de classe do agronegócio, que aumentaram o seu poder político durante os governos PT.

O governo Bolsonaro (2019-2022) aprofundou o retrocesso nos direitos sociais, territoriais, bem como ambientais, em conflito com as determinações da Constituição Federal. Para a imposição dessas reformas, foi realizada uma maior centralização do poder, com o encolhimento das instâncias de negociação. Adotou-se uma estratégia de comunicação incisiva, com amplo emprego de mídias digitais e redes sociais, criando uma “guerra de informação” com o objetivo de alimentar o medo, o ódio e a polarização política. A esquerda foi identificada como a personificação do inimigo, verificou-se o aumento da intolerância e de casos de violência contra povos indígenas, entre outras minorias, além da violência policial contra os movimentos sociais.

Houve mudanças significativas em relação à posição adotada há décadas pelo governo brasileiro na esfera internacional, com o abandono de seu protagonismo na construção de acordos multilaterais em torno da pauta do desenvolvimento sustentável, em especial no que diz respeito à questão das mudanças climáticas. Em lugar disso, o governo Bolsonaro se restringiu a uma visão estrita de mercado, condicionando qualquer compromisso na área ambiental aos possíveis ganhos econômicos a serem gerados.

O Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro lançou o plano de investimentos “Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para Agricul-

⁸ São aspectos importantes desse cenário geopolítico: o fortalecimento do diálogo Sul-Sul e certo afastamento dos governos PT em relação à influência americana; a descoberta do Pré-Sal em águas oceânicas brasileiras, grande reserva de petróleo que levará o Brasil à autossuficiência neste combustível num curto prazo etc. O início dos leilões de campos de exploração dessa reserva em 2013 foi um fator importante de desestabilização política.

⁹ Em 2014, tem início a operação Lava-Jato, que conduziu investigações sobre a corrupção nos altos escalões do governo brasileiro e levou à prisão do ex-presidente Lula. A forma midiática como se deu essa operação contribuiu para a desmoralização do PT e o desgaste do governo Dilma, com prejuízo para as instituições democráticas do país.

tura no Brasil”, elaborado pela *Climate Bonds Initiative* (CBI) em parceria com o Subcomitê da Agricultura da Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes (IBFV), em junho de 2020. O objetivo do Plano é revelar o potencial do agronegócio brasileiro para atrair as finanças verdes, avaliado como da ordem de 163 bilhões de dólares (692 bilhões de reais) até 2030, e apoiar a criação de projetos financiáveis por meio da emissão de títulos verdes e outros instrumentos de dívida que podem ser rotulados como tal. Em abril de 2021, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o documento “Estrutura de Emissão de Títulos Verdes, Sociais e Sustentáveis”, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para orientar o lançamento destes títulos no Brasil e no exterior e usar os recursos captados para o financiamento de projetos elegíveis novos e existentes (BNDES, 2021).

Ao mesmo tempo em que promoveu o amplo dismantelamento das políticas e das instituições ambientais, também apoiou a consolidação de instrumentos de mercado voltados para a captação de vantagens econômicas pelo empresariado, via adequação voluntária de suas atividades a critérios de sustentabilidade, cujo monitoramento, predominantemente atrelado à iniciativa privada, tem se tornado objeto de amplo questionamento. Assim, o aumento extraordinário das queimadas e do desmatamento, a liberação excessiva de agrotóxicos, com o crescimento da violência no campo relacionado à expansão da apropriação ilegal de terras em áreas indígenas, quilombolas e de unidades de conservação, foram os resultados imediatos visíveis da guinada radical imposta pelo governo Bolsonaro no papel desempenhado pelo Estado brasileiro em relação à gestão do meio ambiente. Toda essa mudança teve ampla repercussão mundial e gerou críticas de importantes parceiros internacionais, afetando a almejada expansão dos negócios na área ambiental, além de pôr em risco as transações comerciais internacionais brasileiras de uma maneira geral.

Mudanças recentes observadas no financiamento do agronegócio no Brasil estão relacionadas à sua maior abertura para o mercado de capitais, com o crescimento da participação de bancos privados e de investidores institucionais internacionais. Esse processo tem desencadeado uma maior pressão para a regularização da propriedade da terra no país, uma vez que os títulos de propriedade são a principal garantia para tais financiamentos. Além disso, tem determinado a publicação de uma série de leis que flexibilizam os limites impostos à apropriação da terra pelo capital internacional e ampliam as possibilidades de investimento estrangeiro no agronegócio, tendo como garantia

ou como contrapartida de dívida, sobretudo, a terra e os bens naturais, como é o caso da Lei do Agro de 2020 e da Lei do FIAGRO de 2021.¹⁰

Também se destacam os mecanismos que possibilitam a obtenção de ganhos no mercado de capitais em nome de serviços ambientais realizados pela natureza e afins, tais como: a emissão de títulos como a CPR como valor mobiliário também sobre serviços ambientais, inclusive em moeda estrangeira (Lei do Agro n.º 13.986/2020); a emissão de título verde ou de certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação com base em ações de manutenção e recuperação da cobertura vegetal (Lei PNPSA n.º 14.119/2021); a emissão e negociação de títulos referentes a Cotas de Reserva Ambiental (CRA), lastreadas em áreas de vegetação nativa preservadas como Reserva Legal e georreferenciadas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) etc. (GRAIN, 2020, p. 13).

O governo Bolsonaro encarou uma conjuntura de instabilidade econômica internacional e de volatilidade dos capitais, particularmente crítica durante a pandemia de Covid-19, com medidas que contribuíram para reforçar o caráter devastador da produção de *commodities* no país e acirrar os conflitos. Tanto o agronegócio como a exploração mineral tiraram maior vantagem da exploração de uma força de trabalho barata, da extração de riquezas naturais e da não responsabilização pelos elevados custos sociais e ambientais gerados por suas atividades.

O ano de 2023 se inicia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em seu terceiro mandato na presidência da república, marcando o retorno do PT. Seus primeiros atos foram significativos para evidenciar elementos de ruptura em relação à gestão Bolsonaro e sinalizar para o mundo a retomada dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em fóruns internacionais em relação a medidas para o enfrentamento do aquecimento global. Marina Silva foi escolhida para assumir o Ministério do Meio Ambiente, que passou a se chamar Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e, subordinada a esta pasta, foi criada a Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial e Fundiário.

¹⁰ A primeira autoriza a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) diretamente no mercado internacional, institui o regime de afetação para a terra rural ou fração dela como garantia para títulos de crédito, como a Cédula do Produtor Rural (CPR), e institui a Cédula Imobiliária Rural (CIR), título de crédito transferível e de livre negociação, que representa a obrigação de entregar ao credor a propriedade rural ou uma fração desta. A segunda cria os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais, um condomínio formado a partir da captação de capitais no sistema financeiro em troca da emissão de ativos sobre a terra, serviços ambientais, safra futura e outros direitos creditórios (Giovanz, 2021).

Também foi constituído o Ministério dos Povos Indígenas e empossada como ministra Sonia Guajajara, liderança indígena que atuava até então à frente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Ainda em janeiro de 2023, foi realizada uma visita oficial à Terra Indígena Yanomami de Roraima, deflagrando um esforço interministerial para o enfrentamento da crise de desassistência sanitária e de saúde em que se encontrava este povo e para o combate ao garimpo ilegal em suas terras.

Além de buscar tirar proveito do cenário favorável de tendência de aumento nos preços das *commodities*¹¹, como foi feito em seus mandatos anteriores, o atual governo Lula parece empenhado em valer-se das oportunidades econômicas que a urgência climática e a mobilização internacional em defesa da floresta amazônica podem proporcionar para o país em termos de acesso a vultosos recursos financeiros internacionais em condições especiais. Ao que tudo indica, em nome da defesa da floresta e dos povos que nela habitam, esse governo trabalhará para consolidar a posição da Amazônia como a vedete do desenvolvimento sustentável e do imperialismo verde.

Essa política seguramente deverá facilitar a atuação de novos agentes públicos e privados na região, que disputarão os usos e frutos da floresta com os demais agentes que aí se encontram, com o risco de surgimento de novos conflitos em decorrência da superposição crescente de jurisdições envolvendo os níveis local, nacional e internacional. Um cenário que deverá potencializar tensões ao impactar a autonomia dos povos da floresta em relação ao seu território e patrimônios imateriais, por meio da promoção de negócios enfocando os saberes ancestrais e os recursos genéticos da floresta, além da venda de direitos de poluir. Vale lembrar que as iniciativas voltadas para o favorecimento de ganhos privados em negócios ambientais avançaram mesmo sob o governo Bolsonaro e continuam a progredir.

Aos povos da floresta e às organizações que atuam em sua defesa, cabe um desafio imenso de desenvolver alianças e estratégias para atuar com combatividade e força no atual cenário. À geografia enquanto campo do conhecimento, cabe tomar posição e se aliar aos que lutam por justiça social, em defesa de seus territórios e do direito à autodeterminação, e contra as diversas formas de opressão e espoliação que avançam no campo. Nós, geógrafas e geógrafos que estudamos essas realidades, devemos nos empenhar para contri-

¹¹ Disponível em: <https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index&months=360>. Acesso em: 20 abr. 2023.

buir para a análise e o diagnóstico delas e para a identificação das tendências e possibilidades que se desenham a partir daí, considerando uma perspectiva de totalidade, ou seja, buscando uma visada estratégica.

A geografia agrária não chegará a lugar nenhum sozinha

Com a mudança de governo no nível federal em janeiro de 2023, as esperanças se renovaram, mas sem falsas ilusões, sabemos dos grandes desafios que a sociedade brasileira tem pela frente. Para os sujeitos sociais do campo, da mesma forma que para os geógrafos e geógrafas, é tempo de recomposição das estratégias e das lutas. Por isso, esse item se inicia com um convite. Convidamos todos a se empenharem em duas frentes de luta fundamentais na contemporaneidade: a defesa da democracia e a defesa da ciência.

Esse convite se explica pelo seguinte fato. Entendemos que, para refletir para onde vão as geografias agrárias, é preciso ir além de nossa área de conhecimento específica e da análise da história recente da formação territorial brasileira e seus desdobramentos no espaço rural. É preciso considerar alguns elementos da atual conjuntura política de inegável influência sobre a compreensão que temos dos principais dilemas que afetam o campo brasileiro e como nos posicionamos enquanto sociedade em relação a eles. Ressaltamos o crescimento da extrema direita no país e no mundo, a disseminação de discursos de ódio e da intolerância com o diferente, que é desqualificado e com frequência identificado como um inimigo a ser eliminado, além da disseminação avassaladora de mentiras ou pós-verdades e da propagação de formas diversas de negacionismo.

Eis dois grandes desafios diante dos quais a sociedade brasileira se depara hoje: a ameaça à democracia e o ataque à ciência. Propomos que o ideal de democracia radical e da construção coletiva de um conhecimento bem fundamentado dos fenômenos e impasses sociais, que tem como um de seus pilares a ciência e a busca de verdades pragmáticas¹², sejam defendidos como valores a guiar a nossa prática social cotidiana.

Assim, para que a geografia agrária possa dar a sua contribuição para decifrar os processos e as disputas territoriais em curso no campo e identificar possíveis caminhos para a superação destes, é imprescindível nos somarmos à luta em defesa da democracia e em defesa da ciência. Entendemos democracia

¹² Sobre verdades pragmáticas, ver as observações desenvolvidas a partir de Almeida (2021) no próximo item.

como o governo do povo¹³, um ideal a ser buscado por meio das lutas cotidianas, entre as quais destaca-se a luta contra diferentes formas de autoritarismo, bem como via estratégias políticas mais abrangentes e de longo prazo, visando ao desenvolvimento de formas políticas mais participativas e igualitárias. Entendemos a ciência como um corpo de conhecimentos fundamentados na prática continuada de investigação dos fenômenos naturais e sociais de forma metódica e sistemática, com o intuito de compreender os processos nos que se apoiam as suas existências, considerando os princípios ou as leis que regem esses fenômenos. A ciência e a democracia têm em comum a necessidade da liberdade de pensamento e de expressão, além da necessidade de transparência para que conheçamos em que bases estão fundamentados os seus argumentos, posicionamentos e decisões, para que assim possam ser submetidos à crítica na busca de seu constante aprimoramento.

Apesar de toda crítica que possamos fazer à democracia representativa burguesa que conhecemos, o ideal democrático deve ser um valor a ser defendido contra o silenciamento do dissenso e contra toda forma de autoritarismo. Ele deve guiar a busca de um mundo em que todos tenhamos um lugar e poder para decidir sobre o nosso destino. A democracia radical é o horizonte a ser perseguido.

A sociedade brasileira é complexa, composta por diferentes povos e culturas que constituem uma ordem hierárquica extremamente desigual. A competição e a busca do sucesso individual têm sido internalizadas nas últimas décadas sob o domínio da ideologia neoliberal como princípios centrais de nossa socialização e caminho natural para a realização pessoal e a felicidade. Nessa visão, cada indivíduo deve administrar o seu “capital humano”, visando otimizar a sua inserção nos vários mercados em que se desdobra a sua existência, para além do mercado de trabalho. Nesse movimento, a luta por distinção muitas vezes aparece enredada em lutas identitárias e por reconhecimento, que vão recortando o tecido social.

As tecnologias de comunicação, por sua vez, têm atuado no sentido de contribuir para o fortalecimento de uma sociabilidade formada por tribos, grupos de *influencers* e seguidores, grupos de compartilhamento de informações que funcionam como verdadeiras bolhas, reforçando a polarização e fragmentação social.

¹³ Segundo o dicionário Aurélio, democracia é um regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.

O que nos faz brasileiros: o futebol, o samba, a língua, o hino e a bandeira? O que é capaz de tecer o sentido de comunidade entre nós unindo o Norte e o Sul, o campo e a cidade: o dinheiro e as relações de troca mediadas pelo mercado? Para enfrentar a fragmentação social que ameaça inviabilizar o diálogo e a convivência social, e avançar na construção de uma unidade na diversidade, é fundamental identificar o que nos faz comunidade.

A geografia agrária está acostumada a analisar valores e costumes em comum que estão na base da relação com a terra e o território estabelecida por comunidades rurais e povos do campo e da floresta. Parece oportuno que façamos um movimento de autoconhecimento e busquemos identificar os valores e convicções que partilhamos e orientam as nossas práticas enquanto sociedade nacional, e mesmo global, o que se costuma chamar de ideologia.

A crescente complexidade do saber científico, o seu acesso restrito a grupos de iniciados e a sua privatização o têm transformado, para muitos, em algo espúrio ou reduzindo-o a um discurso de autoridade semelhante ao discurso religioso, no qual se deve acreditar de forma cega. Porém, da mesma forma que a democracia, apesar de merecedora de muitas críticas, a ciência também deve ser defendida como um valor e ser posto a serviço do interesse coletivo, porque ela pode nos servir contra o ódio, o obscurantismo e diferentes formas de opressão, sendo peça fundamental para a construção da democracia. Além disso, sem o auxílio da ciência, a travessia do século XXI, com as muitas catástrofes que se anunciam, como o aumento de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas e a possibilidade de novas pandemias, será muito mais difícil. E que não se confunda o interesse coletivo com um universal abstrato, pois ele só poderá emergir por meio da explicitação das diferenças, das desigualdades e da negociação continuada de posições, como se espera de democracias de fato.

Notas sobre a trajetória histórica da geografia

Para retomarmos a pergunta sobre para onde vão as geografias agrárias, parece-nos pertinente recordar alguns aspectos da trajetória histórica de nosso campo disciplinar, pois, para saber melhor para onde vamos, é preciso saber de onde viemos.

A institucionalização do pensamento geográfico enquanto um corpo de conhecimento distinto no contexto universitário ocorreu no século XIX e

início do século XX na Europa, tendo como base a sua contribuição para duas questões-chave: (1) o estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre, e (2) o estudo da relação homem-meio (Capel, 1981, p. 258).

Esse processo resultou da reunião e sistematização de um conjunto de saberes desenvolvidos a partir de levantamentos realizados em meio a expedições exploratórias, diplomáticas e comerciais que tiveram lugar desde meados do século XVII e desempenharam um importante papel para a consolidação da economia capitalista e a constituição do Estado Moderno (Capel, 1981). A sistematização do pensamento geográfico contribuiu para a elaboração de uma consciência espacial e de ideologias geográficas que passaram a compor o senso comum e a legitimar a unidade nacional, consolidando estruturas de poder e colonialismos, tanto interna como externamente aos Estados-nação (Moraes, 1988; Casanova, 2007).

A institucionalização da geografia também está relacionada com intensas transformações observadas na sociedade no período envolvendo processos econômicos e políticos que deram maior proeminência às cidades em detrimento do espaço rural, ao mesmo tempo em que modificaram profundamente os conteúdos destes espaços e as relações estabelecidas entre eles. Henri Lefebvre (2010) relacionou essas mudanças a dois processos centrais que explicam essas mudanças: a industrialização e a urbanização. É neste contexto que foi desenvolvida a geografia regional e da paisagem sob o domínio da perspectiva historicista, que priorizou a identificação e a análise dos costumes, técnicas e gêneros de vida relacionados a unidades fisionômicas distintas, resultantes da interação entre fenômenos humanos e naturais estabelecida em condições espaço-temporais específicas. Paul Vidal de La Blache, apesar de ter um papel central no desenvolvimento desta abordagem, também dedicou uma atenção especial à circulação de mercadorias, capitais e pessoas, relacionada à expansão da economia capitalista e seus impactos transformadores sobre os lugares (Lira, 2017).

Os primeiros estudos de geografia agrária no Brasil, desenvolvidos no início do século XX sob a direção de pesquisadores franceses que trabalharam na formação da Universidade de São Paulo, como Pierre Monbeig, foram fortemente influenciados por essa tradição. No âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), no Rio de Janeiro, a partir do trabalho de Léo Waibel em meados do século passado, acrescentou-se à abordagem historicista a influência neopositivista originária da escola ame-

ricana, que concebia a geografia da agricultura como um ramo da geografia econômica. Assim, o estudo do campo foi introduzido no debate da análise espacial, na busca por padrões e modelos para traduzir e atuar sobre a organização do espaço rural na perspectiva do planejamento e do desenvolvimento rural (Camargo, 2009).

Nessa fase inicial, em que pese a importante contribuição desses trabalhos para o conhecimento do campo, predominou na geografia agrária brasileira uma perspectiva evolucionista, que considerava as práticas agrícolas realizadas com base no saber de origem indígena e/ou no conhecimento tradicional, transmitido ao longo de gerações entre populações rurais, como limitadas a costumes arcaicos e às determinações dos fenômenos naturais. Por isso, elas eram classificadas como “atrasadas” e deveriam ser substituídas por técnicas modernas, o que era entendido como sinônimo de desenvolvimento.

Os primeiros trabalhos de geografia agrária que apresentaram um caráter mais crítico em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil datam do início da segunda metade do século XX. Destacam-se os trabalhos de autores como Orlando Valverde e Manoel Correia de Andrade, que identificaram a concentração da propriedade da terra como um fator central para a explicação do atraso da agricultura no Brasil e defenderam a implementação de uma política de reforma agrária para a promoção do desenvolvimento rural. Apesar de não mais atribuírem as principais dificuldades da atividade agrícola no país à sua grande dependência dos fatores naturais, as práticas tradicionais continuaram a ser concebidas como atrasadas e um limite a ser superado.

A perspectiva crítica alcançou uma maior difusão no âmbito da geografia agrária no último quartel do século XX, sob a influência do materialismo dialético, assim como ocorreu com a geografia brasileira em geral. Foi quando se verificou um intenso debate sobre a questão agrária e as vias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, no qual foram contrapostas diferentes compreensões sobre o significado e o destino do latifúndio e da agricultura realizada por produtores camponeses no Brasil. A abordagem evolucionista perdeu importância nesse contexto, quando ganharam maior relevância temas como: o desenvolvimento desigual e a territorialização contraditória das relações capitalistas na agricultura; a subordinação da agricultura pela indústria; a criação, recriação e subordinação da produção camponesa a diferentes formas de capital; as lutas e movimentos sociais etc.

Nesse processo, destacamos a contribuição da análise de Ariovaldo U. de Oliveira sobre a territorialização do capital no campo e sua face rentista, com a sujeição da produção camponesa, como uma reflexão sobre a questão agrária realizada à luz do materialismo dialético, mas também em diálogo com o pensamento populista russo, por meio da obra de Alexander Chayanov. Outra contribuição importante na perspectiva crítica é o trabalho de Carlos Walter Porto-Gonçalves, caracterizado por uma maior abertura para outras influências teóricas. Porto-Gonçalves, desde muito cedo, esteve envolvido com preocupações em relação ao meio ambiente, tendo estabelecido o diálogo com pensadores de outras tradições filosóficas, como Edgar Morin e Enrique Leff, entre outros.

Em face das mudanças verificadas na realidade agrária brasileira e mencionadas no item anterior, novos temas vêm se impondo na cena política e na academia, somando-se a dilemas existentes há mais longa data. A incorporação de novas problemáticas, muitas vezes, tem gerado a busca por uma atualização do debate teórico. São temas em destaque na atualidade: a resistência contra diferentes formas de expropriação dos povos da floresta, dos cerrados, ribeirinhos, quilombolas, indígenas; identidades territoriais, etnogênese, defesa do direito à diferença e de modos de ser, saber e fazer distintos; patrimonialização e patenteamento envolvendo saberes, práticas agrícolas e seres vivos; raça, gênero e interseccionalidade; agroecologia e agricultura regenerativa; certificação, selo de identificação de origem geográfica; terceirização, precarização do trabalho e esvaziamento do campo; globalização neoliberal, boom de commodities, financeirização, territorialização do agronegócio, grandes projetos; grilagem, concentração da propriedade da terra, campesinato, reforma agrária; alimento, cadeia produtiva, divisão internacional do trabalho na produção de alimentos, regime alimentar; agricultura 5.0, internet das coisas, automação, cibernética; agronegócio e pandemia; transgênicos, agrotóxico, adoecimento, destruição da vida; privatização da natureza, desmatamento, saqueio das águas, impacto socioambiental e ruptura do metabolismo sociedade e natureza; mudanças climáticas, finanças verdes, capitalismo verde, racismo e fascismo ambiental etc.

A geografia agrária tem procurado compreender essa realidade por diferentes caminhos teóricos e também participar do debate público sobre os principais desafios e perspectivas para o campo brasileiro e suas populações. No entanto, a própria escolha da problemática a ser analisada,

assim como das proposições e conceitos que serão acionados, insere-se num horizonte de possibilidades que pressupõe as afinidades teóricas e o posicionamento político do pesquisador.

Destaca-se hoje o domínio de duas abordagens no âmbito da geografia agrária crítica: o materialismo dialético e o pensamento decolonial. No primeiro caso, ressalta-se o fato de que se trata de uma abordagem que possui um marco teórico-filosófico bem definido, o que não significa a ausência de divergências internas nem a falta de diálogo com outras perspectivas. Há os que seguem essa tradição com base em teorias já consagradas e aqueles que têm procurado explorar outros caminhos teóricos a partir do tratamento de temáticas que têm ganho maior relevância na atualidade, como, por exemplo, a expansão do agronegócio sob o domínio das finanças e as crescentes contradições do metabolismo sociedade e natureza.

No segundo caso, ressalta-se a existência de um eixo temático comum, o da crítica à dominação colonial, para o qual convergem uma pluralidade de perspectivas teóricas. Entre os que estudam os movimentos sociais no campo hoje, há um grupo significativo de geógrafos e geógrafas que buscam compreender as relações de colonialidade que são constitutivas de nossa sociedade e, em contraposição às hierarquias, formas de opressão e silenciamentos delas decorrentes, procuram valorizar o protagonismo dos sujeitos sociais subalternizados e suas diferentes cosmovisões e relações com a natureza, além da luta por emancipação e defesa de seus territórios. Para isso, apoiam-se em autores diversos como Immanuel Wallerstein, Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos, Bruno Latour, entre outros. Alguns falam em virada ecoterritorial ou virada decolonial, enfatizando a força explicativa que esta abordagem teria em face de outras e a sua sintonia com as lutas contemporâneas.

No esforço de se abrir para a escuta dos sujeitos sociais estudados e com eles estreitar as trocas e os laços de solidariedade, com certa frequência tem se observado a idealização ou romantização destes sujeitos e o recurso a dicotomias simplificadoras para tratar da relação entre eles e a sociedade capitalista. Acreditamos que a compreensão das atuais formas de luta desenvolvidas pelos sujeitos sociais do campo, sobretudo aquelas que se baseiam em reivindicações étnico-territoriais, demandam uma abordagem relacional e dialética, como proposto em Marques (2021), capaz de apreender as comunidades étnicas como formas de organização política e

a etnicidade como uma linguagem que usa signos culturais para falar de segmentos sociais no interior de um sistema interétnico.

É preciso atentar para o apelo sedutor que pode ter uma abordagem que se apresenta com o ar de novidade e desconfiar de mudanças radicais anunciadas como rupturas epistemológicas e “revoluções copernicanas”, que se apresentam como instauradoras de um novo tempo. Isso porque, muitas vezes, essas iniciativas podem reproduzir velhas interpretações sob novas roupagens.

Não há um único caminho para decifrar o mundo, mas devemos ser consistentes em nossas escolhas e conscientes de seus fundamentos. Para driblar erros do passado, é necessário conhecer bem a nossa história e os seus vários meandros. O desenvolvimento do conhecimento costuma se dar de forma cumulativa, embora não linear, comportando continuidades e descontinuidades.

O pensamento decolonial tem o mérito de contribuir para a introdução de um novo rol de questões no debate político e acadêmico. Reconhecemos a relevância disso, mas defendemos que é possível e mesmo bastante pertinente abordar essas questões a partir do materialismo dialético. A geografia agrária pode ir para onde ela quiser, mas, para que o nosso trabalho desempenhe um papel social relevante, vamos precisar reunir nossas inteligências para contribuir para a construção do diálogo entre os diferentes, para o respeito aos seus territórios de vida, para a superação dos conflitos e das profundas desigualdades sociais, bem como para a construção da justiça social no campo.

Geografia agrária crítica marxista: atualidade, fundamentos e possibilidades

A crítica é necessária para o desenvolvimento do conhecimento científico e deve questionar sobre os fundamentos e os limites de validade de cada teoria. Porém, quando se reduz o debate científico à mera disputa entre diferentes representações e interpretações, pode-se cair num relativismo exacerbado, criando um terreno fértil para a disseminação de fake news e da ideia de pós-verdade. Como enfrentar essa questão sem incorrer no erro oposto da redução da diversidade de conhecimentos locais ao denominador comum do realismo científico?

Encontramos em Mauro Almeida (2013, 2021) alguns argumentos que podem nos ajudar em relação a essa questão. Ele defende que, em face de fenômenos planetários como o aquecimento global e as pandemias, entre

outros, devemos refletir sobre critérios que permitam distinguir a verdade da falsidade, preservando-se a autonomia ontológica dos diferentes povos. Desta forma, reconhece a necessidade de se buscar parâmetros que permitam identificar convergências de base na compreensão dos temas relacionados a esses fenômenos globais, de modo a permitir a construção de alianças políticas entre os povos, mesmo considerando-se que suas ontologias são incomensuráveis e irreduzíveis entre si.

As ontologias são “*acervos de pressupostos sobre o que existe*” (Almeida, 2013, p. 9), são constituídas social e relacionalmente, revelando a existência de mundos diferentes co-possíveis, nem sempre compatíveis. Assim, toda tradução de outra cultura é indeterminada e a relatividade ontológica é inescapável, mas o diálogo e a convivência entre ontologias distintas podem se tornar possíveis com a adoção de critérios pragmáticos de verdade, isto é, com base na experiência. O confronto e o reconhecimento de concordâncias pragmáticas entre entidades pertencentes a diferentes ontologias permitem a identificação de verdades pragmáticas como critério para distinguir mentiras e falácias de argumentos consistentes e verdades de fato.

Como exemplo de encontro pragmático, Almeida confronta o papel da Caipora, ente comum entre os seringueiros do Alto Juruá, na Amazônia, para a continuidade dos animais na mata e a manutenção de sua quantidade e diversidade, com os modelos de extração sustentável e de fonte-sumidouro, elaborados por cientistas para a atividade da caça na região, e conclui: “As ontologias científicas e as ontologias-caipora são vastamente diferentes nas entidades que pressupõem; mas elas podem ser confrontadas pragmaticamente” (Almeida, 2013, p. 20).

Essa discussão evidencia a importância de se refletir sobre o critério de verdade adotado. Se o pensamento científico tem como dever de ofício se expressar de forma clara e explicitar as evidências em que se apoia, também deve ter consciência sobre quais são os seus fundamentos teórico-filosóficos e o critério de verdade em que se baseia. Para isso, deve refletir sobre questões como: Onde está a verdade? A verdade está no objeto? Está no sujeito? Na coerência interna, encadeamento ou lógica dos argumentos apresentados? Na correspondência entre a teoria e a realidade?

No materialismo dialético, a *práxis* (ou seja, o encontro entre teoria e prática) é um momento necessário e fundamental para a construção do conhecimento, o propósito deste, bem como o seu critério de verdade.

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Dieseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente *escolástica* (Marx; Engels, 2007, p. 537, grifos dos autores).

Assim, para Marx, a verdade objetiva aparece como uma questão prática, na medida em que não seria possível uma exposição que não considerasse as categorias como partes constitutivas do real. “A atividade prática do homem, pois, é central para o autor alemão somente na medida em que há uma precedência das condições reais e concretas que se apresentam a ele na sua cotidianidade” (Sartori, 2014, p. 704).

A partir desse método, foram desenvolvidas abordagens geográficas que se mantêm atuais e efetivas para desvendar aspectos importantes do espaço rural no Brasil, entre as quais destacamos a teoria elaborada por Ariovaldo U. de Oliveira, que parte da noção de desenvolvimento desigual do capitalismo e trata da territorialização do capital monopolista no campo e da subordinação da produção camponesa a diferentes formas de monopólio. Essa teoria alcançou amplo reconhecimento e disseminação na área da geografia agrária. Também merecem destaque os estudos da geografia do trabalho desenvolvidos por Antonio Thomaz Jr e Alexandrina Luz Conceição a partir da análise da expansão do capitalismo no campo.

O materialismo dialético tem se apresentado como um método de inegável eficácia para o tratamento de temas diversos sob a perspectiva da geografia, especialmente aqueles mais diretamente relacionados ao desenvolvimento do capitalismo, que podem ser analisados à luz da crítica da economia política elaborada pelo autor de *O Capital*. Como ele afirmou, a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política (Marx, 2008, p. 47).

Essa abordagem nos oferece um rico instrumental para tratar de uma diversidade de processos e suas expressões em diferentes escalas, sem perder de vista aquilo que as unifica, ou seja, sem abrir mão de uma visada estratégica. Além de analisar os múltiplos processos que marcam o campo hoje, as disputas e os agentes sociais envolvidos, o materialismo dialético os aborda em sua manifestação enquanto particularidade no nível local ao mesmo tempo que busca identificar as suas conexões com outros espaços, rurais ou urbanos, nacionais ou internacionais, e com determinações mais gerais.

No contexto dos anos 1960 e 70, Lefebvre (1976) identificou a emergência de problemáticas determinadas pelo avanço do capital em novas esferas da vida social e seu papel para a reprodução das relações de produção capitalistas, tais como: vida cotidiana, produção do espaço e lazeres. Hoje, pode-se identificar a abertura de novas frentes de expansão do capital relacionadas à natureza e à biosfera, que têm desencadeado grande impacto sobre o campo, como: a transformação da vida biológica em uma nova forma de riqueza expressa como biodiversidade ou banco de germoplasma, matéria-prima para a indústria da biotecnologia; a redefinição de ciclos naturais gerais como serviços ecossistêmicos, medidos e negociados entre vendedores e compradores; assim como o cercamento e a privatização de bens coletivos como saberes e naturezas manejadas e socialmente produzidas etc. Acreditamos que o MD seja uma abordagem potente, capaz de abarcar também questões até então pouco exploradas ou desenvolvidas por esta tradição.

Para enfrentar os desafios contemporâneos e analisar a realidade do campo brasileiro no início do século XXI, não se deve tomar essa abordagem como se fosse um sistema teórico-filosófico acabado, com respostas prontas para decifrar o mundo. Os seus fundamentos devem ser tomados como ponto de partida, como uma forma de se interrogar e de pensar sobre o mundo com qual interagimos e produzimos a nossa existência. E as suas teorias podem e devem ser “atritadas” com outras para daí surgirem novos *insights* e novas possibilidades de interpretação.

Fundamentos filosóficos do materialismo dialético

A seguir, serão comentados dois fundamentos filosóficos do materialismo dialético que são por vezes bastante mal compreendidos, a saber: a *noção de objetividade ativa* e a *filosofia das relações internas*¹⁴. Entendemos que uma melhor compreensão desses fundamentos pode permitir a exploração de novas perspectivas no tratamento da relação sociedade e natureza, e da relação entre crise ambiental e a teoria do valor.

A abordagem materialista tradicional parte do pressuposto de que a materialidade do mundo, ou a natureza, existe independentemente dos seres

¹⁴ Esses fundamentos são tratados em maior profundidade em minha tese de livre docência, a ser defendida no início de 2024.

humanos e suas ações, restando tão somente contemplá-la. Para ela, a propriedade da objetividade se reduz ao que é material.

O materialismo dialético destaca o aspecto ativo da objetividade em oposição a essa concepção. Para ele, as categorias são formas de ser, determinações da existência. Nas teses sobre Feuerbach, o materialismo naturalista é criticado por apreender a realidade sob a forma de objeto, passível apenas de contemplação, e não a partir da atividade humana sensível, ou seja, como prática. Para Marx, o Ser dos humanos é o seu processo de vida real e a atividade humana tem um papel na conformação da objetividade.

O materialismo dialético considera a prioridade ontológica do ser objetivo em lugar da prioridade do Ser abstrato sobre a consciência, como defendia Hegel. Também afirma a impossibilidade da autonomização da esfera ideal em face da objetiva.

Em desacordo com a perspectiva objetivista comum à abordagem positivista, o materialismo dialético reconhece o aspecto ativo e subjetivo da objetividade ao tratá-la como resultante da relação entre sujeito e objeto. Ao propor a inversão da dialética idealista de Hegel, Marx acolhe desta dialética o desenvolvimento do aspecto ativo ou subjetivo da objetividade como resultante da relação sujeito e objeto, mas critica a suposição de seu mestre de que o objeto seja uma construção unilateral do sujeito (Echeverria, 2011).

A abordagem positivista concebe a identidade de forma fixa, a partir de um isolamento da coisa ou da parte em relação ao todo. O materialismo dialético substitui a noção de “coisa” do senso comum (algo que tem uma existência em si, independente de suas relações, que são concebidas como posteriores e exteriores a ela) pelas noções de “relações internas” (que ilumina os nexos estabelecidos entre os seres como lhes sendo internamente constitutivos) e de “processo” (que contém uma história e futuros possíveis).

O autor de *O Capital* utiliza a filosofia das relações internas¹⁵ como abordagem epistemológica para a sua ontologia materialista dialética. Essa filosofia é o que dá base à sua abordagem relacional. Ela entende que as relações que se unem para compor o todo se expressam também em suas partes. Cada parte é vista como incorporando, em sua forma de existência, as suas relações com outras partes, ou seja: o modo como a “coisa” está integrada num contexto mais amplo torna-se atributo essencial do que ela é.

¹⁵ A filosofia das relações internas remonta ao filósofo grego Parmênides, passando por Epicuro e Aristóteles, assumindo proeminência no período moderno a partir do trabalho de Spinoza e Hegel, entre outros.

O termo “relação” é usado amplamente como sinônimo de “conexão”, embora também seja empregado para se referir a um fator social real de maneira mais aberta do que seria possível por meio do uso de expressões como estrutura, unidade ou sistema. Ele chama o capital de “relação social de produção”, refere-se ao dinheiro como uma “relação de produção” e ao modo de produção como a “relação na qual as forças produtivas se desenvolvem” (Ollman, 2003, p. 26).¹⁶

Em Marx, a identidade se define a partir da relação, assim, capital e trabalho seriam expressões de uma mesma relação, vista a partir de polos ou perspectivas distintos. A identidade compreende expressões diferentes do mesmo fato. Essa compreensão permite apreender a relação entre identidade e diferença, bem como suas contradições. A noção de forma é fundamental para a sua teoria da identidade. A forma é o “aspecto de uma relação, centrado na aparência ou na função, a partir do qual seu conceito de cobertura geralmente é extraído” (Ollman, 2003, p. 77). A forma é também o modo como a identidade é afirmada na diferença, como no caso da renda, do lucro e dos juros, que podem ser identificados pelo que há em comum entre eles, ou seja, como formas de mais-valor.

Ao contrário dos economistas políticos, por exemplo, que param depois de descrever as diferenças óbvias entre lucro, aluguel e juros, Marx prossegue para destacar sua identidade como formas de mais-valor (ou seja, riqueza criada pelos trabalhadores que não é devolvida a eles sob a forma de salários). Como relações, todas elas têm em comum essa qualidade, esse aspecto que toca suas origens (Ollman, 2003, p. 15, tradução nossa).

Marx utiliza a filosofia das relações internas para fundamentar a sua abordagem, decompondo o todo em unidades relacionais cuja interdependência estruturada se reflete nos significados de seus conceitos. Na introdução de “Grundrisse” (2011), ele expõe o caminho para a elaboração do pensamento concreto com base no materialismo dialético.

¹⁶ Segundo Ollman (2003, p. 26), a palavra alemã *Verhältnis* (relação) “provavelmente ocorre com mais frequência do que qualquer outra expressão nos escritos de Marx, confundindo críticos e tradutores”. Muitas vezes, a compreensão do papel crucial desempenhado por *Verhältnis* em sua obra é prejudicada em decorrência de traduções que substituem “condição”, “sistema” e “estrutura” por “relação”. “*Verhältnis* é geralmente usado por ele no sentido que é dado pela filosofia das relações internas, onde partes como capital, trabalho etc. são ditas como sendo relações que contêm em si as próprias interações a que pertencem. Mas Marx também usa *Verhältnis* como sinônimo de *Beziehung* (conexão), como forma de se referir a laços entre partes que são momentaneamente vistas como separadas” (Ollman, 2003, p. 73, tradução nossa).

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2011b, p. 54).

Assim, uma questão central a ser considerada é onde e como são traçados os limites e estabelecidas as categorias, os entes ou abstrações, para apreender o mundo existente por meio do pensamento e como tecer a reconstituição do todo. Abstrair significa extrair e, no materialismo dialético, a atividade do pensamento deve ser compreendida como um momento da prática social. A abstração não é uma atividade mental indiferenciada, o modo como ela é realizada traz implicações tanto para as partes abstraídas, como para a forma como elas são apresentadas. O processo de abstração compreende três principais aspectos: (1) extensão (espacial e temporal); (2) nível de generalidade; e (3) perspectiva ou ponto de vista (Ollman, 2003).

A extensão se refere à definição dos limites espaciais e temporais em relação ao que é abstraído. Marx delimita unidades de análise amplas o suficiente para abarcar as coisas como elas realmente são e acontecem na realidade. Desta forma, apreende a relação entre identidade e diferença, bem como diferentes formas de contradição. O nível de generalidade considera os elementos comuns compartilhados em cada âmbito específico da realidade. Ele trabalha com diferentes níveis de generalidade ou planos de compreensão a partir dos quais é subdividido o mundo existente, indo do mais específico ao mais geral.

Dar à produção a extensão da reprodução ou ao capital a extensão da acumulação de capital, por exemplo, permite a Marx trazer à luz e organizar o sistema do qual eles fazem parte de maneiras que não seriam possíveis com abstrações mais estreitas (ou mais curtas) (Ollman, 2003, p. 100)

Quanto ao ponto de vista, pode-se dizer que a mesma relação pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas, e o mesmo processo, a partir de diferentes momentos. Disto resulta a possibilidade de apresentação de posições aparentemente contraditórias entre si, a depender da perspectiva considerada.

Um ponto de vista estabelece uma perspectiva que colore tudo o que nele cai, estabelecendo ordem, hierarquia e prioridades, distribuindo

valores, significados e graus de relevância, e afirmando uma coerência distinta entre as partes (Ollman, 2003, p. 100).

Ao abstrair um nível de generalidade, Marx põe em foco um conjunto de qualidades que podem servir individual ou coletivamente (a depender da abstração da extensão) como pontos de vista, assim como exclui outras perspectivas possíveis, estabelecidas em torno de qualidades relacionadas a outros níveis de generalidade. A diferença de perspectiva ou ponto de vista dá lugar a interpretações divergentes sobre a realidade, conforme a posição social ocupada, especialmente a condição de classe.

A perspectiva de totalidade permite a apreensão da realidade por meio da síntese de múltiplas determinações. Essa perspectiva remete a um movimento de totalização, e não a uma totalidade fechada, ensimesmada, e deve ser compreendida como um recurso necessário para uma melhor compreensão da forma geral como um conjunto de relações sociais está estruturado.

Diferentemente de outras abordagens, o materialismo dialético concebe as totalidades como constituídas a partir de processos sociais historicamente situados e reproduzidas no tempo, na medida em que logram repor as relações que as estruturam e em que se baseiam as suas condições de existência. Uma vez constituída a totalidade como forma social, ela se impõe como determinação subsumindo outras formas e relações à sua lógica interna. Marx (2010) analisou a subsunção do trabalho ao capital e identificou os modos como as relações de produção capitalistas modificaram e atualizaram o processo de trabalho sob o seu domínio.

Lefebvre (2002) propõe a substituição da categoria de totalidade pela noção de totalização, com o intuito de pôr em evidência o momento negativo, o processo do devir e a historicidade em simultaneidade ao momento de síntese. O filósofo francês explica:

Estamos dialetizando-a [a totalidade], por um lado, introduzindo os conceitos de totalidade parcial e de totalização, e, por outro, distinguindo entre o total e o universal (o universal é pensável na medida em que ele se cria), mas sem separá-los. A vontade de totalidade continua a ser indispensável, tanto em termos de prática (a exigência de totalidade e de superação de cisões, divisões e dispersões) quanto de teoria. Nenhuma ação, nenhum esforço de conhecimento sem esta opção inicial: a vontade de totalidade. Sem ela, aceitamos o “dado” empírico e fragmentário, aceitamos o real dividido e dicotomizado; ratificamos a divisão social do trabalho; damos nossa bênção à fragmentação analítica de atividades, funções, ações e gestos; transfor-

mamos em leis e estabelecemos como verdades as ‘tematizações’ e os pseudomundos reconhecidos, portanto, as separações (Lefebvre, 1961, p. 190, tradução nossa).

Metabolismo entre sociedade e natureza

O capital tem se imposto como uma relação social que busca fazer-se total, mas ele não subsumiu aos seus desígnios tudo o que existe, eliminando toda externalidade. Ele tem se difundido por meio de um desenvolvimento desigual, sobretudo no que diz respeito ao mundo da vida (costumes, economia doméstica, práticas e saberes vernaculares) e às “riquezas primárias” (o trabalhador e a natureza). O reconhecimento desse aspecto é central para se compreender a atualidade das formas de pilhagem e predação que caracterizam a expansão do capital hoje. Os embates sociais e as disputas estabelecidos em torno da criação ou modificação de formas de regulação e de direitos que recaem sobre o mundo da vida e as riquezas primárias expressam bem essa realidade.

Ressaltam-se no campo as mudanças que afetam diretamente as formas de relação sociedade e natureza desenvolvidas em bases não capitalistas, como é o caso do costume de uso comum de bens naturais como os recursos hídricos e as florestas, frequente entre comunidades camponesas – sobretudo aquelas que são denominadas de tradicionais –, quilombolas e povos indígenas. Essas mudanças, desencadeadas em grande parte pela privatização da terra e dos bens naturais, têm avançado e contribuído para o aprofundamento dos problemas ambientais gerados pelo capitalismo. Isso tem ocorrido ao mesmo tempo em que cresce a consciência social em relação a esses problemas, o reconhecimento do caráter sustentável das práticas desenvolvidas sob relações não-capitalistas e a cobiça em relação aos conhecimentos elaborados por povos indígenas e comunidades tradicionais a partir de sua cosmovisão e modo de vida próprios.

Em face desse cenário, consolida-se a vinculação entre a questão agrária e a questão ambiental, empregada inicialmente como estratégia de luta pelo movimento dos seringueiros do Acre nos anos 1980 e que tem se constituído como um eixo importante em torno do qual se estruturam lutas no campo, como as que reivindicam o reconhecimento de territorialidades específicas. São lutas que se apoiam na afirmação da diversidade étnica e epistêmica pelos

sujeitos sociais do campo e na emergência de identidades étnico-territoriais como fator político. Em Marques (2021), tratamos dessa questão na perspectiva da cultura e de situações de contato e conflito interétnico.

A seguir, trataremos de aspectos da abordagem marxiana sobre a relação sociedade e natureza, de modo a evidenciar outras possibilidades a serem exploradas nos estudos do campo a partir desta tradição de pensamento, que atribuem maior importância para as determinações da materialidade natural e suas implicações para os processos socioterritoriais. O instrumental teórico e conceitual à nossa disposição revela o profundo enredamento do mundo da prática na conformação daquilo que se constitui como materialidade natural sob o marco da sociedade moderna ocidental.

Muitos pensadores contemporâneos têm retomado os escritos de Marx que tratam do metabolismo sociedade e natureza para defender a existência de preocupações ecológicas neste autor. A partir de apontamentos dispersos de sua obra, John B. Foster (2005) e Paul Burkett (1999) falam em fratura ou ruptura metabólica sob o capitalismo com o objetivo de pôr em evidência a relação contraditória com a natureza em que se baseia essa sociedade. A passagem a seguir evidencia de forma clara essa questão:

O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. [...] E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (Marx, 2013, p. 463).

Kohei Saito (2017) vai além e afirma a existência de um argumento ecológico sistemático e consistente na obra do autor de *O Capital*, apesar de reconhecer que o termo metabolismo é empregado por ele de forma polissêmica.¹⁷

Saito parte de uma interpretação da teoria do valor de Marx difundida pela Escola Kuruma¹⁸, bastante aceita no Japão e até recentemente pouco conhecida no debate do marxismo no Ocidente. Três aspectos dessa interpretação são centrais para a tese do autor de “O ecossocialismo de Karl Marx”: (1) a ideia de que a noção de metabolismo deve ser considerada tanto num nível mais geral de abstração (como um fenômeno trans-histórico), como num nível concreto (como um fenômeno histórico); (2) o deslocamento do foco da crítica da economia política das formas econômicas para a dimensão material, inclusive com a consideração da materialidade do trabalho abstrato; e (3) a ideia de que a ruptura metabólica é analisada pelo autor de *O Capital* a partir da crítica da economia política, mais especificamente, da teoria do valor.

[...] a ecologia de Marx trata da síntese dos aspectos históricos e trans-históricos do metabolismo social ao explicar como as dimensões físicas e materiais do “metabolismo universal da natureza” e do “metabolismo entre humanos e natureza” são modificadas e eventualmente rompidas pela valorização do capital. A análise de Marx visa revelar os limites da apropriação da natureza por meio de sua subsunção pelo capital (Saito, 2017, p. 68, tradução nossa).

Algumas passagens da obra de Marx corroboram o argumento do jovem filósofo japonês. Nelas, o metabolismo social é analisado com base em aspectos históricos e trans-históricos, com atenção especial às mudanças geradas pelo capital no processo de trabalho. *O Capital: Livro I*, ao se referir à produção em geral, ele afirma:

Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe (Marx, 2013, p. 120-121).

¹⁷ Marx generaliza o uso do termo “metabolismo”, empregando-o de diversas formas. Ele fala em: metabolismo natural (metabolismo universal natural), metabolismo homem e natureza (metabolismo trans-histórico entre homem e natureza) e metabolismo da sociedade.

¹⁸ Samezo Kuruma e Teinosuke Otani, autores de destaque dessa Escola, só recentemente foram traduzidos para o inglês pela primeira vez. A interpretação de *O Capital: Livro I* elaborada por essa Escola é divergente da linhagem de interpretações desenvolvida sob a influência do pensamento do economista russo Isaac I. Rubin e da maneira como ele concebe a noção de forma social.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (Marx, 2013, p. 124).

Com base na ideia de Lucrécio de que “do nada não se pode criar nada”, Marx (2013, p. 292) afirma: “[...] a força de trabalho é, antes de mais nada, matéria natural transferida ao organismo humano”. Assim, o aspecto fisiológico do trabalho é verdadeiro para qualquer dispêndio de força de trabalho e, nesse sentido, pode-se concordar com o jovem filósofo japonês quando ele afirma que o trabalho abstrato apresenta também uma dimensão material.

Marx (2011) analisa o trabalho abstrato ou trabalho em geral segundo dois níveis diferentes de generalidade: (1) como uma categoria simples, ou seja, como “a expressão abstrata para a relação mais simples e antiga em que os seres humanos – seja em qual for a forma de sociedade – aparecem como produtores” (abstração simples); (2) como expressão da indiferença em relação a um tipo de trabalho determinado que ocorre na sociedade capitalista, uma forma específica de sociedade em que se passa facilmente de um trabalho a outro, como resultado do desenvolvimento concreto mais rico da divisão do trabalho e dos diferentes trabalhos (abstração concreta). No segundo caso, “o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade” (Marx, 2011, p. 57). “Por conseguinte, a abstração mais simples que a Economia moderna coloca no primeiro plano e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade moderna” (Marx, 2011, p. 58).

Diferente de tudo o que existiu antes e que, para Marx, poderia se caracterizar como “formas naturais de produção”, o capital estabelece mediações muito distintas em sua relação com a natureza. Na passagem que segue, Marx e Engels contrapõem a formas de produção anteriores, de caráter mais comunitário e de base local, a produção capitalista, caracterizada por um mais amplo desenvolvimento da divisão do trabalho, pela propriedade privada e um extenso intercâmbio.

No primeiro [caso], os indivíduos têm de estar reunidos; no segundo, encontram-se como instrumentos de produção ao lado do instrumento de produção dado. Aqui aparece, portanto, a diferença entre os instrumentos de produção naturais e aqueles criados pela civilização. O campo (a água etc.) pode ser considerado como instrumento de produção natural. No primeiro caso, o dos instrumentos de produção naturais, os indivíduos são subsumidos à natureza; no segundo caso, são subsumidos a um produto do trabalho. Daí que, no primeiro caso, a propriedade (propriedade da terra) também aparece como dominação imediata e natural; no segundo caso, ela aparece como dominação do trabalho, especialmente do trabalho acumulado, do capital. O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por um laço qualquer, seja ele a família, a tribo, o próprio solo etc.; o segundo caso pressupõe que os indivíduos são independentes uns dos outros e se conservam unidos apenas por meio da troca. No primeiro caso, a troca é fundamentalmente entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho daqueles é trocado pelos produtos desta última; no segundo caso, é predominantemente uma troca dos homens entre si. No primeiro caso, é suficiente o entendimento médio dos homens, a atividade corporal e a espiritual ainda não estão de forma alguma separadas; no segundo caso, a divisão entre trabalho espiritual e corporal já tem de estar realizada na prática. No primeiro caso, a dominação dos proprietários sobre os não proprietários pode se basear em relações pessoais, numa forma de comunidade; no segundo caso, ela tem de ter assumido uma forma coisificada num terceiro elemento, o dinheiro. No primeiro caso, existe a pequena indústria, mas subsumida à utilização do instrumento de produção natural e, por isso, sem distribuição do trabalho entre diferentes indivíduos; no segundo caso, a indústria existe apenas na e por meio da divisão do trabalho (Marx; Engels, 2007, p. 51).

Essa passagem evidencia o quanto a generalização da troca e da mediação desta pelo dinheiro configuram uma forma social distinta, na qual a condição de indivíduo independente e agente privado é conformada, bem como a subsunção deste ao capital, produto do trabalho, e não mais à “natureza”. Para os autores, a grande indústria universalizou a concorrência, “criou meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais” (Marx; Engels, 2011, p. 60). Esse processo teria destruído a “naturalidade”, dissolvendo as “relações naturais” em relações reificadas, em relações monetárias.

Desta forma, o trabalho privado, desenvolvido independentemente uns dos outros, sem nenhum arranjo social geral, é uma categoria chave para compreender a produção capitalista. Esse trabalho é realizado pelos produtores sem que haja conhecimento sobre o que os outros indivíduos realmente desejam.

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores (Marx, 2013, p. 148).

Nesse sentido, como bem destaca Saito (2017, p. 106), a produção capitalista difere significativamente de outras formas de produção porque o trabalho realizado por agentes individuais é organizado como um ato privado, que não se torna parte de todo o trabalho social no momento de sua execução. Somente após a distribuição e a troca é que os trabalhos privados passam a compor o trabalho social total. Disso resulta a seguinte contradição: apesar da dependência material mútua existente entre todos os produtores, o que os obriga a entrar em contato social entre si para satisfazer as suas próprias necessidades, os trabalhos dos agentes individuais devem ser realizados como base em cálculos e julgamentos totalmente privados. De acordo com Kuruma, essa contradição real requer a mediação do valor para assegurar a continuação da produção e a reprodução social sob o trabalho privado.

Desta forma, as relações sociais capitalistas trazem novas características sociais para a interação metabólica trans-histórica entre humanos e natureza. A alocação de todo o trabalho e a distribuição de todo o produto sob a produção mercantil são arranjadas através da mediação do “valor”, ou seja, do trabalho abstrato objetivado. Não há acordo consciente sobre a produção geral entre os produtores porque eles simplesmente seguem as mudanças de preços no mercado. O valor é o sinal fundamental para os produtores em relação ao que devem produzir. Uma vez que a produção social nada mais é do que a regulação da interação metabólica entre humanos e natureza, o valor é agora seu mediador, o que significa que o dispêndio de trabalho abstrato é considerado em primeiro lugar no processo metabólico. Outros elementos dessa interação metabólica, como o trabalho concreto e a natureza, ao contrário, desempenham apenas um papel secundário e são levados em consideração somente enquanto se relacionam com o valor, mesmo que continuem a funcionar como fatores materiais essenciais no processo de trabalho (Saito, 2017, p. 109, tradução nossa).

Para compreender melhor essa passagem, devemos considerar o que foi dito anteriormente sobre a relação entre identidade e diferença em Marx e atentar para a diferença entre as categorias “valor” e “trabalho abs-

trato”, sendo o primeiro a “objetividade fantasmagórica” do segundo, uma vez que não pode ser objetivado materialmente. “É apenas por serem trocados que os produtos do trabalho adquirem uma objetividade socialmente uniforme como valores, que é distinta de sua objetividade sensivelmente variada como artigos de utilidade” (Saito, 2017, p. 107). “Na troca entre diferentes valores de uso, o valor é exigido como critério comum entre eles, no qual o trabalho abstrato, como um aspecto do trabalho humano, é objetivado pela práxis social como um puro caráter social da matéria” (Saito, 2017, p. 108, tradução nossa).

A reprodução de uma sociedade em bases sustentáveis requer a alocação da soma total do trabalho e a distribuição da soma total dos produtos, de modo a atender as necessidades de consumo de sua população. Essa é uma condição material fundamental que se aplica a qualquer sociedade. Porém, no caso da produção capitalista, conforme vimos, essa alocação não se baseia nas necessidades da população, mas sim no cálculo privado do produtor individual em busca do ganho monetário. Fato que leva a uma separação entre a dinâmica de reprodução da vida (apropriação, produção e consumo) e a dinâmica de reprodução social, conformando uma concepção de natureza contraditória como exterioridade universal internalizada de forma fragmentária na produção social, como objeto, recurso, condição de produção, capital fixo, como uma natureza morta.

A reprodução do capital depende da disponibilidade de materiais diversos demandados pelo processo de produção, além da força de trabalho. Uma importante temática que se impõe para o estudo da geografia agrária hoje diz respeito às novas formas como a natureza é subsumida ao capital e como as determinações deste são encarnadas por certos materiais e processos naturais.

Dessa separação derivam fraturas diversas de ciclos naturais em que se fundamenta a reprodução da vida, como no caso da relação entre agricultura e indústria anteriormente mencionado. A tendência à exaustão da força de trabalho e do solo é apontada por Marx como uma contradição central do capital decorrente dessas relações. Daí ser um contrassenso se denominar de sustentável qualquer iniciativa que reproduza a lógica geral do capital.

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da

produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores (Marx, 2013, p. 289).

Entre os povos em que não se observa essa separação entre reprodução da vida e reprodução social, a natureza é identificada com vida, causalidade imanente, força ativa de onde emergem as coisas. Nessas sociedades, caracterizadas por “formas naturais de produção”, as trocas metabólicas com a natureza se observam sob o domínio desta, enquanto sob o capitalismo, essas trocas são subsumidas ao capital.

Considerações finais

Apesar de não haver uma resposta única sobre a questão de para onde vamos nós da geografia agrária como coletivo, apontamos um caminho a ser trilhado e alguns instrumentos disponíveis a serem empregados. Convidamos a todos a explorarem conosco essa possibilidade, mas pedimos, aos que optarem por outras alternativas, que sigamos juntos no debate e na busca da construção de um conhecimento coletivo que possa fazer a diferença.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, M. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013.

ALMEIDA, M. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BNDES. **Framework de emissão de títulos sustentáveis do BNDES**. Brasília: BNDES, 2021.

BURKETT, P. **Marx and Nature: a Red and Green Perspective**. New York: St. Martin’s Press, 1999.

CAMARGO, A. de P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan.-jun., p. 23-39, 2009.

CASANOVA, P.G. **Colonialismo interno**. CLACSO, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

- CAPEL, H. **Filosofia y ciência em la geografia contemporânea**. Barcelona: Editorial Barcanova, 1981.
- CHESNAIS, F. **Finance capital today**. Leiden/Boston: BRILL, 2016.
- CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, M. C da (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac-Naify, 2009.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- ECHEVERRÍA, B. **El materialismo de Marx: discurso crítico y revolución**. México: Itaca, 2011.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GIOVANAZ, D. **À espera de sanção, PL do Fiagro escancara as porteiras para o capital estrangeiro**. Brasil de Fato, 12/03/21. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/12/a-espera-de-sancao-pl-do-fiagro-escancara-as-porteiras-para-o-capital-estrangeiro>. Acesso em: 5 set. 2021.
- GRAIN. **Zonas de expansão e investimento do agronegócio na América do Sul**. Grain, 2020. Disponível: https://www.grain.org/system/attachments/sources/000/006/141/original/PT_zonas_de_expans-o_e_investimento_na_Am-rica_do_Sul_PDF_18_09.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In*: CAAP; CLAES. **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito, 2009.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- IBGE. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (notas técnicas)
- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne II: fondements d'une sociologie de la quotidienneté**. Paris: L'Arche Editeur, 1961.
- LEFEBVRE, H. **La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production**. Paris: Éditions Anthropos, 1976.
- LIRA, L. A. A inserção do Brasil no sistema-Terra, na totalidade-mundo e na economia mundial, segundo a geografia regional: de Vidal de la Blache a Pierre Monbeig (1911-1957). **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 793-811, dez. 2017. ISSN 2179-0892.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARQUES, M. I. M. Identidade étnica, territórios e saberes: disputas no campo e na academia. *In*: Mizusaki, M. et al. (orgs.), **Questão agrária e práxis social no século XXI: impasses, desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2021. pp. 113-124.
- MARX, K.. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- MARX, K.. **O Capital**: capítulo VI inédito, resultados do processo de produção imediato. São Paulo: Centauro, 2010.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- OLLMAN, B. **Dance of the dialectic**: steps in Marx's method. Chicago: University of Illinois Press, 2003.
- SAITO, K. **Karl Marx's Ecosocialism**: Capitalism, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy. New York: Monthly Review Press, 2017.
- SVAMPA, M. **As fronteiras de neextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.
- WAIBEL, L. **Capítulos da Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

PARTE 2

**Direto do front -
geografias
agrárias e lutas
socioambientais**

Política de escala enquanto uma estratégia de luta pela terra pelos movimentos sociais do campo: o caso do MST

ROGÉRIO REGO MIRANDA¹

A escala vem se tornando um conceito bastante discutido entre cientistas sociais, economistas e geógrafos, especialmente a partir dos anos 2000, com destaque a uma literatura anglo-saxã, na qual se encontra uma preocupação acerca da teorização da política de escala (ver Grandi, 2014; Herod, 2011; Mackinnon, 2010; Souza, 2013).

A partir disso, o artigo tem como objetivo discutir contribuições teórico-metodológicas sobre a política de escala. Para esse fim, realiza-se primeiramente uma diferenciação entre escala cartográfica, escala geográfica e política de escala. Em seguida, discute-se sobre as teorizações que refletem a política de escala, tendo como premissas as concepções da economia política e do pós-estruturalismo, as quais remetem a uma reflexão ontológica e epistemológica da escala, que se apoia nos trabalhos de Mackinnon (2010), Grandi (2014), Brenner (2001) e Moore (2008).

Por fim, o trabalho analisa as contribuições de Cox (1998), Brenner (2000, 2001) e Smith (2000, 2002, 2004) para debater a escala enquanto produto social, dinâmico, mutável e multidimensional que apresenta uma face zonal, mas igualmente reticular,² além de ser resultado e resultante de uma prática social e construção discursiva que viabiliza o exercício do poder, o qual não se realiza seguindo uma hierarquia tradicional e estática pautada na direção do global para o local, pois o último também pode interferir no primeiro.

Essa reflexão tem por intenção compreender que a política de escala, por apresentar essas características elencadas acima, é de fundamental impor-

¹ Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e coordenador do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6309-7653>. E-mail: rogeriomir@unifesspa.edu.br

² Essa proposta vai ao encontro de trabalhos importantes já elaborados sobre a temática no Brasil, a exemplo de Grandi (2014) e Neto (2017).

tância para a acumulação ampliada de capital, ou seja, é bastante mobilizada pelos agentes econômico-políticos hegemônicos, bem como é condição e meio para a organização das lutas empreendidas pelos movimentos sociais pelos/nos territórios, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses elementos serão melhor trabalhados ao longo do texto, especialmente à luz de autores importantes, como Brenner (2000, 2001), Cox (1998), Smith (1988, 2000, 2002, 2004), entre outros.

Debate sobre a escala geográfica

Com relação à escala, vários autores vêm discutindo a importância de se diferenciar a *escala cartográfica da escala geográfica*. Para Raffestin *et al.* (1983), a escala cartográfica, por um lado, trabalha com uma base geométrico-matemático de relações cartesianas de proporcionalidade, em que quanto menor a escala, maior é a representação da superfície terrestre, ao passo que quanto maior a escala, o nível de detalhamento é mais elevado em relação a uma área restrita do território. A escala geográfica, por outro, se refere às relações sociais que produzem o espaço, não é um dado a priori, natural e a-histórico.

Melazzo e Cloves (2007) fazem uma reflexão importante sobre a escala, debatendo-a como *noção, conceito e teoria*. Enquanto noção (ideia trabalhada por diferentes matrizes científicas), a escala se apresenta como uma representação métrica do mapa, cujo uso seria dado pelos objetivos do pesquisador. Em seu aspecto conceitual, ela revela a relação social, objetivando analisar a natureza qualitativa dos fenômenos, que podem sofrer variação de acordo com a escala geográfica. Por fim, na sua acepção teórica, a escala é compreendida à luz da teoria do desenvolvimento desigual. Assim, ela é o produto do capital, refere-se a espaços de materialização e negação de seus movimentos internos. Corresponde às diferenciações geográficas resultantes e necessárias à superação, ainda que momentânea, das contradições do capital, mas também revela as arenas de disputa política (Melazzo; Cloves, 2007), conforme afirma Smith (1988).

Essa perspectiva é coadunada por Harvey (2004), ao propor uma análise da realidade contemporânea a partir do(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual(is), na qual observa a dimensão espacial da acumulação do capital, visto que, sem a expansão geográfica, a necessária reorganização terri-

torial e o desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo sucumbiria. Em outras palavras, a permanente realização do “ajuste espacial” das contradições inerentes ao capital, atrelada à inserção desigual dos territórios e das formações sociais no mercado global, originou uma geografia histórica mundial de acumulação do capital. Pelo fato do espaço ser densamente variado em suas múltiplas dimensões, os fluxos de capital terão mais facilidade de adentrar em alguns lugares do que em outros; e o contato com o mercado capitalista global por parte das formações sociais vai contribuir para que algumas delas se insiram mais rapidamente nas formas capitalistas de troca de mercado, enquanto outras não realizaram plenamente essa inserção por motivos diversos.

A teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais envolve dois componentes de fundamental importância, a saber: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. Com relação ao primeiro elemento, é necessário indicar que existe uma mudança qualitativa na forma de um fenômeno se apresentar nas escalas geográficas, como a global, continental, nacional, regional e local, embora elas estejam interligadas hierarquicamente, portanto um dado fenômeno local pode interferir em nível global e vice-versa. A escala é um produto histórico e, por esse motivo, é dinâmica. Ela depende das inovações tecnológicas na área de comunicação e transporte, bem como de condições econômico-políticas que se modificam, e, por fim, resulta da luta de classes, cujos sujeitos envolvidos definem as escalas geográficas nas quais as disputas por hegemonia ocorreram (Harvey, 2004).

No que diz respeito à produção da diferença geográfica, observa-se que, em qualquer escala, existe um conjunto de processos que promovem diferenças espaciais de diversas formas (modo de vida, uso dos recursos etc.), formando um mosaico, que é um “palimpsesto” – composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros” (Harvey, 2004, p. 111). Essas diferenças geográficas são reproduzidas ou modificadas de acordo com os processos político-econômicos e socioecológicos desenvolvidos no presente, salientando que, no contexto atual, a globalização acelera essas transformações espaciais. Os dois componentes mencionados acima ajudam a pensar as diferenciações e interações inter/intraescalares, ou seja, que os fenômenos sociais não podem ser pensados em uma única escala.

A compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais auxilia na avaliação das contradições existentes na globalização, possibilitando definir os campos de atuação política. Isso ocorre porque a globalização implica uma

autodestruição e desvalorização dos lugares em várias escalas, provocando a agudização dos problemas sociais, por meio do desemprego, do subemprego etc. Em outras palavras, por um lado, os agentes econômicos concentram o poder e “desenvolvem” seletivamente os espaços, de acordo com os seus interesses; por outro, surgem movimentos de oposição e resistência a esses agentes, desenvolvendo ações articuladas em diversas escalas, contribuindo para a reavaliação das lutas populares em diferentes escalas (Harvey, 2004).

O último ponto é de grande relevância, pois se refere à importância da escala geográfica na (re)definição da ação dos movimentos sociais, que alguns autores (Brenner, 2001; Cox, 1998; Mackinnon, 2010; Smith, 2000) vão denominar de política de escala. Essa proposta é bastante discutida pela literatura contemporânea, especialmente a anglo-saxã, que trouxe um debate de fôlego acerca da ideia de “política de escala”.

Da escala geográfica à política de escala

MacKinnon (2010) afirma que a década de 1990 apresentou um crescimento substancial em termos de uma literatura específica sobre a economia política da escala na geografia humana, a qual sofre diversas críticas nos anos 2000 por leituras pós-estruturalistas que almejam construir um senso de espaço relacional, múltiplo e aberto, indicando que a escala era entendida como relações sociais muito hierarquizadas e fixas, com relações verticais entre os territórios delimitados. Nesse sentido, existiriam duas vertentes principais acerca da escala na geografia humana. A primeira é pautada na economia política e enfatiza a coexistência de “múltiplas espacialidades”, com o intuito de não privilegiar uma determinada dimensão particular das relações espaciais que se desenvolvem a partir de uma perspectiva polimórfica e multidimensional. Já a segunda vertente busca fundamentar-se no pós-estruturalismo e destaca a necessidade de estudar as práticas escalares e a performatividade da escala, havendo certo divórcio da dimensão material da escala.

Com base nessas duas vertentes, MacKinnon (2010) apresenta o estado da arte dos debates contemporâneos sobre a escala e, ao mesmo tempo, uma proposta de conciliação entre as duas proposições, quais sejam, da economia política e do pós-estruturalismo.

Por um lado, a primeira abordagem se refere à economia política que se debruça sobre a construção social das escalas como entidades materiais,

revelando a produção social do espaço sob o capitalismo. A crítica a essa perspectiva elaborada pelo pós-estruturalismo se fundamenta em sua reificação e essencialização das escalas. Embora não as considere como fixas, essa abordagem privilegiaria o tamanho físico das instituições sociais e jurisdições estatais. Entretanto, há de se considerar a noção de escalas como produtos de processos sociais, políticos, econômicos e culturais mais amplos – isto é, derivada de um processo heterogêneo, conflituoso e prenhe de contradições, sendo passível de mudanças em suas extensões, conteúdos, importância e interações relativas. Assim, a escala constitui um produto de processos mais amplos e de relações sociais, deslocando a centralidade das relações global-local para a preocupação com a política de escala, que compreende a escala como um instrumento de construção social do poder, ou seja, incorpora e manifesta as relações de poder subjacentes entre os sujeitos (Mackinnon, 2010).

Mackinnon (2010) ressalta também a tensão entre fluidez e fixidez, uma vez que a última é demasiadamente considerada ao avaliar as escalas como entidades materiais que atuam como plataformas para o desenvolvimento das relações sociais; logo, as escalas acabam sendo privilegiadas em detrimento dos processos sociais que de fato as produzem. As alegações de reificação da escala têm base em referências anteriores ao reconhecimento da escala enquanto atividade social. Para os pós-estruturalistas, os espaços e os locais são sempre emergentes, por isso estão em um processo contínuo de “se tornar” por meio das práticas sociais. Entretanto, para além dessa pseudoreificação simples, defensores da economia política entendem a escala como produto e produtora dos processos sociais. Por isso, o esforço em torno da “política de escala” é o viés mais aberto da economia política, admitindo uma visão relacional das relações escalares, discutindo os agenciamentos ao debater sobre como diferentes forças sociais objetivam explorar, manipular e transformar as relações escalares.

Já as abordagens pós-estruturalistas entendem a escala como uma construção epistemológica que representa ordenações espaciais específicas, não apresentando uma manifestação ontológica. Assim, seu estudo avalia sua importância como um dispositivo de representação ou um quadro implantado discursivamente por diversos sujeitos coletivos que buscam angariar formas particulares de reconhecimento e vantagem. Essa proposta emerge da preocupação de explicar como as escalas são socialmente produzidas por meio da prática social e do discurso, além dos meios em que as escalas passam a ser en-

volvidas em formas de identificação e de construção dos lugares. Assim sendo, enquanto a economia política prioriza a dimensão material da construção da escala, os pós-estruturalistas se debruçam sobre os processos discursivos dela (Mackinnon, 2010).

Outro debate importante sobre a escala refere-se à existência de diferentes matrizes filosóficas, que vão desde uma perspectiva materialista até outra mais idealista. Jones (1998), por exemplo, por uma perspectiva idealista, questiona se a escala é compreendida como uma categoria ontológica fundamental ou uma categoria epistemológica, embora esteja inclinada pela segunda assertiva, porque compreende que os sujeitos em uma determinada disputa política apresentam argumentos sobre a escala discursivamente, representando sua posição (global ou local) a partir de seus interesses. Assim, a escala seria uma espécie de tropo³ da representação que enquadra a espacialidade política, logo, não é neutra, visto que cada tropo manifesta sua retórica e sua capacidade de moldar o significado do espaço. Seu caráter epistemológico se articula ao conhecimento do poder e do espaço e, como noção, deve ser devidamente contextualizada no âmbito sociocultural e histórico. A escala, ao ser interpretada a partir de certas qualidades, fornece seu poder tanto para as regras da ordem social quanto para as práticas de representação que caminham lado a lado.

Para Grandi (2014), a linha de pensamento materialista advém das críticas às abordagens quantitativistas dos estudos espaciais dos anos 1950 e 1960, sendo fundamentada principalmente no marxismo, e suas reflexões se direcionam para a economia política das escalas, enfatizando a dimensão político-econômica da produção social das escalas. Já a idealista se inspira na tradição neokantiana e suas discussões sublinham aspectos e dinâmicas atreladas à dimensão discursiva das escalas, compreendidas como metáforas espaciais da realidade produzidas socialmente.

É claro que não existe uma divisão tão nítida entre essas perspectivas e existem autores que buscam uma conciliação entre elas. MacKinnon (2010) propõe a noção de políticas escalares, por meio da qual apresenta uma abordagem integrativa, baseada no realismo crítico – apoiada para uma realidade externa, reconhecendo que só se pode conhecer por meio de conceitos e repre-

³ “Os Tropos são figuras [de linguagem] pelas quais se faz com que uma palavra assuma uma significação que não é precisamente a significação própria dessa palavra. [...]. Essas figuras são chamadas de tropos, do grego tropé, conversio, cuja raiz é trépo, verto, eu viro. Elas são assim chamadas porque quando tomamos uma palavra no sentido figurado, nós a torcemos a fim de fazê-la significar o que de modo algum significaria no sentido próprio” (Du Marsais, 1757, p. 14).

sentações socialmente mediadas –, entre a economia política e o pós-estruturalismo, visto que ambos apresentam em comum a preocupação da construção social da escala, observando as relações escalares, a sua fluidez e a dimensão de processos espaciais mais amplos da escala. Dessa maneira, em certos aspectos, as duas vertentes oferecem *insights* complementares para a construção social da escala. De um lado, a economia política centrando os esforços nos processos de produção material da escala e na reestruturação capitalista e, de outro, o pós-estruturalismo, pautando-se na prática social e no discurso. O autor não está propondo aqui a integração teórica, mas a reunião de elementos de tratamento da escala por meio do conceito de políticas escalares.

Esse conceito é constituído por quatro fundamentos: o primeiro é a substituição da implicação da política de escala, que se fundamenta na ideia de que vários projetos e ações políticas apresentam aspectos escalares, pautando-se principalmente em Brenner (2001), ao distinguir os sentidos singular e plural da escala. A escala é uma dimensão importante da atividade política, e não seu foco principal. Assim, a política escalar, numa perspectiva realista de espaço, define-se pelas relações políticas que a constituem, ao invés de possuir uma existência anterior, apesar dessa política escalar não poder ser reduzida a essas relações, pois arranjos escalares são estabelecidos. As dimensões escalares dos projetos e movimentos políticos se vinculam à perspectiva da economia política que destaca a fluidez da escala e os esforços dos sujeitos para se deslocar entre as escalas, não as entendendo como um ente conceitual dado que é colocado sobre os problemas da pesquisa. Nesse sentido, a ideia é deixá-las emergirem como uma dimensão de confronto político de acordo com sua importância empírica.

O segundo fundamento de sua proposta refere-se à política escalar na implantação estratégica da escala por diferentes sujeitos, organizações e movimentos; coadunando com o pós-estruturalismo. A escala é uma construção epistemológica, todavia, não se esgota nela, uma vez que sua construção se atrela aos esforços de determinados sujeitos, organizações e movimentos que buscam “corrigir” ou “deslocar” as escalas como formas materiais de relações de poder emergentes; assim, existe uma natureza material-discursiva da luta escalar. Do ponto de vista crítico-realista, isso significa reconhecer a importância dos discursos e representações para a construção social dos objetos e das relações, mantendo ao mesmo tempo certa independência dos objetos em relação às concepções dos sujeitos individuais. Por essa perspectiva crítico-rea-

lista, os discursos dominantes podem vir a ter consequências inesperadas, de importância igual a suas formas de resistência e contestação, sendo significativo considerar a articulação entre as categorizações e as condições materiais que estruturam os arranjos escalares, para que os sujeitos sociais, organizações e movimentos tenham a capacidade de manipular as dimensões discursivas e materiais da escala para alcançar suas agendas.

O terceiro fundamento diz respeito à influência e aos efeitos das estruturas escalares pré-existentes, produzidas por processos anteriores à construção social. Por último, em quarto lugar, a política escalar que se reporta à criação de novos arranjos e configurações escalares que se desenrolam no ponto de interação entre projetos e escalas herdadas e emergentes (Mackinnon, 2010).

É importante mencionar que há uma outra diferenciação na leitura acerca da natureza da escala, que se refere ao seu entendimento enquanto categoria da prática – são categorias da experiência cotidiana, produzidas e implementadas pelos sujeitos sociais – ou categoria de análise – relativamente distantes da experiência e formuladas pelos cientistas sociais –, conforme propõe Moore (2008).

Para Moore (2008), existe uma cisão entre as categorias da prática e de análise. As categorias da prática se referem ao senso comum e à maneira como este interpreta o mundo, incorporando termos reificados no pensamento social, essencializados e naturalizados, os quais, muitas vezes, são incorporados sem crítica pelos cientistas sociais como categorias de análise (provenientes da ciência), tal qual se faz com as escalas geográficas (local, nacional e global), cuja noção se refere a realidades espaciais existentes em níveis, plataformas ou arenas.

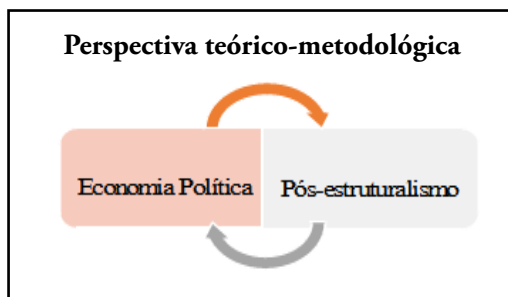
Essa separação, no entanto, entre categorias da prática e da análise é controversa, pois estabelece um fosso entre as formas de conhecimento, ou seja, aqueles formais ou acadêmicos e o do senso comum, inclusive, hierarquizando-os. Em consonância com Grandi (2014), o qual se fundamenta em Foucault (1990), reconhece-se que essa diferenciação esvazia o conteúdo político da categoria de análise, ao compreender que qualquer análise e suas categorias são necessariamente práticas sociais, assim como as escalas geográficas que são resultantes da prática social, seja da análise científica ou da ação cotidiana dos sujeitos. Por esse motivo, resultante da materialidade ou da teoria, ainda que utilizados como categoria de análise, as escalas e seus arranjos produzem efeitos concretos sobre a sociedade. Portanto, condicionam comportamentos e exercem poder que, no uso crítico, leva a considerar que as escalas são continuamente mutáveis, em decorrência das necessidades prá-

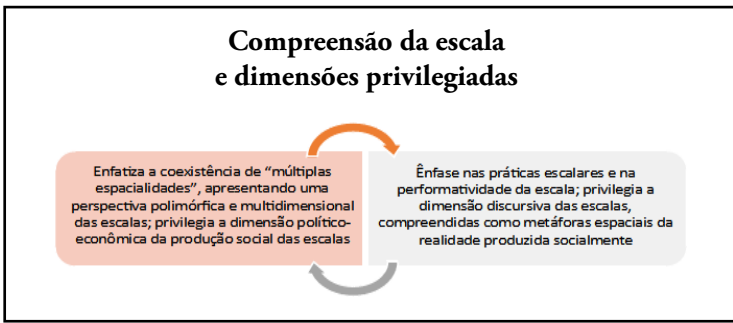
tico-concretas dos sujeitos. Essa perspectiva destaca o papel ativo dos sujeitos que as produzem e é “condizente com as abordagens sobre movimentos sociais que destacam os processos e ações sociais e esvaziam as estruturas de seu poder explicativo global” (Grandi, 2014, p. 252).

A título de síntese esquemática relativa à discussão sobre a política de escala e seus pressupostos teórico-metodológicos, formulou-se a figura 1, sobre a qual deve-se ressaltar seu caráter didático. Logo, ela não traduz na íntegra a complexidade do que foi exposto, mas recupera, ainda que de maneira simplista e dicotômica, os debates em torno da escala, apresentando-se enquanto ponto de partida para as reflexões em torno do tema.

Desse modo, a figura 1 identifica as propostas de interpretação das escalas pela *economia política* e pelo *pós-estruturalismo*, os quais, sob o ângulo ontológico, estariam mais alinhados à perspectiva materialista (as escalas existem materialmente, sendo socialmente produzidas, dinâmicas e mutáveis) e idealista (as escalas seriam artifícios intelectuais/discursivos utilizados para atender a um determinado fim), respectivamente. Entretanto, como indicam as setas, há uma interação entre a dimensão material e a ideal das escalas, pois não há como conceber a produção das escalas de maneira eminentemente antagônica, tal qual ocorre com a perspectiva epistemológica da escala. Muito embora apresentada de maneira dual (objetivo x subjetivo), as setas identificam a imbricação existente entre a escala enquanto objeto real e objeto de conhecimento/produção discursiva, existindo, na verdade, uma construção dialética entre elas.

Figura 1 - Propostas de interpretação das escalas





Fonte: Organizado por Rogério Rego Miranda.

Essas perspectivas duais e/ou integradoras indicam a complexidade do debate acerca da escala e/ou da política de escala. Porém, na análise dos agentes produtores do espaço, e particularmente dos movimentos sociais, é importante salientar a importância da produção social da escala e o modo como esta apresenta uma materialização concreta, fluida, dinâmica, mutável,

discursiva e aberta, decorrente das práticas sociais envolvendo os mais diferentes sujeitos, que manipulam, controlam, articulam e se (re)produzem por meio das escalas, revelando a importância delas ao exercício do poder, que é assimétrico, hierárquico e multidimensional.

Em outras palavras, a política de escalas materializa a dimensão territorial de um determinado grupo ou movimento social que objetiva projetar-se hegemonicamente mobilizando as escalas, seja em termos de sua manutenção, seja na construção de uma resistência a ela. Para fundamentar essa proposição foram utilizados os estudos de Cox (1998), Brenner (2000, 2001) e Smith (2000, 2002, 2004).

No trabalho de Cox (1998), duas questões serão centrais. A primeira refere-se ao debate sobre a política de escala enfatizar sua forma em termos de área, como a ideia de “saltar escalas”, que se pauta na conotação da arena, de espaços limitados que indicam um conjunto de caixas, cada uma com sua política própria. Dessa maneira, seria mais produtiva a utilização da metáfora da rede (ver Collinge, 2006) para a espacialidade da escala, ou melhor, as redes de associações, para a compreensão da política do espaço. As redes expressam a maneira desigual de entrada dos agentes na forma areal, bem como dificilmente são contidas integralmente por essas formas areais, pois seus limites são porosos – as políticas governamentais, por exemplo, podem ser objetos de recursos em esferas mais elevadas de autoridade. Isso porque as redes de associação são construídas através das fronteiras nacionais ou não.

A segunda questão se refere ao conteúdo e à forma da política de escalas, dos quais deriva uma distinção elaborada pelo autor entre espaços de dependência e espaços de engajamento. Os espaços de dependência são definidos

[...] por aquelas relações sociais mais ou menos localizadas das quais dependemos para a realização de interesses essenciais e para o qual não há substituto em lugar algum; eles definem condições espaciais específicas para nosso bem-estar material e nosso senso de significância (Cox, 1998, p. 2, tradução livre).⁴

Esses espaços estão inseridos em conjuntos maiores de relações sociais de amplitude global que continuamente os ameaçam em termos de dissolução. Os mais diversos sujeitos se organizam com intuito de salvaguardar as condições de perpetuação dos seus espaços de dependência; entretanto, para

⁴ “(...) defined by those more-or-less localized social relations upon which we depend for the realization of essential interests and for which there are no substitutes elsewhere; they define place-specific conditions for our material well-being and our sense of significance.”

alcançar esse fim, devem interagir com outros centros de poder social (governo local, imprensa nacional ou internacional etc.), e, ao fazê-lo, constroem uma forma diferente de espaço, o qual é denominado “espaço de compromisso”, em referência ao local em que a política garante o desenvolvimento do espaço de dependência. Para a manutenção destes, é igualmente preciso constituírem-se redes de associação que permitam as condições necessárias à sua existência, o que cria espaços de engajamento. Essa relação umbilical entre espaços de dependência e espaços de engajamento é discutida a partir do processo de reprodução do capital e sua interferência na escala local, cujos interesses dos sujeitos, para serem garantidos, devem mobilizar outras escalas.

A política de escalas é mobilizada pelo capital para sanar suas contradições, visto que o capital móvel, em sua incessante busca por níveis mais elevados de lucro, tem a tendência em desvalorizar o capital em sua forma física. A diversidade de formas espaciais fixas compromete os sujeitos, uma vez que assegura suas condições de reprodução em lugares particulares, mas a dependência desses sujeitos em relação a uma economia local ou regional é dada por razões bem diferentes: para os empresários, o objetivo é o lucro; aos trabalhadores, o mercado de trabalho local é o meio de sobrevivência (Cox, 1998).

Entretantes, os sujeitos fazem parte de um conjunto mais extenso de relações de troca do que aquelas circunscritas ao âmbito de um determinado lugar; conseqüentemente, a realização dos interesses locais implica a transformação da geografia do lugar, como processos migratórios, ampliação ou redução de empresas etc. O problema que se coloca ao local, em termos abstratos, é garantir que o valor em suas formas móveis permaneça a fluir por meio de suas relações sociais. Em suma, os sujeitos apresentam interesses em torno da apropriação, realização de lucros, renda, salários, impostos, entre outros, mas as mudanças nas geografias econômicas globais possuem impacto na realização desses objetivos locais, os quais se processam nos espaços de dependência, definidos dessa maneira porque a mudança de local para a satisfação dessas necessidades é bastante difícil (Cox, 1998).

Destaca-se que esses espaços de dependência ocorrem em diversas escalas. Para alguns sujeitos, pode existir também mais de um local, correspondendo aos diferentes momentos da circulação (espacial) do capital. Nesses espaços de dependência, o que está em jogo são os interesses locais, contudo, a capacidade de alcançá-los está condicionada ao exercício do controle ter-

ritorial, o qual se realiza pelas ações e interações entre as pessoas no âmbito interno e de maneira articulada aos outros espaços de dependência. Essa ação coordenada muitas vezes é executada pelo Estado, o que coloca a questão de como influenciar as instituições estatais (Cox, 1998).

Para esse fim, projeta-se a intencionalidade de construir uma *rede de associações* que incorporem diretamente as instituições estatais ou sujeitos que as influenciem. Essa rede define o chamado *espaço de engajamento*, porque, até certo ponto, as ações políticas podem se realizar dentro dos limites do espaço de dependência que é acessado por diversos antagonistas, promovendo tensões; todavia, existem situações em que é necessário “saltar escalas”, mobilizando agências estatais extralocais, como instituições centrais, constituindo especialmente redes de associações muito mais extensas (espaços de engajamento) para atingir seus objetivos. Salienta-se que, como os espaços de dependência se realizam em múltiplas escalas, “saltar escalas” não significa ir necessariamente do menor para o maior: o inverso é plenamente possível (Cox, 1998).

Brenner (2001), semelhantemente à proposição de Cox (1998), entende que a escala não se restringe a uma plataforma autoevidente ou pré-definida para os processos geográficos, pois ela se encontra em contínua mutação, tal qual está sendo discutido pela política de escalas – o que sai da visão tradicional euclidiana, fixa e geométrica e passa a compreender a escala no seio do processo, evolução, dinamismo e contestação sociopolítica.

Todavia, os avanços contemporâneos sobre o debate da escala vêm acompanhados de perigos metodológicos, entre os quais se destaca a confusão analítica do conceito de escala, aplicado de maneira indiscriminada a uma gama de fenômenos espaciais, relações e processos. Em outras palavras, muitos estudos confundem a noção de escala com outros conceitos geográficos importantes, como lugar, localidade, território e espaço, comprometendo o potencial analítico e teórico da escala. Por um lado, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem socioespacial em que as dimensões escalares das espacialidades sociais sejam bem delimitadas, Brenner (2001) vai propor a análise da *estruturação escalar*, que ocorre exatamente porque, apesar de o capitalismo ter se diferenciado em hierarquias escalares no período atual de reestruturação global, observa-se uma transformação na organização escalar em que o projeto neoliberal busca forjar novas hierarquias que não restrinjam a mobilidade do capital e as relações de mercado. Por outro, movimentos de oposição resistem com a finalidade de frear ou reverter esse avanço neoliberal

e, para esse fim, mobilizam escalas geográficas de maneira estratégica, seja por meio de “salto de escalas” (Smith, 2000) para contornar práticas institucionais hegemônicas, seja prevendo diferentes arranjos escalares pautados na ideia de democracia radical e justiça social.

Ao adentrar o debate sobre a política de escala, dois significados distintos devem ser qualificados acerca da sua noção. O primeiro é denominado de *singular*: nesse sentido, a política de escala denota a produção, a reconfiguração e/ou a contestação de um dado aspecto da organização socioespacial que se encontra limitada por uma arena geográfica (local, urbano, regional, nacional etc.). A preposição “de”, nesse aspecto singular, indica uma unidade geográfica relativamente diferenciada e com limites bem definidos – em outros termos, a escala é apresentada como uma fronteira que separa a unidade geográfica investigada das demais (Brenner, 2001).

O segundo significado é identificado como *plural*, no qual a noção de uma política *de* escala se reporta à produção, à reconfiguração e/ou à contestação de determinadas diferenciações, ordenações e hierarquias entre as escalas geográficas. Por seu turno, a preposição “de” é empregada com o intuito de definir a produção de unidades espaciais diferenciadas, mas igualmente suas inserções e posicionamentos em relação a uma multiplicidade de unidades espaciais que se encontram no interior de uma diversidade de camadas, conformando uma configuração geográfica hierarquicamente tabular – logo, refere-se ao processo de dimensionamento por meio do qual diversas unidades espaciais se estabelecem, diferenciam-se e são hierarquizadas e, em determinados contextos, redefinidas, reorganizadas uma em relação à outra. Com efeito, a escala é compreendida como uma modalidade de hierarquização e re-hierarquização por meio da qual processos de diferenciação espaciais se desenvolvem material e discursivamente. Esse último aspecto consegue captar a relacionalidade das escalas geográficas e sua posição (mutável) como unidades diferenciadas contidas em hierarquias espaciais de vários níveis (Brenner, 2001).

Por fim, o autor propõe uma leitura da conotação plural das políticas de escala a partir da política da estruturação escalar, ou melhor, como uma política de escalonamento. Para esse fim, ele apresenta algumas sugestões metodológicas para a sua compreensão:

6. A estruturação escalar corresponde a uma dimensão dos processos espaciais;

7. Os processos de estruturação escalar são constantemente redefinidos por meio das rotinas sociais cotidianas e lutas. Isso porque conotam uma dinâmica de desenvolvimento em que as estruturas da ação social coletiva são permanentemente reproduzidas, alteradas e transformadas pela própria ação social coletiva;

8. Os processos de estruturação escalar são dialeticamente interligados com outras formas de estruturação espacial. Assim, a diferenciação escalar de um dado processo social se realiza em conjunto com outras formas de estruturação espacial, responsáveis por igualmente alterar as geografias desse processo;

9. Há diversas formas e padrões de estruturação escalar, logo, seu estudo deve apresentar: a) uma análise de como, por que e quando o processo social investigado é subdividido em uma hierarquia vertical de escalas geográficas interligadas e separadas, devendo especificar; b) as unidades espaciais importantes na hierarquia; c) o seu papel específico; d) a construção histórica e sua consequente mutação dentro da hierarquia; e) sua relação; f) específica e historicamente evoluindo para outras unidades dentro da hierarquia;

10. As escalas se desenvolvem relacionalmente no interior das hierarquias interligadas e das redes interescares dispersas, salientando que o significado, a função e a dinâmica de uma escala são apreendidos relacionalmente a partir de múltiplos pontos, ou seja, de cima para baixo e vice-versa, para os lados etc. Cada escala se constitui através de sua posicionalidade, que historicamente evolui no interior de uma grade relacional maior, verticalmente “esticada” e horizontalmente “dispersa” de processos espaciais, relações e interdependências;

11. As escalas possuem múltiplas espacialidades, logo, não podem ser restritas à sua dimensão areal e geométrica. Igualmente se deve considerar que a espacialidade complexa dos processos de tomada da escala pode ser mais bem explicitada ao ser discutida ao lado de outros conceitos – lugar, localização, território, rede etc.;

12. As hierarquias escalares são mosaicos não piramidais, inexistindo uma única hierarquia escalar integrada, e sim um mosaico de geometrias escalares desigualmente sobrepostas e densamente interligadas;

13. Os processos de estruturação escalar produzem efeitos causais contextualmente específicos, assim, a depender da situação, a articulação

escalar pode vir a ser uma “progenitora” dos processos sociais ou pode simplesmente ser a estrutura na qual se dá o desenvolvimento histórico de um processo social;

14. Os processos de estruturação escalar podem se cristalizar em escalas fixas, porque interagem entre si para produzir estruturas hierárquicas articuladas de organização, que enquadram aspectos importantes da vida cotidiana dentro de escalas provisoriamente fixas, compostas de hierarquias geográficas relativamente estabilizadas nas quais atividades organizadas em determinadas escalas tendem a predominar sobre as outras;

15. As escalas fixas podem apresentar a evolução subsequente das configurações escalares. Essas configurações são continuamente (re)organizadas e, com o desenvolvimento das lutas sociopolíticas, podem vir a ter mudanças substanciais que alterem drasticamente as novas hierarquias da escala; salienta-se que essas alterações são produtos de contextos histórico-geográficos específicos;

16. Os processos de estruturação escalar constituem geografias e coreografias do poder social. Isto é, por um lado, as hierarquias escalares podem criar formas de inclusão/exclusão e de dominação/subordinação que fortalecem determinados sujeitos, alianças e organizações em detrimento de outros, a partir de critérios como classe, gênero, raça e nacionalidade. Por outro, tais hierarquias podem vir a funcionar como arenas de lutas por poder social, mas igualmente podem servir como seus objetos, na medida em que são desafiados e se tornam instáveis no transcorrer das lutas sociais.

Por fim, coloca-se em relevo a proposta de Smith (2000), que foi um dos precursores do debate da política de escala. Em seu texto sobre o veículo projetado aos sem-teto, o autor compreende que esse recurso, embora não resolva o problema da exclusão social, indica a armadilha geográfica da cidade que, na imobilidade, segrega os sem-teto, ao mesmo tempo que identifica a ampliação das possibilidades de sobrevivência deles, pois representa um meio de reprodução social e grafa uma política espacial menos excludente no interior da cidade, por prover maior mobilidade ao possibilitar o acesso a outros lugares distantes para reciclagem, mendicância, para dormir e fugir da pressão cotidiana. O uso do “veículo do sem-teto” recupera a espacialidade local, enfatizando o papel constitutivo da escala geográfica.

Nesse sentido, para Smith (2000), existe a necessidade de se “saltar escalas” como uma forma de rebeldia aos limites impostos pelo capital no que diz respeito à escala de ação dos sujeitos subalternos, relegados geralmente a periferias ou áreas longínquas que ainda não foram territorializadas pelo capital. Essa *política de escalas* é importante para pensar as lutas sociais. Segundo o autor, é necessária uma melhor teorização acerca da escala, visto que ela apresenta aspectos importantes: primeiro, a escala corresponde ao meio pelo qual se expressa a diferenciação espacial; em segundo lugar, sua compreensão fornece uma linguagem mais adequada à diferença espacial; um terceiro elemento se refere ao fato de a escala ser um construto social, visto que é produto da sociedade, materializa-se por suas atividades e, por conseguinte, produz e é produzida por configurações geográficas de interação social; por último, a produção da escala corresponde ao espaço de luta política, pois é a “escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (Smith, 2000, p. 144).

Smith (2000) apresenta esquematicamente a sua proposição de escalas geográficas específicas, a saber: *corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo*. Para cada uma delas, propõe-se analisar quatro aspectos, quais sejam, a) identidade ou as características que tornam a escala coerente; b) diferenças internas; c) fronteiras existentes entre as escalas; d) possibilidades políticas de resistência que são intrínsecas à produção dessas escalas geográficas – em outros termos, a redefinição das fronteiras ou o “saltar escalas”⁵.

Em outro trabalho, Smith (2002) se aproxima da ideia de política de escala plural proposta por Brenner (2001) ao interpretá-la buscando a interação das escalas. Isto porque conceitualmente é importante considerar a conexão entre a hierarquia das escalas (re)produzidas nas paisagens do capitalismo e as abstrações conceituais através das quais apreendem-se os acontecimentos e processos espaciais. Portanto, a escala possui uma manifestação material, mas também é o âmbito de resolução ou abstração que se utiliza para compreender as relações sociais. Dessa forma, a produção da escala implica a questão da diferença como *posicionamento*, isto é, dependendo da apropriação metafórica do espaço, o conflito e a negociação entre diferentes posições relativas têm, por consequência, um juízo social simultâneo sobre a identidade do sujeito e a diferença (seu posicionamento em relação ao “outro”). Esse processo envolve

⁵ Por compreender que as escalas são bastante amplas, ou seja, existindo a escala do corpo até a global, Marson e Smith (2001) vão realizar um debate com Brenner (2001), que entende ser o corpo e a família compreendidos por outros conceitos geográficos.

conflito e negociação, imprimindo limites socialmente estabelecidos de diferença e igualdade, ainda que sejam constantemente forjados na prática social, a exemplo da questão de quem é incluído e quem se inclui como “negro”, que pode ser reformulada como uma indagação acerca da escala socialmente construída na qual se estabelece a identidade social e a política negra. Dessa maneira, a escala da luta e a luta sobre a escala são dois lados da mesma moeda. Por fim, é importante notar que muitas (re)estruturações escalares são realizadas pelo capital, mas não é verdadeiro afirmar que uma escala geográfica é imposta de cima para baixo, pois a construção da escala resulta e contribui para a luta social baseada na classe, no gênero, na raça e em outras diferenças sociais.

Em suma, é importante frisar que a política de escalas remete à compreensão de que ela é um produto social, que se materializa em uma feição zonal, pois apresenta limites (constituindo arenas políticas), provenientes de particularidades/diferenças histórico-geográficas, que estão em contínua transformação e redefinição; todavia, igualmente possui uma face reticular, devido às escalas estarem articuladas a partir de relações de poder que se manifestam em múltiplos pontos do território.

Nesse sentido, o exercício do poder por meio das escalas e/ou remodelando-as não se realiza necessariamente apenas de cima para baixo, ou do global para o local, visto que hoje é perceptível a *flexão escalar* (Smith, 2004), proveniente da reorganização da escala, cuja estrutura territorial herdada é chamada para cumprir outras funções ou é refeita para se adequar às novas necessidades, face ao contexto atual de globalização, no qual as relações, especialmente econômicas, não se realizam mais apenas entre Estados-nações, mas entre empresas e países, ou entre cidades/prefeituras e empresas, principalmente para a manutenção dos *espaços de dependência*, cuja existência atrela-se às *redes de associação*, as quais quanto mais *extensas*, maior é a propensão à criação/fortalecimento dos *espaços de engajamento*, constituídos pela mobilização e articulação política no interior dos espaços de dependência e em outras escalas, com o intuito de alcançar determinados objetivos.

Essa política de escalas, por seu turno, não é produto do capital unicamente, uma vez que, ao manifestar o conflito entre capital e trabalho, torna-se possível observar a luta territorial em diversas escalas e pela escala, a exemplo dos movimentos sociais, que, em sua prática cotidiana, desenvolvem alianças em diversos lugares com outros sujeitos (como Organizações Não Governamentais e sindicatos), articulam-se em diversos níveis espaciais

(local, municipal, estadual, regional, nacional, supranacional, continental e mundial) e disputam o direito ao acesso a determinados recursos, ou, ainda, “saltam escalas” com o intuito de ampliar seu território, em condições não mais precarizadas. Se utilizam dessa estratégia para construir uma outra hegemonia, ainda que em condições adversas e assimétricas de poder e com conquistas pontuais e graduais.

Com base no que foi exposto, o quadro 1 apresenta os principais aspectos abordados em torno da escala cartográfica, da escala geográfica e da política de escala. Desta forma, apresenta um caráter didático e recupera as diferenças, aproximações e avanços acerca da temática.

Quadro 1 - Esquema da discussão teórico-metodológica sobre escala cartográfica, escala geográfica e política de escala

	ESCALA CARTOGRÁFICA	ESCALA GEOGRÁFICA – POLÍTICA DE ESCALA
Espaço	• Absoluto	• Absoluto/relativo/relacional
Concepção de espaço	• Geométrico-matemático	• Produto e produtor das relações socioespaciais • Escala como um “trunfo” nas negociações e conflitos territoriais
Análise dos fenômenos	• Localização, quantificação, enumeração dos fenômenos	• Qualificação dos fenômenos • Uso da política de escala como meio e condição da politização das identidades;
Hierarquia	• Hierarquia das escalas como entes geométricos (da menor à maior e vice-versa)	• Hierarquia existe como produto das relações de poder, do ponto de vista material, mas igualmente é um construto discursivo
Fixidez/Fluidez	• Fixidez (ponto, zona, área, aglomerado)	• Fixidez (ponto, zona, área, aglomerado) e fluidez (rede)
Ênfase da análise dos fenômenos	• Enfatiza a diferença de grau, ou seja, quantitativa	• Enfatiza as desigualdades (aspectos político-econômicos) e diferenças de natureza (aspectos culturais e simbólicos) dos fenômenos
Aspectos epistemológicos	• <i>Noção</i> : representação métrica do mapa	<i>Conceito</i> : revela a relação social, objetiva analisar a natureza qualitativa dos fenômenos, bem como as disputas territoriais

Principais agentes mobilizadores	<ul style="list-style-type: none"> • Tradicionalmente utilizado pelo Estado em seus diversos níveis, bem como pelas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizada pelos diversos agentes, desde o Estado até moradores de um bairro, comunidades rurais etc. • As escalas por serem compreendidas como arenas de disputa territorial são mobilizadas pelos movimentos sociais, mas igualmente pelos agentes econômicos hegemônicos
Formas de representação espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Cartografia temática, cartas, plantas 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapas mentais, mapas participativos, mapas situacionais, Cartografia social etc.
Escalas privilegiadas	<ul style="list-style-type: none"> • Local, municipal, regional, nacional, mundial etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo, Lugar, metropolitana, regional, nacional, suprarregional, continental, global etc.

Fonte: Organizado por Rogério Rego Miranda.

O uso da política de escalas pelos movimentos sociais: o exemplo do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem atuando no Brasil desde o final da década de 1970, apresentando, de acordo com Karriem (2012), quatro momentos importantes em seu processo de desenvolvimento, a saber: de 1979 a 1985, período de gênese do movimento, motivada pela modernização do campo e a expulsão de diversos trabalhadores rurais; de 1985 a 1990, período de sua territorialização nacional, promovendo alianças com movimentos urbanos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como construindo um movimento de massa e popular, que tem a luta pela terra como elemento de mudança social com caráter nacional-popular; de 1990 a 1995, momento de implementação do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal no país, ao qual o MST se opôs veementemente, o que levou à ampliação de sua atuação em todas as regiões brasileiras; de 1995 em diante, houve a incorporação do discurso e da prática agroecológica, o que foi de encontro ao agronegócio e seu pacote tecnológico. Nesse último período supracitado, o MST construiu relações internacionais, a partir de sua incorporação na Via Campesina, que representa 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e América, com aproximadamente 200 milhões de camponeses (FEAB, 2011, s/p).

Em função dessa articulação em rede com diversos agentes de luta social no país e no exterior, Fernandes (2001) define o MST enquanto um movimento social territorializado, pois se organiza pela atuação simultânea em diferentes pontos do território, o que possibilita espacializar a luta pela terra e conquistar novas frações territoriais, a exemplo dos Projetos de Assentados (PAs).

Essa rede construída pelo MST lhe permitiu desenvolver a política de escalas, com o intuito de disputar demandas específicas (cestas básicas aos acampamentos, assistência técnica aos assentados, escolas do campo etc.) ou mais amplas (reforma agrária, diminuição da violência no campo, debate da agroecologia, reivindicação da educação do campo, financiamentos específicos aos agricultores familiares, entre outras) em diversos níveis escalares simultaneamente ou não, desde a escala local até a internacional.

Nesse contexto que, para Meek (2014), o MST vai se utilizar de políticas de escalas educacionais para repensar regional e nacionalmente as políticas públicas, no intuito de construir a Educação do Campo, com a ampla participação de outros movimentos, sindicatos e universidades, sendo importante, nesse processo, a constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que garantiu gradativamente a alfabetização de crianças, jovens e adultos residentes no espaço agrário brasileiro.

Processo semelhante de articulação contribuiu para a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cuja pressão dos movimentos sociais e sindicais, em diversos níveis escalares, permitiu a implementação dessa política pública, instituída por meio do Decreto Presidencial n.º 1.946, datado de 28/07/1996. Nesse ano, as ações dessa política pública se restringiram ao crédito e custeio, sendo ampliadas em 1997 em termos de programas em áreas de investimento, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, passando a operar em todo o território nacional (Schneider *et al.*, 2004).

Particularmente na realidade do sudeste paraense, essas ações conjuntas na escala regional (mas dentro de uma agenda nacional de lutas) se realizaram inicialmente entre o MST e a Federação de Trabalhadores da Agricultura (Fetagri). De acordo com Assis (2007), isso decorre de uma abertura maior dos dirigentes sindicais a partir dos anos 1990, inicialmente da FETAGRI Regional, que reconhecem as mútuas competências, diferenças e potencialidades entre MST e FETAGRI, passando de um momento de *deslegitimação recíproca* – marcado pelo desentendimento e com negociações com os agentes públicos

de maneira separada – para um de *reconhecimento recíproco* – manifesto pelo reconhecimento das diferenças e das ações coletivas –, decorrente da necessidade de se fortalecerem para enfrentar conjuntamente o Estado.

Tal junção de interesses não significou a extinção das diferenças, mas possibilitou uma relação mais próxima para realizar embates nas arenas de disputa por políticas públicas a partir, por exemplo, dos Grandes Acampamentos para reivindicar alterações e inclusões na Programação Operacional (PO) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e conseguir conquistas importantes, no âmbito da criação de assentamentos, assistência técnica e educação do campo. Esses Grandes Acampamentos assumem uma particularidade regional devido à significativa extensão territorial do sudeste paraense, composto atualmente por 39 municípios; à elevada quantidade de agricultores envolvidos na ação, geralmente em torno de 10 mil pessoas; à diversidade das pautas de reivindicações, que variam entre políticas agrárias e agrícolas, assistência técnica, políticas sociais, infraestrutura e políticas específicas para mulheres e jovens agricultores; e devido à diversidade de sujeitos envolvidos, como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), associações, cooperativas, federações, movimentos, agências de mediação, partidos políticos e entidades de representação de trabalhadores urbanos (Assis, 2007).

Essa articulação é denominada pelas lideranças locais de *arco da aliança* e consiste em ações coletivas de maior envergadura por: a) demandar um contingente de pessoas maior, pois envolve um enfrentamento com sujeitos econômico-políticos de grande expressão, como a companhia Vale S.A. ou o próprio Estado; b) as manifestações pontuais não resultarem em soluções referentes às pautas requeridas; (c) morosidade no atendimento de determinadas pautas, como cestas básicas para os acampamentos, infraestrutura (estrada, saúde, escola), crédito e extensão rural para os assentamentos e a desapropriação de terras ocupadas.

Para atingir seus objetivos, as organizações definem previamente uma programação e uma pauta conjunta entre MST, FETAGRI e, em alguns casos, com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Sua ação geralmente culmina em um grande acampamento no INCRA, que perdura vários dias; paralelamente, realizam bloqueios de estradas, caminhadas, manifestações em outros órgãos públicos e privados, ainda que a concentração principal fique no INCRA.

Para que o *arco da aliança* não resulte em conflitos internos, pactuam-se alguns pontos, especialmente no que tange aos recursos para os assentamentos, pois, em termos numéricos, temos uma quantidade maior de PAs organizados pela FETRAGRI, seguido pela FETRAF e, em menor número, pelo MST – apesar de, muitas vezes, as mobilizações apresentarem um contingente maior de pessoas do MST. Isso pode levar ao questionamento sobre qual organização sindical ou movimento social ficará com maior parte do investimento conseguido pela ação, porque o INCRA delega a responsabilidade de divisão para aqueles sujeitos como forma de criar uma cisão.

[...] a gente fala assim, arco da aliança compreende alguns pactos antes da luta, por que senão tu já tens também a... ou, se vai ser em partes iguais, a gente fala, vamos fazer divisão em partes iguais, por que vai ser diferente? Pela quantidade? Assim, a quantidade de assentamentos, mas também a gente tem território que dá quase cinco assentamentos como a 17 de Abril [localizado em Eldorado dos Carajás], Palmares [localizado em Parauapebas], são assentamentos grandes que compreendem um território maior do que se tu juntar dela [FETAGRI] e do outro [FETRAF], de outras áreas, aí essas coisas sempre acontecem, parece uma disputa mesquinha, mas é a forma como o Estado se relaciona, dialoga com os movimentos e depois coloca um contra o outro e fragmenta a luta, então esse tal do arco da aliança é com quem mais, com quem tu se junta, para que tu vai se juntar e depois se houver conquistas como que a gente divide (Maria Raimunda César de Sousa, dirigente do MST e professora, 42 anos, 12 jul. 2016).

Muitas dessas ações são assistidas também pela CPT ou são encampadas por ela, especialmente nos momentos de manifestações.

Esse *arco da aliança* busca construir, como indica Cox (1998), uma *rede de associações*, com vistas a constituir e/ou manter os *espaços de dependência* (loais de importância para a realização de interesses sociais, pois apresentam condições materiais particulares para a realização do bem-estar social) – por exemplo, os assentamentos rurais –, os quais, por estarem inseridos em um conjunto de relações socioespaciais mais extensas e serem objeto de cobiça de diversos agentes, como o agronegócio e a mineração, precisam ser disputados continuamente pelos movimentos sociais. Para esse fim, esses movimentos realizam o “salto de escalas” (Smith, 2000), para interagir com diferentes centros de poder, manifestos em variadas escalas, mobilizando outros espaços de dependência e múltiplos sujeitos (jornais, organizações não governamentais, partidos políticos etc.), criando um *espaço de engajamento* (Cox, 1998), com o intuito de influenciar, em esferas distintas, as políticas públicas do Estado.

A luta desses movimentos sociais do campo é eminentemente territorial, seja pela necessidade de superação da precariedade a que os camponeses são relegados, seja pela necessidade de outro projeto de desenvolvimento territorial que não se restringe a uma mera redistribuição de terras, pois a reforma agrária é muito mais ampla e complexa, a exemplo da reforma agrária popular sugerida pelo MST, que possui, em seu seio, uma proposta original, aberta, multidimensional e multiescalar, e os sujeitos atuam em rede para a sua efetivação, bem como se utilizam da política de escalas para ampliarem suas articulações e realizarem suas disputas pelo território.

Considerações finais

A literatura sobre a escala cartográfica, escala geográfica e política de escalas é demasiadamente extensa, logo, sabe-se que não se alcançou, neste artigo, a totalidade das interpretações sobre a temática, muito embora não fosse objetivo desse trabalho esgotar o assunto, e sim se apresentar enquanto um ponto de partida ao debate. Para esse fim, foram utilizados autores que, em certa medida, sintetizam os principais aspectos da discussão atual em torno da escala, bem como foi realizada uma apropriação das suas contribuições teórico-metodológicas para a compreensão da escala, ou melhor, da política de escalas pelos movimentos sociais, particularmente o MST.

Sendo assim, observa-se que a escala cartográfica se relaciona ao mapa convencional, cuja representação corresponde a uma forma de exercício do poder. Isso porque os mapas são sempre carregados de valores, manifestos na seleção dos seus conteúdos, signos e estilos de representação, que implicam em uma maneira de conceber, articular e organizar o mundo com o intuito de influenciar determinados grupos sociais para atingir um dado fim. Nesse sentido, o mapa não apenas localiza e identifica um fenômeno, ao contrário, seus elementos constituem-se em um discurso que busca inferir uma apreciação, avaliação, persuasão e retórica, apresentando uma força política importante, especialmente porque, quando o mapa se relaciona a um local, atribui-lhe um simbolismo, que apresenta uma intencionalidade, muitas vezes, ligada aos imperativos territoriais de um sistema político. Logo, os mapas são formas de controle espacial e de consolidação do poder estatal (Harley, 2009), mas também de outros agentes econômicos e sociais.

Por esse motivo que Lacoste (2001) afirma que a escala de um mapa não se refere tão somente às diferenças *quantitativas* (tamanho do espaço representado), elas são igualmente qualitativas, pois um fenômeno só pode ser representado em uma dada escala, correndo risco de ter seu conteúdo alterado em outras escalas. Por isso, “as exigências da prática fazem com que os oficiais saibam bem que não são as mesmas cartas que servem para decidir a estratégia de conjunto e as diversas operações táticas. A estratégia se elabora em escala bem menor que a tática” (Lacoste, 2001, p.74-75).

Lacoste (2001), em certa medida, anuncia o debate em torno da escala geográfica, que se refere à natureza da diferença expressa nos mapas, ou seja, almeja retratar o seu conteúdo conceitual, explicitando melhor as relações de poder, as quais são igualmente trabalhadas, inclusive teoricamente, pela política de escalas.

Em termos de síntese, a política de escalas deve ser compreendida como um produto social, multidimensional, com características zonais e/ou reticulares, que não seguem a hierarquia tradicional (global-local) e são mobilizadas por diversos sujeitos, com o intuito de atingirem seus interesses econômicos, políticos e culturais.

Os movimentos sociais, particularmente, dependendo do seu grau de organização, articulam-se em rede e disputam o território, ainda que em condições assimétricas em relação aos agentes hegemônicos do capital, mobilizando uma ou mais escalas.

Referências

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRENNER, N. The urban question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. **International journal of urban and regional research**, v. 24, n. 2, p. 361-378, jun. 2000.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in human geography**, v. 25, n. 4, p. 591-614, dez. 2001.

COELHO NETO, A. S. Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia. **Geographia (UFF)**, v. 19, p.39-53, 2018.

- COLLINGE, C. Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. **Transactions of the IBG**, v. 31, p. 244-251, 2006.
- COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. **Political Geography**, v. 17, n. 1, p. 1-23, jan. 1998.
- DU MARSAIS. **Traité des tropes, pour servir d'introduction à la rhétorique et à la logique**. Leipsic: Veuve Gaspard Fritsch, 1757.
- FEAB. **Via Campesina**. 2011. Disponível em: <https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msp%C2%B4s/>. Acesso em: 07 fev. 2017.
- FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- GRANDI, M. S. **A construção escalar da ação no movimento sem-teto**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. **Confins** – Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 5, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.
- HEROD, A. **Scale**. New York: Routledge, 2011.
- JONES, K. T. Scale as epistemology. **Political Geography**, v. 17, n. 1, p. 25-28, jan. 1998.
- KARRIEM, A. Space, Ecology, and Politics in the Praxis of the Brazilian Landless Movement. *In*: EKERS, Michael *et al.* (Eds.). **Gramsci: Space, Nature, and Politics**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013.
- LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. São Paulo: Papius, 2001.
- MACKINNON, D. Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 1, p. 21-36, jul. 2010.
- MARSON, S.; SMITH, N. States, scales and households: limits to scale thinking? A response to Brenner. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 615-619, dez. 2001.
- MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra livre**, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, p. 133-142, ago.-dez. 2007.
- MEEK, D. D. **Movements in education: the political ecology of education in the brazilian landless workers' movement**. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens, 2014. Disponível em: <http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek_Movements_in_Education.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in human geography**, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.

RAFFESTIN, C. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, p. 123-135, 1983.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papiрус, 2000. p. 132-175.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, v. 2, n. 19, p. 127-146, jul.-dez. 2002.

SMITH, N. Scale bending and the fate of the national. In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. B. (Eds.). **Scale and geographic inquiry**: nature, society and method. Oxford: Blackwell, 2004. p. 192-212.

SOUZA, M. L. Redes. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 163-178.

Chico, Dorothy, Bruno e Dom: Geografias a contrapelo na Amazônia

PAULO OLIVIO CORREA DE AQUINO JUNIOR¹

Introdução

No dia 5 de junho de 2022, foram assassinados Bruno Pereira e Dom Phillips, indigenista e jornalista, num trecho do Rio Itaquai, entre a Comunidade de São Rafael e Atalaia do Norte, na Terra Indígena Vale do Javari (AM), localizada na Tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia). Crime brutal de repercussão internacional, o duplo assassinato segue sob investigação. Com nota contundente da União Indígena do Vale do Javari (UNIVAJA) criticando a imprensa em algumas conclusões das investigações, que tratavam o fato como ação isolada de 2 ou 3 pessoas; também as conclusões simbólicas destes assassinatos não foram poucas, no contexto de avanço gritante do garimpo cancelado não pelo desmonte da política ambiental, mas pela montagem de uma política ambiental do *laissez-faire* do banditismo nos campos e nas florestas.

Este artigo busca compreender o que ocorreu a Bruno e Dom sob a hipótese de que suas ações e alianças resultaram no tensionamento de conflitos e disputas em curso na região. Suas práticas geográficas e alianças ericaram o crime organizado da região e a geografia hegemônica com ele aliada, desvelando um *modus operandi* de ataque a estas geografias a contrapelo.

A hipótese de trabalho foi reforçada pela tentativa de compreender como mais um crime dessa natureza na Amazônia ressoou a ponto de colocar lado a lado, em montagens e *flyers*, Bruno, Dom, Dorothy Stang e Chico Mendes, para manifestações virtuais e de rua que tomaram diversas localidades do Brasil. Longe de serem imagens aleatórias, já que “a verdade não é estranha ao senso comum” (Bensaid, 2008, p. 94), a reunião dos quatro ofereceu pistas interessantes não apenas sobre o (nada novo) *modos operandi*

¹ Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal do Pará e mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisas Territorialização Camponesa na Amazônia e professor de educação básica. Contato: paulocorrea.sj@gmail.com

da violência na Amazônia, mas de como algumas práticas geográficas incidem sobre as contradições visíveis ou latentes de um sistema hegemônico que, em sua constante fuga para a frente, busca dar uma noção equivocada de autorreprodução permanente e, o mais possível, unitária e monolítica (Raffestin, 1993; Tible, 2017).

Num primeiro momento, busca-se revisar o caso Bruno e Dom, com foco na atuação de Bruno Pereira junto à UNIVAJA enquanto aliança afetiva (Krenak, 2015, 2019), para, em seguida, discutir heranças das lutas e geografias de Chico Mendes (especialmente as Reservas Extrativistas) e da irmã Dorothy Stang (Projetos de Desenvolvimento Sustentável). Finalmente, a parte final do trabalho busca uma breve síntese destas geografias, com suas conexões, legados e diferentes exigências históricas.

Bruno Pereira, alianças afetivas

Após a morte de Bruno Pereira e Dom Phillips, foi farta a cobertura sobre quem eram e o contexto geral de seus assassinatos. Assim, sabe-se que Bruno Pereira (Pernambuco, 1980) foi um indigenista que chegou à Amazônia para trabalhar na UHE de Balbina e se fez servidor público da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo considerado, no decorrer de sua trajetória, por colegas de trabalho e amigos, como um dos maiores indigenistas de sua geração (Paiva, 2022). Entre outras coisas, destacava-se por seu trato e conhecimento dos povos indígenas isolados que vivem no Vale do Javari, segunda maior TI do Brasil (8.544 milhões de ha), com 26 povos, dos quais 19 isolados, sendo eles: Isolados do Alto Jutai, Isolados do Igarapé Alerta, Isolados do Igarapé Amburus, Isolados do Igarapé Cravo, Isolados do Igarapé Flecheira, Isolados do Igarapé Inferno, Isolados do Igarapé Lambança, Isolados do Igarapé Nauá, Isolados do Igarapé Pedro Lopes, Isolados do Igarapé São José, Isolados do Igarapé São Salvador, Isolados do Jandiatuba, Isolados do Rio Bóia/Curuena, Isolados do Rio Coari, Isolados do Rio Esquerdo, Isolados do Rio Itaquai, Isolados do Rio Pedra, Isolados do Rio Quixito, Isolados Korubo, Kanamari, Korubo, Kulina Pano, Marubo, Matis, Matsés e Tsohom-dyapa (ISA, 2023).

Dom Phillips (Bebington, EUA, 1964), por sua vez, foi um jornalista britânico que trabalhou para os jornais *Washington Post*, *The New York Times* e *Financial Times*, *The Guardian*, entre outros, tendo morado no

Brasil de 2007 a 2022, engajado na defesa da Amazônia e de reconhecida e estável carreira internacional, trabalhando principalmente como *freelancer* nos últimos anos de vida.

Bruno e Dom estabeleceram uma parceria que se manifestou, entre outros campos, no engajamento de ambos com a UNIVAJA. Mas o que explicaria uma empreitada comprometida a ponto de terem sido alvo de tão nefasta violência? A colaboração do jornalista e do indianista com aqueles povos e comunidades deu-se, em nosso entendimento, como *aliança afetiva*, conceito importante no pensamento de Ailton Krenak e gestado no percurso de sua própria experiência crítica:

Há trinta, quarenta anos, eu já tinha esse entendimento sensível, as relações que eram estabelecidas nesse caminho, nesse trajeto, não tinham investimento para que durassem. Eram todos casamentos temporários, casamentos de circunstância. Passado aquele primeiro movimento, as relações pessoais passam a supor que as pessoas sejam descartáveis. Você descarta certas pessoas e vai buscar outras, e nesse mote vai acessando recursos. As pessoas são só uma passagem para alcançar algum outro lugar, algum outro acesso. Elas não contam em si, não dão tempo, não possibilitam a construção ou a formação de ideias, o estabelecimento de afetos que não busquem um objetivo imediato, que possam prosperar e constituir um ambiente criativo, de invenção, de criação no sentido mais prazeroso, em que os afetos são espontâneos (Krenak, 2016, p. 171).

Como se sabe, Bruno licenciou-se da FUNAI durante o governo Bolsonaro (2018-2022), dada a impossibilidade de executar minimamente seu trabalho² no contexto de esvaziamento do órgão. O afastamento, entretanto, não significou a retirada de campo do indigenista, que fortaleceu ainda mais seus laços com a UNIVAJA, revelando, assim, um compromisso além do vínculo empregatício com as causas e vidas dos povos do Vale do Javari. Daí a importância dessa passagem de Krenak, circunstanciada contra uma geografia dos interesses objetificantes das pessoas como vias de acesso a recursos, como passagens em direção sempre a outro lugar: Bruno *saiu* do emprego, *mas não* do lugar de trabalho e afetos.

Aliança na verdade é um outro termo para troca. Eu andei um pouco nessa experimentação até que consegui avançar para uma ideia de alianças afetivas – em que a troca não supõe só interesses imediatos. Supõe continuar com a possibilidade de trânsito no meio de outras comunidades culturais ou políticas, nas quais você pode oferecer algo

2 Entre outros, disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bruno-pereira-virou-alvo-ainda-maior-ap%C3%B3s-sair-da-funai/a-62180276>

seu que tenha valor de troca. E esse valor de troca supõe continuidade de relações. É a construção de uma ideia de que seu vizinho é para sempre (Krenak, 2019, p. 61).

Assim, a aliança afetiva tem como característica ser uma relação que transpassa a imediatez em nome da **permanência**, essa palavra espaço-temporal: permanece-se no lugar, permanece aquilo que dura (no tempo). Por outro lado, esse tipo de aliança não nega a característica de **troca**, já que troca (outro nome para a aliança, para Krenak) deve ser retirada da significação reduzida a mercadorias: troca *se dá* no **trânsito** (outra palavra-movimento) entre culturas, em que se recebe e se dá, onde há ainda valor de troca.

Sublinha-se que o trânsito entre culturas opõe-se ao trânsito por pessoas-como-passageiro para outro lugar, utilitarismo que se tem generalizado. O valor de troca, nesse trânsito, ao mesmo tempo, supõe a manutenção de diferentes comunidades, valores e geografias em resposta ao velho e atual discurso de **integração** via homogeneização dos povos da terra (Paulino, 2008, p. 201) ou de seu extremo oposto, o **confinamento/exílio** imposto de fora ou de dentro – a visão que defende “reservas indígenas” como meio de *contê-los* para melhor *contá-los* –, se possível a dedo.

As alianças afetivas, assim, supõem *permanências* baseadas na ideia de que *o vizinho é para sempre*³, sendo esta ideia compartilhada entre aqueles que a compõem. Mas qual sentido disso tudo diante da aliança que se estabeleceu entre Bruno, Dom e os povos do Javari?

Bruno licenciou-se da FUNAI em outubro de 2019, após ser exonerado da Coordenação Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) durante a gestão do delegado Marcelo Xavier, que deu aval para que um missionário evangélico substituísse Bruno. A exoneração foi assinada por Luiz Pontel, então secretário executivo do Ministério da Justiça, dirigido à época pelo ex-juiz Sérgio Moro.

Em dezembro de 2021, publicou-se, no site da ONG WWF, o artigo “Projeto equipa e treina indígenas para defenderem seu território em área ameaçada”. Esse projeto tinha como coordenador técnico da UNIVAJA Bruno Pereira. O artigo fala da aquisição de computadores e *drones* para potencializar a iniciativa dos próprios indígenas para vigilância de seus territórios. O projeto visava ainda informar melhor os indígenas sobre a legislação e

³ E um bom vizinho, de vizinhança duradoura, é quase um parente (quem acompanha os povos da terra entenderá a expressão).

como esta poderia ser utilizada para garantia de seus direitos, num contexto de ascendência da violência⁴. Acrescenta-se, no texto, a seguinte passagem da entrevista de Bruno:

Temos vários parceiros, e o WWF-Brasil contribuiu com esses equipamentos que serão fundamentais para termos um monitoramento mais sofisticado. A tecnologia permite registro dos delitos, o que é fundamental para dar materialidade às denúncias feitas às autoridades sobre atividades ilícitas que pressionam a Terra Indígena [...]. Eles já estão trabalhando, já expulsaram invasores e já acionaram o Ministério Público com denúncias formais. Acabo de voltar de uma das ações. Fizemos uma capacitação para uso de mapas, drones e equipamentos de radiofonia com energia solar. Eles fizeram o mapeamento do nível de invasão da região e identificaram grande quantidade de invasores (WWF, 2021).

O esforço de monitoramento se fez numa pinça em que se mesclam avanço do garimpo ilegal, crime organizado na Amazônia (Oliveira; Carneiro, 2022) e militarização da região (Penido, Mathias; Barbosa, 2022), especialmente no contexto da Tríplice Fronteira. Como já bem advertia Viveiros de Castro (2015, p. 22): “o sistema de garimpo é semelhante ao do narcotráfico, e, em última análise, à tática geopolítica do colonialismo em geral”, já que “o trabalho sujo é feito por homens miseráveis, violentos e desesperados, mas quem financia e controla o dispositivo, ficando naturalmente com o lucro, está a salvo e confortável bem longe do front”. Essa semelhança se fez aliança nefasta na atualidade.

Nesse íterim, monitoramento e formação de guardas territoriais indígenas não se dão isoladamente no Vale do Javari: replica-se um modelo adotado por outros povos indígenas, como os Munduruku, Ka’apor e Guajajara, sob ataques diversos potencializados por ações e omissões governamentais em escalas diversas.

Em específico, o Vale do Javari vem sendo atacado principalmente por numa nova onda de invasões para retirada de madeira, extrativismo ilegal e garimpo. A região vem sendo utilizada como rota de tráfico internacional de drogas, com ação cada vez mais sistemática do crime organizado, incluindo cartéis, como os de Miami, Medellín e Sinaloa (ESTADÃO, 2022).

⁴ Entre as referências sobre o assunto, o relatório publicado pelo monitor socioambiental, Sinal de Fumaça, aponta que, no governo Bolsonaro, ocorreram, em média, dois conflitos por dia na Amazônia, totalizando 28 assassinatos entre 2020 e 2021, tendo como alvos principais os povos indígenas (SINAL DE FUMAÇA, 2022).

Trata-se de megasquema de transporte de armas e drogas, pistolagem e lavagem de dinheiro que tem impacto na economia de nove municípios com o mercado de entorpecentes e de pesca e caça ilegais em uma região de 213 mil km² de floresta, maior que o território do Estado do Paraná (ESTADÃO, 2022).

Além dos famosos cartéis, destacam-se facções da Pan-Amazônia que atuam em parceria ou disputa com outras nacionais, tendo em comum a parceria e o financiamento dos crimes ambientais, como o garimpo, não apenas para lavagem de dinheiro, mas na captação e ampliação deste (Colares, 2021, 2023)⁵.

Em artigo posterior ao assassinato de Bruno e Dom, mostra-se a importância da aliança afetiva estabelecida entre Bruno e a UNIVAJA e sua relação com iniciativas correlatas de guarda territorial e monitoramento autônomo das TIs:

Quando o indigenista Bruno Pereira foi assassinado no Vale do Javari, no Amazonas, em 5 de junho, ele tinha um encontro marcado. Viajaria até a Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, para promover um intercâmbio entre os defensores dos dois territórios. A ideia era que os experientes Guardiões da Floresta Guajajara treinassem os parentes amazonenses do Javari – que além de também serem ameaçados pela invasão do território, ainda enfrentam a pesca ilegal e o narcotráfico na tríplice fronteira com Peru e Colômbia (Camargos, 2022).

Registra-se que a guarda territorial da Terra Indígena Araribóia, “Guardiões da Floresta”, viu tombar seu líder Paulo Paulino Guajajara (“Lobo”), em 1 de novembro de 2019. Daniel Camargos, repórter que foi até um dos treinamentos da guarda, assim a descreve:

Presenciamos uma ação dos Guardiões da Floresta com dezenas de indígenas armados com espingardas, pistolas, facões, arcos e flechas. Andando enfileirados em 10 caminhonetes e duas motos pelas estradas esburacadas de dentro do território, a sensação é a de seguir uma grande operação oficial dos órgãos de fiscalização do governo brasileiro, que se tornaram escassas na gestão do presidente Jair Bolsonaro. Sem apoio governamental, os Guardiões defendem o território com seus próprios corpos e estratégias (Camargos, 2022).

Fica explícita, assim, a importância das guardas, tal qual a que se vinha implementando pela UNIVAJA. Informa-se, ao fim do texto, que o treinamento, à moda militar, era direcionado por um Policial Federal

⁵ Se juntarmos a isso o uso intensivo de pistas de pouso ilegais em fazendas, temos o monstro que resulta da união de garimpo, crime organizado e agrobandidismo, que vem devorando tudo que é forma de vida da Pan-Amazônia.

Rodoviário aposentado – para dar uma curva a mais aos meandros dessas alianças e estratégias.

Como explicar a tessitura dessas alianças e o uso de tecnologia por esses povos ditos tradicionais? Uma pista vem novamente de Krenak (2015, p. 60):

Então essa atualização tecnológica, ela é afirmativa da tradição, ela não é negativa da tradição, porque quem dá o segredo de como curar a terra é exatamente os velhos, são exatamente os velhos, é o conhecimento tradicional, ele é feito com a atualização tecnológica, ele é feito com uma espécie assim de aproveitamento seletivo de práticas e de técnicas que a ciência e que os brancos inventaram, criaram.

Esse *aproveitamento seletivo* (utilitário?) que pode soar tão estranho aos brancos nos faz lembrar aquela primeira passagem de Krenak sobre aliança: de como os brancos utilizam pessoas como “passagem para alcançar outro lugar”. Para traçar o paralelo, **brancos objetificam pessoas para alcançar objetos**, enquanto, para Krenak, trata-se de “**objetificar**” **objetos para alcançar fins (através de alianças com pessoas)**.

Ademais, ao colocar-se a questão do uso de tecnologia “branca” para defesa dos territórios dos povos indígenas ou *tradicionais*, como vinha sendo aliado por Bruno, UNIVAJA e outros povos, como os Guajajara, parecemos interessante discutir o conceito de “tecnodiversidade” elaborado por Hui (2020, p. 12):

A maneira como vemos a tecnologia enquanto força exclusivamente produtiva e mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia nos impede de enxergar seu potencial descolonizador e de perceber a necessidade do desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade.

Será que o trânsito entre pessoas, lugares e tecnologias, no caso das guardas territoriais, efetiva o potencial descolonizador das tecnologias? Ao resumir as tecnologias em seu uso pela produção capitalista, limita-se tal como em geral se tem limitado o sentido de troca a este mesmo sistema socioeconômico.

Para que este potencial comece a ser redescoberto, é preciso recuperar o legado de Milton Santos e sua proposição da geografia como “filosofia das técnicas”, tese de seu “A natureza do espaço”; e, assim, repensar também outras naturezas e cosmologias do espaço.

Geografia como filosofia da tecnodiversidade?

A relação técnica-geografia ocupou o pensamento miltoniano em uma de suas principais obras: *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. Para ele, a técnica possui centralidade na geografia, sendo esta uma filosofia das técnicas. Sua proposta parte do legado de autores como Max Sorre e Pierre Gourou (Gaspar, 2004).

A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantida da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (GASPAR, 2004: 34)

A técnica para Milton é central para seu método, tendo uma função “estruturante” (conquista do futuro, prospecção, desdobramento etc.) e reveladora da produção da realidade. Porém, ele pretende elaborar um “método unitário” que afaste as ambiguidades, mas nos perguntamos: as ambiguidades não fariam parte da totalidade, tão cara ao próprio M. Santos? Longe de discordar ou mesmo explorar a fundo isto, interessa aqui destoar apenas do afastamento das ambiguidades, já que elas construirão as pontes de nossa direção para a totalidade, tão cara ao autor.

E à totalidade concreta não podem escapar as contradições, que suscitam ambiguidades *inevitáveis*, por mais esforço de lógica formal que possamos fazer. Método unitário não é o mesmo que unicidade sem contradições ou um sistema controlado destas, como se (em nosso caso) os objetos técnicos possuíssem teleologias “automáticas” que levam inevitavelmente a certo determinismo tecnológico. Se assim fosse, não haveria escapatória ao capitalismo em sua fase técnico-científico-informacional, já que as redes de informação se estendem em direção ao 5G, IA etc. Esse determinismo é mais afeito a filmes de plataformas de *streaming* do que da percepção “da produção histórica da realidade”.

É aqui que nos encontramos com o conceito de “cosmotécnica”, apresentado pelo filósofo Yuk-Hui em “Tecnodiversidade” (2020). Em resumo, cosmotécnica refere-se à relação entre técnica e cultura a partir de dois conceitos da filosofia chinesa: “dào” (caminho, ordem, cósmico) e “qi” (utensílio,

ferramenta, recipiente ritual). A hipótese de Hui (2020, p. 18) é a de que “não há uma tecnologia única, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas”. Essa multiplicidade abre ambiguidades, quebrando determinismos ou apriorismos. Assim, para reestabelecermos nossa discussão com Santos e ver as técnicas “filosoficamente, isto é, como um todo”, entendemos ser importante assumir a proliferação de ambiguidades correlatas à multiplicidade e aos próprios conteúdos informes do espaço – a parcela sobressalente de sentidos na experiência geográfica dos sujeitos (Lima, 2014, p. 179).

Assim, o que possibilita nosso diálogo com Hui é a compreensão da técnica não apenas como um fenômeno produtivo em sentido estrito, mas como cosmotécnicas assentadas em cosmologias que a colocam “além da mera funcionalidade e utilidade” (Hui, 2020, p. 18). Nesse ínterim, a técnica adquire potencial descolonizador dentro do campo da filosofia pós-europeia trazido pelo autor enquanto projeto: “as culturas não europeias podem aprender com a modernidade e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão crítica a partir de seus pontos de vista” (Hui, 2020, p. 13). O que Hui propõe, assim, é uma confrontação do conceito de tecnologia em si (enquanto uma), abordando-a como forma de preservar e desenvolver a alteridade e a troca, via cosmotécnicas.

Ora, essas são ideias centrais nas alianças afetivas de Krenak. Um uso de drones, por exemplo, pode ser afirmativo da diferença, e não seu apagamento: o drone e as tecnologias (incluindo geoprocessamento) são utilizados para manter e demarcar as fronteiras **entre** vizinhos, mas sua criação e uso se fazem por técnicas que entram nos territórios também **através** dos vizinhos que se aliam. A forma-conteúdo não é necessariamente unidirecional: há uma dialética em jogo, na exploração de contradições, brechas, aberturas (de futuro, diria Milton). O conteúdo se encontra num lugar.

Os *drones* sobrevoam para ver, o que os xamãs também fazem a seu modo, como nos sonhos com os *xapiri*: “Meu corpo de fato estava derrubado no chão, mas os *xapiri* seguravam minha imagem sobre seus espelhos, no mais alto do céu”, relata Davi Kopenawa; ou quando estes amarram as redes dos xamãs na altura do céu (Kopenawa; Albert, 2015). A diferença é que os brancos podem viajar de avião (ou observar de drone) sem verem nada (Kopenawa; Albert, 2015, p. 121).

Essa visão de sobrevoos, permitam uma palavra a mais, possibilita mapear, localizar-se num duplo sentido: enquanto “se encontrar” (onde se está) e encontrar-se (estar/permanecer). O risco de enfrentar aquilo que pa-

rece ambiguidade é em nome da própria totalidade, que só pode o ser considerando as cosmotécnicas em suas diferenças, desvios, clivagens e alianças, e aquilo que podemos supor como ambiguidade – como o ex-policial treinando guardas indígenas.

Ao absolutizar a forma-conteúdo como um bloco teleológico invencível, corre-se o risco de um fetichismo dos objetos técnicos, ignorando entidades sociotécnicas como as ecologias⁶ (Santos, 2014). Assim, concretamente, parece-nos insuficiente dizer que “a tecnologia constitui não apenas uma esfera da realidade, mas **uma ordem da realidade, possuidora de sua própria racionalidade** (Rotenstreich apud Santos, 2014, p. 299, grifos meus), encadeando uma teleologia que retira os sujeitos para colocar objetos como sujeitos.

Mesmo nas discussões recentes sobre Inteligência Artificial, havemos de relutar o mínimo que seja a atribuir o atributo de “sujeito” a um objeto técnico, mesmo que se diga inteligente e mesmo que haja intencionalidade (já que o sujeito humano é dotado de não apenas intencionalidades primeiras, mas segundas, terceiras etc.). Que dirá dotar de uma intencionalidade absoluta um computador ou *drone*. Isto, para dar um passo atrás e ver o quão repisado é a exploração do preconceito contra “índios” (sic) que usam celular e deixam de ser assim o que eram, ou seja, o objeto tem mais intenção que o sujeito: este é ativo enquanto o sujeito é passivo.

É fundamental colocar a técnica como **trabalho** humano, em geral, coletivo em sua produção, criação, invenção, ainda que privatizado quanto às patentes, aos lucros etc. Concretamente, as técnicas são coletivas na sua constituição histórica (uma técnica é provavelmente um amontoado de desenvolvimentos ulteriores, coletivos) e na sua compreensão (a questão das cosmovisões).

A abordagem das cosmotécnicas se mostra importante para interpretar a produção de geografias aliançadas com vistas à proteção dos territórios dos povos indígenas e sua diversidade de cosmovisões (Krenak, 2019, p. 49), assim como outras alianças afetivas que impõem desafios teóricos e políticos que só podem se resolver praticamente. Na Amazônia, estas alianças possuem um percurso consolidado e com resultados efetivos, ainda que a altos custos e ameaças que se renovam.

⁶ A exemplo da biodiversidade, podemos, aqui, falar de uma diversidade socioespacial, encaixada em ecologias sociotécnicas recriadas ao longo da história urbana e ampliadas no momento atual.

Chico e Dorothy: geografias propositivas

Entre as inspirações para as “alianças afetivas” de Ailton Krenak, está a Aliança dos Povos da Floresta. Esta fora proposta, entre outros, por Chico Mendes (1944-1988) durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros (1985), em Brasília. A ideia era unir extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas pela defesa dos seus territórios e da Amazônia, contra a ação de grileiros e madeireiros.

Ailton Krenak (2015, p. 52) comenta que “o povo original da floresta é o povo indígena”, porém, ainda que inicialmente os seringueiros tenham conflitado com os povos indígenas das áreas de seringal, “eles não conseguiram se firmar como colonizadores da Amazônia, eles foram humanizados pela floresta, a floresta humanizou essa gente” (Krenak, 2015, p. 53). Além do mais, para Ailton, “eles aprenderam costumes com o povo indígena [...], aprenderam a conviver com o povo indígena durante um longo período” (Krenak, 2015, p. 53) – e aqui temos que lembrar as alianças além da imediatez e o aprendizado de técnicas.

Em sentido macro, a Aliança dos Povos da Floresta (criada em 1980) se deu com a união do Conselho Nacional dos Seringueiros (criado em 1985) e da União das Nações Indígenas, mesmo dentro de um contexto histórico de conflitos entre seringueiros e indígenas. Esse conflito, aliás, ressignificou-se na cosmopolítica indígena, em que a chave da sociabilidade é a coetaneidade com o inimigo: “na psicologia dos índios o inimigo tradicional você preserva, mais do que um amigo tradicional” (Krenak, 2015, p. 56). É essa aliança que proporão, principalmente, a partir do movimento dos seringueiros⁷, as Reservas Extrativistas (RESEX), na década de 1980.

A criação de Reservas Extrativistas (Resex) [...] representou a principal conquista de um movimento que, oriundo da floresta amazônica, articulava-se com outros movimentos contra-hegemônicos [...]. Em função de seu histórico no enfrentamento de um modelo de desenvolvimento que valoriza a propriedade individual da terra para fins de acumulação de capital, em detrimento à propriedade e uso coletivos, as Resex se apresentaram como uma das estratégias possíveis de construção societária que contrapunha os marcos estruturais do capitalismo (Cunha; Loureiro, 2009, p. 169-170).

⁷ Até porque a União das Nações Indígenas já tinha galgado inserir o reconhecimento de seus territórios, após diversas lutas, na própria Constituição Federal de 1988.

A incidência do movimento seringueiro, da Aliança dos Povos da Floresta e da proposta das RESEX intensificaram os conflitos com madeireiros, grileiros, entre outros. Esse tensionamento desembocou no assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988, no quintal de sua casa em Xapuri (AC), município onde havia nascido.

As RESEX, porém, após intensas lutas e a própria repercussão do assassinato de Mendes, institucionalizaram-se e tornaram-se fundamentais para povos e comunidades da Amazônia, restando o acelerado desmatamento e apropriação privada das terras. A primeira RESEX foi criada em 1990, no Alto Juruá acreano. Somente na região Norte, são 41 RESEX, somando milhares de hectares com uso sustentável e garantias legais.

Na Lei Federal 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Reserva Extrativista é definida como “...uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte”, tendo como objetivos básicos: “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Vemos aqui palavras-legado das lutas da Aliança dos Povos da Floresta. As RESEX não foram a única forma de experimentação/geografia gestada por intensas lutas na Amazônia.

Na Terra do Meio paraense⁸, região do município de Anapu, foram os PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável) que se constituíram como experimentação de assentamento e, mais que isso, institucionalização de uma sociabilidade do comum. Eles possuem sua origem nas discussões e propostas de movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária e Ibama (Ferreira, 2019).

Discutidos desde a década de 1990, em resposta às experiências de implantação intensamente conflituosas da agropecuária e serrarias na região, os PDS “constituíram uma nova modalidade de assentamento rural” (Barros; Mathias, 2016, p. 451), formalizado num Plano de Utilização (PU). Essa mo-

⁸ A Terra do Meio é formada pelas Reservas Extrativistas (Resex) do Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu; Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu; Estação Ecológica da Terra do Meio; Parque Nacional da Serra do Pardo; e as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xipaya, Kuruaya, abrangendo cerca de 8 milhões de hectares. Compreende os municípios de Altamira, São Félix do Xingu e em uma pequena parte da cidade de Trairão.

dalidade visava experimentar e, ao mesmo tempo, institucionalizar/legitimar relações daquelas populações assentadas com a terra, focando numa produtividade sustentada e comunitária, numa relação de reciprocidade com horizonte de longo prazo.

Os PDS, inicialmente, “tinham por destinatária a população tradicional (ribeirinhos, pescadores artesanais, coletores da castanha do Pará, etc), enquanto a população de Anapu era de migrantes, vindo sobretudo do Nordeste do Brasil”, sendo que “a ideia inicial teria que ser descartada” (Pontes; Amaro, 2022, p. 620) exatamente para incluir estes migrantes.

Uma das lideranças mais atuantes do município de Anapu foi a irmã Dorothy Stang [1931-205], americana naturalizada brasileira, 73 anos. Trabalhava no Pará desde 1966 e era reconhecida como defensora das causas ambientais, agrárias e de direitos humanos, que na região enfrentava a oposição de fazendeiros e madeireiros (Barros; Mathias, 2016, p. 451).

Dorothy, CPT, assentados e demais envolvidos nas lutas do povo da Terra do Meio viram, em 13 de novembro de 2002, a criação de quatro módulos de PDS em Anapu (PA), que, já à época, ficaram nominalmente agrupados no PDS Esperança (módulos I e II) e PDS Virola Jatobá (módulos III e IV). Os Projetos foram instituídos pela Portaria INCRA n.º 477/99, modificada posteriormente (para as adequações acima citadas) pela Portaria n.º 1.040 de 11/12/2002.

Os PDS criados tornaram a região “uma das maiores produtoras de cacau do Brasil”, produzindo “melhoria econômica não vista em nenhum outro assentamento da Amazônia” (Pontes Junior; Amaro, 2022, p. 628).

O novo modelo de desenvolvimento era pequeno, mas muito “perigoso” aos olhos da dessa elite [local]. Se a ideia se espalha, o poder político-econômico poderia mudar na Amazônia. E, assim, juraram de morte quem eles consideravam ser a responsável pela nova ideia. E consumaram o ato (Pontes Junior; Amaro, 2022, p. 628).

Como vemos, a figura da irmã Dorothy Mae Stang foi fundamental nas lutas em torno da criação e implementação dos PDS, incomodando agropecuaristas da região e arredores temerosos do espraiamento do modelo pela Amazônia – esfregando a geografia, os territórios, a contrapelo. Em 12 de fevereiro de 2005, apenas três anos após a criação dos primeiros PDS, Dorothy foi assassinada por jagunços a mando de um consórcio de latifundiários.

Desse breve panorama, queremos destacar:

1 As lutas coletivas representadas por Chico Mendes e Dorothy Stang se institucionalizaram, foram reconhecidas por um aparato jurídico que prevaleceu mesmo após seus assassinatos, mas que só ocorreu porque eles lançaram mão de alianças em diferentes frentes, alianças que sustentaram as vitórias de suas vidas.

2 O impacto dessas lutas e de suas propostas, representadas por ambos, tensionaram conflitos com elites locais e regionais que desembocaram no assassinato dessas lideranças. A essas geografias, chamo “geografias a contrapelo”, deslocando o sentido do materialista histórico de Walter Benjamin (tese VII Sobre o Conceito de História) para o geográfico. Isto porque as alianças ali envolvidas para a feitura dessas geografias reuniram diferentes povos da terra, instituições religiosas e pastorais, órgãos de Estado em diferentes níveis, associações etc., levando a cabo o “trânsito no meio de outras comunidades culturais ou políticas, nas quais você pode oferecer algo que tenha valor de troca” (Krenak, 2019, p. 61). Alianças afetivas também porque os interesses ali foram se construindo, ao que nos parece, no decorrer das alianças, em seu curso. Sem imediatez e prazos.

3 Sublinha-se que as heranças dessas lutas enfrentam sérias dificuldades diante de ataques vindo deles e de novos agropecuaristas e outras frações da classe hegemônica, atacando sistematicamente as Resex e, principalmente, os PDS's, assim como as figuras históricas que lhes impulsionaram, com anuência e mesmo incentivo de representantes do poder estatal. Essas dificuldades não são particularidades das RESEX e PDS's. A *transmissão* (para voltar a um termo importante da tese VII de Benjamin) das lutas dos assassinados, mas não vencidos, tornou-se fundamental após seus tombos e ainda mais no contexto dos últimos anos. Interessante notar que uma dessas formas de *transmissão* foi a criação da Romaria da Floresta, sendo a primeira realizada entre os dias 22 e 25 de julho de 2006, assim como os *flyers* que vieram a unir Dorothy, Chico, Dom e Bruno.

Geografias de pele e de papel

A proposta de guarda territorial que vem sendo adotada por povos indígenas da Amazônia brasileira e de outras regiões é consequência direta do solapamento e (permita-se dizer) sabotagem de geografias a contrapelo en-

corpadas pelas RESEX e pelos PDS – e também TI's, Quilombos, UC's etc. Resposta às lutas intensificadas do presente, bebem da trajetória dos Empates⁹ dos seringueiros em sua luta por seus territórios de “floresta em pé”, ao mesmo tempo que constituem inversões de técnicas de colonização, daquela ideia de “guarda rural indígena” que queria transforma indígenas torturados em policiais para aplicar a ideologia policial nas aldeias (Krenak, 2019, p. 45).

Ainda que as RESEX e PDS tenham se constituído enquanto leis, portarias e projetos, isso não implicou a cristalização real das heranças das lutas representadas por Dorothy e Chico Mendes, à medida que o previsto no papel tem se afastado muito das práticas governamentais que chegaram a legitimar e reconhecer aquelas lutas coletivas.

Mariátegui (2010, p. 70), há quase cem anos (1928), escreveu que “o regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação”, isto é, ainda que o “legal” estabelecido pela política formal tenha sido erigido, antecede-lhe e deforma o regime de propriedade que herdamos desde a colonização: concentração fundiária que se reproduz desde as capitâneas hereditárias, parasitando os povos da terra e buscando imprimir na terra sua forma única voltada à produção e acumulação – diferenciando, no máximo, para explorar melhor (outra tática própria da colonização das Américas, aliás).

Davi Kopenawa e Albert (2015, p. 390) descrevem assim a política: “[...] aprendi a conhecer um pouco o que eles chamam de política. Isso me fez ficar desconfiado! Essa política [dos brancos] não passa de falas emaranhadas”. Kopenawa refere-se, muitas vezes, aos brancos como “peles de papel” e “povo da mercadoria”. “Pele de papel” pode ser exemplificada na criação, durante o governo anterior, do Conselho Nacional da Amazônia, assumido por um general e vice-presidente do Brasil, e que não evitou o aumento de conflitos na região e do desmatamento, assim como o assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips, que nem sequer chegou a conclusões plausíveis.

Como bem sublinham Penido, Mathias e Barbosa (2022), tratou-se de uma militarização na Amazônia que é coetânea à fraca colaboração em nível de Pan-Amazônia (ao contrário do crime organizado na Tríplice Fronteira) e de avanço do crime organizado sobre a região, complexificando ainda mais o complicadíssimo quadro socioambiental e agrário da Amazônia.

⁹ Empate foi uma tática usada por ativistas seringueiros, que consistia em reunir, no meio da floresta, homens, mulheres, crianças e anciãos, com o objetivo de impedir a sua destruição por madeireiros. Podia ser um cordão em torno de uma árvore ou em fila.

As violentíssimas respostas das elites, que criminalizaram e criminalizam movimentos sociais, povos da terra e lideranças, revelam o quão sua hegemonia se fragiliza diante de, mais que alternativas, realidades. As alianças afetivas, ao conjugarem inclusive cosmopolíticas e cosmotécnicas, demonstram: “aliança é troca com todas as possibilidades, sem nenhuma limitação” (Krenak, 2019, p. 64). Seu enfrentamento vai, inclusive, no sentido de relembrar as trajetórias destas geografias, evidenciando que “o pensamento dos brancos permanece cheio de esquecimento” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 327).

Nas geografias de Chico e Dorothy, bem como de Bruno e Dom, das guardas indígenas, revelou-se a passagem de um período em que as lutas por essas geografias chegavam a galgar espaço institucional/legal para um período em que essa institucionalidade frágil, cada vez mais somente de papel, deixou de ser uma alternativa e a defesa do território passou a ser feita corpo a corpo, por peles/corpos humanos.

A passagem aludida entre aquelas e estas lutas não se fez só por rompimentos, na medida em que se usam ainda instrumentos “brancos” para o enfrentamento: nas primeiras, principalmente os dispositivos jurídicos, enquanto, nas atuais, o uso direto de objetos técnicos¹⁰, compreendidos aqui num horizonte amplo de cosmotécnicas que podem ressignificá-los (Hui, 2022).

Nossa hipótese de trabalho aqui é de que os assassinatos de Chico Mendes, da irmã Dorothy Stang e de Bruno Pereira e Dom Philips se conectam com sua implicação na feitura de geografias que erçaram o sistema hegemônico da região, com implicações globais pelo temor do espraiamento daquelas geografias que lhes custaram a vida. Geografia *grafa* as diferenças.

Em toda política de integração e de unificação existe uma vontade de apagar as diferenças. Por quê? Porque as resistências se engancham nessas diferenças, que são outros tantos obstáculos ao desenvolvimento de um poder total. Poder total e diferenças são incompatíveis (Raffestin, 1993, p. 118).

Lembremos que **políticas de integração** marcam a história da própria Amazônia em sua relação com os seguidos governos centrais e locais do Brasil, utilizando técnicas através de objetos, dispositivos legais, bancários etc., com vistas a tornar as diferenças funcionais ao sistema econômico que vinha se totalizando através de políticas públicas, instituições multilaterais etc. Mas também lembremos as **diferenças** que parecem transparecer nas geografias re-

¹⁰ Ainda que seja importante sublinhar que essas continuidades podem também inverter estes termos (dispositivos jurídicos e objetos técnicos), mas aqui falamos de prevalência de uns e outros em cada período.

presentadas por Dorothy, Chico e Bruno, com seu caráter coletivo, comunitário, buscando reafirmar-se e se manter no longo prazo, assim como as alianças afetivas que lhes encorpam e fortalecem.

Estas alianças desembocaram em geografias a contrapelo, ainda que a custo de assassinatos que possuem como características a brutalidade e covardia. As RESEX e os PDS custaram os corpos das pessoas que estavam entre seus mais iminentes propositores e defensores, assim como a articulação das guardas territoriais indígenas o fez e faz. Porém, entre elas, parece-nos haver uma mudança qualitativa: a fragilidade das peles de papel se mostra ainda mais indistintamente. Considerando as mudanças de governo, cabe perguntar se essa passagem se manterá ou retrocederá – ou, ainda, mudará para uma outra possível periodização.

Ao mesmo tempo, as experiências dessas geografias das alianças afetivas permitiram a suspensão de conflitos entre povos, culturas e vizinhos, ao tempo que buscando superar uma visão reducionista das técnicas, resignificando-as em defesa de interesses comuns e tradições, compreendendo-a não apenas como teleológica, mas como resultado do trabalho criativo e coletivo humano – como testemunho geográfico das determinações históricas do trabalho (Lima, 2014), ainda que apropriada em patentes e lucros por bem poucos.

A recuperação das imagens de Chico Mendes e Dorothy Stang, no contexto do desaparecimento e assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips, foi um daqueles momentos em que articular o passado significou “apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo” (W. Benjamin, tese VI sobre o conceito de história).

Essas geografias nos dão literalmente *pistas* de como afetar a geografia hegemônica e sua forma desigual, violenta e injusta, que persiste em querer se apropriar de nossos territórios. São pistas que levam a *clareiras* na floresta onde a *geogravida* é grávida de superação do sistema então vigente. É *atear à geografia a centelha da esperança que pertence a quem grafia a terra, pois nem os mortos estão seguros diante do inimigo*. Este artigo é, além do mais, uma homenagem a essas geografias.

Referências

BENJAMIM, W. Teses sobre o conceito de História. *In*: LOWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

CAMARGOS, D. **O legado de Bruno e Dom**: a união entre os vigilantes do Vale do Javari e os Guardiões da Floresta do povo Guajajara. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/o-legado-de-bruno-e-dom-a-uniao-entre-os-vigilantes-do-vale-do-javari-e-os-guardioes-da-floresta-do-povo-guajajara/>. Acesso em: 20 set. 2022.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai**, n. 20, pp. 169-185, 2009. Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina.

DIAS, L. C. Técnica, território e poder na obra de Milton Santos. *In*: BRANDÃO, M. A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Pensamento Radical).

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

INTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terra Indígena Vale do Javari**. Disponível em: <https://terra.sindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3895>,. Acesso em: 10 nov. 2022.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do céu**. Palavras de um xamã yanomani. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KRENAK, A. Alianças vivas. *In*: Ailton Krenak. **Coleção Tembetá**. Lisboa: Oca Editorial, 2019.

KRENAK, A. **Encontros**. Org. Cohn, S. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

LIMA, E. L. **Encruzilhadas geográficas**: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MASSEY, D. **Pelo espaço – uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil Editora, 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA COUTO, A. C. (Coord.). Cartografias das violências na região amazônica. Relatório de pesquisa. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA COUTO, A. C. **Facções controlam tráfico e financiam crimes ambientais na Amazônia, diz pesquisador**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cje53pd1337o>. Acesso em: 28 maio 2023.

OLIVEIRA, K.; CARNEIRO, L. **A intensificação do crime organizado na Amazônia**. 31/08/2022. Disponível em <https://internacionaldaamazonia.com/2022/08/31/a-intensificacao-do-crime-organizado-na-amazonia/>. Acesso em: 14 set. 2022.

PAULINO, E. T. **Território e campesinato**: da teoria à práxis. Terra Plural, v. 2, 199-211, 2008.

PENIDO, A.; MATHIAS, S. K.; BARBOSA, L. S. A defesa da Amazônia e sua militarização. **Novos Cadernos NAEA**. v. 25, n. 1, p. 103-128, jan-abr 2022, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

PONTES JR, F.; LOPES DE SOUZA, J. A. Irmã Dorothy: mártis do socioambientalismo. *In*: ALMEIDA, R.; SACRAMENTO, E. (Org.) **Luta pela terra na Amazônia**. Mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! Santarém, PA: Ed. dos autores, 2022.

PAIVA, V. **Bruno Pereira**: por que ativista era considerado maior indigenista de sua geração. Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2022/06/bruno-pereira-por-que-ativista-era-considerado-maior-indigenista-de-sua-geracao/>. Acesso em: 12 set. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difunem o capital e mudam as estruturas sociais. *In*: **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

Transformações na territorialidade indígena Tembé Tenetehara e a luta pelo seu território

DANIELE CRISTINA DA SILVA PALHETA¹
DÉRICK LIMA GOMES²

Introdução

*O Brasil nunca foi uma nação,
somos uma experiência colonial em processo.*

Ailton Krenak (2022).

Neste país de dimensões continentais, que, como tantos outros, nunca foi formado por apenas uma “nação”, povos indígenas, populações tradicionais e comunidades quilombolas, antes de serem assim denominados, há séculos enfrentam violências físicas e simbólicas que afetam seus modos de vida, processo reatualizado com a expansão de grandes projetos de desenvolvimento econômico nas últimas décadas. Especialmente nos últimos quatro anos, o agronegócio, aliado ao garimpo, à mineração e a megaprojetos articulados ao grande capital, encontrou um governo que, alinhado aos seus ideais, buscou deixar o caminho ainda mais livre para que diversos empreendimentos neoextrativistas³ avançassem sobre esses territórios (Mondardo, 2019).

Quanto aos territórios dos povos originários, em particular, o governo bolsonarista utilizou dispositivos político-jurídicos para a flexibilização da legislação ambiental; fez tentativas de efetivar leis que suprimiam direitos

¹ Graduanda do curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará. E-mail: dcpalheta@gmail.com

² Professor Substituto da Universidade do Estado do Pará. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: dericklima16@hotmail.com

³ “Mas afinal, o que distingue extrativismo de neoextrativismo? [...] o termo extrativismo é usado para designar as atividades que removem grandes volumes de recursos naturais e, não processados ou semiprocessados, são destinados sobretudo à exportação. Processos esses que hoje se desenvolvem com tecnologias avançadas e com alto poder de intervenção sobre os recursos. [...] O neoextrativismo se caracteriza, e se distingue também, pelo tamanho dos impactos produzidos sobre os territórios, pelos riscos permanentes e os desastres sociais e ambientais produzidos” (Castro, 2019, p. 20).

indígenas⁴; adotou ações para extinguir ou redirecionar órgãos, como a então Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao indicar gestores alinhados à estratégia do governo, esvaziando a participação da sociedade civil, além de reduzir sistematicamente o orçamento desse órgão (e de outros associados à conservação ambiental), numa clara tentativa de desregulação total dos territórios indígenas, com o intuito de liberar o seu controle às forças do mercado e à violência privada (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

Não obstante a política vivenciada recentemente apresente particularidades, há um claro retorno a antigos ideais conservadores exercidos durante os governos militares. Isto é, embora as lutas e resistências dos povos originários perante os invasores ocorram há séculos, na Amazônia brasileira, em especial, foi sobretudo a partir da década de 1960 que as populações indígenas tiveram, mais intensivamente, suas vidas e territórios ameaçados por grandes empreendimentos capitalistas, subsidiados e incentivados pelo Estado brasileiro (Loureiro, 2001; Porto-Gonçalves, 2001).

Naquele contexto, inerente aos chamados “projetos de desenvolvimento econômico”, houve uma política ideológica do Estado para a construção da Nação que visava “integrar e civilizar” os povos indígenas ao restante do país (Ponte; Ribeiro, 2014), e, na atualidade, mais uma vez, essa mesma política ideológica está presente nos discursos bolsonaristas (Mondardo, 2019). Como antes, a diversidade de conhecimentos, os diferentes modos de vida, a relação entre os indígenas e a natureza, tudo foi desconsiderado, passando a ser um empecilho a ser superado pelo grande capital.

Voltando um pouco no tempo, em meados da década de 1940, podemos constatar um processo de localização, identificação e des-re-territorialização de inúmeros povos indígenas na Amazônia, como os Tembé Tenetehara, grupo ao qual este estudo se direciona. Eles foram expulsos de seus territórios ancestrais para áreas delimitadas pelo Estado, que tinha, entre outros objetivos, implementar atividades agrícolas e transformá-los em “trabalhadores rurais/nacionais” (Morães Junior; Jathiati Parkatejê; Oliveira, 2022; Ponte; Ribeiro, 2019).

Duas décadas depois, o Estado brasileiro estimulou a vinda de migrantes advindos de diferentes regiões do Brasil para a Amazônia e, com eles, a instalação de iniciativas de uso e ocupação da terra para fins empresariais,

⁴ Cabe citar o Projeto de Lei n. 191/2020, entregue pelo Executivo ao Legislativo, que, entre outras medidas, prevê que ocorra em Terras Indígenas a realização da pesquisa e exploração de recursos minerais, petróleo e gás e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica, assim como o arrendamento para agricultura e pecuária patronal (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

minerários e agropecuários, destinados especialmente ao setor patronal (o que resultou em elevada concentração fundiária), mas coexistentes a famílias camponesas, atraídas sob slogans como o de “terra sem homens para homens sem terra” (Loureiro, 2001; Porto-Gonçalves, 2001). Com isso, diferentes interesses se sobrepuseram e, ainda hoje, divergem na região, onde os principais afetados são os povos indígenas.

Neste trabalho, voltamo-nos especificamente para a Terra Indígena⁵ Alto Rio Guamá (TIARG), situada no nordeste paraense, com o objetivo de compreender como os interesses resultantes das políticas de integração da Amazônia, na segunda metade do século XX, concretizaram-se em disputas por esse território. Investigamos, com isso, de que forma os indígenas da etnia Tembé Tenetehara, diante de ataques e invasões, são afetados em sua territorialidade e como têm reagido a esse processo.

Para alcançar os fins do presente estudo, recorreremos à pesquisa bibliográfica, documental, consulta de reportagens e à análise dos documentários “Os Tembé: cidadãos brasileiros da floresta” e “A batalha do livramento”, o primeiro produzido por Jean François e Vanderlúcia Ponte, e o segundo por Nassif Jordy Filho (Os Tembé..., 2017; A Batalha..., 2018). Tomamos como referência estudos que discutem a constituição da identidade Tembé, o conflituoso processo de construção de seu território e as formas de r-existência praticadas por eles na defesa da Terra Indígena. Ao mesmo tempo, buscamos relacionar tais estudos com as abordagens sobre território e identidade.

O artigo está organizado do seguinte modo: primeiro, realizamos uma breve conceituação sobre territorialidade à luz da Geografia, destacando que esse conceito ganha maior complexidade ao ser mobilizado para refletir sobre povos originários; depois, discutimos os processos que condicionaram as transformações da territorialidade Tembé Tenetehara e as implicações delas a seus modos de vida, em especial, a partir de meados do século XX; no tópico subsequente, refletimos sobre a reação dos indígenas a esses mesmos processos, referente ao fortalecimento de sua organização político-cultural, que os permite lutar pela sua existência e a de seus territórios. Ao final, sistematizamos, nas considerações finais, as principais conclusões deste trabalho.

⁵ De acordo com a atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), “Terras Indígenas (TI) é uma porção dentro do território nacional, habitada por uma ou mais comunidades indígenas, a qual após regular processo administrativo, respeitado o devido processo legal, de demarcação e homologação por Decreto Presidencial, é levado à registro imobiliário como propriedade da União (artigo 20, XI, da CF/88), perfectibilizando a área formalmente como de usufruto indígena” (Brasil, 2021).

As lutas pelo território: transformações na territorialidade Tembé Tenetehara

Antes de abordamos a territorialidade Tembé Tenetehar em sua especificidade, é necessário demarcar o que entendemos por esse conceito. Para Sack (2011, p. 76), territorialidade é “[...] a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Souza (2012, p. 99), por sua vez, define territorialidade como “[...] aquilo que faz de qualquer território um território”, enquanto “[a]s territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc.”.

Para os propósitos deste artigo, com base nos autores mencionados, é possível compreender territorialidade como uma maneira particular de administrar um território. Ela não é imutável, pois pode ser alterada no decorrer do tempo por opção do grupo que a exerce e/ou em razão da influência externa de outros sujeitos e de fatores que escapam (ao menos em parte) ao seu controle, como as mudanças ambientais. No interior de um mesmo território, é possível que haja múltiplas territorialidades, as quais podem coexistir em regime de cooperação, conflito ou baseadas em uma convivência que carece de interação mais constante e duradora, mas nem por isso alicerçada em relações de reciprocidade ou inimizades.

No caso de povos como o aqui estudado, essa territorialidade costuma ser bastante complexa, considerando que a sua forma de administrar o território baseia-se não apenas nas relações interpessoais dos indígenas e destes com outros agentes externos, mas na relação diferenciada (e mais respeitosa, em comparação às promovidas pelas sociedades ocidentais) dos Tembé com os cursos d’água, os animais e a floresta. O modo de se relacionar com o ambiente considera ainda os entes espirituais, a exemplo da Mãe D’água, da Curupira e de Caboclos. Interdições à circulação a determinados espaços, em especial durante horários especiais e sob certas condições, estão relacionadas a fatores como esses (Ribeiro; Fonseca, 2021), os quais não podem ser reduzidos a uma lógica econômica, por exemplo. Além disso, como explica Haesbaert (2020, p. 84), nas diferentes concepções territoriais dos povos indígenas, existe “[...] uma clara vinculação entre território (às vezes substituído pelo termo espaço ou lugar) e mundo, território e (planeta) Terra, pois o território de cada grupo se confunde com a totalidade ou integralidade de seu mundo”. Segundo este mesmo autor,

[...] se pensarmos bem, mesmo em sua concepção geograficamente mais difundida, a do território como espaço de exercício de (um) poder, como campo de forças (SOUZA, 1995), de controle da acessibilidade (SACK, 1986), de domínio (funcional) e apropriação (empoderamento simbólico) (HAESBAERT, 2004), os indígenas expandem a escala desse exercício de poder (imprescindível à sua sobrevivência) e nos colocam o desafio de “controlar” de modo amplo (funcional e simbólico) a própria Terra, “Pacha Mama”, como território (ontologicamente) essencial à vida (Haesbaert, 2020, p. 86).

Realizadas as devidas considerações, é possível agora analisar a experiência territorial dos Tembé Tenetehar ou Tenetehara⁶. Este povo vivia no alto Rio Pindaré, no que é hoje o estado do Maranhão, parte oriental da Amazônia brasileira. Por volta do final do século XVIII e começo do XIX, após contatos com os colonizadores, eles foram atraídos, muitas vezes de maneira forçada, para trabalharem na extração da copaíba com migrantes nordestinos. Esse contato gerou epidemias de varíola, sarampo e coqueluche, diminuindo drasticamente a população indígena, que somava aproximadamente 9 mil pessoas (Moraes Junior; Jathiati Parkatejê; Oliveira, 2022).

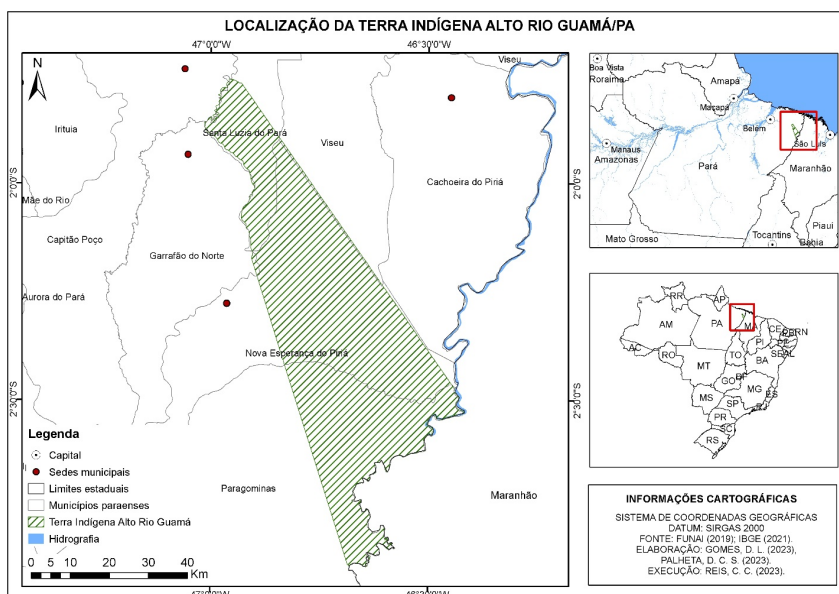
Assim como muitos povos originários, os Tembé não viviam como um povo fixo, pois, com os seus parentes Guajajaras (que também habitam a região), exerciam territorialidades dinâmicas, ou seja, transitavam sobre diferentes espaços, praticando a coleta, a pesca e a caça, sem estabelecerem controle jurídico sobre esses espaços (Neves; Cardoso, 2015). Porém, no século XIX, a partir dos conflitos que passaram a ocorrer diante das ações dos regatões⁷ que comercializavam copaíba, e na tentativa de fugirem das doenças dos não indígenas, os Tembé migraram e se estabeleceram nos rios Gurupi, Guamá e Capim, no estado do Pará, recriando movimentos e territorialidades (Moraes Junior; Jathiati Parkatejê; Oliveira, 2022). Na margem esquerda do Rio Guamá, mais especificamente, parte dos Tembé construíram suas aldeias, e, onde hoje são os municípios de Ourém e Capitão Poço (que na época concentravam uma menor quantidade de habitantes), circulavam livremente exercendo o seu modo de vida, o que os permitia fazer trocas de produtos com alguns

⁶ “Os Tenetehar constituem um povo da família linguística Tupi-Guarani, sendo denominados por naturalistas e viajantes de Tembé e Guajajara. Os dois grupos, no entanto, têm história de contato diferentes e se consideram povos com unidades socioculturais autônomas” (Ponte *et al.*, 2020, p. 109). Pela localização geográfica, os que se fixaram no Maranhão foram chamados, pelos invasores, Guajajara, e os que passaram a habitar no Pará, Tembé.

⁷ Vendedores que percorriam os rios de barco, trocando mercadorias por produtos florestais, por meio do sistema de aviação. Além da exploração do óleo de copaíba, os regatões também recorriam à mão de obra indígena para buscar o ouro, a borracha, a madeira de lei e para a função de remeiros.

comerciantes locais, além de manterem relações, nem sempre amistosas, com outras etnias, como a dos Ka'apor (Ponte; Ribeiro, 2019).

Todavia, essas territorialidades foram desconsideradas com a construção da Reserva⁸ Indígena Alto Rio Guamá (RIARG), em 1945, contexto no qual as aldeias foram realocadas para a margem direita do Guamá. Com isso, a área onde ficavam suas antigas aldeias foi ocupada, tornando-se, depois, o município de Capitão Poço (PTTTIARG, 2018). Conforme Ponte *et al.* (2020), os agentes responsáveis por essa primeira organização exerciam forte vigilância e controle da movimentação indígena nos limites da Reserva. Ainda assim, os Tembê resistiam ao confinamento, continuando a se relacionar com outros espaços de forte conexão cultural e simbólica, presentes em toda essa região de fronteira entre o Pará e o Maranhão. Por essa razão, a fixação na “reserva” fazia-se problemática, mas foi ao mesmo tempo sendo ressignificada pelos Tembê (Ponte *et al.*, 2020). Desde então, a territorialidade desse povo precisou ser continuamente reconstruída diante das sucessivas políticas comandadas pelo Estado brasileiro.



Fonte: FUNAI (2019); IBGE (2021).

⁸ Reserva indígena é uma modalidade de TI. Segundo a FUNAI, elas “[...] são terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas que não se confundem com as terras de ocupação tradicional [outra modalidade de TI]” (Brasil, 2021).

A Criação da Reserva ocorreu em um contexto de pressões internacionais para a proteção dos povos originários, sendo regulamentada por meio do Serviço de Proteção Indígena (SPI). A sua homologação e registro, porém, só foi iniciada pela FUNAI na década de 1970 e concluída no ano de 1993. Com 279.892 ha e um perímetro de 366.292,90 metros, ela foi destinada⁹ aos Tembé Tenetehara, mas também incluiu os Timbiras, Guajá, Ka'apor e trabalhadores mestiços da região (Neves; Cardoso, 2015). A Terra Indígena está localizada no nordeste do estado do Pará, entre a margem direita do Rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, no limite do Pará com o Maranhão, abrangendo os municípios paraenses de Garrafão do Norte, Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas. Dois desses municípios surgiram no início da década de 1990 como resultado da fragmentação administrativa e territorial de Ourém, Vizeu e Capitão Poço (Alonso, 1999). A criação de municípios como Paragominas e Capitão Poço objetivava intensificar a agricultura na região, a extração de madeira e minério, o que fomentou a chegada de camponeses oriundos de outras regiões do país, provocando o aumento das invasões nas Terras Indígenas (Moraes Junior; Jathiaty Parkatejê; Oliveira, 2022). Ocorre que, para os não indígenas, a invasão à Reserva era concebida como justificável pelo fato de que, segundo eles, os Tembé “[...] não eram índios, não falavam como índios, não se vestiam e não se comportavam como índios” (Alonso, 1999).

A contradição é que a implementação de atividades agrícolas, a construção de estradas – as quais também foram construídas com o trabalho dos Tembé – e os novos agentes, que chegaram à região por meio dessas vias, provocaram maior contato entre indígenas e não indígenas (Jordy Filho, 2018). Isso ocasionou, intencionalmente,

[...] o aumento do número de casamentos interétnicos; da influência urbanocêntrica; do português que se tornou a língua de uso diário; da interferência socioambiental no cotidiano dos Tembés Teneteharas ao remanejarem-se de suas aldeias para longe das rodovias e da participação na construção das mesmas, enfraquecendo as aldeias, as suas famílias, a sobrevivência ou a socioeconomia e o esvaziamento do fortalecimento de suas práticas culturais, quase eliminando a língua Tenetehara (Moraes Junior; Jathiaty Parkatejê; Oliveira, 2022, p. 184).

⁹ “A RIARG foi criada para ser habitada por estes quatro povos indígenas, porém, os Ka'apor e os Awá-Guajá permaneceram mais próximos de seus territórios tradicionais, no território maranhense, os quais hoje correspondem a Terra Indígena Alto Turiaçu, a Terra Indígena Awá, a Terra Indígena Caru e a Reserva Biológica do Gurupi” (Ponte *et al.*, 2020, p. 129).

De acordo com a professora Ivânia Neves, em entrevista ao documentário de Jordy Filho (2018), as ocorrências descritas acima, não por acaso, fizeram parte de uma política administrada para descaracterizar os Tembê como indígenas, estratégias direcionadas também aos quilombolas que viviam na região. Se isso ocorresse, seria então usado como argumento para dissolver a Reserva e destiná-la para os fins econômicos que se pretendiam.

Com a chegada de fazendeiros na região, muitos camponeses foram obrigados, por pressões dos latifundiários, a venderem suas posses ou eram expulsos das terras em que se estabeleceram sem adquirir títulos de propriedade. Alguns se tornaram trabalhadores das fazendas ou se juntaram a madeireiros. Outros, em um contexto de busca por “terra para plantar”, construíram colônias/vilas em diferentes lugares, inclusive dentro ou próximo ao território indígena (Alonso, 1999). Algo que também contribui para esse fato é a interpretação da Reserva como “a terra da FUNAI”, ou seja, “[...] uma idéia da terra como propriedade do governo, aspecto que estimula e cria expectativas nos colonos [camponeses locais] para a sua ocupação” (Alonso, 1999, p. 43).

Um dos conflitos mais emblemáticos na Reserva ocorreu entre os Tembê e o fazendeiro Mejer Kabaczinck, na década de 1970. Nesse episódio, o latifundiário invadiu cerca de 9 mil hectares dentro da RIARG, apropriando-a como sendo parte de sua fazenda. Em uma contrapartida, após abertura de processo judicial contra Mejer, sucedeu uma série de negociações, mediada pela FUNAI. Fruto dessas negociações, acordou-se a permissão da construção de uma estrada particular que passava por dentro da Reserva, desde que em troca o fazendeiro prestasse assistência aos indígenas e fiscalizasse a entrada de invasores. No entanto, ele não cumpriu com o combinado. Como consequência, as invasões aumentaram e os conflitos se tornaram mais intensos nesse período (Alonso, 1999; Moraes Junior; Jathiati Parkatejê; Oliveira, 2022; Ponte; Ribeiro, 2019).

Conforme Celentano *et al.* (2018), em 1980, a indústria de ferro que se instalou no Pará necessitava de uma grande quantidade de carvão vegetal, o que aumentou ainda mais a demanda por recursos florestais na região. “Desde o início, a exploração madeireira para serrarias e carvoarias se deu de forma predatória e a prova disso foi a exaustão dos recursos florestais” (Celentano *et al.*, 2018, p. 320). A redução da cobertura vegetal da região resultou na pressão a áreas legalmente protegidas, como Terras Indígenas, aumentando significativamente as invasões para a extração ilegal de madeira. De acordo

com o mesmo autor, a RIARG, até o ano de 2016, teve um desmatamento acumulado de 33,3%. Um diagnóstico etnoambiental realizado no território indígena demonstrou uma situação de extrema vulnerabilidade, pois,

[...] embora seja o último grande fragmento florestal do nordeste paraense e abrigue espécies criticamente ameaçadas de extinção, [o território indígena] sofre forte pressão pela extração ilegal de madeira. Os próprios indígenas denunciam a diminuição da oferta de animais de caça e a redução dramática das toras de árvores de grande porte (Celentano *et al.*, 2018, p. 321).

Tais denúncias podem ser encontradas no documentário “Os Tembê: cidadãos brasileiros da floresta”, no qual se compreende que o território para os Tembê é vida, saúde, educação, cultura e espiritualidade. “Sem o território, a gente não consegue viver”, diz Piná Tembê, uma das entrevistadas (Os Tembê..., 2017). Na fala dos Tembê e nas imagens da Terra Indígena, é demonstrado que as constantes invasões e o interesse em extrair as riquezas naturais do território persistem. Essas ações afetam negativamente a piscosidade dos rios, além de diminuir a diversidade da flora e da fauna, que são utilizadas para fins medicinais, alimentação, artesanato etc. Percebe-se, assim, como as formas de se apropriar da natureza no modo de produção capitalista apresenta interesses e relações diferentes se comparadas às exercidas pelos povos indígenas. Visando ao lucro, enxergam a natureza unicamente como fonte de recurso e, assim, territorializam-se de modo violento e destrutivo, o que é diretamente nocivo à existência dos indígenas, que, de modo contrário, exercem territorialidades baseadas na convivência com a floresta em pé, viva e abundante.

O território para esse povo, como para outros semelhantes, “[...] desempenha os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica” (Haesbaert, 2012, p. 96). Isso significa que, ao delimitarem a área de Reserva e des-re-territorializarem os Tembê de suas antigas aldeias para ela, não só se restringiu o seu espaço de movimentação, mas também os retiraram a vivência ancestral dos seus territórios históricos. Sobretudo a partir desse momento, a chegada de novos agentes e suas diferentes práticas transformaram o ambiente, interferindo nos modos de vida desse povo, que se tornou alvo de discriminação e violência.

Para Cruz (2013), a mobilização de indígenas, quilombolas e populações tradicionais, cujo principal alvo são exatamente as áreas onde possam exercer suas territorialidades, torna ainda mais complexa a questão agrária

brasileira, e é neste contexto que a reivindicação do território, para além do carácter apenas material da terra, passa a assumir um papel central nas mobilizações por justiça social. Nesse cenário, o território torna-se um “condensador de direitos”, já que na “luta pelo direito ao território” há tanto uma forma de mobilização pela redistribuição quanto pelo reconhecimento. Primeiro, porque poder controlar seus territórios implica, no plano material, o poder de esses sujeitos usufruírem de meios de produção como a terra, os cursos d’água e tantos outros recursos necessários a um modo de viver e produzir particular. Segundo, porque o direito territorial também tem implicações no plano imaterial, pois possibilita o direito à cultura, às memórias e às práticas próprias, compartilhadas há gerações, mas também ressignificadas diante das necessidades (a exemplo do acionamento de identidades coletivas, que se tornaram um dos meios centrais para que esses mesmos territórios sejam reivindicados).

O processo de constituição da identidade e territorialidade Tembé: a defesa do território

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como decorrência das ações do regime ditatorial, que os Tembé Tenetehara passaram a sofrer a imposição pelo Estado, fazendeiros, madeireiros e demais moradores da região (Ponte *et al.*, 2020) de “[...] uma perspectiva biológica de identidade, que desconsidera suas práticas culturais, exige deles uma identidade ‘pura’, além de lhes negar as transformações históricas por que passam todas as sociedades humanas” (Neves; Cardoso, 2015, p. 27). Transformações históricas que, aliás, ocorreram de modo violento, os impossibilitando viver plenamente sua cultura.

Ainda que em alguns momentos o Estado, na representação do SPI/FUNAI, tenha sinalizado uma política de efetivação dos direitos territoriais indígenas, em outras conjunturas, agiu de modo controverso em relação aos mesmos direitos. Na realidade, desde o princípio, como já pontuado antes, a criação e demarcação da RIARG, bem como os agenciamentos promovidos pelos agentes do Posto Indígena, transfiguraram-se para os Tembé mais como uma tutela do que como uma promoção de autonomia e controle sobre seus territórios. Aqui, cabe citar, em nível de ilustração, a renomeação das aldeias com o uso da língua tupi – mas de origem Wajãpi –, promovida pela FUNAI, que, apesar de influenciada pelas diretrizes constitucionais acerca do pluralis-

mo étnico, autodeterminação e salvaguarda dos povos indígenas, tornou-se, na realidade, autoritária, ao negligenciar a língua do próprio povo, a Tene-tehar. Felizmente, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário e por meio das trocas de experiências com outros povos acerca dos territórios indígenas, os Tembê das aldeias do Guamá solicitaram apoio aos do Gurupi para modificarem o nome de suas aldeias, dessa vez utilizando a sua língua (Ponte *et al.*, 2020). Esse não é um fato de menor importância, pois a modificação de toponímias tem a capacidade de valorizar a identidade do grupo que a realiza e fazer valer seu poder sobre certo território, o que inclui ressignificar a forma de apropriá-lo (Corrêa, 2018; Souza, 2013).

Nesse mesmo período, os Tembê

[...] proibiram os casamentos com não indígenas, interditaram a entrada de não indígenas dentro da TIARG, e iniciaram um processo de ocupação efetiva do território floresta a dentro. Isso implicava, de maneira prática, na integridade de seu território étnico, pois culturalmente os Tembê tinham uma circulação muito intensa entre o Pará e o Maranhão, por meio dos rios Capim, Guamá e Gurupi (Ponte *et al.*, 2020, p. 111).

Essas iniciativas evidenciam que as invertidas para a sua descaracterização cultural e biológica – como forma de dissolver o território indígena – e os conflitos que sucederam desse processo resultaram na reorganização da luta dos Tembê pela reivindicação do direito ao seu território. Nesse campo, pode-se perceber que a identidade coletiva se tornou um dos principais instrumentos mobilizados, sendo, aliás, constituída nesse mesmo processo.

Ao estudar como isso se deu, Alonso (1999) evidencia dois momentos distintos: primeiro, o início da implementação da política indigenista e do Posto Indígena, no qual estar dentro e viver na Reserva era entendido pelos indígenas como um “favor do chefe” do posto; e um segundo, quando houve uma mudança de concepção sobre os direitos à RIARG, e os indígenas passaram a reivindicar o território usando da justificativa sanguínea e cultural (Alonso, 1999).

Partindo do que denominou “desnaturalização da representação do sangue índio”, a citada autora considerou a criação social da sua constituição. Esta decorreu quando o fator sanguíneo, usado pelos agentes da FUNAI como instrumento mobilizador e como critério para definir quais famílias poderiam ficar na Reserva, foi apropriado pelos Tembê como forma de reafirmação da identidade indígena. Transgredindo a mentalidade essencialista de “sangue

puro”, o “ser indígena” que sustenta a identidade Tembé compreende que a mistura é algo que dá sentido às suas experiências sociais e históricas, pois, por meio dela, estabelece-se um elo com o “tempo dos antigos” (já que o próprio sangue supõe uma herança natural) e o “novo” (Alonso, 1999).

Ligado ao processo descrito acima, Ponte e Ribeiro (2019) afirmam que, na década de 1970, quando aumentaram as invasões na Terra Indígena, os Tembé passaram a recorrer de modo mais frequente ao conhecimento dos mais antigos, como aos de Verônica Tembé (considerada uma das guardiãs dos costumes e tradições). Após anos sendo proibidos de viver sua cultura ancestral, buscaram reaprender e fortalecer seus rituais, a língua Tenetehara, as danças, os cantos, entre outras práticas próprias ao seu povo.

Nesse sentido, a reapropriação da língua ancestral tem um significado diretamente vinculado às disputas por território. Em estudos sobre os Tembé do Alto Rio Guamá, é comum haver relatos quanto ao fato de eles serem identificados, de maneira geral, como “índios misturados”, “aculturados”, principalmente porque grande parte não é mais falante da língua Tenetehar (Alonso, 1999; Ponte *et al.*, 2020), não o sendo sobretudo por terem sido obrigados pelo SPI a comunicarem-se somente em português no passado. Mais uma contradição, entre as já mencionadas, é que o não falar a língua indígena se tornou um dos argumentos mais acionados pelos interessados em dissolver a reserva para outros fins que não o de existência indígena, com tudo o que ela significa. Tal argumento persiste até hoje.

Os conflitos entre os diversos “atores do campo indigenista”, as frequentes invasões da TIARG e as recém-mencionadas tentativas de descaracterizá-los cultural e biologicamente advêm, é importante lembrar, de uma escala política supralocal, associada a planos de colonização, ocupação e desenvolvimento, que se configuraram como uma violenta tentativa de apagamento das territorialidades e vidas indígenas.

Um dos conflitos mais marcantes, nesse sentido, ficou conhecido como “A batalha do livramento”, título do documentário produzido por Nassif Jordy Filho. Livramento, também chamada de Pau de Remo, é uma vila localizada no município de Garrafão do Norte que se desenvolveu a partir do escoamento da produção da Fazenda Mejer, sendo ponto final da estrada que cortou a TIARG ao meio por quase 20 anos. Em maio de 1996, uma grande apreensão de madeira, realizada em uma operação conjunta entre a FUNAI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), de-

sencadeou entre os Tembés a necessidade de fazer sua própria fiscalização para tentar conter o desmatamento em suas terras. Os Tembés do Gurupi e do Guamá se juntaram em três veículos com alguns Guajajara, Timbira e Ka'apor (um total de 77 indígenas), com o propósito de queimar toda a madeira apreendida que estava no Livramento, pois, conforme relatos, as madeiras sempre ficavam com os próprios madeireiros da região e, com o passar do tempo, sumiam com os bens apreendidos (Brasil, 2023). A ação, porém, resultou no aprisionamento dos indígenas pelos fazendeiros invasores de suas terras, e, durante três dias, essas pessoas foram submetidas a condições insalubres, torturas e humilhações. No documentário, Tembés narram que a todo momento negavam-lhes a identidade indígena (com insultos de que não eram “índios”), tentando, inclusive, retirar suas pinturas com água sanitária e esponja de aço (A Batalha..., 2018).

O objetivo principal dos fazendeiros e camponeses locais consistiu em fazê-los assinar um documento renunciando à TIARG (Brasil, 2023). A proposta exigia que Naldo Tembés, representante da região do Guamá, e Valdeci Tembés, liderança da região do Gurupi, renunciassem a suas terras abertamente em praça pública diante das pessoas presentes, mas eles se recusaram. Após três dias presos, os captores se negavam a soltá-los. A situação se resolveu apenas com a interferência da Polícia Federal, que invadiu o galpão e libertou os reféns, que ainda precisaram ser protegidos contra tentativas de linchamento.

Desde as décadas de 1980 e 1990, diante de ações como essas, sob liderança de Verônica Tembés e aliados aos Ka'apor, Timbira e Guajajara, “[...] os Tembés do Gurupi foram fortalecendo suas estratégias internas na vigilância do território e criando, às vezes com a força das próprias mãos, os mecanismos para expulsar os ‘invasores’ [...]” (Ponte; Ribeiro, 2019, p. 93). Em 2011, por exemplo, um grupo de 35 Tembés entrou em confronto com madeireiros que cortavam árvores da Reserva e, com machados e espingardas, forçaram os criminosos a deixarem a terra e queimaram dois tratores (Brasil, 2023).

Essas foram apenas duas das recorrentes vezes em que os Tembés precisaram defender o seu território recorrendo à força das próprias mãos, por meio da ação direta. Cruz (2013), com base em Porto-Gonçalves (2001), sugere que tais medidas são igualmente formas de *r-existência*, pois esses sujeitos não lutam apenas para resistir aos que os exploram, dominam e estigmatizam, mas também por formas específicas de *existência*, que os diferenciam em seus modos de vida, produção, em suas subjetividades de sentir, pensar e agir.

Segundo Alkmin (2023), diante dos ataques aos seus territórios, os povos indígenas recorrem a, basicamente, três caminhos estratégicos: denúncias internacionais (por via jurídica ou campanhas) dos agravos cometidos pelo Estado brasileiro, como forma de pressão política e econômica; ampliação da participação indígena na política institucional, tanto na esfera municipal quanto na estadual e federal; e a construção de formas autônomas e territorializadas de organização política.

Entre esses processos de autonomia e agências indígenas se encontram, por exemplo, ações como a “retomada”, a autodemarcação de territórios, a organização de grupos de vigilância e autodefesa, a criação de projetos políticos-pedagógicos autônomos, a organização de clínicas indígenas de saúde e a construção de **protocolos autônomos de consulta** (Alkmin, 2023, p. 2, grifo do autor).

Tais estratégias fazem parte de um movimento mais amplo que se iniciou em toda a América Latina a partir de 1960, por uma diversidade de povos indígenas, quilombolas e camponeses, que transformaram as suas lutas pela terra em luta por território, pautando-se, principalmente, pela politização da identidade e cultura (Cruz, 2013).

As lutas dos Tembê também se inserem nesse processo, pois, como exposto, embora tenham sofrido com a presença de diversos tipos de invasores (camponeses, fazendeiros, traficantes, madeireiros, caçadores e pescadores ilegais), criam estratégias de mobilização para reagir às ações dos antagonistas. No presente século, notam-se outras conquistas importantes para a luta contínua vivenciadas em seus territórios. Em 2014, por exemplo, efetuaram o curso de Formação de Agentes Ambientais Indígenas; criaram um Plano de Proteção Territorial para a TIARG; realizaram o Diagnóstico Etnoambiental Participativo e o Etnozoneamento¹⁰ da TIARG, ambos utilizados na elaboração, feita pelos próprios indígenas, do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Guamá (PTTTIARG, 2018).

A essas ações, somam-se também as inúmeras denúncias e processos no Ministério Público Federal, cobrando a desintração de suas terras pelos invasores. A propósito, é relevante citar que, após 40 anos da invasão, a área conhecida como Fazenda Mejer, que no passado fomentou intensos conflitos, foi reintegrada aos Tembê em 19 de dezembro de 2014 (G1, 2014).

¹⁰ “O Etnozoneamento é um dos instrumentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, o PNGATI (Decreto n.º 7.747, de 5 de junho de 2012), para se fazer a gestão do território. Nesse documento, o Povo Tembê elaborou o planejamento do uso dos recursos naturais e culturais de sua terra” (PTTTIARG, 2018, p. 12).

Além da judicialização dos conflitos, destaca-se outro aspecto da reconstrução da territorialidade Tembé, que Oliveira e Steward (2022) conceituam como processos de extrusão e reocupação territorial, uma forma de retomada de terra¹¹. Em seus estudos sobre a aldeia Pino'a, uma das situadas na TIARG, as autoras demonstram que o manejo das roças pelos indígenas é uma das estratégias de uso e apropriação do território na área de reocupação territorial.

[A] roça pode ser concebida como um espaço aberto, movido por plantas de diferentes variedades, sendo que as famílias trabalham juntas, ou seja, trata-se de um espaço frequentado pelos Tembé e seus visitantes que enriquecem esse espaço. A roça permite, ainda, a circulação e a troca de variedades entre as famílias da mesma aldeia e entre famílias de aldeias diferentes, assim há uma solidariedade de trocas sempre que há necessidade, proporcionada por meio de uma organização social (Oliveira; Steward, 2022, p. 160).

A roça se liga a outro espaço, a Casa de Farinha, um local coletivo e solidário, onde “[...] ocorrem conversas, trocas de opiniões, prosas e brincadeiras entre os trabalhadores. Trata-se de um local onde se compartilha tempo, espaço e farinha” (Oliveira; Steward, 2022, p. 164). Para as autoras, esses dois espaços e as relações que se constroem neles fazem parte da retomada da terra, pois o cultivo das primeiras roças ali constitui-se em uma atividade de r-existência, de fixação ao território, de reafirmação cultural, uma vez que o plantio da mandioca está relacionado a um modo específico de cultivar a terra.

Segundo Ponte *et al.* (2020, p. 125),

[e]m sua cosmologia, o universo Tembé é percebido de forma integrada, interconectada: sociedade, cultura e natureza são dimensões que se complementam e se metamorfoseiam em muitas perspectivas, operando entre relações amistosas e conflituosas. Nesse entendimento, a saúde não se separa da educação, da política e, sobretudo, das dinâmicas do território, contribuindo com a delimitação de lugares carregados de sentido afetivo e simbólico, e que expressam laços identitários demarcados nas paisagens, nos corpos e nas memórias.

Mesmo o território sendo o principal ponto de defesa dos Tembé, questões como a educação e a saúde diferenciada também são incorporadas às suas reivindicações. Com base em Moraes Junior, Jathiati Parkatejê e Oliveira (2022), pode-se considerar que a Educação Escolar Indígena, para o povo Tembé, possui um caráter instrumental na defesa de seus territórios. Assim,

¹¹ As retomadas de terras são processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que estavam em posse de não-indígenas (Alarcon, 2013).

ela possui duas faces: uma que diz respeito a aprender os conhecimentos dos “brancos”, e, nesse sentido, os indígenas já contam com advogados, enfermeiros, professores etc.; e outra que se refere à reafirmação da sua diferença cultural-identitária, de modo a prezar por práticas pedagógicas que valorizem a língua originária, a história do seu povo e os conhecimentos da natureza. Ambas as formas de educação estão ligadas à necessidade de se defender, viver melhor e possuem cunho mobilizador nas lutas pelos direitos ao território.

Nesse mesmo sentido, o projeto “Wá Zemukátuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura”, desenvolvido entre 2015 e 2017, é igualmente significativo. Realizado a partir da solicitação de apoio dos indígenas à pesquisadora Vanderlúcia Ponte (cuja tese de doutorado teve como lócus de estudo a Terra Indígena do Alto Rio Guamá), professora da Universidade Federal do Pará, o projeto teve como intuito promover o fortalecimento e a valorização dos saberes dos mais “velhos” de seu povo, referentes às práticas medicinais (Ponte *et al.*, 2020).

De modo autônomo, os Tembê construíram, com pesquisadores, o planejamento e a efetivação do projeto, o qual se concretizou no mapeamento e na identificação das plantas medicinais e no registro audiovisual de entrevistas com os anciãos das aldeias, que ensinaram como reconhecê-las e prepará-las de acordo com a utilidade no tratamento de doenças, ao passo que resgatavam as memórias que a experiência lhes proporcionava (Ponte *et al.*, 2020). Para os autores citados, a iniciativa dos próprios indígenas de buscar valorizar os saberes medicinais ancestrais por meio do conhecimento dos mais “velhos” é elemento central na luta em defesa da identidade e do território Tembê. Isso porque, assim como ocorre na territorialização das roças, tais práticas manifestam os movimentos culturais, políticos, cosmológicos, sócio-espaciais e ambientais próprios deste povo.

As palavras de Puyr Tembê, liderança do povo Tenetehara e titular da recém-criada Secretaria de Estado dos Povos Originários do Pará, traduzem o significado ontológico intrínseco aos Tembê para com a terra e o território, em particular das mulheres:

As indígenas mulheres têm uma ligação muito forte com o território. Porque a terra para nós é a nossa mãe: é quem nos cuida, nos alimenta. É com ela que a gente garante as nossas futuras gerações. Por isso que as mulheres são as mais resistentes em qualquer negociação que seja voltada à questão territorial. Porque mãe não se negocia. Não se vende. Mãe se cuida (BRASIL DE FATO, 2023).

A relação maternal para com a terra, descrita por Puyr, compreende o território como essencial à vida. Por vida, é importante ressaltar, ela não se refere simplesmente à condição de estar vivo e depender do que a terra oferece. O território essencial à vida para os Tembê Tenetehar, como já expresso, compõe-se mediante uma relação que, ao invés de dominar e explorar a natureza de modo desenfreado, como na lógica capitalista, propõe bem conviver com ela, nela se reconhecer e manifestar respeito e cuidado.

Tirar o alimento dos rios e das matas, curar-se com ervas que brotam da terra, ornamentar-se com sementes e penas e reconhecer os tempos e espaços para plantar – com base na experiência centenária sobre esse continente – configuram-se como um modo de vida sustentado pelo equilíbrio ecossistêmico, portanto, vulnerável aos que dessa lógica destoam em detrimento do acúmulo de capital, que, por sua vez, é solapador das florestas, dos rios e povos.

Sabe-se, contudo, como também apresentado neste trabalho, que os processos sociais ocorridos no Brasil e na Amazônia, desde a chegada dos invasores até a atualidade, forçaram os originários desta terra a cederem seus territórios e a se adaptarem a outros modos de vida. Porém, como prova as histórias de lutas dos Tembê, estes povos continuam de pé e avançam para retomar seus territórios e garantir suas territorialidades.

Para os Tenetehara, sua r-existência encontrou na identidade coletiva, construída diante da alteridade (perante as pressões negativas externas, mas também mediante as parcerias com aliados, como pesquisadores), recurso estratégico capaz de revisitar o passado para formular seus projetos de futuro (Hall, 2004). Nesse sentido, a identificação coletiva e os seus diferentes modos de projetá-la no espaço tornaram-se uma relação político-cultural usada para garantir a sobrevivência material e simbólica do grupo, mediante a busca pelo controle de seu território, como tem ocorrido com outros grupos na própria Amazônia (Gomes; Schmitz; Bringel, 2018; Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

Considerações finais

Desde meados do século XX, o Estado brasileiro mediu a chegada e permanência de grandes empreendimentos capitalistas na Amazônia, que, ao expropriarem direta ou indiretamente indígenas e camponeses, injetaram nessa região uma nova lógica territorial. A contar desse momento, não é mais

a floresta, o rio e/ou as relações até então construídas, como valores em si mesmos, que interessam, mas sim a terra e sua riqueza mineral, percebidas como meros recursos para a produção de riquezas.

A floresta, nessa perspectiva desenvolvimentista, deveria ser suprimida para dar espaço às novas formas econômicas emergentes naquele período. No entanto, mais do que desmatar florestas, o que se verifica até os dias de hoje é a violenta tentativa de cercear os povos que nela habitam desde muito antes de 1500. A história desse país, como afirma Ailton Krenak (2022), é uma experiência em curso de colonização.

Os Tembé Tenetehar da Terra Indígena Alto Rio Guamá, como também muitos povos nascidos desta terra, sentiram e sentem nos seus corpos e territórios a devastação de sua mãe. Envoltos por esse mesmo processo, recriam suas dinâmicas e tecem estratégias para salvaguardar sua cultura e identidade. Para isso, têm continuamente ressignificado suas territorialidades, ao cultivar suas roças, valorizar o conhecimento ancestral (como na reapropriação da sua língua) e ao ocupar espaços de poder. Acionando vias jurídicas institucionais, pesquisadores e entidades aliadas, os Tembé mantêm-se no fronte para defender seus territórios e territorialidades, não se negando, inclusive, a defendê-los com as forças de suas próprias mãos, pondo em risco as suas vidas.

A dívida histórica deste país em relação aos povos indígenas deveria ser suficiente para justificar a importância de conhecer suas demandas e fazer valer seus direitos territoriais, garantidos pela Constituição Federal. Negar-lhes tais direitos, contudo, tem repercussões ainda mais amplas, pois significa abdicar do próprio futuro da humanidade, tendo em vista os efeitos negativos das mudanças climáticas para a vida no planeta, cada vez mais visíveis e acelerados, entre outros fatores, pelo desmatamento contra o qual povos como os Tembé têm se mobilizado, ao demonstrar que, sem reproduzir o discurso preservacionista que defende uma natureza totalmente intocada, é possível bem conviver com as florestas, os cursos d'água e os animais. Por todas as razões aqui apresentadas, a luta dos Tembé deveria ser uma luta de todos nós.

Referências

A BATALHA do livramento. Direção de Nassif Ricci Jordy Filho. Belém: TV Cultura; **Amazon Filme**, 2018. 1 DVD (50 min.). Disponível em: <https://gedaiamazonia.com.br/a-batalha-do-livramento-documentario/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ALARCON, D. F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **Revista Ruris**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 99-126, mar. 2013.

ALONSO, S. A disputa pelo sangue: reflexões sobre a constituição da identidade e “unidade Tembê”. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 33-56, dez. 1999.

ALKMIN, F. M. Plantando palavras, colhendo autonomias: os protocolos de consulta na defesa dos territórios indígenas amazônicos. **Élisée** - Revista de Geografia da UEG, Cora Carolina, v. 12, n. 01, p. 1-17, fev. 2023.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI. **Demarcação**. Brasília: Ministério dos Povos Indígenas, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde – Neepes. PA – Povos indígenas Tembê lutam por soberania e proteção da TI Alto Rio Guamá. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, c2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-tembe-lutam-por-soberania-e-protecao-da-ti-alto-rio-guama/#cronologia>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CASTRO, E. Estratégias de expansão territorial da mineração na Amazônia, desastres socioambientais e zonas de sacrifício. In: CASTRO, E.; CARMO, E. D. (Org.). **Dossiê Desastres e crimes da mineração em Barcarena**, Mariana e Brumadinho. Belém: NAEA Editora, 2019. p. 17-34.

CELENTANO, D. *et al.* Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico Gurupi” – A região mais ameaçada da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 315-339, 2018.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço. In: CORRÊA, Roberto L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 221-286.

CRUZ, V. do C.. Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios. Uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013. p. 119-176.

GOMES, D. L.; SCHMITZ, H.; BRINGEL, F. de O. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia Marajoara. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 591-618, 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. O corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 103-133.

ÍNDIOS Tembé são reintegrados à área de fazenda invadida há 40 anos, no PA. **G1**, 12 dez. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/indios-tembe-sao-reintegrados-area-de-fazenda-invadida-ha-40-anos-no-pa.html>. Acesso em: 02 abr. 2023.

KRENAK, A. O Brasil nunca foi uma nação, somos uma experiência colonial em processo [entrevista a José Eduardo Barella]. **Agenda Bonifácio**, 19 out. 2022. Disponível em: <https://agendabonifacio.com.br/entrevistas/o-brasil-nunca-foi-uma-nacao/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

LOUREIRO, V. R. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. 2. ed. Belém: Cejup, 2001.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o Mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MONDARDO, Marcos. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 155, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23305>. Acesso em: 1 abr. 2023.

MORAES JUNIOR, H. de; JATHIATI PARKATEJÊ, K. T.; OLIVEIRA, I. A. de. O Povo Tembé Tenetehara: história de resistência, (re)existência, luta e poder na Amazônia Paraense. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 177-193, 16 ago. 2022.

NEVES, I.; CARDOSO, A. S. P. **Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara**. Belém: IPHAN, 2015.

OLIVEIRA, D. P. de; STWARD, A. M. A construção de uma territorialidade Tembé: a relação entre as roças e a festa da menina-moça na terra indígena do alto rio Guamá, Pará. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, v. 14, n. 1, p. 151-176, 2022.

OS TEMBÉ: cidadãos brasileiros da floresta. Produção de Vanderlúcia da Silva Ponte e Jean François Mattaud; idealização de Philippe Plas e Piná Tembé. Belém: UFPA/Bragança; Paris: Rataf Association, 2017. 1 DVD (63 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rpCA8pZnwX0&t=1683s>. Acesso em: 10 jul. 2022.

POVO TEMBÉ TENETEHAR DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ (PTT-TIARG). **Plano de gestão da Terra Indígena Alto Rio Guamá**. Brasília, DF: ECAM, 2018. 106 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PONTE, V.; RIBEIRO, E. O argumento da “mistura”, a política indigenista e o território-territorialidade entre os Tenetehar-Tembé na fronteira Pará Maranhão. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 7, n. 14, p. 75-102, 2019.

PONTE, V.; RIBEIRO, B.; SANTOS, A.; BENTES, L. 'Uma Área de Pastagem Ela não Tem a Qualidade de Erva Medicinal': entre saber e poder, território e territorialidade Tembé. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 31, n. 1, p. 105-140, 2020.

PUYR Tembé: 'Difícil ver mulheres indígenas vendendo ou arrendando terra: mãe não se negocia'. **Brasil de Fato**, 18 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/18/puyr-te-mbe-dificilvermulheres-indigenas-vendendo-ou-arrendando-terra-mae-nao-se-negocia>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RIBEIRO, B. E. da S.; FONSECA, D. X. da. Entre Karuwaras e Caboclos: pajelança, territorialidade e relações afro-indígenas entre os Tenetehar-Tembé do alto rio Guamá (PA). **Aceno** – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, Cuiabá, v. 8, n. 17, p. 53-74, 2021.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

A geografia das lutas acadêmicas em tempos de desmontes e retrocessos: a curricularização da extensão como potência transformadora

ÂNGELA MASSUMI KATUTA¹

Introdução

O presente texto tem como objetivo problematizar a geografia das lutas acadêmicas no contexto das ações de extensão, ensino e pesquisa, tendo como referência os processos de democratização da universidade pública brasileira, que, com o fortalecimento dos movimentos e grupos sociais populares a partir dos anos 1960 e, mais recentemente, com a ampliação de vagas para estudantes das escolas públicas e cotistas raciais, entre outras ações voltadas às classes populares, vem interrogando seus objetivos, bem como suas ações triádicas (ensino, pesquisa e extensão), reconceituando-as e reconfigurando. Escrito entre o final do governo de extrema direita e o primeiro trimestre de retomada da democracia no Brasil em 2023, com o governo progressista de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), optei por enfatizar muito mais as resistências do que os desmontes, entendendo que as primeiras, sobretudo por serem tecidas nas politizações cotidianas, interdidas e ocultadas pelos grupos hegemônicos, constituem elementos importantes do ponto de vista das lutas acadêmicas que, historicamente, têm auxiliado a fortalecer a democratização e popularização das universidades no país e, conseqüentemente, a transformação crítica da ciência geográfica.

Assim, inicialmente, fiz um breve histórico evidenciando as origens da universidade e os processos de democratização delas no Brasil, a partir da abertura política que sucedeu o governo militar. Abordei a relação orgânica

¹ Educadora associada do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Litoral, compõe o *Encontra* (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra) e o Observatório da Questão Agrária do Paraná. Coordena o Laboratório Geo-grafando os territórios, voltado ao fortalecimento dos processos educacionais populares (formais, não formais e informais). Email: angela.katuta@gmail.com

entre universidade e sociedade, demonstrando que, com o fortalecimento dos movimentos e grupos sociais no período pós ditadura, a instituição também passa por processos de democratização no ensino, na pesquisa e na extensão, ampliando suas vagas para a classe trabalhadora, para os povos originários e comunidades tradicionais, sobretudo por meio das cotas e, conseqüentemente, transformando os perfis dos pesquisadores, os temas, as metodologias, entre outros elementos que revelam a constituição de intelectuais orgânicos das classes e grupos populares. Em seguida, abordei a indissociabilidade extensão, pesquisa e ensino desde o princípio da integralidade, historicamente colocada nas agendas dos grupos progressistas internos à universidade e, atualmente, com a curricularização da extensão, constitui ponto de pauta obrigatório nos cursos de graduação, que, a meu ver, têm grande potência na construção de experiências, tecnologias sociais, transformações ontoepistêmicas, entre outros processos, apontando para o necessário adensamento das relações entre universidades e comunidades. Isso pode favorecer o fortalecimento de projetos vinculados ao campo democrático e popular, auxiliando na reinvenção da referida instituição, cuja genealogia está vinculada aos grupos hegemônicos da Europa Ocidental. Esta pauta, dependendo da forma como for conduzida em cada Instituição de Ensino Superior (IES), pode auxiliar a romper com as concepções assistencialistas, cooptativas e mercantis (prestação de serviços a grandes empresas) de extensão.

Finalizo o capítulo defendendo que o fortalecimento da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, como princípio, fundado em uma perspectiva emancipatória e popular de educação, pode ser viabilizado pela curricularização da extensão que, no meu entendimento, constitui eixo a partir do qual as ações, as pesquisas e os processos educativos podem ser realizados no trabalho com as comunidades e grupos populares, escolas públicas e movimentos sociais, gerando, neste contexto, conhecimentos, avaliações críticas e práxis. Estes, certamente, podem também transformar a dimensão do ensino e da pesquisa, fortalecendo as disputas acadêmicas e, sobremaneira, a reinvenção das universidades e o adensamento das lutas no âmbito da ciência geográfica, que, desde o golpe de 2016 que destituiu a presidente Dilma Rousseff (2011-2016), vêm sofrendo desmontes e retrocessos em favor do obscurantismo, que, historicamente, tendeu a fortalecer os grupos sociais hegemônicos no país. Pelo fato de compreender que cada IES possui uma genealogia própria, vinculada às territorialidades e grupos locais, encerro o

capítulo com questões que considero pertinentes nos debates e proposições de políticas e programas voltados à popularização da universidade pública. Isso porque a construção do novo é eivada de incertezas e desafios, não há receitas, tampouco caminhos prontos, há que fazer apostas em formatos institucionais voltados à popularização da referida instituição. Neste sentido, a criação de princípios, a partir das questões pautadas, pode auxiliar na proposição, execução, avaliação e reorientações das políticas institucionais.

As origens da universidade, sua popularização no Brasil e o conseqüente fortalecimento das lutas acadêmicas

As relações entre educação e sociedade nutrem entre si caráter ontoepistêmico e dialético, pois inexistente grupo humano que tenha se constituído como tal sem processos educativos. Em outras palavras, tornar-se humano, humanizar-se pressupõe um conjunto de aprendizagens históricas, geográficas, artísticas e socialmente relevantes para a manutenção do grupo em um determinado espaço e temporalidade. Dessa forma, o que se deve ensinar e aprender, os repertórios de conhecimentos e ações (práxis) socialmente relevantes, quais devem ser socializados e quem deve fazê-lo vão se modificando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, aprender e ensinar constituíram o humano em toda a sua diversidade e também os entendimentos inerentes a ele, ao mesmo tempo, constituem as relações humanas nos vários modos de produção (Manacorda, 2002). Com o aumento populacional, resultante da transformação dos modos de vida e, conseqüentemente, das relações socioeconômicas e das sociabilidades, tais processos continuam ocorrendo nas famílias, entre amigos e agrupamentos sociais (educação informal), mas também, na Europa, passam a ocorrer em grupos sociais mais extensos como Igrejas, Associações, Corporações de Ofício (educação não formal) e também nas escolas (educação formal).

Foi no final da Idade Média europeia que surgiram as primeiras universidades no século XII, organicamente vinculadas aos grupos hegemônicos (clero e senhores feudais), que, sob a égide da Igreja católica romana, criam inicialmente as Universidades de Bolonha (1108) e de Paris (1211), a fim de formar uma elite aristocrática versada nas artes liberais: teologia, medicina e direito, fundamentais ao fortalecimento, à manutenção e à ampliação do poder à época. O mapa a seguir apresenta a territorialidade de tais instituições

que, com a emergência da burguesia ao final da Idade Média europeia, passa por processos de laicização vinculados aos valores e às visões de mundo dessa nova classe que assume a hegemonia:

Figura 1 - Universidades fundadas até 1300 e entre 1300 e 1400



Disponível em: <http://disciplina-de-historia.blogspot.com/2013/02/a-origem-medieval-das-universidades.html>

É importante destacar que, como qualquer outra instituição educacional no contexto do final da Idade Média europeia e início do período conhecido como Renascimento, as universidades surgem e se fortalecem atreladas aos poderes dos grupos sociais hegemônicos, sendo organizadas a fim de atender às suas demandas. A democratização dessa instituição é algo muito recente em sua história e, no caso do Brasil, podemos dizer que ela ainda está em processo, pois, de acordo com pesquisa feita pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), apenas 21% dos jovens brasileiros, entre 25 e 34 anos, concluíram o ensino superior, evidenciando o quanto este nível de ensino ainda é elitizado.

De acordo com Ristoff (2011, p. 24-25, grifos nossos):

[...] temos hoje um sistema de educação superior altamente centralizado. Das 2.013 instituições registradas pelo Censo de 2004, 1.859 pertencem ao setor privado. Se considerarmos que estas fazem parte do

sistema federal, juntamente com as 87 IFES, concluímos que 96,7% do sistema de educação superior do país é federal, ou seja, dependente do sistema regulatório da União. Concluímos igualmente, pelos dados acima, que o sistema, embora essencialmente dependente do Estado para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso, autorização para expansão de vagas e outras questões de ordem legal, é altamente privatizado, situando-se, na verdade, entre os sistemas mais privatizados do mundo. Embora, o ritmo de crescimento do setor privado tenha reduzido significativamente nos últimos 3 anos, de 19,4% em 2002, para 14,1% em 2003, para 8,3% em 2004, e, embora o ritmo de crescimento do setor público tenha se mantido exatamente estável (em 11,1% nos últimos dois anos) os índices acumulados na década passada mantêm o setor privado responsável por praticamente 90% de todas as IES do país.

A despeito dos dados serem de 2004, o último Censo da Educação Superior (2021) mostra que o cenário esboçado anteriormente não mudou em 17 anos, como demonstra os indicadores que seguem:

Tabela 1 - Número de matrículas por Categoria Administrativa.

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.574	313	119	134	60	2.261
Educação Superior - Graduação						
Curso ¹	43.085	10.856	6.842	3.409	605	32.229
Matricula	8.986.554	2.078.661	1.371.128	633.785	73.748	6.907.893
Ingresso Total	3.944.897	492.141	320.759	151.226	20.156	3.452.756
Concluinte	1.327.188	219.342	128.771	76.244	14.327	1.107.846
Educação Superior - Sequencial de Formação Específica						
Matricula	566	245	6	239	0	321
EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO e SEQUENCIAL						
Matricula Total	8.987.120	2.078.906	1.371.134	634.024	73.748	6.908.214
Função Docente em Exercício ^{2,3}	358.825	175.970	119.792	50.085	6.093	182.855
Docente em Exercício ^{2,4}	323.376	171.840	118.546	48.344	6.010	151.868

Fonte: Mec/Inep - MEC/Capes; Tabela elaborada por Inep/Deed

Notas:

(1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingressantes;

(2) Não incluem os docentes que atuam exclusivamente na Pós-Graduação Lato Sensu;

(3) Corresponde ao número de vínculos de docentes a instituições de Educação Superior;

(4) Quantidade de CPFs distintos dos docentes em exercício em cada Categoria Administrativa, podendo um docente estar em duas ou mais categorias diferentes. O total não é a soma das diferentes categorias.

Fonte: Brasil, INEP, 2021.²

A tabela 1 mostra que, do total de 2574 Instituições de Ensino Superior (IES), a maioria pertence à rede privada (2261 IES), perfazendo

² Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

um percentual de 87,8%, ou seja, apesar da queda de cerca de 5% em relação a 2004 (92,34%), há ainda o predomínio hegemônico das instituições privadas de ensino superior no Brasil. O que nos leva a corroborar as afirmações de Ristoff de que a educação superior brasileira permanece altamente privatizada. A rede pública totaliza pouco mais 12,16% (2021), somando-se as instituições federais (4,62%), as estaduais (5,20%) e municipais (2,33%). Contudo, na mesma tabela, verifica-se que, a despeito de responder por 87,8% do universo geral de IES, as instituições particulares contratam 46,96% dos docentes em exercício, indicando que as públicas têm maior número de contratações: 53,14%, apesar de representarem 12,16% do total das IES. Entre as últimas, as Universidades Federais respondem pelo maior montante: 36,66%, seguidas pelas estaduais (14,94%) e municipais (1,86%).

Um maior número de contratações docentes pelas IES públicas indica ampla demanda de trabalho e distintas atuações em comparação com as empresas privadas de educação que, via de regra, contratam os professores para darem aula, ou seja, atuarem somente na dimensão do ensino. Nas instituições públicas, os docentes, na sua grande maioria, são contratados para atuarem no ensino, na pesquisa e na extensão. Por isso, existe uma tendência da razão aluno-docente ser menor nas instituições públicas em comparação com as privadas.

Os gráficos 1 e 2 a seguir mostram, respectivamente, a relação aluno-docente em cursos de graduação por rede de ensino e modalidade, bem como o número de docentes em atuação (2021). Os dados indicam que, independentemente da modalidade de ensino (presencial ou educação à distância), a razão aluno-docente nas IES públicas é bem menor (12) do que nas instituições privadas (45) que contratam aproximadamente 4 vezes menos educadores. A diferença entre o ensino presencial e a educação à distância é imensa em ambas as instituições, sendo que no ensino presencial há 11 estudantes por docente nas IES públicas e 23 nas privadas. Na modalidade EaD (Educação à Distância) essa razão é ampliada, respectivamente, em 282% e 804%, ou seja, 31 estudantes para cada docente nas IES públicas e 185 estudantes para cada docente nas empresas educacionais.

Gráfico 1 - Razão aluno-docente de graduação por rede e modalidade (2021)

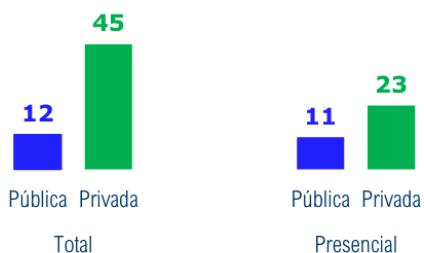


Gráfico 2 - Número de docentes em atuação na educação superior (graduação) por rede de ensino (2010-2021).



Fonte: Brasil, INEP, 2021.³

Outro elemento que chama a atenção é que, no ano de 2020, o número de docentes nas instituições públicas ultrapassou o total daqueles que atuavam no setor privado, apesar de responderem por 12,16% do total de instituições de ensino superior. Se agregarmos este dado ao dos Gráficos 1 e 2, é possível afirmar que, provavelmente, as IES particulares estejam reorganizando seu foco para: cursos presenciais, procurados pelas classes A e B, e Educação à Distância (EaD), para as classes C, D e E, o que implica alterações contratuais e, inclusive, oferta de formação precarizada para estas últimas.

³ Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

Um editorial da Universidade de São Paulo (USP), de 05/09/2019⁴, apontou que 15 universidades públicas no país produzem 60% da ciência brasileira, evidenciando que, embora o ensino superior seja capitaneado por instituições particulares, a pesquisa é realizada predominantemente pelas universidades públicas. Tal situação indica a atuação das empresas de educação superior predominantemente no ensino. No que se refere à extensão, não temos dados nacionais consolidados, o que revela a não valorização desse eixo de atuação nem sequer pelo Ministério da Educação (MEC). Importante destacar que a constituição de políticas e programas públicos vinculados à extensão depende de indicadores que permitam avaliar e propor mudanças necessárias para a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista na Constituição Federal de 1988. Em função disso, o documento do Forproex (2000-2001) propõe a organização de um Sistema de Informações nacional sobre extensão universitária, por meio da implantação de um Banco de Dados inter-relacional. Entendo que, em função de sua gênese, os tensionamentos e disputas gerados por concepções de universidade conservadoras e progressistas reverberam fortemente nas Geografias das lutas acadêmicas, foco do presente capítulo. Assim, abordei, nas linhas que seguem, a gênese das extensões universitárias, para problematizar o tema ora em foco, pois as lutas acadêmicas travadas no interior das universidades estão ancoradas nos tensos e densos processos de democratização da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Segundo Gadotti (2017, p. 1):

[...] a Extensão Universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, como “educação continuada” (Lifelong Education), destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade. No Brasil, o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se a divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída. Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos.

Apesar de muitos indicarem o Decreto n.º 19851, de 11 de abril de 1931, como o primeiro a tratar da extensão no Brasil, o autor citado tem razão em afirmar que apenas na década de 1960 a extensão, tal como a conhecemos

⁴ Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>

na indissociabilidade do ensino e da pesquisa, toma corpo, tendo em vista a atuação de frações progressistas da universidade, do movimento estudantil e de grupos e movimentos que mobilizaram ações fundadas no compromisso com as classes populares. Quanto ao Decreto n.º 19851, a fim de dirimir dúvidas sobre sua concepção de extensão como curso, sobretudo aos seus próprios estudantes, reproduzi a seguir trechos dele que se referem à extensão. O Art. 35 indica os cursos que os institutos de ensino profissional superior poderiam realizar e, na letra f, explicita: “[...] f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitarios.” (Gadotti, 2017, p. 7). No mesmo Decreto, em seu Artigo 42, é corroborado o sentido da extensão como prática assistencialista e extensionista, no formato de cursos e conferências unidirecionais e hierarquizados:

Art. 42. A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou colectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagacção de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico (Gadotti, 2017, p. 8).

Verifica-se, no trecho transcrito, que, no processo de surgimento das universidades no país na década de 1930, não houve comprometimento institucional da extensão com a emancipação das classes populares, tampouco com a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, pois ela era pensada como um conjunto de cursos e conferências voltados aos próprios institutos de ensino técnico ou superior, ou ao nível secundário, primário ou para o grande público, visando à difusão do conhecimento – útil à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais, cuja resposta era o desenvolvimentismo sob a égide do capitalismo e a propagação de ideias e princípios que salvaguardassem os interesses nacionais.

Aproximadamente duas décadas depois da criação das primeiras universidades no país, nos anos 1950 e 60, frações progressistas das universidades estabelecem compromissos sociais com as classes populares, expressão do fortalecimento dos movimentos e grupos sociais organizados, inclusive do movi-

mento estudantil, especificamente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que, por meio do seu projeto UNE Volante, organizou uma mobilização em nível nacional a partir de caravanas.

Gadotti (2017) destaca também no período um entramado de ações, movimentos e projetos universitários, da ala progressista da igreja católica e de outros grupos que auxiliaram a tecer a extensão universitária em uma perspectiva popular e emancipatória, que, até hoje, servem de referência no debate e sua materialização:

– O trabalho realizado por Paulo Freire, que criou, em 1961, o Serviço de Extensão Cultural (Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco), encerrado no golpe militar em 1964, embrião do que viriam a ser as Pró-reitorias de extensão, sobretudo aquelas fundadas na educação popular, cujas experiências e reflexões foram sistematizadas no livro lançado pelo referido educador em 1969, intitulado *Extensão ou Comunicação* (1983). Paulo Freire defendia um modelo de extensão universitária considerado revolucionário, pois focava nos processos comunicativos (escrita e oralidade) para o trabalho educativo com o povo;

– O Movimento de Cultura Popular (MCP) – criado em 13 de maio de 1960, no primeiro governo de Miguel Arraes, na prefeitura de Recife, e extinto em Março de 1964 com o Golpe Militar. Nas palavras do professor do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Germano de Vasconcelos Coelho (1927-2020):

[...] O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas. Refletem o seu drama como “síntese dramatizada da estrutura social inteira”. Drama também de outras áreas subdesenvolvidas. Do Recife com 80.000 crianças de 7 a 14 anos de idade sem escola. Do Brasil, com 6 milhões. Do Recife, com milhares e milhares de adultos analfabetos. Do Brasil, com milhões. Do mundo em que vivemos, em pleno século XX, com mais de um bilhão de homens e mulheres e crianças incapazes sequer de ler, escrever e contar. O Movimento de Cultura Popular representa, assim, uma resposta. A resposta do prefeito Miguel Arraes, dos vereadores, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. Resposta que se dinamiza sob a forma de um Movimento que inicia, no Nordeste, uma experiência nova de Universidade Popular (Coelho apud Gaspar, 2009, s.p.)⁵

⁵ Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723

– O Movimento de Educação de base (MEB), criado em 1961, no âmbito da igreja Católica, depois da avaliação/revisão dos seus trabalhos no 1º Encontro Nacional de Coordenadores (1962), que atuou no processo de conscientização popular desde este ano até 1966, com suas escolas radiofônicas, os processos de alfabetização, os treinamentos de líderes e do sindicalismo rural. De acordo com Fávero (2006, p. 80 apud Fávero, 2010, p. 4), compunham as ações do MEB:

a) alfabetização e iniciação em conhecimentos que se traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere à saúde e à alimentação (higiene); ao modo de viver (habitação, família, comunidade); às relações com os semelhantes (associativismo); ao trabalho (informação profissional); ao crescimento espiritual; b) conscientização do povo, levando-o a descobrir o valor próprio de cada homem; despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação; buscar soluções, caminhando por seus próprios pés; assumir responsabilidades de soerguimento de suas comunidades; c) animação de grupos de representação, promoção e pressão; d) valorização da cultura popular, pesquisando, aproveitando e divulgando as riquezas culturais próprias do povo.

Importante destacar que, apesar de inicialmente focado na ampliação do espraiamento das ações das Igrejas Católicas, a popularização e politização desse movimento levaram à avaliação de suas ações e à proposição de atuação focada na formação política emancipadora do povo, fundamental para os processos de democratização dos direitos trabalhados, nos processos educativos. Tanto que a Cartilha intitulada “Viver é lutar”⁶ foi interdita pelos governos militares, que culminou com a inviabilização de sua organização nacional. Assim, ao longo do ano de 1966, os maiores sistemas de educação de base no Nordeste e Centro-Oeste foram fechados, restando algumas experiências locais, organizadas pelas bases diocesanas.

– O Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela União Nacional dos Estudantes em 1962 e extinto também no golpe militar de 1964, que, por meio da politização da cultura, tinha como objetivo disseminar e produzir a cultura popular revolucionária, apontando as contradições do sistema capitalista, tendo como perspectiva a arte engajada altamente questionada pelos segmentos conservadores. Constituíram o núcleo formador do CPC: Oduvaldo Viana Filho (dramaturgo), Leon Hirszman (cineasta) e Carlos Lyra (músico). Posteriormente, participaram do CPC os músicos Edu Lobo, Nara Leão, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, o diretor de cinema Ruy Guerra e outros artistas.

⁶ Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>

Verifica-se que, entre os anos 1950 e 1960, foi produzido um enorme conjunto de repertórios de ações, reflexões, formações e práxis, em várias regiões do país, por frações progressistas das universidades, igrejas católicas, artistas, educadores e lideranças populares que auxiliaram, e ainda auxiliam, a pensar e materializar a universidade em uma perspectiva popular, desde a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Os movimentos citados anteriormente foram cessados, interditados e controlados durante a ditadura militar. Contudo, com a derrocada do governo militar, tais movimentos ressurgem com outros que tensionaram e disputaram o sentido da extensão universitária. É o caso do FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras), criado em novembro de 1987, cujos debates, reflexões e produções foram e são decisivos para o avanço da concepção de extensão universitária na atualidade:

Para o FORPROEX a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é “uma via de mão-dupla” entre Universidade e sociedade. O **saber acadêmico** e o **saber popular** se reencontravam (Gadotti, 2017, p. 2, grifo do autor).

Neste mesmo período, verificamos o avanço da concepção de extensão na Constituição de 1988, que, em seu Artigo 207, consagra o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN 9394/1996, no seu Artigo 43, vai estabelecer a extensão universitária como uma das finalidades da universidade. Importante destacar que também os Planos Nacionais de Educação (PNEs) fazem referência à extensão universitária:

A ideia da **curricularização** da extensão universitária não é nova. Ela apareceu primeiramente no Plano Nacional de Educação 2001-2010 em suas metas 21 e 23, instituindo a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas”.

Essa obrigatoriedade reapareceu no PNE de 2014-2023, na sua **estratégia 7 da meta 12**, com a seguinte redação: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Gadotti, 2017, p. 1, grifos do autor).

A despeito de ser pauta no PNE (2001-2010), poucas universidades constituíram resoluções e políticas voltadas às “ações extensionistas”, o que explicita sua postura conservadora quanto à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Não por acaso, esse tema reaparece no PNE (2014-2023) com avanços, pois evidencia uma orientação política explícita, fruto do engajamento popular, indicando que as ações devem ser materializadas para áreas de grande pertinência social. Eis a potência da extensão no fortalecimento das Geografias das lutas populares.

Tendo em vista o exposto, concordamos com Gadotti (2017) quando este afirma que, desde as origens das universidades no Brasil, duas vertentes de extensão universitária têm se confrontado e entrado em disputa:

[...] uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista.

[...]

A primeira entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que “aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também”. (CALDERÓN, 2003: 37). A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha. Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo (Gadotti, 2017, p. 2, grifos nossos).

Essas duas vertentes e concepções de extensão seguem em disputa nas universidades e nos próprios departamentos/cursos de geografia, cuja materialização depende do engajamento da comunidade universitária, mas também de políticas igualitárias de financiamento, de creditação, certificação e, não menos importante, da atuação conjunta das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o mesmo autor, a primeira política universitária de

extensão data de 1975, que ampliou o conjunto de atividades de extensão incluindo “[...] cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação docente e discente. Nos anos seguintes, com a criação do FORPROEX, a Extensão Universitária passou a valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes” (Gadotti, 2017, p. 3).

A despeito dos avanços indicados, em muitas IES, a extensão continuou/continua desvinculada da função acadêmica, ou seja, não constitui atribuição de docentes, servidores, estudantes de graduação e da pós-graduação, pois, de acordo com Assumpção e Leonardi (2016, p. 462 apud Gadotti, 2017, p. 4):

[...] historicamente, aquilo que ocorre no âmbito da universidade brasileira e não é caracterizado como ensino regular ou pesquisa, é definido como extensão. Por isso, temos a extensão como curso não regular, a extensão como serviço e prestação de serviço, a extensão efêmera como assistência, a extensão como responsabilidade social e a extensão como ação política.

Dessa maneira, em muitas instituições universitárias onde a militância pela indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão não se faz presente, o que não é identificado como ensino regular ou pesquisa é compreendido como extensão, não raro, ela foi assumida por cursos que têm maior vinculação com as demandas e mazelas produzidas pelo mercado: como conjunto de ações voltadas à prestação de serviços de caráter assistencial ou mercantil, evidenciando a permanência e o fortalecimento de concepções conservadoras e elitizadas.

É a partir deste contexto que entendo, em concordância com Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Forproex, que a extensão universitária constitui “[...] atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade” (FORPROEX, 2001, p. 2). Contudo, em tempos de desmontes e retrocessos, sobretudo após o golpe parlamentar-empresarial-jurídico-midiático de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, nos governos autoritários de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro (2016-2018, 2019-2023), verificou-se o descaso com a curricularização da extensão, tendo em vista: a ausência de debates e incentivo a eles no contexto do Ministério da Educação em torno do tema, as sucessivas prorrogações de prazos para a sua implementação no interior das universidades, indicando descaso político do

MEC e das próprias IES e, sobretudo, a inexistência de editais do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), financiado pelo mesmo órgão. Importante destacar que, durante os governos progressistas nos anos de 2007 a 2016, houve continuidade dos editais, indicando o compromisso deles com a curricularização da extensão. Após esse período, ocorreu a cessação deles (2017-2022), evidenciando o descaso governamental.

O investimento do governo federal nos editais Proext, voltados à extensão ao longo de quase uma década (2007-2016), resultou na ampliação de experiências e de repertórios de ação, possibilitando o acúmulo de massa crítica, fortalecendo muitos grupos internos às universidades, não raro, taxados pejorativamente por uma visão elitista, de extensionistas. Cabe apontar uma tendência desses grupos elitizados em propor, no contexto da curricularização da extensão, a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão para seguirem valorizando apenas a segunda. Assim, não se opõem à extensão, desde que outros – que concebem preconceituosamente como menos capazes – o façam. Outro elemento a ser destacado, prática de muitas pós-graduações, é a exigência apenas de projeto de pesquisa para fins de credenciamento, o que obriga muitos a fortalecerem apenas este campo de atuação. Como na maioria esmagadora das IES, inexistente a obrigatoriedade de apresentar projetos em que pesquisa, ensino e extensão sejam indissociáveis, muitos docentes, tendo em vista a sua atuação na pós-graduação, optam por ter projetos de pesquisa.

No contexto dos tensionamentos em relação às concepções de extensão internamente às universidades, verifiquei e participei de reflexões, debates e mobilizações em torno da curricularização da extensão assentada na indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, fundada na valorização do reconhecimento dos saberes populares e nas trocas de conhecimentos. Em que pese que, no contexto dos governos autoritários, o MEC não tenha feito uma efetiva mobilização para debater concepções e políticas universitárias em torno da curricularização da extensão, muitas IES, por meio da organização de grupos vinculados à democratização popular das universidades, organizaram amplos debates, seja para refletir acerca das concepções de extensão e até mesmo para trocar experiências, a fim de ampliar saberes e fazeres em torno do tema em pauta. Gadotti (2017, p. 3) vai afirmar neste sentido que o “debate pegou” pois

Muitos veem na Extensão Universitária uma forma de responder à atual crise da universidade. É como se a Extensão Universitária pudesse iniciar um processo de transformação da universidade como um

todo. A universidade que temos está muito centrada no ensino e na pesquisa e, por meio de um novo paradigma da Extensão Universitária, a própria universidade pudesse ganhar um novo sentido. A luta para garantir as conquistas do PNE tem estimulado muita gente a pensar numa visão emancipadora da Extensão Universitária no contexto da curricularização da Extensão instituída por ele.

Não por acaso, muitas instituições universitárias e setores foram criados tendo como referência esta concepção popular de extensão e universidade, materializada nos seus territórios de atuação: Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Setor litoral da Universidade Federal do Paraná, entre outras. Pelo exposto, instituições foram criadas fundadas no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão em uma perspectiva libertária, emancipatória e popular. Internamente às universidades, a obrigatoriedade da curricularização da extensão estabelecida pela Resolução n.º 7, de 18/12/2018, está fortalecendo e/ou criando coletivos que pensam na extensão em relação orgânica com o ensino e a pesquisa. Há que fortalecer esses movimentos a fim de que cada instituição possa tecer os caminhos da indissociabilidade que auxiliem a aprofundar a democracia em uma perspectiva emancipatória e popular.

Gadotti (2017) alerta para a necessidade de dar centralidade às atividades de extensão, pois entende que confere à universidade participação ativa no aprofundamento da democracia, podendo, inclusive, alterar seus rumos e seu histórico atrelamento às relações capitalistas de produção. O Forproex (2001, p. 8) “[...] considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.” Eis a potência transformadora da extensão.

Verifica-se, pelo exposto, que a defesa de uma nova centralidade às atividades de extensão está vinculada ao papel da universidade enquanto instrumento de aprofundamento da democracia e ampliação da pluriversidade étnica, racial e cultural, que, por meio de suas ações, pode potencializar as lutas contra a exclusão social, a degradação ambiental, que tem atingido, sobretudo, os mais empobrecidos nas sociedades capitalistas – negros, negras, povos originários e comunidades tradicionais das áreas periféricas das cidades, dos campos, das florestas e das águas.

Somada à política de curricularização da extensão, entendo que outro elemento fundamental que também nela se expressa e certamente auxilia no adensamento das geografias das lutas acadêmicas é a política de cotas nas universidades públicas, em vigor ao longo de quase uma década. Em editorial de 29 de agosto de 2022⁷, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) constata:

As cotas também mudaram o perfil sociorracial das universidades que as adotaram, democratizando o acesso ao ensino superior no Brasil, ampliando o debate crítico sobre desigualdade social no país, transformando também a cultura da diversidade e aumentando o caráter inclusivo das instituições federais de ensino superior. Pesquisa realizada pela Andifes mostra que o percentual de cotistas nas universidades federais saiu de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018.

O percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita até um e meio salário mínimo também aumentou. Em 1996, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa, eles eram 44,3% do corpo discente, número relativamente próximo aos dos percentuais encontrados nos levantamentos realizados em 2003 e 2010. Porém, percebe-se que, a partir de 2014, ocorre um salto, e os estudantes nessa faixa de renda passam a ser 66,2% do total de estudantes da graduação, chegando a 70,2% em 2018.

Penso que a curricularização da extensão e a política de cotas sejam elementos que nutrem entre si grande correlação, pois, com a mudança do perfil sociorracial das universidades, sujeitos que, não raro, são os primeiros de suas famílias a finalizarem o ensino médio e, posteriormente, acessarem a universidade historicamente organizada pelos e para os grupos hegemônicos, tendem a interrogar a sua função social, suas políticas internas, os conteúdos e suas abordagens, bem como as visões de mundo, os projetos societários e os objetivos que orientam o ensino, a pesquisa e a extensão, impulsionando transformações institucionais, epistêmicas, metodológicas que estão reverberando nas concepções e modos de organização do ensino, da pesquisa e da extensão. Neste sentido, o depoimento da antropóloga Natália Maria Alves Machado, da primeira turma de cotistas da Universidade de Brasília, em 2004, é emblemático⁸:

“Os estudantes indígenas e negros e negras que adentraram o espaço acadêmico nos últimos 15 anos trouxeram um refresco de inovação metodológica, teórica, epistemológica sem precedentes, de ampliar e aprofundar o conhecimento, trazendo muito mais verdade e justiça”, avaliou.

⁷ Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=93929>

⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>

“Por mais que nossa presença ainda seja diminuta no espaço acadêmico, é emocionante ver muito mais cores e formas, corpos, estéticas, símbolos e culturas diversos. A universidade se tornou um espaço mais rico e instigante”, completou.

Como afirma Miguel Arroyo (2014), quando outros sujeitos acessam as instituições educacionais, outras pedagogias são demandadas:

Na medida em que outros educandos chegam com outras experiências sociais, outras culturas, outros valores, mostrando-se Outros Sujeitos nas relações políticas, econômicas, culturais, Outras Pedagogias são inventadas, outras formas de pensar-los e de pensar a educação, o conhecimento, a docência são reinventadas.

Os Outros Sujeitos pressionam as concepções pedagógicas a repensar-se nos processos de sua produção teórica, epistemológica. [...] As presenças dos Outros na agenda política e até pedagógica se tornam extremamente incômodas ao pensamento pedagógico porque o obrigam a se entender inseparável das formas políticas, culturais de sua produção/conformação com subalternos. Ao reagir a esse ser pensados e feitos subalternos desconstruem as autoidentidades do pensamento pedagógico (Arroyo, 2014, p. 11, grifo nosso).

Neste processo, tendo em vista as dimensões continentais do Brasil, sua distribuição leste-oeste e norte-sul, suas características ecossistêmicas, seus povos originários com 274 línguas⁹ indígenas sendo faladas atualmente (IBGE, 2010), as comunidades quilombolas, os povos e comunidades tradicionais das cidades, dos campos, das florestas e das águas, as cotas ganham relevância, pois incluem, nas universidades, sujeitos historicamente alijados/interditados de seu acesso e permanência, que têm interrogado as políticas, as ontologias e epistemologias hegemônicas. Não por acaso, o mesmo autor explicita:

Desenraizar os povos originários e a diversidade de grupos populares foi e continua sendo os processos mais desumanizadores em nossa história. Na medida em que se decretam seus territórios como ilegais, inexistentes, decreta-se a inexistência das bases de sua produção como humanos, culturais, sujeitos de memórias, de valores, identidades coletivas. Destrói-se o chão, a base material, os processos de trabalho e de produção de seu viver e ser sujeitos de humanidade, culturas, valores, conhecimentos, logo, disponíveis para a cultura, o conhecimento, as representações de si e do mundo impostas como as únicas legítimas, hegemônicas. [...] Os coletivos populares afirmam que a terra, o território, o espaço, o lugar são uma das matrizes formadoras dos seres humanos na totalidade de sua condição biológica, corpórea, cultural, identitária (Arroyo, 2014, p. 203-209).

⁹ É preciso considerar que cada língua e etnia trazem universos ontológicos e epistêmicos, modos de vida e cosmovisões muito distintos das sociedades não indígenas.

É neste contexto que caminhar, conhecer e dialogar com as gentes dos territórios, a fim de compreender as materialidades de vida delas, constituem elemento fundamental na organização de projetos fundados no princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, orgânicos a eles. Neste sentido, Gadotti (2017, p. 12, grifos do autor) ressalta:

O **território** deve ser entendido aqui como um campo de estudo e de intervenção e, ao mesmo tempo, como um espaço de diálogo da universidade com a sociedade.

A Extensão Universitária pode tornar-se **articuladora das políticas territoriais**, mas, para isso, precisa incorporar os “saberes de experiência feitos” (Paulo Freire) das comunidades, muitas vezes silenciados, subalternizados e até marginalizados pela academia. A Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular precisa começar pela descolonização das mentes no interior das próprias universidades.

Neste trecho, o autor remete a uma das categorias/conceitos fundamentais da Geografia, evidenciando que é nos territórios e com suas gentes que a universidade deve atuar nas mais diversas áreas, indicando a necessidade de trabalhar o ensino, a pesquisa e a extensão na perspectiva dos saberes organizados pelas classes populares. Nesta perspectiva, as reflexões, os debates e os conceitos paulofreirianos, das teorias vinculadas ao debate da descolonização e também da geografia crítica, constituem importantes referenciais ontoepistêmicos para esta construção. No caso da ciência geográfica brasileira, as décadas de 1970 e 80 foram bastante profícuas, pois muitos geógrafos e geógrafas passam a interrogar os fazeres e saberes que produziam, instalando debates epistemológicos, conceituais, ontológicos, metodológicos em torno do que entendiam como geografia e sua função social.

Nessa época, houve o questionamento intenso sobre o fazer acadêmico-científico em torno das questões inerentes ao estatuto científico vinculado à função social da geografia: Geografia para quê e para quem? É neste contexto que são tecidas as geografias das lutas sociais, muitas delas vinculadas a projetos de pesquisa que demandaram e demandam projetos de extensão que reverberam nos processos de aprendizagem. Estabelecer o diálogo com as demandas dos grupos, movimentos sociais expropriados dos seus direitos à vida digna passa a ocupar a pauta da ciência geográfica neste período. Desse modo, transformam-se os temas de trabalhos, ganhando centralidade os conflitos por terras, territórios, as questões agrária e urbana, os papéis e atuação dos movimentos sociais nas lutas por terra e territó-

rio, a função social do ensino da Geografia, sobretudo na educação básica, condição para a dignidade das vidas de vastos segmentos de sujeitos que habitavam as periferias das cidades, os campos, as águas e as florestas. A politização do debate em torno dos territórios de vida do povo brasileiro ganha centralidade no fazer das geografias das lutas sociais.

É neste contexto que entendemos que a curricularização da extensão, se pensada em sua integralidade, na indissociabilidade do ensino e da pesquisa, pode fortalecer as Geografias das lutas sociais. Para Gadotti (2017, p. 10-11):

Curricularizar a extensão vai obrigar a universidade a repensar suas concepções e práticas de extensão, o currículo e a própria universidade. [...]

Curricularizar a Extensão Universitária implica aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas. O currículo não deve.

Em outras palavras: curricularizar a extensão pode, dependendo da concepção usada, auxiliar na reforma democrática das instituições universitárias no país. Para tanto, a ampliação do financiamento, a mudança dos Estatutos, dos Regimentos, dos Planos de Desenvolvimento Institucional, a produção de Resoluções, Portarias, Editais, a atuação colaborativa das pró-reitorias de graduação, pesquisa e extensão são elementos fundamentais neste processo. Há que prever também a participação e o controle sociais, criar instrumentos que auxiliem no processo de transparência, inclusão, a ampliação da diversidade, a promoção e criação de incubadoras de projetos e de inovações, o incentivo à criação de conselhos vinculados ao debate dos direitos humanos, entre outros temas que auxiliem a produzir ações integradas e integradoras (Gadotti, 2017). O autor ainda acrescenta em termos de sugestões metodológicas:

Os alunos precisam conhecer o entorno da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas... precisam descobrir *in loco* como vivem os brasileiros, as mulheres, as crianças, os doentes, os idosos. A realidade, o mundo é nosso primeiro grande educador.

Os **desafios** da Extensão Universitária são enormes. Aqui vale a escuta aberta, a criatividade, a imaginação. Não há um campo melhor e mais gratificante e inovador para o trabalho acadêmico do que na Extensão Universitária (Gadotti, 2017, p. 14, grifo do autor).

Tendo em vista o exposto e tentando contribuir para o debate sobre a curricularização da extensão no contexto da geografia das lutas acadêmicas

em tempos de desmontes e retrocessos, foco do presente capítulo, entendo que a politização do debate e das proposições se faz necessária, caso contrário, corremos o sério risco de fortalecer as frações conservadoras da universidade, fazendo mudanças para nada mudar. Neste sentido, curricularizar a extensão sem ter como horizonte a democratização popular da referida instituição nos levará a reproduzir antigos formatos historicamente constituídos desde as origens da instituição universitária no país. A ruptura com esta concepção de universidade depende da formação política, condição sem a qual estudantes, educadores e servidores correm o risco de não conseguirem compreender os interesses de classe, os projetos societários em disputa.

A popularização da universidade e o consequente fortalecimento da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão pressupõem o debate ético-político e epistemológico: Educação para quê? Para quem? Por quê? Como tecê-la?; Universidade para quê? Para quem e Por quê? Como reorganizá-la?; Geografia para quê? Para quem e Por quê? Como fortalecer as Geografias das lutas sociais? Tecer respostas coletivas a tais questões, tendo como referência as práxis e como horizonte societário um mundo onde caibam muitos mundos e onde as existências tenham dignidade, parece-me o divisor de águas que distingue a velha e empoeirada universidade para poucos daquela que se quer popular. Nas palavras de Gadotti (2017, p. 15, grifo do autor): “Diante desse **retrocesso mental e civilizatório** que vivemos, precisamos cada vez mais de debates políticos na universidade. A universidade precisa urgentemente ser protagonista e não ter medo de se expor, de enfrentar as ameaças à democracia. Ao retrocesso devemos responder com a radicalização da democracia”.

À guisa de provocação

Nesta reflexão, abordei brevemente o histórico de constituição das universidades e seu espraiamento que acompanhou os processos de invasão/colonização e ocupação de áreas em que ancestralmente habitavam povos originários e comunidades tradicionais, expressão do fortalecimento do capital e mercantilização das relações sociais e das vidas. Neste sentido, procurei evidenciar que se trata de uma instituição que surgiu por dentro e para o fortalecimento do modo capitalista de produção. Contudo, como qualquer outra instituição inserida neste sistema, também produz contradições, dada

a existência de grupos que se contrapõem à ordem estabelecida. É neste contexto que se travam lutas e disputas internas e externas por concepções de universidade, de seus papéis e de ensino, pesquisa e extensão, com distintos projetos societários.

Assim, existem grupos internos mais voltados ao fortalecimento da ordem hegemônica, com uma concepção assistencialista e de prestação de serviços, que, inclusive, propõem extensão desvinculada da pesquisa e do ensino; e outros defensores de processos de autonomia, emancipação e popularização da instituição, que pensam a partir do princípio da indissociabilidade de suas ações. Ambas constituem tendências gerais e cada instituição no país possui disputas com características próprias inerentes ao modo como se estruturaram as disputas e políticas internas ao longo do tempo. O objetivo desta reflexão foi evidenciar que a democratização popular da universidade, fundada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, está em curso e constituem marcos dessa disputa a promulgação da Constituição de 1988, da LDB 9394/96, dos PNEs (2001/2010; 2014/2024) e de muitas resoluções, políticas e programas voltados ao fortalecimento e curricularização da extensão. O período entre 2016-2022 foi marcado pela atuação dos militantes por uma universidade popular, pois as políticas do governo no período foram de desmantelamento das universidades públicas, por meio do corte dos financiamentos em várias frentes, o que auxiliou a fortalecer e a vicejar iniciativas conservadoras que fortalecem a pesquisa, em detrimento do ensino e da extensão.

A geografia das lutas sociais foi aqui entendida como expressão desses tensionamentos e disputas que, a partir da adoção de referenciais teórico-metodológicos vinculados às teorias críticas, com grande ênfase no marxismo, politizou os debates desde o final dos anos 1970 e, sobretudo, dos anos 80, inspirando e adensando a constituição de práxis vinculadas a projetos societários voltados à emancipação, à autonomia e à popularização das universidades. Essa popularização foi fortalecida, nos últimos anos, pelas políticas de cotas que, originadas e fundadas nas lutas sociais, interrogou/interroga fortemente a universidade, desde dentro, quanto ao ensino, à pesquisa e à extensão: seus temas, conteúdos, conceitos, epistemologias, métodos, metodologias, referenciais teórico-metodológicos, ontologias, projetos civilizatórios, entre outros. Somados a estes questionamentos, também verifico, junto aos grupos progressistas das universidades, a emergência de questões ético-políticas vinculadas ao sexismo, racismo estrutural, machismo, patriarcalismo, misoginia,

preconceitos contra pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+¹⁰, entre outros que estão sendo pautados na política institucional, no ensino, na pesquisa e na extensão. É relevante relembrar que, em tempos tenebrosos de desmontes e retrocessos ocorridos nos governos que colocaram abaixo a democracia (2016 a 2022), a luta militante pelo Estado democrático de direito e suas instituições foi sustentada pelos grupos, movimentos sociais e coletivos que historicamente defendem um projeto de universidade e de sociedade onde a dignidade das vidas tenha centralidade, e não o desenvolvimento capitalista.

Tendo em vista o exposto, penso que os debates e as lutas acadêmicas progressistas em cada instituição constituem os elementos que irão tecer os caminhos das reformas populares nas universidades. Não há respostas, tampouco receitas, o futuro é incerto e não há fórmulas milagrosas a serem seguidas pelas instituições, como já dizia o poeta espanhol Antônio Machado (1875-1939): “Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar. Ao andar se faz caminho e ao voltar a vista atrás se vê a senda que nunca se há de voltar a pisar. Caminhante não há caminho senão há marcas no mar”.¹¹

Contudo, penso que algumas questões podem auxiliar a fortalecer a popularização das universidades a partir do modo como cada instituição está tecendo a curricularização da extensão, que, como afirmei, tem uma potência transformadora. Fecho a presente reflexão com um convite ao debate das questões que entendo como importantes, cujas respostas a elas podem auxiliar a orientar a materialização/fortalecimento da reforma popular das universidades, a qual já acontece há algum tempo, e que a geografia das lutas sociais teria muito a contribuir, dado que estuda, debate e defende a produção de territórios voltados à dignidade das existências:

– Quais políticas e programas temos em nível local, nacional e internacional que auxiliam o fortalecimento do princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão?

– Há instrumentos legais outros a serem produzidos para adensar os programas e políticas existentes e que auxiliam na referida indissociabilidade?

¹⁰ L: Lésbicas (mulheres que se relacionam com mulheres); G: Gays (homens que se relacionam com homens); B: Bissexuais (pessoas que se relacionam com ambos os sexos); T: Transsexuais e travestis (quem passou por transição de gênero); Q: Queer (Pessoas que transitam entre os gêneros, como as drag queens); I: Interssexo (Pessoa com qualidades e características masculinas e femininas); A: Asssexuais (quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas); P: Panssexuais (quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações sexuais); N: Não-binário (sem gênero). Leia mais em: https://claudia.abril.com.br/sociedade/lgbtqiapn-entenda-a-sigla/?gclid=CjwKCAjwue6hBhBVEiwA9YTx8IYmCXPVUW1cVSWfwR46CXI5v9xWhxFiRugl3eLRgQ_eTZqqYpp6dBoCAVoQAvD_BwE.

¹¹ Disponível em: <https://blogs.utopia.org.br/poesialatina/cantares-antonio-machado/>

– Há financiamento para a curricularização da extensão que pode potencializar a popularização das universidades?

– Como está sendo tecida a curricularização da extensão? Há IES que têm ampliado e adensado debates e repertórios a partir de seus históricos movimentos internos? Quais são elas e quais estratégias têm utilizado?

– Como as geografias das lutas sociais têm colaborado com os processos abordados e em que medida uma ciência que politiza os debates sobre os territórios pode auxiliar a pensar, refletir e adensar as reflexões sobre a curricularização da extensão?

Há que construir caminhos, trocar experiências e, sobretudo, fortalecer as pedagogias das esperanças que vicejam junto aos oprimidos e oprimidas que têm acesso aos espaços universitários, que podem, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, auxiliar na transformação dos seus territórios de vida.

Referências

ARAÚJO, J. **A origem medieval das universidades europeias**. *Disciplina de história*, 2013. Disponível em: <http://disciplina-de-historia.blogspot.com/2013/02/a-origem-medieval-das-universidades.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos**, Outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Lei de cotas completa uma década ampliando diversidade e inclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=93929>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 19851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o funcionamento do Ensino Superior no Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 dez. 2023.

ESCOBAR, H. 15 Universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. **Jornal da USP**, São Paulo, 05, set., 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRITO, D. **Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista**. Brasília: Agência Brasil, 27, maio, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FÁVERO, O. **Movimento de Educação de Base?** MEB. Belo Horizonte: Gestrado. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/movimento-de-educacao-de-base-meb/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS; SESU. **Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada**. Brasil, 2000-2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: Para quê?** Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

GASPAR, L. **Movimento de Cultura Popular (MCP)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723#:~:text=O%20Movimento%20de%20Cultura%20Popular,bairro%20recifense%20de%20Casa%20Amarela. Acesso em: 02 fev. 2023.

MANACORDA, M. A. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RISTOFF, D. A Universidade Brasileira Contemporânea: tendências e perspectivas. *In*: MOROSINI, M. (Org.). **A universidade no Brasil:** concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 23-35.

Do corpo - território des-valorado: a construção de um horizonte autônomo comunitário

BEATRIZ BARBOSA DA SILVA¹
CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES²

Introdução

O meu verso se ata em tom de provocação, porém, camaradinhos, lhes digo: sobre a linearidade histórica ou sobre o rigor dos termos, agora pouco nos importa, o que vale para nós aqui é o teor das flechas atiradas pela boca ou o tamanho do tombo que levará aqueles que nos golpeiam. (*Pedagogia das Encruzilhadas* – Luiz Rufino)

Somos todos humanos? Essa se constitui como uma das questões centrais deste trabalho. O ser humano criado pela sociedade moderno-colonial não consegue atender à diversidade de humanidades existentes no planeta, apresentando-se enquanto uma maneira excludente e violenta ao classificar quais os corpos considerados humanos e quais os que são vistos como desumanos, marginalizados.

Dessa maneira, a partir dos diálogos realizados durante o curso oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulado “Agricultura Familiar camponesa e ordenamento territorial”, em diálogo com o ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária), este trabalho visa discutir sobre como essas desumanidades se materializam nos territórios e como podemos romper com essa visão colonial, construindo horizontes coletivos de esperança no espaço comunitário, onde a pluralidade existente nas humanidades e nas diferentes formas de produção da vida seja considerada.

¹ Mestre em Geografia pela UFPE. Participa do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) E-mail: biabarbosa42@gmail.com

² Doutor em Geografia pela UFF e professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFPE, coordena o LEPEC e participa do GT-Pensamiento Geográfico Crítico do CLACSO.

O curso teve como uma de suas metodologias a participação de convidados vindos de diferentes regiões do Brasil – lideranças quilombolas, indígenas, representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros –, para que dialogassem com os participantes do curso sobre suas vivências e trabalhos nas comunidades e movimentos sociais. As aulas, ministradas no ano de 2021 em meio à pandemia de Covid-19 e realizadas de maneira virtual, constituíram-se como um espaço de sociabilidade importante de escuta e troca, em especial, ao compreendermos como o impedimento da realização dos trabalhos de campo, um elemento central na formação da/o geógrafa/o, devido à pandemia, prejudicou os trabalhos e as pesquisas dentro da universidade. As conversas desenvolvidas ao longo do curso, mesmo que de maneira virtual, foram essenciais para a construção coletiva das pesquisas e alargamento das visões e reflexões sobre o mundo. Assim, ao longo do texto, serão trazidas falas feitas por alguns dos convidados que participaram do curso. Além disso, os títulos de cada subdivisão representam frases proferidas por esses convidados, que serviram como mote para a temática abordada no tópico. Importante destacar também que muitas reflexões apresentadas aqui foram maturadas ao longo do encontro presencial do ENGA ocorrido em Belém, Pará, Brasil.

Ao nos encontrarmos imersos em um mundo moderno-colonial, regido por um sistema econômico que objetifica e capitaliza todas as formas de vida, criando um “ser humano universal” – “el blanco burgués varón adulto heterosexual” (Orozco, 2017) –, a busca por outras racionalidades, outras formas de expressão de vida, bem como de nos percebermos enquanto seres humanos, apresenta-se como uma maneira de luta e enfrentamento contra esse modelo de sociedade racista e colonial.

Nesse sentido, o trabalho foi dividido em três momentos. No primeiro tópico, “Sou fruto de uma situação perversa, mas me autoidentifico enquanto minhas raízes”, referência a uma fala feita pela liderança quilombola Anacleto Pires, da comunidade de Santa Rosa dos Pretos, localizada no estado do Maranhão, discutiremos sobre a perversidade presente na concepção de um “ser humano universal”, ao se instituir como uma forma de exclusão e violência, relegando sociedades inteiras à condição de sub-humanas. Assim, esse pensamento universalista do mundo, além de possuir um viés ideológico, também é um elemento central para viabilizar o processo de reprodução do capital.

Em um segundo momento, nomeado “Sistema econômico suicida, genocida e predatório”, colocação realizada por Hemerson, agente de pasto-

ral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no Maranhão, abordaremos como a desumanização de determinados grupos, trazida no primeiro tópico, irá se materializar no território, construindo uma geografia desigual dos proventos e rejeitos (Porto-Gonçalves, 2017), em que as mazelas que são descartadas no movimento de expansão do capital vão sendo despejadas nos territórios onde vivem as populações historicamente vistas enquanto sub-humanas pela sociedade moderno-colonial, criando o que Aráoz (2016) vai chamar de *zonas de sacrificio*, ao transformar o direito à vida em um privilégio limitado a determinados grupos dentro da sociedade.

No terceiro e último tópico, “O prazer da vida é cantar, dançar e ser feliz”, mais uma vez trazendo uma fala feita por Anacleta Pires, o desafio será pensar em formas de humanidades coletivas, que considerem a diversidade da vida e das maneiras de sentir e grafar o mundo. Partindo de uma concepção de bell hooks sobre o amor como uma ação revolucionária na luta pela justiça social, demonstraremos a importância do movimento coletivo para que possamos construir horizontes mais esperançosos, que tenham a vida como um elemento central.

“Sou fruto de uma situação perversa, mas me autoidentifico enquanto minhas raízes”

A situação perversa explicitada por Anacleta no trecho que dá nome a este tópico pode ser explicada a partir de um fato que será discutido na primeira parte deste ensaio: dentro da sociedade capitalista, não somos todos humanos. De acordo com o Artigo 1º da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) de 1948, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Contudo, em um país como o Brasil, que a cada 100 pessoas assassinadas 75 são negras (Atlas da Violência, 2020), quais os corpos que atendem a classificação do ideal de ser humano? A humanidade só se estabelece com a construção do desumano, ou seja, com a categorização de quem é humano e quem está do outro lado da linha, corpos desumanos ou sub-humanos.

A desumanidade será aprofundada a partir da colonização e de uma “classificação racial universal” (Quijano, 2005), realizada de maneira arbitrária pela Europa ao dividir a população mundial de acordo com os seus parâmetros, tendo a raça como um fator central. Nesse sentido, as identidades serão

construídas a partir de um agente externo, que, além de tentar encaixar diferentes sociedades em categorias fechadas, irá estabelecer hierarquias entre um povo e outro. Segundo Grada Kilomba (2019), a sociedade vai ser estruturada a partir de uma reprodução, de um espelho narcísico que só consegue refletir branquitude, tornando os outros invisíveis. Ainda de acordo com Kilomba, a própria negritude se constitui apenas como uma projeção de aspectos negados pelo sujeito branco: “[...] não é com o *sujeito negro* que estamos lidando, mas com fantasias *brancas* sobre o que a *negritude* deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas, sim, o imaginário *branco*” (Kilomba, 2019, p. 38). Essa hierarquização da sociedade, a partir de um olhar narcísico, será uma das principais justificativas utilizadas para a dominação e assassinato das populações consideradas inferiores, afirmando que a pilha de corpos que vai se acumular com o avanço do capital não é de seres vivos, mas de objetos.

A linha divisória entre a humanidade e as populações vistas como sub-humanas, muitas vezes, será materializada nos territórios. Maya Angelou, em seu diário intitulado “Eu sei porque o pássaro canta na gaiola”, publicado pela primeira vez em 1969, relata como na sua infância, no Sul dos Estados Unidos, a população negra era segregada dos bairros majoritariamente brancos pela linha do trem, segundo Angelou (2018, p. 34):

Em Stamps, a segregação era tão completa que a maioria das crianças Negras não tinha a menor ideia de como os brancos eram. Fora isso, eles eram diferentes, deviam ser temidos, e nesse medo estavam incluídas a hostilidade do impotente contra o poderoso, do pobre contra o rico, do trabalhador contra o patrão e do maltrapilho contra o bem-vestido. Eu me lembro de nunca acreditar que os brancos eram muito reais.

Essa organização do território se constitui como uma maneira de controle da população que é considerada inferior, privando uma parcela da sociedade do acesso a outros espaços, mantendo-os na invisibilidade, nas margens. Nesse mesmo sentido, bell hooks afirma que “podíamos entrar nesse mundo, mas não viver nele. Devíamos sempre voltar para a margem, atravessar os trilhos até os barracos e as casas abandonadas nas periferias da cidade” (hooks, 2019, p. 288). A marginalização facilita a exploração desses corpos dentro do capitalismo, pois o que interessa não é o processo no qual essas populações são submetidas; seja no estabelecimento da escravidão ou no assalariamento através da contratação de mão de obra barata e de empregados terceirizados, o objetivo permanece: alimentar o mercado.

Dessa maneira, um outro aspecto central para a divisão racista da sociedade está no ganho econômico e na possibilidade de maior expansão das fronteiras do capital. A ideia de igualdade, presente na Declaração Universal de Direitos Humanos e citada no início deste tópico, é uma fantasia construída para mascarar a necessidade visceral que o sistema capitalista possui por uma sociedade desigual. O capitalismo só consegue se expandir a partir da exploração dos corpos e da terra, sendo assim, uma parcela da população precisa permanecer desumanizada, enquanto objetos descartáveis, para servir de alimento na moenda do capital. Martins (1981) evidencia como a liberdade anunciada dentro do sistema capitalista é, na verdade, a liberdade de tornar-se força de trabalho, o indivíduo se liberta da sua autonomia, do seu poder de escolha, transformando-se em mão de obra barata.

Um ponto, portanto, essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão - a ilusão de que não há exploração alguma. Exatamente por isso é que os trabalhadores são livres no capitalismo: - eles não precisam do chicote do senhor de escravos para se submeterem, para entregarem o seu trabalho ao patrão; para eles basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima (Martins, 1981, p. 156).

Assim, ao Anacleto afirmar que é “fruto de uma situação perversa”, ela não está falando sobre uma consequência imprevista no processo de reprodução capitalista, mas de um aspecto estruturante da sua existência: a exploração. A perversidade está na hierarquização da população, na desumanização de sociedades inteiras, na criminalização e assassinato dos indivíduos que não têm os seus corpos refletidos no espelho narcísico. Em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que oficialmente extinguiu o trabalho escravo no Brasil, contudo, após 133 anos da sua assinatura, o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas registrou, entre os anos de 1995 e 2020, 55.712 pessoas que foram encontradas em condição análoga à escravidão, sendo 80% das vítimas trabalhadores do setor agropecuário (2021). Nessa perspectiva, quais os seres humanos que “nascem livres e iguais em dignidade e direitos”? Quais os corpos que atendem ao ideal do ser humano?

No próximo tópico, discutiremos sobre como essa “classificação racial universal” influencia na organização do território, ao criar “zonas de sacrifício”

(Aráoz, 2016), espaços onde a exploração ocorre de maneira mais acentuada e desigual, demonstrando como o neoextrativismo e o estabelecimento de um discurso desenvolvimentista se constituem como uma maneira de exterminar toda forma de vida, levando o planeta e seus seres ao colapso.

“Sistema econômico suicida, genocida e predatório”³

O racismo é a negação do direito à vida, não se trata apenas de um sistema de hierarquias, mas de um projeto de genocídio e exploração de sociedades inteiras. Contudo, o controle dos corpos se constitui como uma entre as diversas maneiras criadas ao longo dos séculos para que esse projeto de morte tenha êxito. Assim, ao falarmos de negação do direito à vida, não estamos nos referindo apenas à morte literal do corpo, mas da morte presente na destruição dos territórios de vida ou o que podemos chamar de terricídio, no saqueamento e pilhagem dos saberes e ciências, na negação de direitos básicos para a reprodução enquanto seres vivos.

Nesse sentido, a sociedade é organizada de maneira a aprofundar essas relações de violência, dificultando ou negando o acesso ao território por populações não brancas e mantendo constante o movimento de empurrá-las para as margens, ou seja, tratando-as como “parte do todo, mas fora do corpo principal” (Kilomba, 2019, p. 67). Portanto, estamos diante de uma questão eminentemente geográfica. A partir disso, a segregação relatada por Maya Angelou e bell hooks na primeira parte deste ensaio permanece em diferentes níveis na geografia da sociedade. Em sua pesquisa, Corrêa (2017) demonstra como a política de branqueamento instituída no Brasil influenciou na organização espacial das populações. Segundo o autor,

A tentativa de branqueamento da população envolveu diretamente um conjunto de políticas no ordenamento territorial (nas mais diversas escalas), que possuiu como impacto o controle sobre a reprodução da vida de grupos populacionais. Nesse sentido, expulsão, marginalização, quando não o genocídio, marcaram um processo de exclusão da população negra do acesso ao território (Corrêa, 2017, p. 118-119).

Recentemente, moradores da cidade de Benton Harbor, localizada no estado do Michigan, nos Estados Unidos, denunciaram a contaminação da água que abastece a cidade por chumbo. A contaminação chamou a atenção,

³ Fala feita por Hemerson, missionário do CIMI do Maranhão, durante o curso “Agricultura Familiar camponesa e ordenamento territorial” (2021).

pois os moradores da cidade são majoritariamente negros – cerca de 85% da população –, caracterizando-se como mais um dos inúmeros casos de racismo ambiental. O conceito de racismo ambiental foi cunhado nos anos de 1980, quando movimentos ambientalistas nos Estados Unidos, ao questionarem injustiças ambientais presentes predominantemente em comunidades negras, formularam o conceito de racismo ambiental, ou seja, “a conexão entre pobreza, marginalização e segregação racial, de um lado, e uma má qualidade ambiental, de outro” (Gudynas, 2019, p. 191).

No Brasil, essa discussão foi apresentada através da criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) em 2001. A Rede teve como influência o Movimento de Justiça Ambiental iniciado nos Estados Unidos, que, em 1998, buscou difundir suas discussões, trazendo essa pauta para as universidades e movimentos sociais do Brasil (Acselrad; Campello; Bezerra, 2009). A partir das discussões iniciadas na RBJA, cunhou-se o termo “injustiça ambiental”, que se constitui como:

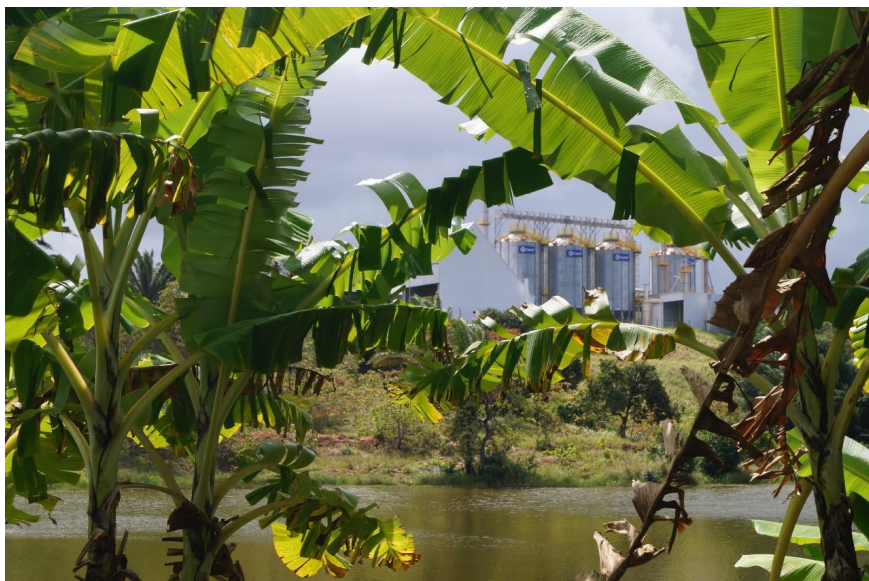
[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Acselrad; Campello; Bezerra, p. 41, 2009).

É neste cenário de marginalização e aumento dos conflitos socioambientais que Anacleto afirma: “o racismo ambiental mata em todos os espaços, desde a saúde até o espiritual”. No entanto, apesar do aumento das discussões sobre racismo ambiental e das pautas ecológicas, o discurso difundido mais amplamente é o do desenvolvimentismo territorial enquanto um antídoto para as mazelas da sociedade. A exploração através de políticas neoextrativistas é tratada como um fato indiscutível, uma necessidade para que o mundo se desenvolva e alcance uma melhor qualidade de vida para a população. É o poder do progresso sobre o poder do atraso.

Enquanto isso, as mortes e os impactos causados pelo avanço da fronteira do capital nos territórios são invisibilizados, a vida só é interessante para o capitalismo se transformada em mercadoria, vide a figura 1. As comunidades que estão localizadas em territórios cobiçados pelos denominados grandes empreendimentos não são tratadas enquanto sujeitos de direito, com dignidade e liberdade, como afirma a declaração da ONU, mas como empecilhos e bloqueios econômicos que podem ser removidos através do aparelho jurídico.

São compreendidos como objetos que devem ser realocados para que o capital possa se expandir e realizar seu processo de acumulação com espoliação.

Figura 1 - Avanço das empresas sobre a Comunidade de Serraria, no Complexo Industrial Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, PE.



Fonte: Beatriz Barbosa (2020).

Tornamo-nos uma sociedade que tem como base uma economia suicida, a fome insaciável do capital esbarra na finitude da natureza e dos seres humanos, assim, ao permanecermos em um sistema que se alimenta de violência, estamos colocando em risco todos os seres vivos. Contudo, o colapso do planeta não atinge a todos igualmente: 84,5% das vítimas imediatas do rompimento da barragem em Mariana, no estado de Minas Gerais, eram negras (Carvalho; Schmidt, 2020). No entanto, esses mesmos corpos desumanizados, empurrados para as margens, são os que estão produzindo territórios de vida a partir da coletividade, das organizações estabelecidas desde a comunidade, questionando os problemas estruturais e buscando soluções para além desse sistema terricida, genocida e predatório, procurando construir um mundo onde sejamos “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Loureiro, 2020, pag. 24).

“O prazer da vida é cantar, dançar e ser feliz”⁴

Regressar ao amor, essa é a proposta lançada por bell hooks em seu livro *Tudo sobre o amor*, publicado em 2021. Segundo bell hooks, apenas através de uma ética amorosa, de percebermos o amor como uma ação, que seremos capazes de lutar por uma justiça social e por uma sociedade mais igualitária. Precisamos abrir espaço para a troca, o afeto, o cuidado com o outro; para sermos atravessados pelos nossos sentimentos e contradições. Pensar sobre o mundo é também sentir, viver, experimentar. Por isso, a necessidade de construirmos caminhos onde novas pedagogias sejam propostas e concretizadas, criando discussões a partir da diversidade de olhares, não mais por meio de perspectivas engessadas que não apreendem a dinamicidade da vida. Espaços de reencanto, onde nossas visões sobre o mundo sejam alargadas, em que éticas amorosas possam nascer.

Amar é um ato coletivo. O filósofo Renato Nogueira afirma que, ao estarmos inseridos em um projeto de sociedade que tem a mercadoria como centro, deslocando a vida para as margens, amar se transforma em um produto. Assim, é fundamental considerarmos o valor intrínseco da vida enquanto um sistema diverso de seres, lutarmos pela vida em sua forma plena, enquanto sujeitos integrais, sem mutilações.

A individualização é umas das principais ferramentas utilizadas pelo capitalismo para o controle da população, é através do desmembramento e fragmentação dos espaços e formas coletivas, da cooptação de discursos e da criação de consumidores, que o sistema capitalista se desenvolve. Mesmo as pautas sociais, dentro do sistema capitalista, convertem-se em mercadoria: a camponesa que vive da terra, que possui uma abundância e diversidade de alimentos no seu quintal, que garante sua autonomia através de relações construídas desde a comunidade e ancestralidade, dentro do capitalismo, é transformada em uma trabalhadora pobre, que necessita ser inserida no mercado de trabalho. As formas de existência e defesa do território também são acionadas neste processo. A partir disso, Rigotto e Leão (2018, p. 389) destacam que:

Na perspectiva da justiça ambiental, a partir do instante em que as populações afetadas pelos projetos de desenvolvimento se constituem enquanto sujeitos coletivos e passam a expressar suas vozes – estas que estiveram ausentes, historicamente – nos processos e espaços de decisão sobre os empreendimentos nos seus territórios, estas reduzem

⁴ Trecho da apresentação de Anacleto Pires, liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos (MA), durante o curso “Agricultura Familiar camponesa e ordenamento territorial” (2021).

a sua vulnerabilidade (PORTO, 2011). Torna-se possível a denúncia da clara desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, decorrente, por sua vez, da desigual distribuição do poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Esse momento do enfrentamento da degradação do meio ambiente é, portanto, também o momento da obtenção de ganhos de democratização (ACSELRAD, 2002).

Sendo assim, apenas através da coletividade que conseguiremos criar caminhos de enfrentamento contra essa sociedade mercadológica e individualista. hooks (2019) destaca que “quando nos movimentamos, confrontamos as realidades da escolha e da localização” (hooks, 2019, p. 281), entendemos que esse movimento necessita estar aliado ao encontro, à troca, à construção de redes entre as diferentes sociedades. No século XX, diversos povos indígenas do Nordeste, em especial, os que vivem próximo ao Rio São Francisco, utilizaram o caminho do rio para estabelecer uma rede de trocas de experiência e demandar direitos junto aos órgãos responsáveis; um exemplo está no ensino do toré – dança ritual praticada por diversas comunidades originárias –, que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – atual FUNAI – se utilizou para possibilitar seu reconhecimento por parte da estrutura do Estado. Essa rede de encontros foi essencial para a identificação e, posteriormente, o início da demarcação das Terras Indígenas na região (figura 2).

Figura 2 - Trecho do Jornal da Bahia, 12/06/82

O Toré é uma dança indígena que era praticada pelos ancestrais dos Pankararé e que ainda era executada pelos Pankararu índios de Pernambuco. Em 1970, os Pankararé solicitaram aos Pankararu, que ficam em Petrolândia, Pernambuco, que os ensinasse a dançar o Toré. O pajé João Tomas dos Santos dos Pankararu foi à tribo dos Pankararé com mais 15 índios “ensinar a brincadeira”.

Mas quando estavam realizando o Toré foram cercados pelo prefeito de Nova Glória, pelo delegado da cidade, cinco soldados e mais 60 homens civis todos armados. Não se aceitava o Toré porque não se reconhecia a existência dos índios. O pajé, então, resolveu procurar o quartel do Exército em Paulo Afonso, e só dessa maneira puderam os Pankararé recuperar suas tradições, pois o Exército reconheceu o direito deles. (Jornal da Bahia — 12/06/82)

Fonte: Armazém Memória⁵

Nesse sentido, a coletividade se apresenta enquanto uma ferramenta importante na reivindicação de direitos e no enfrentamento contra as violências impostas pelo avanço do capital, como o racismo ambiental. Permanecen-

⁵ Armazém Memória. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

do nas margens do Rio São Francisco, um outro exemplo desse movimento coletivo encontra-se no processo de autodemarcação do território indígena Pankararu Opará, localizado no município de Jatobá, estado de Pernambuco. A autodemarcação, iniciada em 2016 e liderada pela cacica Valdenúzia, tinha como intuito retomar um território que foi excluído no processo de demarcação da Terra Indígena Pankararu, localizado nas margens do Rio São Francisco. Segundo os Pankararu, foram encontrados nesse local seis marcos deixados pelo SPI que comprovam que essa região pertencia aos Pankararu anteriormente, sendo uma das reivindicações principais a legitimação do território junto à FUNAI. A mobilização dos Pankararu Opará repercutiu em outras etnias da região, fazendo com que indígenas de diferentes comunidades se juntassem à luta em busca dessa convivência com o Rio São Francisco, fortalecendo a reivindicação pela homologação do território, que, atualmente, possui diversas moradias e uma escola, conseguindo, esse ano, a sua regularização junto à Secretaria de Educação.

Demos o nome Pankararu Opará porque Pankararu é povo e Opará é rio. É rio que nos ampara. Significa moradia, convivência, firmeza nas raízes que tinham antigamente e foi arrancada e hoje nós recuperamos o tempo. As cachoeiras pra nós representa uma grande força, a beleza de nossa grandeza, a natureza criou essa maravilha pra nossos Encantados morar (Cristiane, Cartografia Social do Povo Indígena Pankararu Opará Jatobá, 2022).

O movimento, aliado à construção de espaços de troca, é fundamental na luta contra essa máquina de moer gente que é o capital. Os mesmos corpos que são cotidianamente desumanizados e objetificados dentro dessa sociedade são os que têm o poder de libertação. Anacleto iniciou sua apresentação dizendo “não falar pela vista, mas falar pelo sentimento”, e é isso que tentamos fazer neste ensaio, colocar no papel os sentimentos que emergiram durante os diálogos que estamos realizando. Ailton Krenak fala que, ao sonharmos e dividirmos esse sonho com uma outra pessoa, ao acordar, estamos realizando uma veiculação de afetos, assim, que possamos sonhar coletivamente com um futuro onde consigamos “cantar, dançar e ser feliz”.

Considerações finais

Em 2019, ocorreu a I Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, reunindo mulheres indígenas de mais de 130 povos do Brasil e tendo como

tema central “Território: nosso corpo, nosso espírito”. A frase, além de propor uma nova perspectiva sobre o conceito de território, apresentando um território vivo, em movimento, que possui camadas que vão desde as relações sociais até os espaços espirituais e sagrados, também evidencia a existência de um corpo que se encontra enraizado na terra, pois

a Terra – como sistema vivente – nos excede, nos precede e nos contém absolutamente. Nossa vida é estrutural e funcionalmente dependente de uma sistemática e ininterrupta vinculação material com o resto na Natureza em geral. Portanto, o humano não pode ser separado da Natureza: não pode ser pensado ou concebido como algo exterior, alheio ou contraposto à Natureza (Aráoz, 2016, p. 466).

Ao falarem sobre “nosso corpo, nosso espírito”, as mulheres indígenas apresentam outras maneiras de compreendermos não só os seres humanos, mas a diversidade nas formas de vida – de ser e estar no mundo – existentes no planeta. Nesse sentido, a busca por um horizonte coletivo perpassa pelo questionamento sobre o sistema moderno-colonial e de sua universalização excludente, como também na valorização de todas as formas de vida, sem hierarquias e mutilações. É rompermos com uma visão mercadológica e monocultural do mundo, que apenas consegue apreender a sociedade a partir do consumidor individual, do valor estabelecido pelo mercado sobre a vida. É nos vermos enquanto seres humanos dentro da diversidade de formas de sermos humanos, que constroem territórios e modos de vida distintos, conflituosos, emancipatórios; compreendendo que o giro no sentido da contracolonialidade é coletivo e pluridiverso.

Referências

ACSLERAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANGELOU, M. **Eu sei porque o pássaro canta na gaiola**. São Paulo: Astral Cultural, 2018.

ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza Americana e a ordem colonial. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

CORRÊA, G. S. O branqueamento do território como dispositivo colonialidade do poder: notas sobre o contexto brasileiro. *In*: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. de. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

- GUDYNAS, E. **Direitos da natureza:** ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, B. **Anseios:** Raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- HOOKS, B. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburgo:** textos escolhidos – Volume 1 (1899-1914); Volume 2 (1914-1919); Volume 3 – Cartas. São Paulo: UNESP, 2020.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais:** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2005.
- RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. **Tramas para a justiça ambiental:** diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

Pensando a relação rural-urbano a partir das comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará¹

BRENA REGINA LOPES MACHADO²
FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL³

Introdução

Partimos do pressuposto que a relação rural-urbano trata de fenômenos e dinâmicas que foram intensificados nos últimos anos pelo avanço técnico e científico, que estabelecem uma unidade, altamente contraditória, entre os aspectos interligados que envolvem questões tanto de ordem material como imaterial, articulando tanto objetos fixos como fluxos, e lutas que reivindicam tanto terra como território. Pensa-se, ainda, essa relação baseada numa realidade amazônica, tendo como elemento empírico as comunidades quilombolas de Salvaterra, na Ilha do Marajó, território que concentra “(...) a maior densidade de quilombos por quilômetro quadrado do Brasil” (Gomes, Schmitz; Bringel, 2018, p. 599).

Nessas Comunidades, a interação entre seus espaços se dá através da constante luta pelo reconhecimento de seus territórios. Atualmente, existem 17 comunidades quilombolas em Salvaterra: Salvá, Mangueiras, Bacabal, Rosário, São Benedito da Ponta, Siricari, Paixão, Deus Ajude, Bairro Alto, Cururu, Santa Luzia, Providência, Boa Vista, Boca da Mata, Vila União, Pau Furado e Caldeirão.

¹ Este texto resulta de parte das discussões defendidas na dissertação de mestrado em geografia de Brenna Machado, na Universidade do Estado do Pará, sobre a temática “A relação rural-urbano no território marajoara: um olhar a partir da comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA”, sob orientação do Professor Dr. Fabiano Bringel. A atual proposta articulou os resultados coletados sobre as 17 comunidades quilombolas de Salvaterra – durante as atividades de campo.

² Mestra em Geografia pelo PPGG/UEPA. Compõe o Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

³ Doutor em Geografia pelo PPGEO/UFPE. Coordena o Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA. Professor do Departamento de Geografia – DGEO/CCSE/UEPA e do PPGG/UEPA.

A proposta do artigo é analisar a relação rural-urbano existente nas comunidades quilombolas de Salvaterra, ressaltando aspectos de lutas, conflitos e estratégias de resistência entre os sujeitos do lugar. A metodologia de pesquisa se baseia em análises qualitativas, com pesquisa de campo e entrevista aberta e semiestruturada com os sujeitos das comunidades quilombolas de Salvaterra.

Destaca-se que as atividades de campo, a observação participativa e as referências teóricas, de forma associada, possibilitaram analisar o espaço de convívio dos sujeitos, nas relações que se estabelecem entre eles, permitindo maior apropriação sobre as dinâmicas de movimento entre e para além do território, materializando resultados que melhor se aproximem da realidade local. Entende-se, no processo, que “a consequência lógica na dimensão sociocultural do território é a constituição de um lugar onde se estabelece um diálogo constante com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si” (Bringel, 2012, p. 112).

O objeto de estudo: a relação rural-urbano

A proposta temática de pesquisa propõe investigações que possibilitam compreender o objeto de estudo, a relação rural-urbano, em sua interação cotidiana sobre influência direta da relação local-global. Nas palavras de Alentejano (2000, p. 104): “Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos”. Deixamos a ideia usualmente dicotômica (de rural x urbano) de lado e pensamos na diversidade que se prolifera na interação entre elas, sem negar, ao mesmo tempo, suas peculiaridades e complementariedades existentes.

Conforme explica Corrêa (1995, p. 1), o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”, e pode ser compreendido como:

O conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este

conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado (Corrêa, 1995, p. 1).

Para Alentejano (2000, p. 104), a natureza do rural pode ser definida sob “as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra”. O autor afirma existir uma diversidade e complexidade nas relações dos sujeitos com a terra, e explica suas dimensões associadas. Assim sendo, para ele:

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias (Alentejano, 2000, p. 104).

Considerando a contribuição dos dois autores, vamos entender as interações dos sujeitos quilombolas nos seus territórios e, para além deles, nos espaços que os circundam, fundamentalmente o espaço urbano de Salvaterra. Sob uma ordem moderno-colonial para Amazônia, temos uma urbanização acelerada que provoca uma lógica complexa na relação rural-urbano. Os espaços rurais cada vez mais urbanizados e os urbanos permeados de ruralidades. Importa destacar para análise do objeto que, segundo Corrêa (1993, p. 15), o contexto urbano do local pode ser entendido como reflexo “(...) da complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo. A jornada para o trabalho, por outro lado, aparece como consequência da fragmentação capitalista que separou lugar de trabalho de lugar de residência”.

Na perspectiva do desenvolvimento desigual do capitalismo, constroem-se estereótipos que minimizam a importância das identidades diluídas dentro dos diversos territórios existentes, podendo ser eles territórios de camponês, quilombola, assentado, agricultor familiar, negro, ribeirinho, assalariado, sem-terra, indígena, extrativista etc. No processo as especificidades entre seus limites e fluxos acabam por interagir. A mobilidade estabelece a interação rural-urbano, considerando que “(...) rural e urbano se relacionam constantemente e, ambos, conferem importância a tal dinâmica” (Teixeira; De Paula, 2021, p. 89).

Wanderley (2011) faz uma análise temática do espaço rural brasileiro, considerando um histórico da acumulação do capital e da estruturação das relações sociais no campo, possibilitando maiores explica-

ções sobre o objeto de pesquisa. Em seu estudo sobre o campo e a cidade, destaca elementos importantes a partir da desagregação da economia escravocrata no gradativo avanço da hegemonização do capitalismo no campo, indo ao encontro do imaginário urbano-industrial e de transformações produtivo-financeiras no país. No processo, evidencia a relação rural-urbano cada vez mais complexa ao mesmo tempo em que constata uma interdependência entre o meio rural e o urbano na subordinação à lógica do modo hegemônico de produção.

Alves e Vale (2013) relembram que as definições de rural-urbano se baseiam em demarcações conceituais que tomam por referência a infraestrutura no espaço urbano, com combinações das dimensões estruturais e funcionais, ou seja, considera que “tudo aquilo que não for urbano é rural” (Alves; Vale, 2013, p. 34). Para visualizar a movimentação das relações impostas na perpetuada hegemonização do sistema capitalista sobre os diversos territórios, torna-se imprescindível entender o território:

Como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (Oliveira, 2002, p. 74).

Torna-se necessário enfatizar que “campo-cidade e rural-urbano possuem um caráter diverso” (Ribeiro; Oliveira, 2021, p. 7) e, mesmo reconhecendo e considerando as “(...) inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado” (Alentejano, 2000, p. 102).

No dia a dia de cada território, vive-se, de forma intensa, o particular e a totalidade da realidade rural e urbana. “É esta intensidade da territorialidade que distingue, (...), o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (Alentejano, 2000, p. 105). Um fato que pode ser observado nas comunidades negras quilombolas presente no município de Salvaterra.

A relação entre os espaços reconhecidos pelos sujeitos enquanto urbano e rural constitui-se em fluxos materiais e imateriais, de bens e ações,

de estrutura e ideias, que caracterizam as especificidades do lugar, logo, de cada comunidade quilombola em Salvaterra. Nessa interação dos sujeitos, entre as comunidades e para além delas, onde se materializam seus espaços de vida, constituem-se fronteiras de circulação de pessoas, recursos, trabalho, serviços, informação, tecnologia, assim como reciprocidades, laços de solidariedade, partilha e uma rica carga cultural que conectam as comunidades rurais ao urbano. Tais elementos apresentam-se como conexões entre o urbano e o rural. A relação entre esses espaços é essencial à manutenção da vida desses sujeitos, de forma complementar.

Os sujeitos: quilombolas de Salvaterra

Salvaterra é parte do maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, banhado pelo Oceano Atlântico e pelos rios Amazonas e Tocantins, a Ilha de Marajó, no Pará, que tem na água um elemento protagonista da mobilidade. “A ocupação humana da área estuarina em que Salvaterra está localizada remonta à fase pré-colonial de ocupação da Amazônia, cuja cultura dos primeiros habitantes deixou um legado sociocultural para as populações contemporâneas” (Furtado; Souza, 2006 apud Peixoto, 2014, p. 17), pois “é ainda em torno das águas que Salvaterra desenvolve suas principais atividades econômicas, de transporte e culturais” (Peixoto, 2014, p. 17), constitui-se como um importante espaço de luta quilombola.

Atualmente, o território de Salvaterra é composto pelas terras dos distritos de Salvaterra (sede), Condeixa, Joanes, Jubim e Monsarás, possuindo uma população estimada 24.129 pessoas e densidade demográfica de 26,77 hab/km² (IBGE CIDADE, 2022). No aspecto econômico, o município enquadra-se em base agrária, possuindo sua economia baseada em atividades rurais, na pesca, na criação de gado e produção do Coco da Bahia. Na atualidade, o principal produto produzido é o abacaxi, sendo que a mandioca também possui boa participação na economia. O abacaxi cultivado na região é um dos mais doces do país, tirando daí o sustento dos moradores e a economia da região, fazendo com que o município seja um dos grandes produtores e exportadores da fruta. Abaixo, uma representação espacial com a localização das Comunidades Quilombolas de Salvaterra.

Figura 1 - Mapa de localização do território quilombola de Salvaterra



Fonte: Elaborada por Brena Machado (2023).

Segundo levantamento de campo realizado nas comunidades quilombolas, em Salvaterra, existe uma vasta população vivendo nos quilombos. Esse universo abrange, aproximadamente, 1.791 famílias quilombolas (dados informados pelas lideranças das comunidades na pesquisa de campo). Em média, o número de indivíduos que compõe cada família é de 5 (cinco) a 7 (sete) membros.

Entre 2013 e 2017, a variação populacional no município de Salvaterra foi superior ao aumento apresentado em nível estadual. “A população do município – Salvaterra – registrou um aumento de 6,97%. No mesmo período, a UF – Pará – registrou um aumento de 4,98%, sendo composta, em sua maioria, por homens e negros” (ATLAS BRASIL). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), os negros representam 86,74% da população de Salvaterra. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município é, ainda, considerado relativamente baixo, ocupando a 40ª posição do Pará e o 3957º lugar no Brasil.

Tabela 1 - Índices municipais de Desenvolvimento Humano em Salvaterra-PA

Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1991/2000/2010			
IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH – M	0,391	0,478	0,608
IDH – M Longevidade	0,677	0,745	0,793
IDH – M Educação	0,171	0,286	0,488
IDH – M Renda	0,515	0,514	0,580

Fonte: PNUD/ IPEA/ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.
Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

As atividades que compõem renda mensal, exercidas pelas famílias quilombolas das comunidades de Salvaterra, são: a agricultura familiar, atividades de pesca, extrativismo e benefícios sociais como auxílio Brasil/Bolsa Família, ou o auxílio pesca (no período de defeso). As fontes de rendas de grande parte dos moradores, inclusive dos quilombolas residentes no local, advêm de atividades informais. Sobre essas atividades, um quilombola relata: “A atividade que é muito presente aqui na nossa comunidade é o extrativismo que é a coleta de fruto do açaí, da bacaba, do bacuri, da mangaba, do tucumã, e de outros frutos que existem na natureza” (Osvaldo – quilombola de Boa Vista, 2023).

Os quilombolas sugerem, para melhorar a qualidade de vida, políticas públicas que atraiam investimentos sem que haja impactos à natureza e à cultura local, necessárias à reprodução de suas existências, com “políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas que sejam executadas e não fiquem somente no papel” (Carla – quilombola de Bacabal, 2023). Os quilombolas de Salvaterra mencionam existir a necessidade de políticas que visem à “valorização do conhecimento, medicina de quintal, alimentação cultivada por nós, e respeito ao ambiente” (Maria Luiza – quilombola de Boca da Mata, 2023). As relações que se dão no território são ressaltadas como significativo fortalecimento de luta entre as comunidades quilombolas localizadas no município de Salvaterra, “geram vínculos fortes, laços de confiança e fidelidade, e alianças políticas entre as mesmas” (Lima Filho, 2014, p. 9).

O reconhecimento do direito de luta avança e fortalece com o apoio legal. Destaca-se que todas as comunidades quilombolas de Salvaterra não

possuem os títulos definitivos de seus territórios. A tabela 2 traz um demonstrativo das comunidades quilombolas certificadas ou que estão em processo de certificação em Salvaterra.

Tabela 2 - Registro das comunidades quilombolas certificadas em Salvaterra-PA

Comunidades quilombolas certificadas					
Comunidade	Nº processo na FCP	Data da Abertura	Nº da portaria	Portaria no Dou	Nº processo Inkra
Campina	01420.000188/2004-40	14/04/2004	19/2004	04/06/2004	54100.000321/2004-47
Bacabal	01420.000561/2006-24	20/03/2006	15/2006	28/07/2006	54100.000115/2005-18
Santa Luzia	01420.000578/2006-81	20/03/2006	15/2006	28/07/2006	54100.002289/2005-15
Rosário	01420.001846/2006-82	01/08/2006	29/2006	13/12/2006	54100.000076/2007-11
Vila União / Campina	01420.001847/2006-27	01/08/2006	29/2006	13/12/2006	54100.000321/2004-47
Boa Vista	01420.000735/2007-30	29/03/2007	51/2007	16/05/2007	54100.000426/2007-49
Deus Ajude	01420.005569/2010-63	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000114/2005-73
Bairro Alto	01420.005574/2010-76	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.001306/2010-64
Caldeirão	01420.005571/2010-32	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000290/2007-77
Pau Furado	01420.005572/2010-87	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000458/2007-44
São Benedito da Ponta	01420.007606/2010-78	07/12/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000069/2007-19
Siricari	01420.002886/2011-17	15/03/2011	211/2011	22/12/2011	54100.000093/2013-04
Providência	01420.003113/2011-40	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.003655/2013-63
Mangueiras	01420.003116/2011-83	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.000589/2010-27
Salvá	01420.003110/2011-14	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.001686/2005-70
Paixão	01420.003117/2011-28	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.000075/2007-76
Comunidades quilombolas em processo de certificação					
São João	Sem processo FCP e Sem publicação no Dou	2007	Comissão Pró-Índio de São Paulo e Inkra		54100.000459/2007-99
Boca da Mata		—	Informada pela Malungu		Sem processo no Inkra
Cururu	01420.005952/2016-15	14/06/2016	Informada pela FCP - Falta ata/Histórico		Sem processo no Inkra

Fonte de dados: FCP (2017, 2022), MALUNGU (2021), INCRA (2022) e Comissão Pró-Índio de São Paulo (2020). Elaborada pelos autores.

A tabela 2 traz dados sobre registro dos processos das comunidades quilombolas de Salvaterra. A pesquisa foi realizada em diferentes instituições, como: Fundação Cultural Palmares – FCP; Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – Malungu;

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; e Comissão Pró-Índio de São Paulo. Entre as 19 comunidades citadas, estão Campina e São João, que, segundo informado pelas lideranças locais, iniciaram procedimento de registro para reivindicação de seu território coletivo enquanto território de negro, remanescente de quilombo, no entanto, não deram andamento no processo iniciado.

A comunidade Campina deu entrada na FCP em 2004, mas 2 anos depois deu entrada novamente após uma reorganização do território e da comunidade com outro nome (Vila união/Campina). As duas (Campina e vila união/Campina) apresentam o mesmo número de protocolo no Incra. Os quilombolas dessa comunidade se referem a ela como comunidade quilombola de Vila União.

A Comunidade São João apresenta uma situação similar, com registro de entrada em 2007. Ela é informada pelas instituições: Comissão Pró-Índio de São Paulo e Incra, inclusive, com registro próprio no Incra. Após 4 anos, esse território se reorganizou e registrou protocolo na FCP e Incra com o nome de Comunidade Quilombola de Mangueiras, gerando, assim, um novo número de protocolo no Incra. Segundo explica a liderança da Comunidade de Mangueira, residente no bairro São João, “a comunidade Mangueiras é um grande território dividido por bairros, que engloba o bairro São João. São João e mangueiras é uma única comunidade quilombola” (Jessica – quilombola da Comunidade Mangueiras, 2023). Destaca-se que as duplicidades de protocolo dessas comunidades, atualmente reconhecidas como Vila união e Mangueiras, é justificada por conflitos internos entre os residentes no período. Das 17 comunidades quilombolas em Salvaterra, a mais recente é a Comunidade Quilombola Boca da Mata, informada no período de pandemia pela Malungu e ainda sem registro de protocolo na FCP e INCRA. A Comunidade Quilombola Cururu possui abertura de processo registrada na FCP, sem registro de processo no INCRA por pendências de documentos (Ata/Histórico).

Cabe esclarecer que, em um primeiro momento de pesquisa, para levantamento de dados sobre as comunidades quilombolas em Salvaterra, realizado no 1º semestre de 2021 na FCP, informava-se, na ocasião, que a Comunidade Cururu era denominada com o nome de “Cururu, Cururuzinho e Água Boa” – com n.º de Processo 01420.005952/2016-15, em processo de certificação em aberto, constando como aguardando complementação de documentos na etapa atual do processo.

Após novas pesquisas para atualização de dados no 1º semestre de 2022, identificou-se a alteração/substituição no nome de registro da comunidade, ficando: Cururu, permanecendo com o mesmo número de processo. Tal alteração foi explicada por uma liderança jovem quilombola como sendo resultante de conflitos internos. Ela informou que “a confusão foi feita por parte de um cidadão que queria se beneficiar da comunidade, capitando recursos para benefício próprio, sem pensar no coletivo de Cururu” (Liderança Abayimi, 2023).

As comunidades quilombolas Bacabal, Santa Luzia, Rosário, Vila União/Campina, Boa Vista, Deus Ajude, Bairro Alto, Caldeirão, Pau Furado, São Benedito da Ponta, Siricarí, Providência, Mangueiras, Salvá, e Paixão possuem número de processo na FCP e no INCRA, como demonstrado na tabela 6. A “FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito a auto definição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, certifica a comunidade que assim se reconhece e declara.

Entre as comunidades certificadas em Salvaterra-Pa, a FCP informa somente as etapas do processo da Comunidade Quilombola de Bacabal (decreto) e Comunidade Quilombola de Santa Luzia (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID), que são, respectivamente, a segunda e terceira com data de abertura mais antiga. Ressalta-se que as comunidades quilombolas de Salvaterra estão lutando até o momento pela emissão do título definitivo dos seus territórios.

A Nova Cartografia Social (NCS) tem um papel auxiliador no mapeamento dessas comunidades na Amazônia, intencionando apresentar a localização e organização de grande parte dos quilombolas do Marajó no território de Salvaterra. Esses sujeitos no processo de luta coletiva por seus direitos explicam que, para avançarem seus objetivos, procuram estar unidos, “(...) não é cada um por si e sim cada um por todos, e todos por um que é o território quilombola de Salvaterra” (Luzia Betânia Alcântara apud MALUNGU/PNCSA, 2006, p. 3).

Um dos símbolos de união das comunidades é o ato de arquear as bandeiras das comunidades lado a lado ou mesmo expô-las ao redor dos baracões que sediem as reuniões, palestras ou eventos festivos. Cada comunidade quilombola traz sua bandeira. Mais que um valor simbólico, elas represen-

tam orgulho e comprometimento dos sujeitos no enfrentamento das questões diárias que conflituam e impedem o alcançar de seus sonhos de valorização cultural e titulação de seus territórios.

Atualmente, os quilombolas reconhecem-se descendentes desses negros que participaram do processo de construção (material e imaterial) de como Salvaterra se apresenta atualmente, e no processo de organização social e fortalecimento do seu coletivo; são protagonistas de lutas estratégicas, de superação dos conflitos que enfrentam cotidianamente em suas comunidades. As lutas são em defesa do território, pelo direito ao uso do território carregado de significados palpáveis e concretos de valor cultural, assim como de significados abstratos, de saberes e modos de fazer, que perpetuam seu histórico, sua história.

A relação entre objeto e sujeito: a relação rural-urbano protagonizada pelos quilombolas de Salvaterra

Na perspectiva de entender os sujeitos e expressar sua interpretação do espaço, abordaremos suas concepções de rural e urbano expressas em seus cotidianos. Logo, o quadro-síntese abaixo demonstra um pouco da percepção de rural e urbano entendida pelos quilombolas residentes nas comunidades quilombolas de Salvaterra.

**Quadro 1 - A percepção de rural e urbano dos sujeitos da pesquisa
Comunidade quilombola**

Comunidade quilombola	Entendimento de rural e urbano pelos sujeitos
Salvá	“O rural não tem essa estrutura de cidade, mas sim de vila. A zona rural é distante do urbano e, geralmente, é cercada por vegetação, matas. O urbano é aquilo que compreende o centro da cidade, o lugar de recurso onde as comunidades vão para suprir suas necessidades, é onde está localizado os bancos, a prefeitura, a câmara, o judiciário, a estrutura interna do município.”
Pau Furado	Rural é o ambiente na comunidade quilombola. Lugar onde estão as roças, as plantas, os igarapés, as matas. O urbano seria Salvaterra.
Mangueira	“Rural são as comunidades, são espaços que antes podíamos fazer nossas criações de galinhas e o porco, ter roças, ter o quintal. O urbano é a cidade, é a sede do município.”

Deus Ajude	“Espaço Rural é aquele aonde está as comunidades distantes, localizadas fora do território do Urbano. Então, é onde tem falta de tudo, de políticas públicas na questão de saúde, saneamento, essas coisas (...) / Espaço Urbano é onde já tem bancos, lojas essas coisas.”
Bacabal	Rural no campo, nas comunidades / Urbano na cidade, em Salvaterra.
Caldeirão	Rural é onde temos agricultura dentro do nosso território. Temos as atividades de extrativismo do açaí, a pecuária, a pesca, a plantação de mandioca / Urbano é um conjunto de estruturas como saneamento básico, asfalto, grandes empresas, atividade econômica bem evoluída e produtiva, escolas de melhores qualidades (médio, fundamental), água encanada.
Rosário	“Rural tem uma prática tradicional, o modo de fazer, de viver, de realizar práticas como o caçar, o pescar, a agricultura da mandioca, do abacaxi, essa parte, lá é onde se concentra os campos, com distância da localização das residências / Urbano tem mais infraestrutura, onde estão as ruas asfaltadas, os hospitais, mesmo com pouco espaço para realizar atividades.”
Boca da Mata	Rural onde tem as roças o igarapé / Urbano onde facilitar o acesso às políticas públicas existentes, como o acesso à água potável, estradas de boa qualidade, escolas.
Siricari	Rural é onde existe mais estradas de chão, poucos movimentos em ruas, menos concentração de pessoas e mais áreas de matas verde e plantações. Urbano é considerado a área de cidade, com infraestrutura e onde há grande maior concentração de pessoas.
Cururu	“O rural é o nosso lar, onde tá a comunidade. Urbano é onde se busca estudo, trabalho, aqui faz parte da nossa lida. Tem gente que mora aqui, mas passa maior parte do tempo lá.”
Santa Luzia	“Rural é o lugar que encontramos a calma, a sustentabilidade, com diversas formas de sustentar nossas famílias. Urbano é onde temos maior acesso as coisas que necessitamos, aonde podemos conseguir estudar o avançado. Lugar que encontramos oportunidade.”
Providência	“O rural é onde fica as comunidades quilombolas, que é pra fora da cidade, onde fica as vilas / O urbano é onde fica localizada Salvaterra no caso, lá o centro, esse é o urbano.”
Boa Vista	“Nossa comunidade fica no espaço rural da cidade da onde tem uma estrada que começa na PA 154 de Salvaterra e adentra as comunidades aqui do ramal de Boa Vista, Ponta, Deus me Ajude, Providência e vai até na beira do rio de Mangueiras” / Urbano é na cidade.”
Paixão	“O espaço rural é o interior da cidade, dos cabocos como diz a minha vó. É muito longe. É muita dificuldade com tudo isso, é a situação precária, é lama, é estrada escangalhado, é um caos mesmo as nossas vicinais pra cá.” / O urbano é a cidade.
Vila União	“Rural onde as famílias ficam mais isoladas e o urbano onde tem mais facilidade de emprego.”

São Benedito da Ponta	“Rural área relacionada a terra, em geral, criações de animais. Urbano onde está localizada a cidade com seus prédios, barulho para todos os lados, comércio, grande, poluição.”
Bairro Alto	Ambiente da comunidade é rural. Urbano é Salvaterra, onde tem mais infraestrutura.

Fonte: Trabalho de Campo em Salvaterra. Elaborado pelos autores (2023).

Destaca-se que as informações foram respondidas por residentes das comunidades quilombolas de Salvaterra (sendo estas lideranças ou não) durante diálogos em diferentes momentos que se somam às atividades de campo realizadas. As respostas foram agrupadas por comunidade. Quando informada mais de uma definição entre os residentes, consideraram-se os pontos em comum entre elas. O quadro 1 representa as falas dos sujeitos de forma direta ou indireta. Consensualmente, os sujeitos entrevistados entendem que as comunidades quilombolas ficam localizadas no espaço rural de Salvaterra.

Para a maioria, a percepção de rural e urbano está relacionada ao tipo de estrutura, à atividade exercida e aos hábitos culturais. Alguns definem o seu espaço como um lugar de conforto e aconchego; e o de estranhamento, para eles, seria o urbano. A falta de estrutura material para permanência e acesso à comunidade, como as escolas, posto de saúde, estradas acessíveis, iluminação pública, transporte coletivo, acesso à internet e outros mencionados como relativos ao que se encontra no espaço rural, é resultante da falta de políticas públicas para as populações que ocupam esses espaços.

A falta de estrutura nas comunidades quilombolas de Salvaterra é, entre outras coisas, bandeira de lutas dessas comunidades que lutam pela qualidade de vida em seus territórios, reivindicando seus títulos coletivos, podendo, assim, trabalhar na terra, com os recursos da natureza de forma sustentável e responsável, gerando renda para as famílias através da agricultura e extrativismo. “Com os títulos de seus territórios, as comunidades quilombolas poderão captar recursos para projetos ligadas a agricultura e extrativismo, que trarão oportunidades ajudarão as comunidades a reduzirem a pobreza que muitas famílias se encontram” (Emerson Miranda – quilombola de Caldeirão, 2022).

Os sujeitos identificam o urbano como um lugar de oportunidade, de maiores recursos e possibilidades; um espaço estruturado que recorrem na interação de suas necessidades básicas. Uma interação rural e urbana estreitada pelo tempo, que, em sua dialética, compõem as especificidades de um território. Nesse sentido, o território se apresenta como “(...) produto concreto de

lutas de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência, sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundantes: proletariado, burguesia e proprietários de terra (Oliveira, 2004, p. 62).

Aparentemente, à medida que o urbano cresce, reduzem-se a área rural e os moradores que vivem no campo, no entanto, o que ocorre pode ser entendido como a constituição do que o autor citado expõe sobre a existência de vários urbanos e rurais em seu universo de complexidade (Alentejano, 2000). Considerando o exposto, destaca-se que, para Malcher (2017, p. 156-157), “a família do espaço agrário (quilombo) não deve ser olhada de forma inteiramente similar à do urbano – os motivos são óbvios, pois as dinâmicas dos entornos são diferenciadas, no agrário a família extensa é quase sempre mais articulada”. Visualiza-se uma inter-relação que acaba perpassando os conflitos no espaço rural brasileiro, em especial, da Amazônia. O crescimento populacional não veio acompanhado de um planejamento de políticas públicas que alcançassem as necessidades dessa população. Segundo Guerra (2015, p. 584):

Os setores urbanos caracterizados pela concentração de serviços básicos de saneamento, educação, saúde, transporte e moradia, nos últimos dois séculos, levaram a uma perspectiva em que o espaço e o modo de vida são dados por elementos ditos de urbanização. A referência dos municípios, estados e países são, portanto, as aglomerações, secundarizando-se os espaços dispersos, ordinariamente entendidos como rurais, nos quais ocorre a produção agrícola e pecuária, o extrativismo mineral e vegetal, a caça, a pesca, mas também atividades esportivas, de lazer e entretenimento.

Na tentativa de melhor entender/explicar as relações estabelecidas nos bairros rurais do município de Salvaterra, Lima Filho (2014) recorre a Queiroz (2006) quando afirma que:

Bairro rural não é sociedade primitiva, mas ambos, à medida que se mantêm íntegros e afastados das influências introduzidas pelo avanço da sociedade capitalista, exibem profundas semelhanças no modo como se organizam e se reproduzem. (...) a formulação de Marx relativa a algumas formações econômicas pré-capitalistas sintetiza o que há de comum entre elas: nessas formações, acentua Marx, o objetivo da produção é o homem, ao contrário do que predomina no mundo moderno, em que a produção surge como objetivo do homem, e a riqueza como fim da produção (Marx, 1971:447). O passado é, pois, o tempo da abundância, da produção de valores de uso, do igualitarismo que reinava entre seus moradores, da irrelevância de uma economia monetária, da indiferenciação de sua estrutura (...) (Queiroz, 2006, p. 106-107 apud Lima Filho, 2014, p. 198).

Independentemente da estrutura adotada, tanto o rural quanto o urbano se estabelecem nas relações cotidianas, nas estruturas de formas diferenciadas que não precisam ser, necessariamente, rotuladas de evoluídas ou primitivas. Ariovaldo (2004) diz que deve haver um caminho da compreensão contraditória entre as relações cidade/campo. “É assim que esse processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética” (Oliveira, 2004, p. 64).

Dialeticamente, o capitalismo se beneficia da homogeneização e da diversidade, vinculado ao seu modo de produção e consumo, e mesmo considerando que, teoricamente, nesse movimento, fortalecem-se as relações estabelecidas entre o rural e o urbano na luta pelo território. No percurso, acentua-se o protagonismo desses sujeitos como agentes do processo de mudança, desencadeados pelas lutas políticas cada vez mais fortalecidas pelo fenômeno da globalização, “agindo como mecanismo de homogeneização das diversidades produtoras de conhecimentos e inseridos nessa diversidade silenciada da região amazônica” (Silva; Araújo; Farias, 2018, p. 42).

Os povos “tradicionais” inseridos na constante relação entre o rural e o urbano adaptam-se ao “moderno” que se apresenta na acelerada rotina demandada na perpetuação hegemônica capitalista global, que alcança as mais distantes e, muitas das vezes, esquecidas comunidades quilombolas da Amazônia Marajoara. Assim sendo, rural e urbano, campo e cidade vão se unindo de forma dialética, “quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas, e particularmente pela reforma agrária. É, pois, contraditoriamente, nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária” (Oliveira, 2004, p. 64). Nesse processo, os quilombolas de Salvaterra constroem mecanismos de lutas, fortalecendo as estratégias que visam combater as injustiças historicamente produzidas.

No processo de interação social diária, inserem-se múltiplos sujeitos. A relação rural-urbano, entrelaçada ao processo de vivência e constante luta pelo território, caracteriza-se com suas formações socioespaciais distintas, ao mesmo tempo que são combinadas e contraditórias, constituindo interação em um espaço de delimitação subjetiva. As necessidades de deslocamentos também funcionam como um espaço de interação rural-urbano cotidiana-

mente. Ressalta-se que sempre que se mencionavam as relações entre esses dois espaços, a conversa era direcionada à dificuldade de acesso até a cidade ou mesmo a outros lugares fora das comunidades quilombolas. Sobre o acesso à comunidade, o quilombola de Pau furado explica:

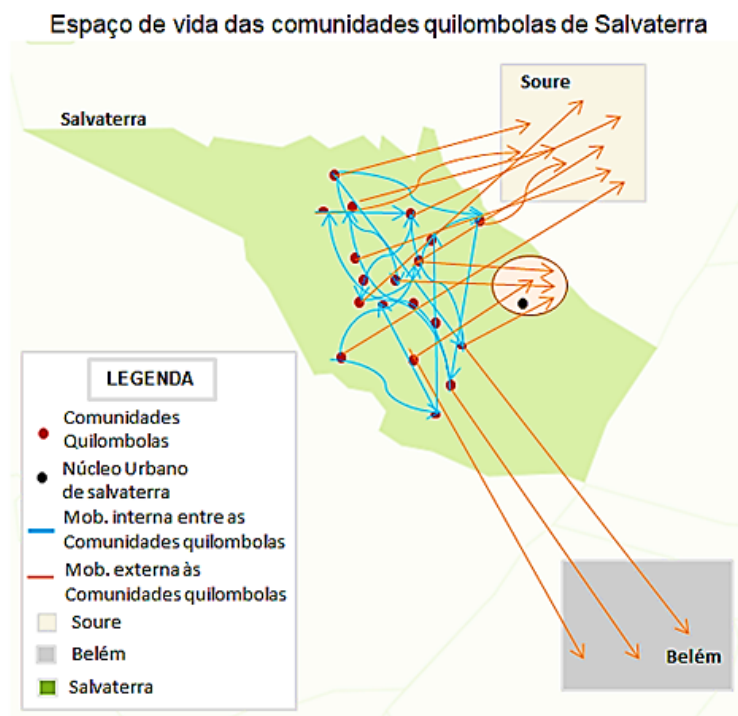
O acesso a comunidade é feito por uma estrada de chão e piçarra também. Ainda não tem asfalto. Nós estamos nessa luta de ver se a gente consegue uma estrada com trabalho de terraplanagem pra que possamos conseguir, futuramente, uma camada asfáltica, pra melhorar o tráfego, pra diminuir a distância até a cidade. Eu acabei de falar que é mais ou menos de cinco a oito, ou dez quilômetros de cada comunidade. Cada comunidade varia essa distância. A nossa, por exemplo, é isso. Mas, como temos que passar pelas outras comunidade vai aumentando a distância. Seria mais fácil se tivéssemos uma estrada que fosse dá lá na cidade (Osvaldo – Liderança da Comunidade Boa Vista, 2023).

São espaços que “possuem diálogos e interações, mas também singularidades e especificidades”. Uma compreensão aprofundada na temática, que pautada a complexidade da mobilidade das pessoas, demanda abordar as “especificidades das necessidades de cada lugar e dos seus habitantes” (Teixeira; De Paula, 2021, p. 90). No caso, entende-se que grande parte da rotina dos quilombolas insere-se na migração pendular desses espaços de acesso. Sobre essas formas de acesso à sua comunidade e as estratégias de superação das dificuldades, uma moradora quilombola de Boca da Mata explica:

Chegamos na comunidade de bicicleta, moto, carro. Não temos transporte coletivo, temos casa lá dentro da Boca, e as roças o igarapé, mas por conta do racismo estrutural não temos mais água potável, não temos estrada de boa qualidade nem escola. Isso faz com que as famílias mudem para a beira da estrada para facilitar o acesso às poucas políticas existentes (Maria Luiza, quilombola da Comunidade Boca da Mata, 2023).

Segundo Lira (2017, p. 20), a migração e a mobilidade “são processos complementares no sentido de que articulam diferentes escalas de fenômenos relacionados à distribuição espacial da população na Amazônia brasileira constituindo um espaço de vida com características específicas”. Para tal, pensamos a realidade dos quilombolas de Salvaterra considerando as singularidades de seu território na Amazônia, pois a representatividade do espaço de vida revela um “(...) envolvimento com os lugares, os hábitos e os costumes, bem como os medos, insegurança e angústia referentes a certos lugares ou situações” (Marandola Jr., 2006, p. 7). A figura 3 expressa essas interações dos quilombolas.

Figura 3 - Esquema representativo da mobilidade quilombola em Salvaterra-PA



Fonte: Machado, Lira e Bringel (2022, p. 1150).

Nas comunidades quilombolas de Salvaterra, o espaço de vida engloba as migrações temporárias e permanentes para além do território quilombola. Está presente nos processos educacionais; processos formativos de luta; busca pela saúde; e manifestações (tanto as que ocorrem no próprio território quilombola como fora), evidenciando que o espaço urbano também é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 1995, p. 1).

Tal afirmação nos ajuda a explicar a intensa mobilidade interna entre as comunidades quilombolas de Salvaterra, pois, nelas, reforça-se o elo simbólico de coletividade nas rotinas culturais (em festejos das comunidades quilombolas, como os jogos, o desfile cívico quilombola e o festival de tradição quilombola), religiosas (nas igrejas e festividades religiosas), na educação (nas escolas quilombolas presentes em algumas comunidades ou em projetos capitados pelas lideranças quilombolas) e no trabalho (pelas famílias que

possuem um espaço para a agricultura familiar ou que trabalham nas escolas das comunidades vizinhas ou que residem).

A mobilidade externa às comunidades quilombolas de Salvaterra está relacionada à busca de maior infraestrutura ou de serviços que não são acessados nas comunidades, por exemplo: setor administrativo público, bancos, supermercados, hospital, farmácia, escola de nível médio e técnico, universidade, trabalho, manutenção de veículos e outros serviços. No entanto, essa mobilidade é representada com maior ou menor frequência considerando, além do destino, outros motivos relacionados ao custeio, à facilidade do acesso, ao tempo e à segurança.

A mobilidade externa apresenta-se relacionada a três destinos: com o núcleo urbano de Salvaterra; com o município de Soure; e com Belém. É possível observar no desenho representativo que grande parte dos quilombolas, quando necessário sair de suas comunidades, direciona-se para o município de Soure. A preferência justifica-se por Soure apresentar maior rede de infraestrutura e redução de custo no transporte, quando comparado a Salvaterra, e maior facilidade de acesso, quando comparado a Belém (capital).

Nesta análise, destaca-se uma população que cria alternativas de sobrevivência, ampliando seu espaço de vida para outros municípios. Tudo se encaixa na agenda de luta pela sobrevivência física e cultural desses quilombolas, na busca pelos seus direitos e reconhecimento enquanto vivem a perspectiva de conquista de seus títulos.

A luta, conflitos e estratégia de superação quilombola no contexto de interação rural-urbano

As mudanças, ao longo do processo histórico de ocupação do território, evidenciaram desigualdades sociais. Reclus (1985, p. 84-85 apud Bombardi, 2007, p. 319-320) afirma que "(...) é preciso não se esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada". As desigualdades produzidas pela territorialização do capital afetam de forma impactante os territórios tradicionais e o modo de vida camponês predominante no campo. "O espaço de acumulação de capital contrapõe-se ao espaço do camponês" (Marques, 2004, p. 146). Estabelece-se no processo uma relação conflitante.

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (Marques, 2004, p. 145).

Importa destacar que, para as comunidades quilombolas, “a territorialidade é o elemento de construção da identidade territorial quilombola. As formas de acesso à terra, incluem as dimensões materiais e imateriais, onde a estreita relação do grupo representa uma relação complexa e aponta para a existência da terra como território” (Malcher, 2017, p. 160). Segundo explica a quilombola Joely Bento Souza, da Comunidade Siricari, “na dimensão material, a terra é o que temos em comum”.

Segundo Sales (2017), “a interação de dois modos de vida diferentes implica em uma drástica transformação de ambas, haja vista que essas mudanças se dilatam cronologicamente e devem ser analisadas ao longo do tempo histórico” (Sales, 2017, p. 47). Dessa forma, pensar as especificidades e interações possibilita compreender a reformulação de papéis e identidades dos sujeitos no dia a dia. “Quando se estuda as comunidades remanescentes de quilombo, as lembranças de seus moradores possibilitam a entrada em suas raízes históricas, fazendo dessa forma, com que o passado que sempre esteve presente em suas memórias se torne mais vivo” (Funes, 1995, p. 16 apud Almeida; Amaral, 2019, p. 59).

As memórias dos quilombolas relembram história de um “outro universo em posição dominada e estigmatizada” (Marin, 2010, p. 25). Logo, a luta coletiva quilombola mostra-se como instrumento de oportunidade em busca de justiça social. “Isso abre a possibilidade de pensar os remanescentes das comunidades dos quilombos como formas de organização social existentes na contemporaneidade” (Benedetti, 2021, p. 703).

Trata-se da organização social na luta pelo território. “Os quilombos, no Brasil, foram caracterizados como territórios de resistência, onde populações negras poderiam garantir sua reprodução física, social e cultural” (Peixoto, 2019, p. 113). A luta pelo território se dá a partir do reconhecer seu direito enquanto integrante, logo:

Defender o território, como direito legítimo das comunidades quilombolas, significa combater um passado e presente de opressão e subalter-

nidade nas dimensões de raça, classe e gênero. Aponta para a superação das representações inferiorizantes e estigmas criados historicamente e ainda presentes no imaginário social brasileiro (com reflexos, inclusive, na educação escolar). Defender o território trata-se, portanto, de respeitar os valores civilizatórios das comunidades quilombolas e sua rica contribuição para a formação social, cultural, política e econômica do Brasil, além de avançar significativamente no combate as injustiças sociais presentes na nossa estrutura agrária (Rodrigues, Macedo; Santos, 2018, p. 284-285).

As lutas vão para além do material ou visível, resguardam suas culturas, crenças e essências. Uma tentativa constante de liberdade capturada desde tempos imemoriais. Um dos motivos pelos quais se faz necessário e “reforça a necessidade da titulação definitiva por essas populações de modo a obterem maior legitimidade jurídica diante dos agentes externos” (Gomes *et al.*, 2018, p. 156). Como afirma Malcher (2017, p. 155-156):

O estado brasileiro tem uma dívida social, histórica, econômica, política, cultural e religiosa com as comunidades quilombolas as quais em cinco séculos sofrem com a ausência do Estado e das políticas públicas que tenham como objetivos garantir-lhes condições de um bem viver sem sobressaltos e oportunidades básicas de usufruir plenamente seus direitos. Apesar da conquista formal como sujeitos de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, na prática cotidiana, as comunidades quilombolas batalham pela efetivação de seus direitos, inclusive o reconhecimento da propriedade das terras que ocupam.

Mesmo com a formação e organização das comunidades quilombolas cada vez mais fortes, outros mecanismos, como, por exemplo, a lógica do desenvolvimento, continuam a proporcionar a eles a necessidade de luta intensiva por seus direitos. Em grande parte, “porque os incentivos oferecidos a fazendeiros e empresas para estabelecerem-se na região resultaram em grandes taxas de desmatamentos, concentração fundiária e atos de violência a indígenas e camponeses que já residiam ou chegavam à região amazônica, (...)” (Gomes *et al.*, 2018, p. 140). Por este motivo, a luta pelo direito ao território contempla, entre outras coisas, não silenciar as vozes e desses sujeitos que, comumente, são penalizados no processo de construção do tão propagado desenvolvimento econômico, no desenhar de uma ideia de moderno que segue impactando-os.

Os conflitos acarretam situações de constantes tensões. Essas tensões podem estar representadas quando os quilombolas transitam pelos atalhos, que são as linhas de comunicação por entre os povoados, e são impedidos

de pescar em rios, lagos e utilizar espaço comum de lazer. É quando seus instrumentos de trabalho, de locomoção e de roças são tomados e apreendidos. Isso pode ser constatado na proibição por parte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aos quilombolas de Barro Alto, Pau Furado e Santa Luzia, impedindo-os de abrir roças. Quando sofrem prisões e ameaças pela polícia e fazendeiros quando reagem; e, em muitos casos, são obrigados a pagar um percentual sobre o produto da pesca (MALUNGU/PNCSA, 2006). Os conflitos estão presentes de muitas formas distintas nas ações dos sujeitos envolvidos.

Tais ações dificultam os quilombolas de exercerem seu modo de vida e de trabalho, tirando sua liberdade e autonomia de uso do território, entendido como seu por direito. Segundo vários moradores, muitos desses conflitos podem ser amenizados com as demarcações das terras quilombolas no município de Salvaterra. A regularização fundiária possibilitaria fortalecer o território como fonte de recursos naturais essenciais à sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Embora as estruturas de oportunidades políticas influenciem a permanência dessas comunidades locais, “o seu fortalecimento e as suas conquistas não dependem apenas de ações essencialmente políticas, mas da formação de sentimentos de pertencimento a uma unidade comum, possível com o processo de identificação” (Gomes; Schmitz; Bringel, 2018, p. 591), que, segundo Cruz e Mello (2021, p. 71), “ocorrem dentro de uma lógica espacial na qual não há a necessidade de que essas áreas (uso comum e familiar) sejam adjacentes e permanentes. Além disso, a distribuição dos roçados, casas e a área de uso comum é baseada num consenso do grupo e não em ações isoladas”. Daí a essência para estratégias de luta, pensar o coletivo.

Cabe destacar que tal reivindicação está atrelada à dívida histórica que a nação brasileira acumulou no processo de escravização de um povo e, posteriormente (pós-abolição em 1888), em um contínuo projeto de repressão e invisibilidade estabelecido sobre esses sujeitos que ajudaram a construir esse país – trata-se da história, da cultura e da mão de obra de negros africanos escravizados, não de escravos.

Mesmo a principal bandeira de luta quilombola sendo a conquistas dos títulos definitivos de seus territórios, a luta nunca se limitou a isso, pois, “(...) se criaram práticas e eventos que valorizam a imagem dos quilombos. A (re)construção de símbolos procura fortalecer a identidade do grupo, que

tem caráter estratégico, cognitivo e mobilizador” (Gomes; Schmitz; Bringel, 2018, p. 591). A mobilização dos povos quilombolas ajudou, de forma direta e indireta, a alcançar conquistas importantes que atuam no fortalecimento de luta coletiva pela identidade, como:

(...) a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a aprovação da Lei que torna obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica, o decreto 4887/2003, a Resolução 08 de 2012, a lei 12.990/2014, ainda são aspectos de ancoragem na continuidade do processo de avançar nas lutas, de continuar a construção de uma democracia participativa a caminho de um outro Brasil e de um outro mundo (Malcher, 2017, p. 165).

Para além dessas conquistas em âmbito geral, em Salvaterra, existem os grupos de lideranças da Juventude Negra Quilombola, chamado ABAYOMI, e o Grupo Semente do Quilombo, que seria um pequeno grupo de mulheres que confeccionam peças de roupas (nas cores do quilombo) e costumam acessórios com produtos da natureza, voltados à exaltação da mulher negra e valorização da cultura.

As mulheres estão ocupando espaços de protagonismo nas lutas diante dos conflitos cotidianos, inclusive, elas estão presentes em maior número nas composições das associações quilombolas e nos demais grupos de lideranças das comunidades locais de Salvaterra, representando seu coletivo. “Por meio da rede constituída por mães, esposas, avós, filhas e netas – enfim, um segmento social marcado por mulheres de diferentes gerações –, a autoidentificação ganhou densidade e expandiu-se pelas comunidades de ascendência negra” (Lima Filho; Silveira; Cardoso, 2016, p. 94).

Para além da valorização cultural, esses eventos servem para fortalecer estratégias de lutas diante dos desafios diariamente enfrentados pelos sujeitos. São manifestações simbólicas e legítimas que caracterizam o emergir da identidade negra nas comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, que lutam e enfrentam conflitos cotidianos. Aliada às organizações dos grupos, soma-se uma rede de solidariedade na divulgação dos trabalhos e consumo entre eles.

Nos eventos coletivos das comunidades quilombolas locais, a participação das mulheres é preponderante. Essas participações podem ser visualmente notadas nos eventos culturais e nas atividades de campo realizadas. Na figura a seguir, destaca-se a presença das crianças, mulheres e dos que se encaixam na categoria de melhor idade (idosos), participando de eventos organizados pelos coletivos quilombolas.

Figura 2 - XVII Jogos de Identidade Quilombola: criança, jovem, mulher/homem, idoso



Fonte: Trabalho de campo (2021).

No 1ª Festival Cultural Quilombola de Salvaterra, no Marajó, foi possível perceber a organização social, religiosa e políticas desses povos em luta, que vivem seu território em uma extensão de seu lar, de sua casa. Para

além da exposição cultural socializada, através de oficinas organizadas pelas comunidades quilombolas presentes no período do evento.

Destaca-se o encontro como estratégia política de luta muito importante para o fortalecimento de suas ações coletivas. Um momento em que as lideranças das comunidades quilombolas (formada, em sua grande maioria, por mulheres e jovens) socializam fatos ocorridos nas comunidades e estratégias de enfrentamento. Um espaço importante em que todos são ouvidos. “A cultura Marajoara é enriquecida pelas diferentes formas de se relacionar com o mundo e com os elementos imateriais do território. O quilombola Marajoara constrói formas próprias de se relacionar entre si e com as outras comunidades, (...)” (Malcher, 2017, p. 73).

A relação rural-urbano nas comunidades quilombolas de Salvaterra está presente nas ações cotidianas, nas expectativas de suas lutas e na memória dos descendentes daqueles que carregaram em seus ombros o peso da injustiça, da opressão e da exploração. Essa relação conta uma história de mudanças, que, antes, há muito tempo, em nome da modernidade, usurpou direitos dos negros que constituem grande parte da população do lugar, e na atualidade trabalha para remediar, incorporando – através de mecanismos legais, mesmo que de forma lenta – a igualdade que é cobrada por eles com muita luta. Nesse processo de luta pelos direitos, justiça e respeito, ressaltam-se os conflitos vivenciados. O quadro abaixo traz uma exposição dos principais conflitos enfrentados por essas comunidades quilombolas, assim como informações do quantitativo de famílias pertencentes às comunidades quilombolas.

Quadro 2 - Principais conflitos identificados pelos quilombolas de Salvaterra-PA

Comunidade Quilombola	Nº de família	Conflitos relatados por moradores das comunidades quilombolas
Salvá	25	Conflito interno relacionado à área de limpeza, externo com fazendeiros, relacionado ao uso de área comum dentro de uma propriedade privada. “Captam os próprios irmãos com empregos na fazenda para ir contra as ações do quilombo”.
Providência	19	Conflito pelo uso do território de pesca com fazendeiros locais (alegam que os peixes pertencem a eles).

Rosário	92	Relacionado à questão territorial, invasão/ ambientais com o plantio do arroz (rios do Igarapés estão recebendo esses agrotóxicos)/ destruição do território de pesca por causa da abertura de drenos nos igarapés/ conflito relacionado ao uso de um porto de embarque e desembarque dos quilombolas/ “Fazendeiro abriu estradas dentro do território”.
Santa Luzia	15	Conflito relacionado à demarcação da comunidade, “a cada ano diminui, limitações aparecem na mata de bacurizais”
Deus Ajude	50	Conflitos com posseiros, com fazendeiros e com a chegada do agronegócio dentro da comunidade.
Cururu	38	Conflito por posse de terra, muita moradia de pessoas de fora, e outro é a estrada que está ruim de estrutura.
Caldeirão	520	Relacionados às invasões/vendas irregulares de terras/ desentendimentos com fazendeiros que não deixam plantar (fazendas ao redor do quilombo)/ Relacionados a empresas, que não trazem retorno para a comunidade, não empregam.
Pau Furado	80	Conflito relacionado ao território (fazendeiros próximos ao quilombo); conflito interno: destruição da vegetação com retirada de madeira na área próxima de igarapés para produção de carvão; vendas de roças para terceiros (de fora); “muitos migrantes temporários, aproximadamente 30 famílias do total saem para estudo, trabalho ou questão de saúde”.
Boa Vista	123	Os conflitos estão relacionados à chegada do agronegócio.
Siricari	45	Atualmente, os conflitos são por causa da preservação das matas que pertencem aos moradores/ extração irregular de madeira para venda/ chegada de pessoas de fora/ criação de animais (solto) em locais de plantações.
Vila União/	180	Conflitos territoriais relacionados a vendas de lotes de terra/ imigração de pessoas não quilombolas/ falta de políticas públicas de incentivo à produção familiar, educação, saúde, saneamento básico e transporte.
Campina	180	Conflitos relacionados a impedimentos das atividades extrativistas e dos recursos naturais/ exploração por parte dos seguranças da fazenda com uso de violência/ exploração ambiental (com o plantio de soja, uso de calcária, desmatamento)/ conflitos relacionados ao uso coletivo do território/ conflito relacionado ao acesso terrestre a cidade.
Mangueiras	47	Conflitos relacionados ao uso do território (com fazendeiros que cercam limites cada vez maiores de terras), impedindo a comunidade de fazer plantações de hortaliças, mandioca e abacaxi.
Paixão	47	Conflitos territoriais externos e internos relacionados à demora no processo de titulação do território.
Bacabal	97	Conflitos agrários com fazendeiros.

São Benedito da Ponta	45	Conflitos relacionados ao Racismo Estrutural e Institucional (que desqualifica o sentimento de pertencimento no território)/ conflitos relacionados à venda de terras para pessoas de fora da comunidade.
Boca da Mata	45	Conflitos estão relacionados ao território – fazendas existentes na comunidade que estão sobrepostas ao território Quilombola.
Bairro Alto	190	

Fonte: Atividade de campo. Elaborado pela autora (2023).

As informações coletadas no quadro 2 apresentam um olhar dos sujeitos das comunidades sobre seus conflitos diários nos territórios quilombolas. Esclarece-se que algumas lideranças quilombolas, ao informar o número (aproximado) de famílias, contabilizaram as que residem atualmente nas comunidades quilombolas de Salvaterra. Por este motivo, não se considera o quantitativo como número exato, e sim aproximado.

De forma geral, entre os conflitos mais recorrentes nas comunidades, estão conflitos internos e externos. Entre os conflitos internos, estão: conflitos relacionados às atividades coletivas, como limpeza do território; aos empregos nas fazendas, que servem de instrumento de autodestruição cultural, indo contra as ações dos quilombos; vendas de terrenos nas comunidades; impactos ambientais, com retirada de madeira de forma desordenada sem consenso coletivo; conflitos sobre o racismo estrutural presente dentro e fora do território.

Entre os conflitos externos, estão: conflitos relacionados a impedimentos das atividades extrativistas e de uso dos recursos naturais; exploração por parte dos seguranças da fazenda, que obrigam a vender toda produção por um baixo preço; uso de violência com agressão física e ameaça – quando se recusam a entregar o açaí, eles chegam a atirar, mandar prender os apanhadores, as mercadorias e jogam fora, assim como a pesca; conflitos relacionados à exploração ambiental, destruição do ambiente com o plantio de soja e de arroz, uso de calcária, desmatamento de matas; conflitos relacionados ao uso coletivo do território, impedindo de construir suas roças, criar seus animais, usar área de recreação; conflito relacionado ao acesso (ir e vir dos sujeitos) tanto quando passam por dentro das fazendas quanto quando abrem estradas dentro do território quilombola; relacionados às demarcações das fazendas que, cada vez mais, invadem os territórios das comunidades; conflitos relacionados à estrutura: condições das estradas e iluminação; relacionada à administração pública

sobre a ausência de retorno compensatório das empresas exploradoras do território das comunidades; e a demora nas etapas do processo para emissão dos títulos dos territórios por parte dos órgãos competentes.

Na perspectiva de compensar as injustiças com as mudanças impostas pelo tempo, que motivou a exploração do trabalhador negro e, agora, oportuniza ampliar os mecanismos de luta pelo título do território quilombola, constitui-se uma relação dialética. Isso porque os novos instrumentos disponíveis para a luta, acessados pelos quilombolas, como as redes sociais, grupos em aplicativos de mensagens instantâneas, instrumento de organização de classe e os novos espaços políticos conquistados, apresentam-se como mecanismos de fortalecimento coletivo de luta, tanto no campo quanto na cidade, fortalecendo, assim, os conectivos da relação rural-urbano entre os sujeitos.

Considerações finais

Destaca-se, no processo de pesquisa, a identificação de aspectos que fortalecem o coletivo quilombola, que consolidam a luta política desses sujeitos através de seus elementos culturais. Essa relação é identificada no diálogo com os moradores das comunidades quilombolas de Salvaterra, quando relatam hábitos cotidianos em busca de serviços fora de suas comunidades, em relação à compra e venda de produtos ou mesmo no acesso de serviços, trabalhos e perspectivas futuras.

Eles expressam haver maior facilidade e produtividade em ir em Soure, pois encontram lá um mercado diverso e mais estruturado. Isso contribui para que o espaço de vida dos quilombolas do lugar se dê de forma mais intensa com a área urbana de Soure do que com Salvaterra. Logo, a mobilidade destaca-se como um importante instrumento para entender a realidade dos quilombolas de Salvaterra. Evidencia-se, no cotidiano das 17 comunidades quilombolas, um fluxo em busca de seus direitos, que fortalece as ações de resistência presentes na mobilidade entre elas, como sua cultura e identidade. Externamente, para além delas, visualiza-se uma ampliação do espaço de vida desses sujeitos ligados à uma mobilidade externa a elas (com o núcleo urbano de Salvaterra, Belém e Soure), motivadas por estruturas básicas de sobrevivência, destacando a necessidade de se chegar a seus destinos, expondo-se, muitas vezes, a situações de riscos pela urgência de acesso a políticas públicas concentradas no núcleo urbano de Salvaterra e em outros municípios.

A dinâmica quilombola das comunidades do lugar está diretamente ligada à relação rural-urbano estabelecida no município de Salvaterra. Pensar tal relação demandou uma avaliação de muitos aspectos diretamente relacionados ao cotidiano dos sujeitos. Para tal, considerar o contexto histórico do lugar, assim como o universo dos sujeitos e a influência externa global associada às mudanças que se agregam ao território na interação rural-urbano, ajudou a entender melhor, a partir dos sujeitos, sua dinâmica.

Os quilombolas pensam a luta coletiva quilombola como um importante instrumento para garantir a conquista de seus territórios. A demora no processo de regularização é interpretada por eles como uma tramitação burocrática que se fricciona entre a ideia de garantir direitos, sem que isso reflita em perda de investimentos e lucros econômicos em escalas macros. Enquanto isso, o ambiente natural, a cultura e os direitos de justiça continuam sendo lesados.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/issue/view/18>. Acesso em: 26 abr. 2022

ALMEIDA, R. R. de; AMARAL, A. J. P. Jacarequara: escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia. In: AMARAL, Assunção José Pureza (Org.). **Quilombo Now: o dossiê da Black Amazon**. Castanhal-Pa: UFPA, 2019.

ALVES, F. D.; VALE, A. R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 33-41. ISSN 1980-5772. DOI: 10.5654/actageo2013.0003.0002

ATLAS BRASIL. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. Atlas do Desenvolvimento Humano. (PNUD). 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/150630>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BARBOSA, M. J. de S. (Coord.). **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Universidade Federal do Pará – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / PITCPES. Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Belém, 2012. 79 pág.

BENEDETTI, A. C. Entre avanços e bloqueios: uma análise da política de titulação de territórios quilombolas. In: Entre continuidades e discontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 699-726, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-8>.

BOMBARDI, L. M. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *In*: FERNADES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRINGEL, F. de O. Fronteira capitalista, campesinato e trabalho – apontamentos na Amazônia. São Paulo: Outras Expressões. **Revista Terceira Margem Amazônia**, vol. I, n. 02, 2012.

CARMO, E. D. do; CARMO, S. R. G. do. Disputas territoriais e sofrimento humano: a continuidade dos impactos socioambientais em Barcarena. *In*: COUTO, A. C.; SANTOS, T. V. dos; RIBEIRO, W. de O. (Orgs.). *In*: **Amazônia, Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais**. Coleção Saberes Amazônicos. Belém: EDUEPA, 2019. p. 196-213. 312p. ISBN 978-85-8458-042-2

CARVALHO, J. R. F. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Regularização**: histórico das regulamentações. Portal on-line / 1995-2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/regularizacao-historico-regulamentacoes/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **GEOSUL**, n. 15, ano VIII, 1º semestre de 1993. p. 13-18.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**: de Roberto Lobato Corrêa. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1995, n. 174, p.1-16.

COSTA, A. M. D. da; MACEDO, C. O. “Festa de antigamente é que era festa”: memória, espaço e cultura numa comunidade camponesa do nordeste paraense. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 5, n. 2, p. 105-124, 2010.

CRUZ, S. V.; MELLO, M. N. C. Pobres como nós: o território de uso comum do rio Camará (municípios de Salvaterra e Aachoeira do Arari/PA). *In*: MELLO, M. N. C. (Org.). **Política, ecologia e (re) existências na Amazônia brasileira**: um outro (des)envolvimento é possível. Ananindeua, Itacaiúnas, 2021.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Salvaterra. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, 2020.

FCP – Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS)** com processo de certificação em andamento: aguardando complementação de documentação – atualizada até 15 maio 2017. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-em-analise-15-05-2017.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022

GOMES, D. L.; CRUZ, B. E. V. da; CALVI, M. F.; REIS, C. C. dos. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p.135-161, Dossiê – 2018. ISSN: 1806-6755.

GOMES, D. L.; SCHMITZ, H.; BRINGEL, F. de O. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia marajoara. **Boletim Goiano de Geografia** (On-line), Goiânia, v. 38, n. 3, p. 591-618, set./dez. 2018. ISSN: 1984-8501.

GUERRA, G. A. D. Eidorfe Moreira e o aspecto insular de Belém. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 10, n. 3, p. 583-589, set.-dez. 2015.

IBGE CIDADES. **Panorama municipal**: Salvaterra. Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salvaterra/panorama>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IBGE CIDADES. **Salvaterra**. Território e ambiente. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salvaterra/panorama>. Acesso em: 28 jul. 2022.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Processos abertos por superintendência**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Relaodeprocessosderegularizaodeterritoriosquilombolasabertos_08.09.2022.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022

LIMA FILHO, P. M. **Entre quilombos**: circuitos de festas de santo e a construção de alianças políticas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra – Marajó – Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGCS/UFPA, Belém-PA, 2014.

LIMA FILHO, P. M.; SILVEIRA, F. L. A. da; CARDOSO, L. F. C. e. O desfile da raça: identidade e luta quilombola em Salvaterra, ilha do Marajó, Pará. *Ambivalências – Revista do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPIIP*. **Dossiê identidades quilombolas**, v. 4, n. 07, p. 87-105, 2016. ISSN 2318-3888 DOI: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v4n7p87-105>

LIRA, J. R. de O. **Migração e mobilidade na fronteira**: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira. 2017. 153 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

MACHADO, B. R. L.; LIRA, J. R. de O.; BRINGEL, F. de O. Mobilidade rural-urbano no território marajoara: uma análise sobre os quilombolas de Salvaterra-PA. Encontro Nacional de Geografia Agrária. *In: 25º ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: as geografias agrárias a partir da Panamazônia – lutas socioambientais e fronteiras da capital no Brasil*, 2022, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: Universidade Estadual do Pará – UEPA, 2022. p. 141-154. Disponível em: <https://xxvenga.com.br/anais/>. Acesso em: 22 maio 2023.

MALCHER, M. A. F. **O olhar geográfico**: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017.

MALUNGU – Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará; PNCESA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Quilombolas da Ilha de Marajó**. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 7. Belém, janeiro de 2006.

MALUNGU – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. **Lista de Comunidades quilombolas por município**. Disponível em: <https://malungu.org/wp-content/uploads/2021/12/Lista-de-comunidades-por-municipio.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MARANDOLA JR, E. Mobilidade e Vulnerabilidade nos Espaços de Vida de Campinas. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambu/ MG, 2006.

MARIN, R. E. A. Formação histórica do Pará e territorialidades específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas. *In: ZONEAMENTO Ecológico-Econômico da zona leste e calha norte do estado do Pará*. 2010, volume 1, cap. 1. p. 23-36.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. *In: OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI – Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

OLIVEIRA, A. U. “A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. *In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In: OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI – Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

PEIXOTO, L. B. L. **Cidade nas águas um estudo sobre o imaginário em Salvaterra-Pa**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA, Bragança-Pa, 2014.

PEIXOTO, L. B. L. A mulher e seu quintal, caminhadas por um universo mágico-místico transformacional. **CAMPOS**, v. 20 n. 1, p. 101-121, 2019.

RIBEIRO, J. M. S.; OLIVEIRA, S. S. de. Campo-cidade, rural-urbano e outros diálogos: o ensino de geografia em realidades diversas. *In: ENANPEGE – XIV ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, Campina Grande, 2021. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. ISSN: 2175-8875. 15 p.

RODRIGUES, G. G.; MACEDO, P. C. S.; SANTOS, R. B. dos. A questão agrária e as lutas sociais populares pelo território quilombola: análise da conjuntura em tempos de golpe. *In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: diversidade cultural, socioterritorial, lutas e práticas*, Palmas/Tocantins, 2018. **Anais...** Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2018. p. 278-290. ISBN: 978-85-5659-031-2.

SALES, R. G. **As formas de uso e apropriação da terra sob a dinâmica do capital em comunidades camponesas às margens do rio Tocantins em Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia no sudeste paraense**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – UNIFESSPA, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá-PA, 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SILVA, L. C.; ARAÚJO, J. A. de; FARIAS, K. V. de S. Juventude e educação: a educação do campo como projeto emancipador e descolonial de sociedade no campo da Amazônia. *In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: diversidade cultural, socioterritorial, lutas e práticas*, Palmas/Tocantins, 2018. **Anais...** Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2018. p. 38-47. ISBN: 978-85-5659-031-2.

TEIXEIRA, J. da S.; DE PAULA, A. M. N. R. O sentido do lugar no contexto da mobilidade: dinâmicas entre o rural e o urbano. **Geograficidade**, v. 11, n. 2, p. 87-100, 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011. 152p. ISBN: 978-85-268-0957-4

Saberes, experiências e existências da região Nordeste do Brasil: Núcleos de Agroecologia são resistência!

EMELY CHRISTINE SULINO DE MELO¹
MONICA COX DE BRITTO PEREIRA ²

Introdução

*Ousa pensar o oposto
e imaginar o inverso:
Pétala por pétala
na pequenina flor
cabe o universo.*

(Carlos Rodrigues Brandão)³

O modelo de academia atual está inserido em um sistema mundo-moderno-colonial que tem como principal fonte de conhecimento a matriz ocidental, de onde muitos desafios se desdobram. Nessa matriz, é considerado válido somente um conhecimento: o científico cartesiano patriarcal. Este modelo promove a invisibilização dos mais variados saberes, muitos pré-existentes ao padrão científico colonial. Alberto Acosta (2016) destaca que o discurso do desenvolvimento já não é mais sustentado, visto que suas raízes coloniais são moldadas por visões excludentes. Porto-Gonçalves (2020) sinaliza para uma crise do padrão de poder e do saber, ressaltando que:

As epistemes/saberes que não separam homem/*mulher*⁴ da natureza foram/são saberes desqualificados como inferiores, não científicos e, com isso, são as múltiplas campesinidades e as múltiplas etnias/povos/nacionalidades e seus conhecimentos ancestrais que são desprezados (Porto-Gonçalves, 2020, p. 9).

¹ Doutoranda em Geografia, PPGeo/UFPE-NEPPAG. E-mail: emelychristinegeo@gmail.com.

² Professora Doutora, PPGeo/UFPE-NEPPAG. E-mail: monicacoxbp@gmail.com.

³ Homenageamos (in memoriam) Carlos Rodrigues Brandão, que tanto contribuiu e inspirou nossa forma de escrever e enxergar o mundo.

⁴ Aqui, a palavra “mulher” foi inserida pelas autoras.

Diante disso, no âmbito das ciências agrárias, o modelo capitalista colonial implantou, na agricultura moderna brasileira, um conhecimento linear, tendo como base a exploração da natureza, reduzida à mercadoria, assim, tendo o lucro como único objetivo de produção. Segundo Pereira (2005), esse modelo de desenvolvimento se refere a um modelo que busca hegemonizar um estilo de vida que tem como principal objetivo o consumo, perpetuando o discurso tecnológico “inovador” considerado único e universal. Seguindo essa linha, Gómez (2006) avalia o desenvolvimento como uma categoria profundamente contraditória, visto que as práticas, os resultados e os discursos divergem. Tal modelo perpetua o discurso de que todas as comunidades e sociedades precisam estar inseridas nesse sistema: “Este se transformou no destino comum da Humanidade, uma obrigação inegociável” (Acosta, 2016, pag. 16).

Assim, entende-se que é fundamental pensar em possibilidades desde uma perspectiva descolonial que se guie por caminhos que visem uma transformação civilizatória, principalmente na agricultura, a partir da retomada da unidade e vínculo sociedade/natureza. Dessa forma, diversas experiências vêm trazendo a Agroecologia como categoria importante na contraposição ao sistema agrícola capitalista. É a partir delas que surgem espaços de valorização do saber popular, da produção de alimentos livres de agrotóxicos, da inspiração na relação diferenciada entre sociedade e natureza, da geração do bem viver e, principalmente, da quebra de paradigmas.

Guzmán (2004) reflete que a Agroecologia é uma forma de resistência popular ao modelo de modernização da agricultura, é por meio dela que é possível pensar no acesso de todas as pessoas à autonomia alimentar. Assim, o autor acredita que o respeito às estruturas e aos processos diversos que promovem a reprodução social é a principal característica da Agroecologia, promovendo formas de ações coletivas. Já Toledo (2012) entende que a Agroecologia vai além da categoria ciência, ela permite pensar em contemplar as necessidades de uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, pensamento esse divergente do modelo agroindustrial que possui dependência tecnológica e pouco valoriza os processos, pessoas e conhecimentos. Wezel (2009), em estudo referente aos significados do termo Agroecologia, traz as dimensões da ciência, do movimento e da prática, ressaltando que, no Brasil, essas estão profundamente entrelaçadas.

Quando se fala em Agroecologia enquanto ciência, entendemos que criar espaços de formação dentro das universidades e institutos é um proces-

so-chave para contrapor o paradigma de uma ciência cartesiana e homogênea. Pereira *et al.* (2020) ressaltam que “a Agroecologia se constrói na disputa entre paradigmas, entre concepções distintas de ciência, entre perspectivas de mundo diferentes, a partir de princípios e múltiplas epistemologias”. Nesse sentido, trazemos como exemplo os Núcleos de Agroecologia como espaços interdisciplinares de construção e de fortalecimento de conhecimentos que atravessam os muros da academia. Dessa forma, os Núcleos nascem como forma de “garantir espaços de diálogo e o exercício da indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão, em constante e permanente interação com a sociedade” (Souza *et al.*, 2017, pag. 57). De acordo com Pereira *et al.* (2020), em pesquisa realizada no âmbito dos núcleos de Agroecologia do Nordeste, construíram-se processos de articulação na constituição da RENDA – Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia, na qual vem sendo reconhecidos na universidade processos de resistência e construção coletiva de conhecimento:

Destacamos a importância dos núcleos de agroecologia como núcleos de resistência que almejam e se dedicam a aprender e construir conhecimento a partir dos sujeitos, das lutas buscando compreender cada realidade e território envolvidos, valorizando os conhecimentos dos povos do campo, das águas e das florestas (Pereira *et al.*, 2020, p. 02).

A Agroecologia em si é uma área do conhecimento com muitas lacunas a serem preenchidas, uma delas é a reflexão sobre o processo de construção do conhecimento agroecológico, conforme destaca Laranjeira *et al.* (2019) considerando aspectos como a reflexão conceituais, as várias epistemologias, bem como diferentes modelos de ensino/pesquisa/extensão. Nesse sentido, esta pesquisa será de suma importância para compreender, desde um olhar geográfico, como os Núcleos de Agroecologia vêm construindo esse conhecimento agroecológico a partir do encontro dos diversos saberes espalhados dentro e fora da academia. Em publicação da ANA-Agroecologia, de acordo com Ailton Dias dos Santos (2007):

Construção do conhecimento agroecológico vem sendo cada vez mais usado pelas organizações e movimentos sociais que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Se refere a processos de elaboração de novos saberes sobre a Agroecologia a partir dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras e da interação com o saber-técnico-acadêmico.

Para isso, será apresentada, neste trabalho, uma sistematização de ideias guiadas pela experiência das autoras como integrantes da Rede Nordes-

te de Núcleos de Agroecologia (RENDA), importante projeto de integração e compartilhamento de saberes entre os Núcleos de Agroecologia dos nove estados que compõem a região Nordeste.

Como base da pesquisa, inspiramo-nos em Paulo Freire (2009), em seus ensinamentos de ética e respeito a todos saberes e práticas como elemento fundamental na formação científica. No campo da academia, os Núcleos de Agroecologia buscam diferentes possibilidades de metodologia, assim, ressaltam Souza *et al.* (2017, p. 76): “procuram exercitar procedimentos metodológicos e fazer avançar a construção de conhecimentos agroecológicos demandados pelos territórios em que atuam”.

Núcleos de Agroecologia: saberes, experiências e existências na região Nordeste

No Brasil, diversas experiências vêm pautando cotidianamente a Agroecologia e a construção de um conhecimento agroecológico engajado e comprometido na quebra de paradigmas. Nas universidades, institutos federais tecnológicos e centros de pesquisas, os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) se constituem como principais atuantes em um processo de descolonialidade, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o diálogo dos/das estudantes e profissionais com os povos que constroem a Agroecologia na prática em seus territórios.

Muitos grupos surgiram nas universidades com o movimento da agricultura alternativa, e foram pautando Agroecologia, quando o pacote tecnológico da revolução verde guiava a formação universitária⁵. Quando nos referimos aos núcleos – NEAs, esses surgem a partir de chamadas públicas via editais lançadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com aporte financeiro principalmente do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no período de 2010 a 2016. Entretanto, muitos desses grupos já existiam; alguns deles foram reconhecidos e apoiados financeiramente, outros continuaram desenvolvendo atividades dentro de seus espaços de formação sem aporte financeiro. Dessa forma, essas chamadas públicas de criação, manutenção e funcionamento dos NEAs potencializaram o fortalecimento e o reconhecimento das práticas e experiências dos grupos que trabalham com Agroecologia no Brasil.

⁵ Para detalhamento, ver tese de doutorado de Nilza Luzzi: “O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais”.

No Nordeste, o processo de diálogo dos Núcleos de Agroecologia - NEAs se fortaleceu através da articulação da RENDA – Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia. O Projeto RENDA surgiu a partir da chamada MDA/CNPQ n.º 39/2014, cujo objetivo e desafio era reunir NEAs dos nove estados do Nordeste em momentos de reconhecimentos, trocas e fortalecimento na construção do conhecimento agroecológico (conforme figura 1), tendo como orientações a valorização do conhecimento popular e o fortalecimento dos conhecimentos locais. Nesse sentido, foram desenvolvidas atividades de forma a considerar a integração de professores/as, pesquisadores/as, técnicos/as, estudantes e agricultores/as, para potencializar essa construção coletiva na qual se valorizaram os conhecimentos e as práticas locais, os desafios enfrentados concretamente no território e as experiências que estejam dando respostas a esses desafios.

Figura 1 - Momento de encontro dos Núcleos de Agroecologia do Nordeste durante o Seminário Regional RENDA, Geografia/UFPE



Fonte: RENDA (2017).

São cerca de 32 núcleos ativos na região, conforme dados fornecidos pelo projeto RENDA⁶:

⁶ Projeto RENDA teve como sede o Departamento de Ciências Geográficas (DCG), localizado na Univer-

Tabela 1 - Mapa dos Núcleos de Agroecologia do Nordeste

PERNAMBUCO
NEPPAG Ayni – Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (UFPE – Recife)
NAC – Núcleo de Agroecologia e Campesinato (UFRPE – Recife)
NEADS – Núcleo de Estudos em Agroecologia (IFPE – Barreiros)
NEPPAS – Núcleo de estudos, pesquisas e práticas agroecológicas no semiárido (UFRPE/UAST – Serra Talhada)
AGROFAMILIAR – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa (UFAPE – Garanhuns)
NUPEFEC – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Formação em Educação do Campo (UFPE/CAA – Caruaru)
NEASPE – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Agreste e Sertão Pernambucano (UFPE/CAA – Caruaru)
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (IFPE – Ouricuri)
NEA (IFPE – Petrolina)
NEA Sertão Agroecológico
NEA da EMBRAPA Semiárido
Petrolina (PE)
GEMA – Grupo de Estudo, Sistematização e Metodologia em Agroecologia (IPA/PE)
PARAÍBA
NERA – Núcleo de Extensão Rural Agroecológica (UEPB – Lagoa Seca)
PASCAR – Programa de Ações Sustentáveis para o Cariri (UFCG – Sumé)
MECA – Movimento de Educação do Campo e Agroecologia (UFPB – Bananeiras)
NUEPEA – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia do Território da Borborema (UFPB – Bananeiras)
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia (IFPB – Picuí)
NAESP – Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano (IFPB – Souza)
MARANHÃO
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia (IFMA - São Luís Monte Castelo)
NEAPO – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (IFMA - Duque de Caxias)
NEAF – Núcleo de Agroecologia e Agricultura Familiar (UFMA – Chapadinha)

cidade Federal de Pernambuco (UFPE) – campus Recife, por equipe coordenada no Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG).

PIAUI
NEA Cajuí – Núcleo de Estudo, pesquisa e extensão em Agroecologia (UESPI – Parnaíba)
NAGU – Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (UFPI – Bom Jesus)
CEARÁ
TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (UFC – Fortaleza)
NEEPA – Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (UFC)
RIO GRANDE DO NORTE
NUMA – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia Macambira (UFERSA – Mossoró)
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia (IFRN – Ipanguaçu)
ALAGOAS
NEA ZP – Núcleo de Estudo Agroecológicos Zumbi dos Palmares (IFAL – Murici)
SERGIPE
NEVA – Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (UFS – São Cristóvão)
BAHIA
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social (UFRB – Cruz das Almas)
NEA TRILHAS – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia (IFbaiano – Serrinha)

Fonte: RELATÓRIO CNPQ RENDA (2017).

Os NEAs são importantes espaços de interdisciplinaridade, visto que não há uma área de conhecimento específica a todos os núcleos, caminhando pelas agrárias, sociais, humanas, biológicas, saúde e assim por diante, envolvendo estudantes, professores/as, técnicos/as e sociedade em geral. Além disso, somam-se camponeses e povos, visto que os NEAs possibilitam a “ocupação” das universidades, institutos e centros pelos povos do campo, e a cidade, através das oficinas, grupos de estudos, rodas de diálogo, cursos e outras atividades promovidas pelo núcleo. Neste sentido, no Nordeste, os núcleos, com a RENDA, vêm reafirmando a perspectiva de quebra nas estruturas de colonialidade presentes no modelo de ciência, que Castro-Gomez (2007) nomeia de estrutura triangular da colonialidade: colonialidade do ser, colonialidade do poder e colonialidade do saber.

Muitos núcleos têm se apoiado na valorização dos saberes dos povos das matas, florestas e das águas, como aprendizados para a concretização da descolonialidade. Porém, antes de tudo, é preciso descolonizar o saber e descolonizar as instituições que produzem ou administram o saber, que, no caso dos NEAs, são as universidades, os institutos e centros de pesquisa. Para Castro-Gómez (2007), para descolonizar a universidade, é preciso lutar contra a departamentalização do saber, na qual o atual capitalismo cognitivo vem se apoiando, dessa forma, construindo processos de forma coletiva na produção de conhecimentos que reforçam as lutas pela emancipação social, reconhecendo uma infinita pluralidade dos saberes. Nesse sentido, Acosta (2016) traz a necessidade de propagar um discurso contra hegemônico que dê suporte para contrapor o discurso dominante que carrega práticas de dominação. Os Núcleos de Agroecologia vêm desempenhando esse papel, porém, ainda há dificuldades, como colocam Pereira *et al.* (2020):

São muitos os desafios nessa caminhada, tais como: a) atenção e disposição para desconstruir a dominação do conhecimento em suas múltiplas sutilezas; b) considerar cada luta e buscar compreender sua realidade nas organizações e nos territórios; c) questionar-se continuamente e no conjunto dos camponeses como é possível construir a Agroecologia com os limites da condição agrária? D) continuidade dos processos com a irregularidade de apoios nas políticas (Pereira *et al.*, 2020, pag. 95).

Outro ponto a ser destacado é a relação dos NEAs com os territórios, organizações e movimentos sociais, envolvendo-se politicamente com as demandas da sociedade, permitindo o protagonismo dos jovens, das mulheres e da diversidade de sujeitos que, por muito tempo, foram silenciados e hoje podem compartilhar seus saberes. Além disso, tais núcleos vêm trazendo a perspectiva de novas metodologias horizontais e participativas guiadas pela escuta e partilha de saberes. Dessa forma, as atividades exercitam os processos pedagógicos de extensão/comunicação capazes de desdobrar atividades conjuntas de troca de conhecimentos, desde o conhecimento local dos/das agricultores/as, pescadores/as, quilombolas, mulheres, jovens, entre outros, até o conhecimento científico dos/as estudantes, professores e técnicos/as.

Considerações finais

Os Núcleos de Agroecologia – NEAs e a RENDA são fundamentais na troca de saberes e informações, pautas, agendas coletivas, intercâmbios, construção de encontros e formações, proporcionando, assim, uma aproximação, relação e comunicação constantes entre os núcleos, a partir da interdisciplinaridade e do diálogo de saberes. Além do fortalecimento e da ampliação dos laços já existentes das universidades, dos institutos e centros com organizações e movimentos sociais, os núcleos garantem espaços de diálogo e o exercício da indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão.

A capacidade de resiliência dos NEAs de se manterem ativos mesmo sem recursos, com poucos incentivos e em ambientes pouco favoráveis à sua existência também se mostrou resistência e r-existência necessárias à descolonização da universidade, à visibilidade de sujeitos silenciados pelo conhecimento colonial, assim como da valorização dos seus saberes, práticas e lutas desde os territórios, que apontam caminhos para redimensionarmos as crises que enfrentamos.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante, 2016.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar, Siglo del Hombre, 2007. p. 79-91

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GÓMEZ, J. M. **Desenvolvimento em desconstrução**: narrativas escolares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

GUZMÁN, S. **Agroecología y agricultura ecológica**: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. Córdoba, 2004.

LARANJEIRA, N.; CARCELLE, S.; MIRANDA, D.; SÁ, T.; TRENTO, L.; SOUZA, T.; CARDOSO, I. **Para uma ecologia de saberes**: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na ABA. Revista Brasileira De Agroecologia, v. 14, n. 2, 2019.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

PEREIRA, M. C. Reforma agrária e meio ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. **GEOgraphia**. Niterói, ano 7, n. 14, p. 93-111, 2005.

PEREIRA, M. C.; SILVA, V.; MELO, E.; SILVA, U. Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia: Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico. *In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA*, v. 15, n. 2, 2020, São Cristóvão, Sergipe. **Anais...** São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2020. ISSN 2236-7934

PORTO-GONÇALVES, C. W. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 22, n. 2, p. 103–132, 2020.

SANTOS, A. D. Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional da Agroecologia. *In: PETERSEN E, P.; DIAS, A. (Orgs). Construção do Conhecimento Agroecológico Novos Papéis, Novas Identidades*. ANA-Agroecologia, 2007.

SOUZA, N.; FERREIRA, T.; CARDOSO, I.; OLIVEIRA, E.; AMÂNCIO, C.; DORNELAS, R. Os Núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs.) A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil:* uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

TOLEDO, V. La agroecología en Latinoamérica: Tres revoluciones, una misma transformación. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2012.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, 2009.

PARTE 3

**Territorialização
do Capital e suas
fronteiras no Brasil**

A territorialização do agronegócio do dendê e a monopolização do território camponês no nordeste paraense

CÁTIA OLIVEIRA MACEDO¹
RAFAEL BENEVIDES SOUSA²

Introdução

Os estudos sobre a expansão do agronegócio no espaço agrário brasileiro têm apresentado um movimento de enfrentamento do campesinato diante das ações capitalistas e do Estado, engendrando uma luta pelo território e pela natureza. Contudo, esse processo nem sempre é delineado pela via dos conflitos violentos e da expropriação. Em muitas situações, essa disputa realiza-se ampliando a subordinação camponesa via processo de monopolização do território camponês pelo capital.

Desde logo, delineamos aqui a tese de que as relações estabelecidas entre camponeses e agroindústria capitalista são constituídas como estratégia do capital, visando ampliar suas margens de lucro, sem se tornar proprietário da terra, em contrapartida, permitindo a inserção desses no mercado, por meio da venda de seus produtos.

Essa monopolização do território camponês por capitalistas reforça o processo de sujeição de renda da terra camponesa pelo sistema de acumulação de capital, no qual, mesmo não sendo dono da terra e do trabalho, o capitalista engendra mecanismos para reproduzir mais capital a partir do fruto do trabalho familiar (Martins, 1995). Nesse caso, os camponeses tornam-se, parcialmente, subordinados à agroindústria capitalista, mantendo, em parte, a sua autonomia/liberdade, constituindo, portanto, uma relação contraditória.

¹ Doutora em Geografia Humana pela USP. Professora do Departamento de Geografia do CCSE/UEPA e do PPGG/UEPA.

² Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus Xinguara.

A monopolização do território camponês tem sido observada no nordeste paraense pela expansão-territorialização do agronegócio do dendê. Essa aliança foi possível graças às metas do Programa Nacional de produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Por intermédio do PNPB, almejou-se a integração da agricultura camponesa à cadeia produtiva do biodiesel, destacando as ilusórias potencialidades vocacionais das regiões brasileiras. Nesse caso, a palma do dendê seria a espécie adequada para o desenvolvimento dessa parte da Amazônia paraense.

Ao refletir sobre o território a partir da contradição do desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro, Oliveira (2015) revela dois processos que nos ajudam a compreender a expansão do dendê na Amazônia.

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, a mesma pessoa física ou jurídica aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas: como proprietária de terra e como burguesia capitalista, em duas categorias sociais: uma agrícola e outra industrial. É por isso que essas empresas têm empresas para administrar o patrimônio fundiário (Oliveira, 2015, p. 242).

E prossegue,

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o *controle monopolístico do território* (*monopolistic control of the territory*), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras (Oliveira, 2015, p. 242-243).

As perspectivas apresentadas por Oliveira (2015) nos elucidam questões acerca da atuação do capital, bem como o território tende a ser estrutu-

rado para atender às demandas do mercado capitalista. Desse modo, o capital não opera de forma homogênea, constituindo uma diferenciação no espaço mediante o seu interesse de reprodução de mais capital.

A territorialização do dendê no nordeste paraense reflete os diferentes mecanismos do uso capitalista do território delineado por Oliveira (2015). Observamos, assim, de um lado, as empresas que se territorializam diretamente constituindo uma extensa propriedade com o monocultivo da oleaginosa, como, por exemplo, as empresas Biopalma e Agropalma, que possuem plantações de dendê em suas propriedades particulares. De outro lado, verificamos a existência de empresas que, apesar de possuírem terra para a plantação, terceirizam parte da produção em terras de agricultores camponeses. Além desses mecanismos, encontramos, ainda, as empresas que mantêm sua base produtiva exclusivamente em consórcios contratuais com pequenos proprietários rurais, no sistema de arrendamento.

Os embates entre as territorialidades camponesas e o agronegócio do dendê em franca expansão no nordeste paraense estão na centralidade das nossas inquietações. Embalados por essa questão, pretendemos, portanto, mergulhar no processo de monopolização do território camponês pelo capital. Para isso, debruçamo-nos sobre a produção bibliográfica que tem como tema e objeto de pesquisa as transformações do campo paraense no contexto da expansão do dendê. Como resultado desse percurso de levantamento bibliográfico, notamos que, apesar da expansão do dendê no nordeste paraense apresentar-se de forma controversa, quanto às implicações dessa atividade para os territórios camponeses, parece axiomática sua habilidade em garantir a reprodução social em meio às adversidades.

Nosso esforço aqui é provocar inquietações acerca da complexidade de relações engendradas pelo campesinato diante do avanço do binômio latifúndio-agronegócio do dendê na Amazônia paraense. Nosso objetivo é possibilitar uma linha metodológica de compreensão do campesinato que permita o entendimento de sua permanente territorialização, constituída a partir das estratégias de sua reprodução social, suas lutas e resistências.

Desse modo, destacamos que o processo de integração do campesinato à cadeia produtiva do dendê está longe de promover uma metamorfose desses sujeitos. Trata-se de uma estratégia para alcançar a reprodução social da família enquanto camponeses, moradores e trabalhadores da terra.

As relações de monopolização do território camponês pelos capitalistas

A retomada de projetos agrícolas focados na produção de óleo da palma do dendê no espaço agrário paraense, no início do século XXI, configura-se novamente como um projeto de modernização do campo amazônico, para o qual a integração da agricultura camponesa à cadeia produtiva da oleaginosa apresenta-se como uma das metas estabelecidas no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Destarte, pensar a integração camponesa na cadeia produtiva do dendê exige esforço teórico e metodológico que viabilize mergulho profundo nas unidades domésticas camponesas e suas estratégias de reprodução social. Tal mergulho nos permitirá compreender a complexidade gerada desse processo, bem como as conexões que permitem ao campesinato apropriar-se das sutilezas do capital, recriando-se na sociedade capitalista como um modo de vida não necessariamente capitalista.

É fundamental ressaltar que há diferença estrutural entre agricultura de base familiar (denominada popularmente de agricultura familiar) e agricultura familiar capitalista. Quando afirmamos que a agricultura familiar é camponesa, estamos nos referindo à agricultura de base familiar, cuja renda total é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família. Nesse critério, estamos determinando a condição de classe para delimitar o conceito. A agricultura de base familiar é camponesa exatamente por se distinguir da agricultura capitalista. O conceito de campesinato nasceu antes de existir o capitalismo, de modo que esta relação social – e forma de organização de trabalho e da produção – pode ser familiar, comunitária, associativa, cooperativa, mas nunca é capitalista. Quando uma família tem mais-valia como sua principal fonte de renda, ela deixa de ser camponesa para se transformar em capitalista (Fernandes, 2016, p. 310).

A partir da perspectiva exposta por Fernandes (2016) sobre a agricultura camponesa, é possível compreender que a integração do campesinato na cadeia produtiva dos agrocombustíveis engendra novas relações produtivas no território campesino, ressignificando as relações do trabalho familiar, mas não necessariamente transformando-os em agricultores capitalistas.

Oliveira (2015), ao pensar a monopolização do território camponês pelo capital, afirma que os agentes capitalistas apropriam-se da renda camponesa, ou seja, do fruto do trabalho familiar, e não da força do trabalho camponês. Nesse processo, compreende-se que o dendê pode tornar-se uma

territorialidade capitalista no território camponês (Fernandes *et al.*, 2011). Enquanto a família camponesa controla a manutenção e a colheita da oleaginosa, as empresas capitalistas irão apropriar-se da renda gerada a partir desse trabalho familiar.

São diversos os trabalhos que aclaram as formas de articulação entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista no Brasil, evidenciando relações desiguais e subordinadas, contudo possibilitando, também, uma autonomia parcial sobre os meios de produção.

Para Oliveira (2004), no capitalismo, há uma base contraditória reproduzindo a ampliação de capital a partir de relações produtivas não capitalistas. Desse modo, as empresas do agronegócio do óleo de palma, ao realizarem a integração com a agricultura camponesa, apropriam-se da matéria-prima cultivada na terra camponesa, ampliando a acumulação de capital pela renda da terra e não pela exploração da força do trabalho camponês.

Nossa imersão em comunidades rurais do nordeste paraense revelou que a sujeição da renda da terra pelo capital do dendê é reproduzida pela “parceria” dos camponeses no cultivo da palma, em sua própria terra, pela qual a empresa desse agronegócio monopoliza o território camponês por intermédio da compra da matéria-prima para a produção do óleo de palma.

Nesse processo, a família camponesa não é expropriada da terra, continuando proprietária dos meios de produção. Contudo, reorganiza as relações produtivas, promovendo um reordenamento do trabalho familiar, que passa a ser organizado não apenas pela autonomia sobre os meios de produção, mas a partir de uma relação subordinada às empresas capitalistas, pelas quais se realiza a sujeição da renda camponesa ao capital. Desse modo, “onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura o direito de extrair a renda. Assim, o capital não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los” (Martins, 1995, p. 176).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (Martins, 1995, p. 177).

Entendemos que a expansão do agronegócio no Brasil realiza-se, segundo essa perspectiva de Martins (1995), dentro de um processo de reprodução capitalista do capital gerado a partir da renda da terra. Sendo assim, o empresário capitalista não precisa, necessariamente, da terra para reproduzir seu capital, mas apenas da renda que é gerada na terra. Daí a importância das relações não capitalistas de produção para o capital, no caso, as relações camponesas.

Paulino (2006, p. 103) adverte que “é nessa forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital”, mediante a articulação da família camponesa e os vários agentes capitalistas. A indústria, ao se apropriar da matéria-prima cultivada na unidade camponesa, despeja posteriormente essa mesma produção no interior da sociedade capitalista, sem, no entanto, despojar o campesinato dos seus meios de produção e sobrevivência.

Nessa relação, “o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que tem para vender unicamente a mercadoria força de trabalho” (Paulino, 2006, p. 108). E, assim, o campesinato reproduz-se na sociedade capitalista contemporânea, mesmo que, por vezes, subordinado e sujeitando a renda da terra ao capital.

A monopolização do território camponês, que é concebido pela expansão do agronegócio do dendê pelo nordeste paraense, tem como meta a integração da agricultura camponesa na cadeia produtiva do biodiesel. Algo ratificado pelo PNPB e pelo Selo Combustível Social, os quais criaram incentivos e metas para a parceria entre camponeses e empresas produtoras da oleaginosa. Tal iniciativa do Estado parte de uma perspectiva do desenvolvimento territorial rural, criando mecanismos para inserir o campesinato numa produção agrícola, supostamente, mais competitiva e de maior valor comercial.

A articulação que se abre entre o agronegócio e o campesinato é caracterizada pela subordinação parcial dos camponeses à agroindústria, ao passo que as relações reproduzidas partem de uma assimetria de poder, na qual o agronegócio, envolvido numa produção em commodities, estabelece as ações produtivas ao campesinato, tornando este parcialmente dependente do capital.

A subordinação camponesa pode ser vista na dependência produtiva, que necessita da aquisição de insumos, mudas, adubos, empréstimos bancários, maquinário e apoio técnico. Essa infraestrutura quase sempre está au-

sente nas relações produtivas na agricultura camponesa. Outro elemento importante nesse processo é a verticalização comercial da produção, geralmente fixada a uma empresa específica. Desse modo, entende-se que,

A renda da terra camponesa é sugada nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E a segunda, pelo capital comercial (Bombardi, 2004, p. 253).

O sistema de integração do campesinato com o agronegócio resulta nessa dupla apropriação da renda da terra, vislumbrada por Bombardi (2004). No caso do dendê, o endividamento que a família adquire por empréstimos em banco é basicamente transferido para a conta das empresas, que, ao final, ainda vão apropriar-se da renda proveniente do período da colheita.

Essa relação assimétrica entre o campesinato e a produção do agrocombustível (biodiesel) é evidenciada por Fabrini (2010, p. 81), observando que:

Os camponeses produtores de agrocombustíveis têm pouca capacidade de intervenção no estabelecimento de preços forjados num contexto macroeconômico vinculado a esquemas globais de produção de mercadorias. A dependência de insumos, serviços, assistência técnica e conhecimentos produzidos por empresas capitalistas nacionais e internacionais também poderá ser responsável pela subordinação dos camponeses inseridos na cadeia produtiva de agroenergia.

Além da sujeição da renda da terra ao capital, com a integração, o campesinato perde parcialmente a sua autonomia sobre a organização da unidade doméstica, estando preso às relações agronômicas da agroindústria. Apesar de a empresa não comprar a terra, ela intitula-se com direito de gerenciar a aplicação das técnicas de manejo e cultivo da oleaginosa. Logo, a família camponesa passa a conduzir seu cotidiano de trabalho e de vida não somente a partir da necessidade imediata do núcleo doméstico, mas também em função dos acordos firmados nos contratos com as empresas do agronegócio e no compromisso de pagamento do empréstimo realizado no sistema bancário.

Essa relação explica uma das questões levantadas sobre o ingresso da agricultura camponesa na cadeia produtiva do dendê, que seria o afastamento desses camponeses da agricultura de roças amazônicas (Vieira, 2015; Nahum; Bastos, 2014, 2017; Oliveira Neto, 2017), base de sustentação de grande par-

te do campesinato no nordeste paraense. Nesse ínterim, pressupõem-se que haveria uma especialização produtiva da agricultura camponesa, ao passo que a oleaginosa é inserida na base produtiva familiar.

Nos espaços de expansão do agronegócio, abre-se uma disputa territorial entre as agriculturas preexistentes em territórios tradicionalmente ocupados e a agricultura em vias de expansão territorial, que se espacializa em parâmetros supostamente modernos e de grande alcance no mercado mundial, integrada aos regimes alimentares globais (McMichael, 2016).

Para Ramos Filho (2013, p. 164), o Programa do Biodiesel “articula-se diretamente à governança global da sustentabilidade, às atuais formas de acumulação capitalista e ao combate à pobreza”. Diante das diretrizes do Programa de Desenvolvimento Territorial Rural, a inserção do segmento da agricultura familiar, na cadeia produtiva do agrodiesel, configura-se meramente como segmento fornecedor de matéria-prima (Ramos Filho, 2013).

“Enquanto para os agricultores [camponeses] paga-se o preço da matéria prima oleaginosa *in natura*, para as usinas, as *vantagens* vão desde descontos até a isenção de impostos na comercialização do agrodiesel, permitida pelo Selo Combustível Social” (Ramos Filho, 2013, p. 166). Nesse processo, são mantidas as relações oriundas da colonialidade do poder (Quijano, 2006), ao passo que a parceria entre agricultura camponesa e o agronegócio do agrocombustível é articulada por meio da subordinação camponesa ao capital. Desse modo, reprimam-se velhas formas coloniais de dominação, inserindo a agricultura camponesa de forma dependente nas relações comerciais.

A subordinação da produção de oleaginosas do setor familiar da agricultura representa possibilidades de reduzir custos de produção, especialmente no tocante aos tributos, e assim ampliar as possibilidades de arremates de cotas no leilão da ANP e auferir o Selo Combustível Social, para realizar uma espécie de marketing asséptico da marca (Ramos Filho, 2013, p. 167).

A inserção da agricultura camponesa na cadeia produtiva do biodiesel destaca-se, na realidade, como um mecanismo do capital em apropriar-se da renda camponesa, ao mesmo tempo que se beneficia dos artifícios planejados pelo Estado, pela possibilidade do capitalista ampliar seus lucros.

Dessa forma, o que sobra para os agricultores camponeses é a produção da matéria-prima que será industrializada posteriormente pelas empresas do agronegócio. Observamos, assim, que existe uma colonialidade entre os

sistemas agrários no Brasil, ao passo que há uma assimetria de poder que tenta subordinar a agricultura camponesa ao capital agroindustrial.

Contrário a esse pensamento hegemônico, Ramos Filho (2013) aponta a necessidade de criação de fontes de energia que não coloquem em questão a produção de alimento, mas que possibilitem estratégias para a produção de alimento e energia, resultando em mais alimento, no combate à pobreza e à fome, generalizadas pelo planeta.

Contudo, é possível observar que as políticas de Estado no Brasil têm privilegiado o agronegócio como o promotor do desenvolvimento territorial rural, cabendo ao campesinato a integração secundária dentro dos acordos ainda coloniais de dominação capitalista na América Latina.

A integração da agricultura camponesa ao agronegócio do dendê no nordeste paraense

As políticas direcionadas para a produção de agrocombustíveis na Amazônia estão ligadas, particularmente, ao agronegócio do dendê. A oleaginosa territorializa-se pelo espaço agrário paraense no contexto de produção e alta procura pelo óleo de palma em nível mundial, intensificando-se, assim, a área de cultivo da palma entre as propriedades capitalistas da terra e as camponesas.

No caso da integração camponesa na cadeia produtiva do dendê, Silva e Navegantes-Alves (2017) apresentam a diversidade de sistemas de produção familiar em parceria com a agroindústria da oleaginosa.

Identificaram-se cinco tipos de sistemas de produção familiares integrados à agroindústria do dendê no Nordeste Paraense: 1) T1 – dendê principal; 2) T2 – culturas anuais e dendê; 3) T3 – frutíferas e dendê; 4) T4 – pimenta do reino e dendê e; 5) T5 – pecuária e dendê. Esses sistemas de produção podem ser caracterizados como diversificados, haja vista a variabilidade de 4 a 14 atividades (agrícola, criação e/ou extrativa) realizadas nos lotes (Silva; Navegantes-Alves, 2017, p. 349).

O estudo dos autores demonstra a diversidade de situações edificadas na propriedade camponesa após a integração com a agroindústria do dendê, dando continuidade, em alguma maneira, à permanência de atividades agrícolas pretéritas.

A integração camponesa ao processo produtivo do dendê no nordeste paraense iniciou na comunidade de Arauaí, no município de Moju. O projeto

começou em 2002, com a adesão de 50 famílias ao plantio da oleaginosa, em parceria com a empresa Agropalma, que disponibilizou uma área de dez hectares por família, abrangendo um total de 500 hectares (Menezes *et al.*, 2015).

Em 2002, no estado do Pará, foi iniciada uma experiência pioneira na integração entre a Agropalma, destacado grupo empresarial com expertise no cultivo e processamento industrial de dendezeiro, (*Elaeis guineensis* Jacq.) e pequenos produtores da Comunidade de Arauaí, no Município de Moju, com o cultivo dessa oleaginosa. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, novas iniciativas nessa linha surgiram na economia paraense, lideradas pela própria Agropalma, assim como, mais recentemente, por novos entrantes na atividade como a Biopalma, Belém Bioenergia Brasil (BBB), ADM do Brasil, entre outros (Menezes *et al.*, 2015, p. 3).

A partir dessa experiência, houve aumento considerável da integração camponesa ao cultivo do dendê, que, com o incentivo do Estado, gerou linhas de créditos específicas para o cultivo da oleaginosa no Banco da Amazônia e no Banco do Brasil. O caso de Arauaí tornou-se exemplo emblemático no processo de integração camponesa ao agronegócio do dendê, levando o presidente Luís Inácio do Lula da Silva a visitar a comunidade, em abril de 2005, voltando ao polo do dendê em 2010, entretanto em outro município, o de Tomé-açu, para o lançamento do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo.

Para ingressar na cadeia produtiva do dendê, a família camponesa faz o empréstimo no valor de, aproximadamente, 80 mil reais, por meio da linha de crédito Pronaf-eco dendê. Esse dinheiro é investido na compra das mudas na empresa, que também vende adubos, agrotóxicos, aluga as máquinas e garante apoio técnico. Posteriormente, no período da colheita, os camponeses vendem a produção para a empresa na qual foi estabelecido o contrato.

Percebe-se que as empresas produtoras do dendê extraem lucro da renda do trabalho dos camponeses, por meio do contrato, seja na formação de um mercado de mudas, adubos e serviços, seja na aquisição da oleaginosa por uma produção de baixo custo, sem leis trabalhistas, além de ampliar a sua área de produção.

A inserção do campesinato na cadeia produtiva do dendê tem acarretado o seu endividamento, promovendo sujeição desde o início do processo produtivo até o momento da comercialização. Dessa forma, a empresa ganha em diversas frentes. Primeiro, pela prestação de serviços e pelo fornecimento da matéria-prima e insumos químicos; segundo, pela aquisição da matéria-

-prima sem encargos trabalhistas e pagamento de mão de obra, garantindo a renda da terra nessa relação comercial com os agricultores camponeses. Tal relação é evidenciada por Backhouse (2013, p. 21),

Através da agricultura familiar por contrato as empresas do setor de óleo de palma se veem em condição de fazer recair sobre os próprios agricultores os riscos da produção (infestações, pragas, safras baixas, etc.), o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista e mesmo as oscilações do preço da *commodity* no mercado internacional. Tudo isso sem precisar comprar terras ou pagar o salário mínimo fixado por lei. Os altos investimentos iniciais, a compra de mudas e agrotóxicos, assim como o período de espera dos três primeiros anos (quando as palmas ainda não dão frutos) são financiados via empréstimos contraídos pelos próprios produtores familiares junto ao governo. O risco que aqui se insinua é o de se produzir um dissimulado processo de apropriação de terras por parte das empresas.

Nessa perspectiva, entendemos que o sistema de parceria entre a agricultura camponesa e a agroindústria da palma de óleo está organizada de forma desigual, articulada por uma assimetria de poder vista nas estratégias que as empresas engendram para a sujeição da renda camponesa. Desse modo, percebemos que a acumulação por espoliação (Harvey, 2014) não se realiza apenas no momento da expropriação camponesa da terra, mas também por meio das relações desiguais provocadas pelo sistema de integração.

O consórcio armado entre a agroindústria do dendê e a agricultura camponesa configura-se como estratégia das empresas em se apropriar dos benefícios gerados pelo Estado a partir do processo de integração, conseguindo, indiretamente, apropriar-se de parte da terra camponesa.

A transferência das terras da reforma agrária para o monocultivo do dendê vem ocorrendo também sutil e estrategicamente, por intermédio da “integração” dos assentados, comprometendo a maioria absoluta das áreas de uso alternativo para uma atividade cuja lógica é externa e diversa da lógica de organização do trabalho e de gestão da unidade de produção de base familiar ou camponesa. Nesta perspectiva, o controle sobre o uso da terra pelas próximas três décadas passa a ser exercido pelo agronegócio do dendê, numa relação de assimetria, coerção dissimulada e transferência total dos riscos da atividade econômica em desfavor dos agricultores familiares (Silva *et al.*, 2016, p. 178).

A introdução do cultivo do dendê nas propriedades camponesas tende a reordenar o território não somente a partir das atividades agrícolas realizadas no sítio, mas também por meio do trabalho na órbita dos campos de

dendê. Vieira (2015, p. 106), ao estudar a comunidade de Arauaí³, relata que “os camponeses integrados consideram o roçado como a segunda atividade produtiva mais importante, isso porque com a chegada do dendê o monocultivo se tornou a principal atividade”.

Geralmente, a integração camponesa é realizada pela disponibilidade de uma área de dez hectares para o cultivo da palma, na qual cada hectare corresponde a quatro tarefas de roça. Com a finalização das plantações da oleaginosa, a família depara-se com uma área equivalente a 40 tarefas de roça para o manejo e futura colheita, uma metragem muito superior à habitual no trabalho da agricultura de roça.

A partir do aumento da área de produção, a família passa a dividir o contingente de braços entre o cultivo do dendê e as demais atividades agrícolas: criação de animais, roças e atividades extrativistas. Para Vieira (2015, p. 133), a integração da família camponesa à cadeia produtiva do dendê revela “relações sociais e produtivas complexas, assimétricas, que levam à subordinação camponesa ao capital, à especialização agrícola e ao endividamento.”

A autora ressalta ainda que a opção pela parceria dos camponeses com as empresas do dendê está pela ilusão do aumento da renda familiar a partir de uma agricultura de maior alcance no mercado, permitir a valorização da produção, o que geralmente não ocorre com a produção oriunda da roça. Contudo, na concepção de Vieira (2015), o processo de subordinação, a especialização e o endividamento tendem a limitar o êxito das famílias camponesas com a produção da oleaginosa, tornando os agricultores dependentes das empresas processadoras do óleo de palma.

Por abranger uma área de cultivo maior, especula-se que a dedicação aos campos de dendê deveria ocupar mais tempo do trabalho familiar camponês. Isso, de certa forma, diminuiria apenas o tempo de trabalho na roça, e não a sua terminalidade. Silva e Navegantes-Alves (2017) explicam essa relação que se abre entre as lavouras temporárias e o dendê na unidade familiar camponesa no nordeste paraense. Para os autores (2017, p. 355),

A cultura do dendê é tida como uma atividade que pode viabilizar o projeto de consolidação dos estabelecimentos. Isso implica [em] uma reorganização da mão de obra familiar, visto que as parcelas de dendê são maiores, em comparação com as das culturas anuais e, para as ati-

³ A comunidade de Arauaí localiza-se na zona rural do município de Moju, nordeste paraense. Os camponeses dessa comunidade são um dos primeiros grupos sociais a entrar na lógica de parceria com os agrogociantes do dendê, sendo *lôcus* de várias pesquisas sobre o sistema de integração camponesa na cadeia produtiva da palma de óleo.

vidades mais penosas, como a colheita dos cachos de dendê, as famílias contratam mão de obra externa ao lote.

Os autores (2017) ainda salientam que existe uma tendência à especialização no cultivo do dendê pelos camponeses integrados no nordeste paraense. Contudo, encontraram, em 24% dos estabelecimentos pesquisados, o abandono completo das culturas anuais. Esse dado corrobora o analisado por Mota *et al.* (2015, p. 122) ao entrarem em contato com 162 famílias integradas ao dendê. A pesquisa também revela que 24% das famílias em parcerias não possuem mais atividades com as agriculturas anuais, “sob o argumento de que necessitam se dedicar exclusivamente ao dendê, especialmente pela carência de mão de obra e por causa dos compromissos contratuais” (Silva e Navegantes-Alves, 2017, pag. 356). Mota *et al.* (2015) salientam ainda que os “24% dos agricultores que não mais cultivam culturas alimentares, 80% dos estabelecimentos tem até 25ha”, ou seja, a propriedade da terra fica pequena para a realização de outras atividades agrícolas, além da manutenção das áreas de preservação ambiental obrigatório, exigido pelo Código Florestal.

Menezes *et al.* (2015), em pesquisa realizada na comunidade de Arauaí, também revelam dados quantitativos sobre a diminuição das áreas de produção de culturas alimentares.

Dos produtores entrevistados, 74,2% ainda faziam seu próprio roçado principalmente para o cultivo das culturas alimentares e 25,8% não realizavam mais essa prática em função de não possuírem mais área disponível e com a renda que conseguem com a cultura do dendezeiro, adquiriam os produtos básicos no comércio local, o que também caracteriza estratégia de segurança alimentar (Menezes *et al.*, 2015, p. 10).

Vieira (2015, p. 125), ao estudar a mesma comunidade, apresenta um retorno gradativo das famílias integradas à agricultura de roças.

Os dados de pesquisa mostram uma retomada dos cultivos tradicionais pelos camponeses integrados, apresentando uma diferença significativa no percentual de agricultores que estão trabalhando com os cultivos tradicionais. Conforme assinalado, em 2012 ainda na fase de safra e entressafra, apenas 21% dos camponeses mantinham o roçado. Na atualidade (2015), a pesquisa revelou que 48% dos camponeses integrados retomaram a [à] produção do roçado tradicional. Essa retomada da produção pode ter sido influenciada pelo aumento do preço da farinha, mas mesmo assim isso só seria possível se o dendê disponibilizasse força de trabalho para a realização da atividade.

Apesar de os dados de Menezes *et al.* (2015) e os de Vieira (2015) não serem próximos, eles possibilitam entender que a integração do campesinato à cadeia produtiva do agronegócio não necessariamente cria uma especialização da agricultura camponesa, mas que a diminuição da diversidade agrícola está atrelada à disponibilidade de braços para o trabalho e de terra para o cultivo de alimentos. Desse modo, o ato de fazer ou não a roça está imbricado à disponibilidade de trabalhadores e de terra, não necessariamente por uma opção desses camponeses em se especializarem na monocultura do dendê.

A insistência dos camponeses em continuar com o sistema de roça, mesmo plantando dendê, sugere-nos a possibilidade da família em manter seus hábitos alimentares, produzindo uma agricultura que também sirva de alimento para a unidade doméstica. Com isso, entendemos que a não realização da roça em um determinado período não significa que a família deixe em definitivo a agricultura itinerante.

Em Sousa (2014), tomamos conhecimento, na comunidade de Arapiranga Vila, no município de Concórdia do Pará, de uma família que, ao integrar a cadeia produtiva do dendê, não teve tempo suficiente para confeccionar a roça no respectivo período de plantio da oleaginosa. Contudo, a família comprou duas tarefas de roça na própria comunidade e, assim, garantiu a mandioca, o milho e o arroz para a dieta familiar. Nesse caso, a compra foi uma estratégia da família para conseguir manter a base alimentar da unidade doméstica como também assegurar as sementes para futuros cultivos.

Em outra perspectiva, Nahum e Bastos (2014, 2017), em seus estudos, vislumbram que a integração camponesa na dinâmica do dendê no nordeste paraense tem levado a uma metamorfose dos agricultores camponeses em agricultores familiares produtores da oleaginosa.

A dendeicultura de energia não se sustenta do trabalhador coletivo das unidades familiares. Este contingente é pequeno comparado a quantidade de trabalhadores individuais. Mas é importante componente do discurso de responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado a [à] dendeicultura (Nahum; Bastos, 2014, p. 47).

Apesar de os autores ressaltarem a transformação do camponês em agricultores familiares capitalizados, eles evidenciam a manutenção das antigas formas de cultivos de roças, também na comunidade de Arauaí, em Moju.

Constatamos que dos 44 agricultores pesquisados, 32% não possuem mais unidade produtiva[...], venderam suas terras e construíram moradia na Vila do Arauaí e vivem exclusivamente do trabalho no lote; 25% dos agricultores do dendê possuem propriedades que variam de 10 a 20 hectares; 18% delas estão entre 21 a 30 hectares; 9% com 31 a 40 hectares; 7% têm de 41 a 50 hectares; 3% têm entre 61 a 70 hectares; 2%, com 81 a 90 hectares; 2%, de 121 a 130 hectares; e 2%, com 141 a 150 hectares (Nahum; Bastos, 2017, p. 66).

E continuam,

As dimensões da área do roçado variam entre 1 a 4 hectares para 70% dos agricultores do dendê; e de 5 a 8 hectares para 20% deles; 9 a 12 hectares para 3% produtores; e 17 a 20 hectares para 7% dos entrevistados. Estes últimos representam casos raros na comunidade, pois essas dimensões são superiores até mesmo ao tamanho dos roçados que existiam antes da chegada dos projetos (2002-2005), que eram de 8 a 20 hectares. Mas a média das lavouras permanece entre 4 e 8 hectares, ou seja, de 1,2 a 6 tarefas (Nahum; Bastos, 2017, p. 66).

Os dados tabulados pelos autores mostram que mais de 70% dos produtores familiares de dendê continuam com seus tratos com a roça. Isso contraria a tese da metamorfose camponesa em agricultores familiares capitalizados, em razão de a prática do trabalho familiar ainda ser realizada, predominantemente, na unidade doméstica, além de reforçar a autonomia sobre parte do território por meio da agricultura tradicional.

Moreira e Hébette (2009), ao estudarem o campesinato no Baixo Amazonas e no Baixo Xingu paraenses, afirmam que entendem por metamorfose do campesinato “uma mudança significativa nesse modo de vida coletivo, e não uma simples mudança de denominação, como ‘agricultura familiar’ em substituição, por comodidade pragmática, a ‘campesinato’” (Moreira e Hébette, 2009, pag. 230). Partindo dessa prerrogativa, compreendemos que os camponeses acionam a categoria da agricultura familiar nas políticas direcionadas aos créditos junto aos bancos, mas não necessariamente ocorre a sua transformação em agricultores familiares traduzidos dentro da perspectiva do paradigma do capitalismo agrário.

Para Abramovay (1998, p. 22), “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Esse agricultor familiar capitalizado, descrito por Abramovay (1998), não se reflete nos agricultores familiares integrados ao dendê,

pois, a partir do sistema de parceria, a família camponesa continua com as relações de trabalho familiar, de parentesco e de trocas simbólico-materiais que ainda são presentes na unidade doméstica, não passando, necessariamente, por um processo de descampesinização. Muito menos, passam a ter uma integração ao mercado global e competitivo, estando-os presos aos acordos firmados com as empresas do agronegócio do dendê.

Os mesmos autores que pensam a transformação do campesinato em agricultores familiares produtores de dendê nos elucidam questões que, à luz do paradigma da questão agrária, podem se conformar como resistência camponesa no espaço agrário paraense.

As unidades familiares associadas aos projetos de agricultura familiar de dendê não perdem a propriedade jurídica da terra, tampouco as pessoas tornam-se assalariados das empresas; em suma, continuam proprietárias da terra enquanto meio de produção e força produtiva e sua força de trabalho não é vendida à empresa. Porém, quem determina e comanda o uso dessa terra são as empresas; a terra, por meio de contratos entre partes “juridicamente iguais” e em comum acordo, transformou-se em território usado pelo dendê. Igualmente a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comanda e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana (Nahum; Bastos, 2014, p. 49).

Ao assegurar a propriedade da terra, o campesinato engendra relações produtivas em seu território de articulação com o capital pela necessidade de garantir mercado para os produtos confeccionados na unidade doméstica. A parceria com as empresas produtoras do dendê possibilita à família camponesa permanecer na terra, mesmo com a sujeição da renda à agroindústria. A manutenção da propriedade apresenta-se, então, como resistência à venda da terra e, conseqüentemente, à expropriação e à desterritorialização.

Dentro dessa perspectiva, a posse da terra é um dos elementos que instrumentaliza a trajetória camponesa no espaço agrário, e somente por meio da terra a família consegue coletivamente reproduzir-se e garantir os meios de sobrevivência. Logo, podemos dizer que a integração à cadeia produtiva do dendê caracteriza-se como forma de resistência em não vender a terra, assegurando os meios de produção familiar.

A proposta do agrocombustível não é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento assentado na produção e consumo infinito de mercadorias. O agrocombustível é um prolongamento da economia assentada na produção do petróleo ameaçada pela escassez, ou seja, serve à manutenção do sistema. Aos camponeses está sendo proposta a entra-

da neste sistema. Neste sentido, há que se pensar numa reversão do sistema; não no retorno romântico ao passado, mas na retomada de práticas e saberes não mercadológicos marginais acumulados secularmente que permitam projetar os camponeses para o futuro, garantindo a sua existência na sociedade moderna. Por isso, há que se pensar na perspectiva da resistência e não na integração dos camponeses ao mundo da mercadoria para garantir sua existência, semelhante a um “agronegócio familiar” do agrocombustível (Fabrini, 2010, p. 82).

A partir de Fabrini (2010), é possível pensar a integração camponesa na cadeia produtiva do dendê/agrocombustível não como um movimento de transformação desses camponeses em agronegociantes familiares, mas como meio da resistência engendrado nas práticas e saberes que permanecem no território camponês, por meio do cultivo a oleaginosa.

Ao continuar com a produção da roça, mesmo que plantando dendê, a família demonstra a criatividade camponesa diante das inovações projetadas para o seu território. Desse modo, defendemos a tese de que o campesinato do nordeste paraense cria estratégias para se sustentar no campo e vê no plantio de dendê a possibilidade de continuar com a posse da terra e garantir renda a partir do seu trabalho.

Diante desse processo, Sousa (2015), ao fazer analogia entre plantio e cultivo do dendê e o debate realizado por Michael Taussig, em *O diabo e o fetichismo da mercadoria* (2010), elucida questões para pensar a resistência camponesa ao agronegócio da oleaginosa, entendendo a integração não como o fim, mas como um começo, no qual a parceria pode ser encarada como uma estratégia do campesinato em se articular com o mercado (Sousa, 2015).

Nessa perspectiva, pode-se perceber que a integração do campesinato ao agronegócio do dendê enfrenta determinados limites, ao passo que a família também engendra relações próprias de produção.

A integração da agricultura familiar ainda tem muitos limites, principalmente pelo modo diferente de se organizar e de tomar as decisões. Enquanto na empresa a decisão é baseada no cálculo racional (nos modos de Max Weber), na agricultura familiar, ou campesinato, as decisões são tomadas levando e conta uma série de fatores, que vão além da busca da produtividade (Sousa, 2015, p. 90).

Notamos, a partir dos estudos de Sousa (2015), racionalidades diferentes na parceria da agricultura familiar camponesa com o cultivo do dendê, na qual mecanismos de produção diferenciam-se entre as unidades camponesas e as capitalistas. O universo camponês, apesar do desejo de boa colheita e,

consequentemente, da garantia de uma melhor renda, reproduz uma rotina de trabalho que em nada se assemelha à realizada nos campos das empresas do agronegócio.

O plantio do dendê é realizado na área que pertence à família integrada, os custos de implantação e manutenção são todos da família, financiados ou de investimento da família, o dendezal a rigor pertence à família, no entanto, a empresa age como se a terra, o plantio, os custos e a mão de obra lhe pertencessem (Sousa, 2015, p. 91).

Sousa (2015) nos chama a atenção para a autonomia que a família camponesa pode assumir quando se integra à cadeia produtiva da oleaginosa, visto que é a família a principal responsável pelo desempenho do projeto e também quem dispõe da força de trabalho e dos recursos a serem aplicados nos campos do dendê. Nesse sentido, a autonomia e a subordinação do campesinato em relação ao agronegócio da palma caminham juntas dentro de uma relação territorial contraditória, mas que combina no que tange à reprodução social do campesinato na sociedade capitalista. Desse modo, “embora se tenha clareza da subordinação dos camponeses à lógica capitalista, não é só isso que explica a persistência deles em seguir sendo camponeses. Persistem nessa luta para reafirmarem seu modo de vida, ligado ao seu universo simbólico/cultural” (Simonetti, 1999, p. 56).

Considerações finais

A compreensão do papel que desempenham os agricultores camponeses na sociedade capitalista nos exige um olhar atento sobre as transformações que o espaço agrário tem passado, tornando, assim, a vida no campo mais complexa e vulnerável às demandas do capital, do Estado e à violência.

Contrária à expansão da agricultura capitalista, encontramos uma barreira permeada pela diversidade camponesa que se embrenha pelo interior agrário em territorialidades específicas, constituindo-se em resistência à expropriação da terra. Nesse processo, para se manter resiliente, parte deste campesinato tem se rendido cada vez mais à comercialização com os capitalistas, alcançando sua reprodução social, mas abrindo mão de parte de sua autonomia e liberdade.

Com a territorialização do agronegócio do dendê pelo nordeste paraense, observam-se exemplos da monopolização do território camponês pelo

capital da palma de óleo, pelo qual a agroindústria capitalista tem alcançado parcelas da sua ampliação de capital, por intermédio da renda da terra gerada pelos trabalhadores familiares camponeses.

Observamos, em relação à expansão do dendê, que as famílias integradas nessa cadeia de produção não abandonam suas lavouras anteriores, continuando com a farinha de mandioca e demais culturas encontradas no chão da roça. Desse modo, entendemos que, para algumas famílias que passam a cultivar o dendê em suas propriedades, a oleaginosa torna-se mais um componente na renda familiar, mesmo que isso signifique mais trabalho do que o trato com a roça.

Em contrapartida, para outra parte dos camponeses integrados, o fato de deixar a roça, mesmo que temporariamente, não significa uma transformação social, mas se dá pelos limites da propriedade e do trabalho não ser o suficiente para implementar a diversidade agrícola.

Assim, entendemos que a monopolização do território camponês pelo capital não marca a metamorfose camponesa em capitalistas, mas se mostra como um mecanismo desses sujeitos sociais manterem-se na terra e continuarem a ter um horizonte de vida e trabalho no campo.

Referência

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, UNICAMP, 1998.

BACKHOUSE, M. **A despropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In*: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.) **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, B. M. Quando a agricultura familiar é camponesa. *In*: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e campesinato**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2016.

FERNANDES, B. M. *et al.* Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Espaço Aberto**, v. 1, p. 14-37, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MENEZES, A. J. E. *et al.* Caracterização socioeconômica de pequenos produtores de dendeziro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. **Amazônia**: ciência e desenvolvimento, Belém, v. 11, n. 21, jul/dez 2015.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. *In*: GODOI, E. P. *et al.* (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidade v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendêcultura e descampesinização na Amazônia paraense. *In*: NAHUM, J. S. (Org.). **Dendêcultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFGA, 2014.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. **Revista NERA (UNESP)**, v. 37, p. 54-76, 2017.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP**: espaço e tempo, v. 19, 2015, p. 228-244.

OLIVEIRA, A. U. Perspectivas no início do século XXI. *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA NETO, A. C. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2017.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2006. v. 1. 428p.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS FILHO, E. S. **Ação do Estado na inserção do agrodiesel em Sergipe**: resistência e subordinação no Assentamento Jacaré-Curituba. Geonordeste (UFS), v. 1, p. 1-34, 2013.

SILVA, E. P. *et al.* Monocultivos de dendzeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **Revista Campo - Território**, v. 11, p. 165-195, 2016.

SILVA, E. M.; NAVAGANTES-ALVES, L. F. Transformações nos sistemas de produção familiar diante a implantação do cultivo de dendê na Amazônia Oriental. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 345-364, abril, 2017.

SOUSA, R. B. **Pelas margens do Igarapé Arapiranga:** o processo de territorialização camponesa no Município de Concórdia do Pará. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Geografia, Niterói-RJ, 2014.

SOUSA, C. F. M. **Será mesmo o diabo? Expansão da dendeicultura e o campesinato na Amazônia paraense.** 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém-PA – 2015.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada:** a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo-SP, 1999.

VIEIRA, A. C. C. **A integração camponesa ao monocultivo de dendê:** subordinação e transformação do campesinato amazônico. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015.

Terra à vista: incorporação da “última” chapada no sul piauiense

RAONI FERNANDES AZERÊDO¹
MARCO ANTÔNIO MITIDIERO JÚNIOR²

Introdução³

O protagonismo do Estado na “modernização conservadora da agricultura” (Delgado, 2012) teve seu foco, nos anos 1960 e 1970, em políticas públicas indutoras do chamado desenvolvimento econômico brasileiro, em destaque as políticas de colonização fundiária, pesquisa agropecuária, infraestrutura logística e financiamento, sendo estas de extrema importância para o avanço/consolidação de novas fronteiras agrícolas.

Com a crise cambial brasileira de 1999⁴ e a contínua expansão do consumo de commodities no mundo (principalmente da China), surgiu uma nova expansão das fronteiras agrícolas em direção ao Norte e Nordeste, especialmente para a produção de grãos. Essa conjuntura promoveu uma corrida para a formação da “nova fronteira agrícola baseada num plantio moderno de soja” (Facchini; Herrisson, 2000). Além dos estados da Bahia e Maranhão, o deslocamento para o Tocantins, Piauí, Rondônia e Pará remete precisamente a um avanço em direção ao Cerrado e à Amazônia.

No Piauí, a crescente demanda internacional por soja, associada aos preços atrativos de terras (com condições edafoclimáticas propícias e/ou aptas

¹ Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em Geografia. E-mail: raoniazere-do@gmail.com

² Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Geografia. E-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

³ Este texto compreende uma parte revista da tese de doutorado sob o título “Fazendas corporativas sojícolas e acumulação de capital no início do século 21: os novos senhores da terra na região do MATOPIBA”, de autoria de Azerêdo (2022), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Alguns depoimentos coletados nessa pesquisa de doutorado são utilizados neste texto, os depoentes não serão identificados pelo nome, mas sim pela ordem da entrevista realizada e sistematizada em trabalho de campo.

⁴ Ver Delgado (2012, capítulo 5.3) – “Condições Externas e Internas para o relançamento da economia do agronegócio depois da crise cambial de 1999”.

à produção agrícola), e a proximidade a eixos de escoamento proporcionaram a explosão da área plantada de soja. De uma área plantada com ínfimos 28 mil hectares, na safra de 1997/1998, passou-se para 221 mil hectares na safra de 2006/2007. Contudo, na safra 2016/2017, totalizou-se 273 estabelecimentos sojícolas que colheram 681 mil hectares⁵ (aumento de 208% em relação à safra de 2006/2007) (CONAB, 2021; Brasil, 2017). Nesta safra de 2016/2017, ficou evidente o avanço da agricultura comoditizada em larga escala e a ultraconcentração de terras nas propriedades sojícolas no estado, com 49% dos estabelecimentos produtores apenas de soja, com áreas entre 2.500 a 10.000 hectares, perfazendo 27% da colheita total, e impressionantes 26% de estabelecimentos sojícolas, com áreas acima de 10.000 hectares, perfazendo 61% da colheita total no Piauí (Brasil, 2017).

Neste contexto, baseado numa lógica de produtos comoditizados, em que privilegiam grandes propriedades, alta escala/tecnificação, acesso volumoso de crédito e profissionalização (governança corporativa), a apropriação das terras passa a ser crucial para a instalação das “fazendas corporativas sojícolas” (Azerêdo, 2022).

Nessa engrenagem corporativa, a apropriação de terras com íntima relação com a grilagem e a expropriação camponesa são marcas evidentes. Primeiro, inicia-se a grilagem das terras com a legalização irregular e fraudulenta das áreas, depois, tem-se a aquisição dessas áreas por empresas/fazendas corporativas, muito frequentemente acompanhada pela narrativa entusiasta de geração de emprego e desenvolvimento regional e nacional. Ao contrário do que advogam, visualiza-se, nas próximas seções deste texto, que os processos de roubo de terras e posterior legalização dessas terras – agora prontas para compra e venda no mercado – dão origem a situações violentas e dramáticas de expulsão das populações camponesas, tradicionais e indígenas. A execução dessas ações dão origem aos conflitos resultantes da resistência das populações atingidas. O objetivo deste texto, resultado de pesquisa empírica com coletada de dados diretamente com as populações envolvidas, é exatamente narrar e denunciar um exemplo, entre tantos outros, das consequências do crescimento do agronegócio no Cerrado e no Nordeste brasileiro.

⁵ Vale destacar a concentração fundiária expressa nesses dados. Tão somente 273 estabelecimentos agropecuários concentram mais de meio milhões de hectares.

Breve histórico da apropriação de terras no sudoeste piauiense

Na década de 1950, surgiram as primeiras políticas públicas a fim de integrar a região Nordeste ao processo de modernização conservadora agrícola que já estava em curso no Sudoeste do país, permitindo a vazão da capacidade ociosa da indústria paulista e, assim, estabelecendo os determinantes da acumulação de capital à escala nordestina (Cano, 1998). Na vastidão nordestina, um processo de transformação da base técnica produtiva foi se consolidando, mas sem alterar a concentrada estrutura fundiária. À vista disso, constituíram-se condições para modernização de latifúndios, estimuladas/calçadas na expansão do crédito rural subsidiado e na aquisição de máquinas, equipamentos e insumos químicos e biológicos, também subsidiados, cujas ofertas aumentaram em todo o país.

Nos anos 1970, com amplo apoio e incentivos do Estado, o processo de modernização conservadora se encaminhou para a Região Agrícola dos Cerrados, mais especificamente para o território conhecido como Brasil Central, constituído pela região Centro-Oeste, parte de Minas Gerais, leste do Tocantins, oeste da Bahia, sudoeste do Piauí e sul do Maranhão. Assim, uma série de mudanças foi ocorrendo nesse território (Monteiro; Ferreira, 2008).

As especificidades institucionais, econômicas, políticas e naturais vigentes em cada unidade da federação possibilitaram a ocupação do Cerrado de forma distinta. No Piauí, a ocupação foi realizada tardiamente, a partir dos anos de 1980, sendo que se efetivou por volta dos anos 1990, com a produção de grãos, particularmente soja, por meio da exploração empresarial de grandes propriedades agrícolas (Alves, 2006; Monteiro; Ferreira, 2008; Rufo; 2015; Rufo; Sobrinho, 2018).

A ocupação do Cerrado piauiense foi arquitetada pelo governo local com a finalidade de tornar essa região um polo agrícola, claramente beneficiando as corporações nacionais e transnacionais ligadas ao agronegócio e, assim, promovendo uma nova configuração na economia rural piauiense. Esse processo ocorreu através do estabelecimento de políticas públicas e incentivos fiscais voltados para esses agentes, bem como com a instalação de infraestrutura necessária à atividade. Além disso, o Estado disponibilizou, via Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COM-DEPI), terras devolutas a preços insignificantes (Alves, 2006; Monteiro; Ferreira, 2008; Rufo; Sobrinho, 2018).

Essa estratégia pública de ocupação territorial, com a venda de terras públicas a preços módicos, associada a arranjos institucionais dos governos federal e estadual (pesquisas agrícolas, projetos de infraestrutura, entre outros), gerou expectativas positivas aos futuros investimentos agropecuários (ganhos patrimoniais) e rentabilidade na produção de soja (valorização produtiva), mantendo a concentradíssima estrutura fundiária. T tamanha arquitetura foi fundamental para implementação de regulação na distribuição da renda e da riqueza entre as elites agrárias associadas ao capitalismo global, convertendo o Estado num verdadeiro lócus de conciliação dos interesses das elites nacionais e transnacionais convergentes na formulação de políticas públicas setoriais (Azerêdo; Silva, 2022).

Esse pacto envolveu três ordens de fatores estruturais: a apropriação e a concentração da terra e dos recursos naturais; as relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central, por intermédio de sua representação política; e o caráter dependente ou associado da burguesia nacional ao capitalismo produtivo/financeiro internacional (Tavares, 2000). Segundo a autora, a apropriação privada e concentrada da terra, seja terra privada ou grilada, fora uma das especificidades da acumulação patrimonial de riqueza no país.

No sul do Piauí, a notoriedade da apropriação de terras resultante da grilagem se intensifica em meados dos anos 1980, utilizando-se de métodos de corrupção e roubo. Alves (2006, p. 194) define os “grileiros profissionais”⁶ como peça fundante da arquitetura da apropriação de terras no sul piauiense.

O entrevistado 1, da Justiça Agrária Piauí (2018), descreve fatos que marcaram as bases históricas recentes que propiciaram a chegada desses grileiros corporativos.

Foi na década de 1970 o governo do Piauí, ao verificar o potencial do cerrado piauiense (...) E como foi dito aqui, era um imenso descampado, desabitado, não havia produção. Assim, pessoas estudaram e viram a viabilidade do cerrado do Piauí: solo, terra, altitude, pluviosidade, tudo era propício para produção de grãos. O governador na época foi ao sul do país e convocou as pessoas para que viessem para o estado do Piauí, que aqui tinha terra boa e barata. Mas para isso acontecer, ele precisou ir ao Senado Federal e pedir autorização para vender essas porções de terra, e foi feito através da resolução 36/75 do Senado Federal. Nessa resolução, foram destacadas 5 grandes porções de terra, algo entorno a 4 a 5 milhões de hectares na época. E esse patrimônio imobiliário estadual, porque eram terras devolutas, pasmem, por incrível

⁶ A grilagem adotada no Piauí é um método de organização criminosa, que desenvolveu isso e saiu se alastrando pelos estados. “Onde se começou isso? Por incrível que pareça no Paraná, os maiores atos de grilagens são de lá” (Entrevistado 23, Justiça Agrária, Piauí, 2018).

vel que pareça, foi criado uma sociedade de economia mista chamada CONDEPI para controlá-lo. Esse patrimônio imobiliário estadual foi todo revertido para o CONDEPI, terra do Estado passando a uma sociedade de economia mista. A partir daí começou a distribuição de terras. Veja, já começou errado na década de 70, pessoa jurídica tinha direito até 25 mil hectares e pessoa física até 3 mil hectares, essa foi a distribuição inicial (...) E com essa distribuição, percebe no primeiro momento não a produção de soja, de algodão, feijão, o que a gente percebeu foi a produção de caju. Os grandes projetos que vieram foram com caju, só que vamos dizer assim, era só para levantar dinheiro da antiga SUDENE, foi muito dinheiro investido aqui para pouca produção de caju. Eu só tenho conhecimento de um local que produziu caju em uma época, que foi em Uruçuí, é o único que tenho conhecimento, que sei que produziu caju, os demais só usurparam dinheiro público (Entrevistado 1, Justiça Agrária Piauí, 2018).

Vendo que o Estado do Piauí não tinha obtido o desenvolvimento esperado, havendo alguns enriquecidos apenas com a distribuição de lotes e o Estado continuando improdutivo, foi extinta a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), que repassou suas terras ao Instituto de Terras do Piauí (INTEPPI) em 1981. Fato é que vários títulos já tinham sido distribuídos pela CONDEPI, e o INTERPI⁷ começou a emitir títulos sobrepostos aos títulos já emitidos pelo antigo órgão, criando um caos fundiário (Entrevistado 1, Justiça Agrária, Piauí, 2018). O entrevistado é categórico ao afirmar que esse é o primeiro ato de grilagem que se tem conhecimento no estado do Piauí, sendo o próprio Estado considerado o maior grileiro.

As áreas prioritárias do Cerrado que começaram a ser ocupadas rapidamente ocorreram nos municípios de Bom Jesus, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, com a abertura de estradas e chegada de rede elétrica. Nesse momento,

o grileiro abriu os olhos, porque a terra começa a valorizar. Se antes o hectare eram 2 pratos de feijão em cima do cerrado, hoje temos o hectare que vale 400 sacas. Assim, o especulador, que é conhecido vulgarmente por grileiro, ele vê uma grande oportunidade de ganhar dinheiro. E começaram a aportar aqui. O primeiro que se tem notícia é um senhor chamado Raul Alkimim Leão, ele recebe um título da antiga CONDEPI de 6 mil hectares e transforma em 137 mil hectares (Entrevistado 1, Justiça Agrária Piauí, 2018).

⁷ “Os agentes econômicos que primeiro se instalam no Piauí nessa nova fase da modernização procuravam tomar posse de grandes extensões de terras, frequentemente, estabelecendo alianças com grupos locais ou de estados vizinhos, particularmente de municípios baianos na divisa com o sul do Piauí. Suspeita-se, também, de servidores do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), os quais auxiliavam nos esquemas de corrupção, facilitando a titulação de terras devolutas para grupos privados. A participação dos cartórios dos municípios dos cerrados piauienses, entretanto, foi fundamental para a ampliação e a efetivação da rede de grilagem, acobertados, em muitos casos, por juízes de comarcas” (Alves, 2006, p. 192).

Um desses primeiros grileiros de terras públicas no sul do Piauí, responsáveis pela ocupação do cerrado piauiense, com indícios de falcatruas de falsificação de documentos⁸ e deslocamento de áreas, foi a empresa Raul Leão Agropecuária e Colonizadora (AGRO-PEC), controlada por José Raul Alkimim Leão (Alves, 2006). A colonizadora, que se assemelha às atuais fazendas corporativas, foi responsável pela implantação do primeiro condomínio no Cerrado, chamado de Nova Santa Rosa, no município de Uruçuí, vendendo áreas acima de 5 mil hectares com as primeiras autorizações do Senado. Junto aos grileiros, os cartórios passam a se envolver explicitamente na arquitetura de grilagens de terras⁹.

Em Uruçuí, ao longo da década de 1990 e no ano de 2000, foram realizadas 358 transações em terras, englobando uma área total de 453.815,5 hectares (Monteiro, 2002). Um dos casos marcantes da aquisição de terras aliada à concentração da estrutura fundiária foi exatamente o condomínio Nova Santa Rosa, vinculado à Cooperativa Tritícola de Santa Rosa (COTRI-ROSA), reunindo cerca de 75 famílias numa área de 65.000 hectares. A autora revela que, dos 150 negócios efetivados em terra no município em 1998, 105 foram levados a cabo na forma de loteamentos agrícolas por José Raul Alkimim Leão. Na década de 1990, as terras eram vendidas a preço irrisório,

⁸ Para Alves (2006, p. 195), Raul Alkimim foi um “grande usurpador de terra pública no sul do Piauí e oeste da Bahia, segundo acusação da Promotoria Pública dos respectivos estados, é o empresário e colonizador rural baiano José Raul Alkimim Leão, proprietário da, com sede em Brasília. Essa empresa organizou vários projetos de colonização nos cerrados nordestinos, principalmente para cooperativas do sul do Brasil. No Piauí, tal colonizador foi o responsável pela venda da gleba onde estão instaladas as famílias sulistas de Nova Santa Rosa, área pertencente a uma gleba de 68.900 hectares nos platôs dos municípios de Palmeira do Piauí, Bom Jesus e Uruçuí. A área constitutiva do Projeto. Nova Mogiana, concebido e executado pela Agro-Pec, é mencionada nos documentos do Ministério Público Federal sob suspeita de ter sido adquirida pelo dito empresário através da ação de grilagem [...]”. “No Cartório Único de Palmeira do Piauí, após as necessárias e percuientes investigações, além dos mesmos vícios encontrados em Bom Jesus e Cristiano Castro, verificamos que por despacho prolatado pelo Juiz Plantonista, Osório Marques Bastos, no rosto de petição firmada por José Raul Alkimim Leão, e pelo seu advogado, Airton Teixeira Gomes, se a inafastável intervenção do Ministério Público, portanto, em desacordo com a lei, 1.493,00,00 (hum mil e quatrocentos e noventa e três) hectares foram transformados em 68.900,00,00 (sessenta e oito mil e novecentos) hectares, indevidamente averbados na matrícula no. 1.748 daquela serventia. Após a indevida, ilegal e citada averbação, o senhor José Raul Alkimim Leão, adquirente do imóvel em alusão, através de sucessivas transações, o vendeu para terceiros, restando, apenas dos 68.900,00,00 (sessenta e oito mil e novecentos) hectares, uma área remanescente de aproximadamente 4.000,00,00 (quatro mil) hectares. (Correção extraordinária nos cartórios da comarca de Santa Filomena (PI). Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí. Abril de 2001)” (Alves, 2006, p. 196).

⁹ “Inicialmente começa a perceber o cartório, você percebe duas coisas: primeira a falta de conhecimento jurídico de não entender como é que se faz um registro público, como é que ele e movimenta, quais são seus princípios básicos, o que a legislação exige, isso você percebe claramente. Mas você percebe também claramente a má fé, a corrupção, e aliado ao grileiro, ao especulador que chega de fora, esse é o segundo movimento que você percebe no estado do Piauí” (Entrevistado 1, Justiça Agrária Piauí, 2018).

conforme visto nos documentos cartoriais. A título de exemplo, em 1994, um hectare era vendido a R\$3,54, e a R\$40,00 em 1995 (Monteiro, 2002).

Além do baixíssimo preço da terra, as condições propícias para a produção de grãos (solo, topografia, entre outros), com platôs fáceis de mecanizar, associadas à proximidade de exportar via Porto de Itaqui/Maranhão e à proximidade com o mercado interno nordestino, eram variáveis que impulsionaram a vinda de diversos produtores agrícolas, como também de especuladores, que não somente se aproveitaram dos preços módicos das terras, como também tiraram proveito das instituições de crédito oficial.

Monteiro (2002, p. 163) explicita que os produtores migrantes compraram terras dos antigos proprietários financiadas pelo FINOR-Agropecuário, o que deixava claro que os “novos arranjos institucionais, diferentemente da década de 70-80, são decisivos para dinamizar um mercado de terras e efetivar uma produção produtivas nos moldes empresariais modernos”.

Dando continuidade à migração dos produtores agrícolas para o cerrado piauiense, intensificou-se a transação de terras no município de Ribeiro Gonçalves, por exemplo. “Entre 1990 a dezembro de 2000, ocorreram 98 transações englobando uma área de 410.913,79 hectares” (Monteiro, 2002, p. 168). A autora circunscreve que, em 1997, 3 transações com imóveis acima de 10.000 hectares abarcaram uma área de 100.859 hectares, cerca de 91% da área transacionada naquele ano. Da mesma forma, nesse ano os preços das terras eram módicos. A título de exemplo, em 1990, um hectare era vendido a Cr\$ 1,0 (moeda da época) e a Cr\$ R\$10,00, em 1994 (Monteiro, 2002).

Em 1994, houve o desmembramento do município de Ribeiro Gonçalves, com a emancipação de Baixa Grande do Ribeiro. Neste município, entre 1994 e 2000, 44 transações incorporaram imóveis de 1.000 a 10.000 hectares, abarcando uma área total de 137.469,35 hectares, enquanto 13 transações com imóveis acima de 10.000 hectares abarcaram 207.763,6 hectares (Monteiro, 2002). Tais transações desvelam os tons da estrutura fundiária em larga escala que viria a ser padrão no sul piauiense.

Alves (2006) detalha que o processo de ocupação de tais áreas foi extremamente sedimentado em irregularidades, revertendo numa ampla transferência, de maneira ilícita, de terras de uso comunitário para as mãos de particulares, gerando diversas sobreposições de proprietários atestando o pertencimento de uma mesma área. Tamanho era o descontrole fundiário

que, entre os anos de 1997 e 1998, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os conflitos agrários e estabelecer uma análise jurídica das alienações das terras públicas patrimoniais do estado do Piauí. Os depoimentos elucidam a grilagem corporativa em curso no sul piauiense.

O advogado Henrique Couto Machado, na oportunidade como depoente, denunciou a [...] atuação de empresas privadas revestidas da feição de sociedades mercantis, que adquiriram, com justificativa de promover o desenvolvimento dos Cerrados Piauienses, terras públicas patrimoniais e devolutas por preços inferiores aos praticados no mercado, para, em seguida, aplicarem os recursos financeiros oriundos de empréstimos incentivados em atividades empresariais distintas e em outros Estados da Federação [...]

No depoimento do Sr. Acilino José Ribeiro de Almeida, ex-superintendente regional do INCRA no Piauí, quando ele denunciou – a existência de uma máfia de grilagem no Piauí, constituída de políticos e empresários (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 1998, p. 13-16 apud Araujo, 2016, p. 60).

Para o Entrevistado 1, da Justiça Agrária Piauí (2018), os métodos de apropriações de terras públicas, sobretudo das chapadas do cerrado piauiense, deram-se por meio de ação demarcatória, retificações cartoriais/juízo, inventário/arrolamento e usucapião. Para o entrevistado, a rede de grilagem já tinha o Piauí muito bem demarcado, sabia onde eram as áreas propícias ou não para o cultivo de grãos.

Argumentamos que as transações de terras em curso são mediadas pelo potencial produtivo das áreas, influenciando diretamente os preços do mercado de terras. Assim, capturar as terras públicas existentes no sul do Piauí vem sendo uma das últimas fronteiras agrícolas propícias ao cultivo de soja-milho em larga escala e será a estratégia perseguida pelas fazendas corporativas no século 21¹⁰, com objetivos de produção de grãos e/ou venda e arrendamento de terras. A título de ilustração, em 2003, 6 principais municípios propícios ao cultivo em larga escala de soja detinham uma área devoluta de 10.561.277,79 hectares, quase a metade da área total devoluta do estado do Piauí (Alves, 2006).

¹⁰ As terras, que anteriormente eram de comunidades locais que usufruíam dos cerrados existentes, transformam-se: em posse de um seletivo grupo de especuladores e produtores rurais, sem que ao menos se fosse pago por elas, pois sua apropriação ocorreu sob o desvio da lei. A apropriação privada dos platôs é a sentença final sobre o direito costumeiro praticado pela população local nessas áreas, restando-lhe agora reproduzir a vida lançando-se ao trabalho assalariado precarizado nas fazendas modernas, ou migrando para o urbano, onde essa população se depara com novas formas de exclusão (Alves, 2006, p. 197).

Fazendas corporativas e a apropriação da “última chapada piauiense”

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem acompanhando com bastante preocupação as ações do agronegócio no estado do Piauí. O Entrevistado 2, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT Piauí, 2018), descreve que o momento inicial do agronegócio se deu nos anos 1990, nos municípios de Uruçuí e Sebastião Leal, e vem numa crescente espantosa nos municípios do extremo sul do estado: Baixa Grande Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Antônio Almeida, Uruçuí, Bom Jesus e Gilbués.

Indo na mesma direção da ocupação história do agronegócio, o Entrevistado 3 Aprosojoa Piauí (2018) considera que os polos de Bom Jesus e Uruçuí foram o início da ocupação intensificada do cerrado piauiense, sobretudo na Serra do Quilombo e entorno de Uruçuí, expandido-se, em seguida, para Baixa Grande do Ribeiro (Serra Grande) e Santa Filomena (Serra da Fortaleza).

Assim como em outras partes na região do MATOPIBA¹¹, há um enredo padrão para a chegada das fazendas corporativas, alicerçadas na expropriação, violência e grilagem de terras. Antes da chegada das fazendas corporativas, agentes da grilagem de terras se intitulam proprietários de grandes áreas, mesmo ainda não tendo realizado a regularização fundiária das terras, como relata um dos entrevistados.

Essas corporações, grandes fazendas, que vem se implantar aqui, elas querem uma terra que seja legalizada ou então no mínimo que tenha algum documento trabalhando em cima, por muitas vezes expulsando as pessoas. Assim, por meio de mecanismos de expulsão, violência, propostas fantasiosas, aumento indevido da cerca, que as fazendas vão se instalando no cerrado do MATOPIBA, seguindo a lógica de que o mais forte vence. Prefiro disputar mil vezes com o Estado, do que com os fazendeiros. Se o Estado matar ele vai cumprir com responsabilidade, o crime é muito maior, já o fazendeiro pode encomendar a morte de alguém e lá eles são vulneráveis e vai ficar por isso mesmo, e como tem dinheiro e teoricamente na visão deles podem comprar a justiça, a famosa venda de sentenças (Entrevistado 4, STTR São Raimundo das Mangabeiras, 2018).

Com esse avanço crescente do agronegócio, os impactos para as comunidades dos cerrados são severos. “Essa área sempre foi muito habitada, ainda

¹¹ Acrônimo formado pelas siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA), envolvendo aproximadamente 73 milhões de hectares de terras que englobam áreas contíguas desses estados foco de expansão do agronegócio que especula com a terra e para produção de grãos em larga escala.

hoje é, embora o governo diga que é uma área despovoada, e queira justificar o pioneirismo do agronegócio, isso não é verdade. Quando você vai a campo, visualiza várias comunidades tradicionais que estão a muitos de anos, e atualmente sofrendo vários tipos de ameaças” (Entrevistado 2, CPT Piauí, 2018).

Em Uruçuí, que se circunscreve como pioneira dos grandes projetos sojícolas no cerrado piauiense, a tônica não foi diferente. Como adiantamos, Raul Alkimin, por meio de grilagem de terras, vendeu uma gleba de 68.900 hectares para a instalação das famílias sulistas vinculadas à COTRIROSA de Nova Santa Rosa, abarcando hectares nos platôs dos municípios de Palmeira do Piauí, Bom Jesus e Uruçuí. Essa área deu origem ao Projeto Nova Mogiana. Interessante que, desse projeto, participaram vários empresários da economia do agronegócio, entre eles: Roberto Rodrigues e Ivoncy Brochmann Ioschpe (DIÁRIO DO POVO, 1999 apud Alves, 2006, p. 195).

Neste município, diversos outros casos de transações de terras oriundas de grilagem aconteceram. Uma delas foi a aquisição de terras realizada pela família Tomazini. Em 2017, o advogado dos Tomazini, Lincon Hermes Saraiva Guerra, e outro sujeito denominado Luís Lobo Costa intermediaram uma simulação de venda de terras, pertencentes a famílias do município, a preços irrisórios para a Terra Imóveis, que é administrada pelo famoso grileiro João Batista Fernandes¹², conhecido como JB. Posteriormente, JB vendeu aos Tomazini a área pelo valor de R\$ 80 milhões, provocando enorme prejuízo aos membros das famílias que realmente eram as donas das áreas mencionadas (ATUAL7BETA, 2017).

Como descreve o Entrevistado 5, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus (2018), “na Serra do Quilombo é soja, o sol pegando fogo, e conflito”, sendo uma marca observada em outras partes do sul piauiense, como foi captado em outra entrevista:

a grilagem acontece claramente com a convivência dos cartórios. A grande empresa chega compra uma área de 5 mil hectares, vai no cartório e faz o registro de 10 mil hectares. Então como os trabalhadores são posseiros, moram aqui 50, 150 anos, mas infelizmente não tem o título dessa terra, que são de direito, mas não tem o título. O governo do Estado de forma irresponsável não se interessou em regularizar as situações dos pequenos. O grande capital com a convivência do cartório forja estes documentos e criam toda esta celeuma, e de repente a família está lá e o trator está zoando no seu quintal, o cara chega dizem-

¹² Cf. <https://apremavi.org.br/por-que-salvar-a-serra-vermelha/>; <https://www.gp1.com.br/piui/noticia/2010/11/25/rede-ambiental-do-piaui-denuncia-escandalo-para-manter-projeto-na-serra-vermelha-168125.html>

do que é proprietário dali. Uma briga intensa da CPT para se exigir um processo de regularização dessas terras, mas priorizando as famílias tradicionais que moram ali a muito tempo, contestando modelo de regularização fundiária proposto pelo governo (Entrevistado 2, CPT Piauí, 2018).

O entrevistado citado acima desvela que, atualmente, toda a área de chapada do sul piauiense está sob o domínio do latifúndio, aliás, sob o domínio das grandes empresas. São terras devolutas que boa parte das empresas não têm legalizado. Além da prática da grilagem com total conivência com o cartório, existe também a construção de uma ilusão de ganhos e lucros significativos junto a camponeses e comunidades tradicionais com ofertas de compra das terras, sendo que alguns acabam sendo seduzidos e vendendo a área em que moram há muito tempo. Na outra ponta, os camponeses e comunidades que resistem sofrem ameaças e, muitas vezes, não encontrando apoio, vendem a terra contra sua vontade.

Lançando mão de ameaças e da violência, de um lado, e conivência cartorial, do outro, os grileiros “laçam” as chapadas dos cerrados piauienses, tornando de forma “legítima” o registro de terras. Embora em anos recentes a justiça piauiense venha bloqueando¹³ matrículas resultantes da grilagem e atuando diversos cartórios, a trama complexa da apropriação de terras se aprofunda cada vez mais, especialmente em tempos recentes, com a instalação das fazendas corporativas. Os platôs da Serra da Fortaleza, circunscrita no município de Santa Filomena¹⁴, considerada a “última” chapada piauiense, torna-se lócus privilegiado para esta análise.

Em Santa Filomena, com conhecimento empírico de quem trabalhou por 35 anos em fazendas de soja, o entrevistado descreve o processo histórico da atividade sojícola no município.

Eu subi a serra a primeira vez em 1984, no início da abertura do cerrado e a expansão do agronegócio, que na época não se chamava assim, pois na época era 1000 hectares no máximo, e se plantava arroz e não a soja. A soja veio da década de 90 pra cá, quando as grandes empre-

¹³ A vara agrária de Bom Jesus, órgão do Tribunal de Justiça do Piauí, contabiliza nada menos que 6 milhões de hectares bloqueados – ou seja, que constavam em matrículas com validade jurídica suspensa para análise – e outros 2 milhões de hectares definitivamente cancelados (Barros, 2018).

¹⁴ “O município de Santa Filomena é uma destas áreas que está sendo expandido todo tipo de irregularidade com a aquisição dessas terras, ameaças a trabalhadores, desrespeito a questão ambiental. Os municípios que cortam a rodovia transcerrado (Gilbués, Santa Filomena, Baixa Grande Ribeiro, Bom Jesus e Uruçuí) tem muita área produzindo soja, e muita terra que está lá, que foram adquiridos neste processo de forma ilegal, e que estão sem produzir nada. Nitidamente foi uma terra com o fim de especulação” (Entrevistado 2, CPT Piauí, 2018).

sas vinheram comprar as fazendas. No tempo do plano real o pessoal daqui quebrou, não tinha assistência técnica não tinha agrônomo e plantavam de qualquer jeito, aí quebrou e venderam para essas grandes empresas e multinacionais. O cerrado era bruto, a gente no caminho pra Serra das Meninas tinha umas 2 fazendas só (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

O entrevistado explica que, nos anos 1990, em Santa Filomena, plantava cerca de 50 hectares de soja. Recordar-se que a primeira experiência foi de hectares colhidos à mão. No fim dos anos 1990, com um veraneio grande de 3 anos seguidos, algumas empresas se afastaram, porque normalmente elas não chegavam comprando terra imediatamente, eles arrendavam e, se colhessem bem, só então comprariam.

A primeira grande empresa que chegou em Santa Filomena foi a Varig Agropecuária S.A., que detinha 30 mil hectares. Posteriormente, a Varig vendeu sua área para Eduardo Dall’Magro e Ricardo Tombini, que rebatizaram a unidade produtiva de Cosmos. Em seguida, a Pinesso – atual fazenda corporativa Produzir – arrendou áreas produtivas da Cosmos (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

Essa arquitetura de transações no mercado de terras será o cerne da expansão sojícola em Santa Filomena, que tem na pavimentação da chegada das fazendas corporativas “a terras sendo tomada por grileiros, tomadas grande parte por famílias tradicionais do município que tinham o poder dos cartórios [donos dos cartórios], que inclusive estão sobre investigação” (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018). Em Santa Filomena, uma dessas famílias tradicionais envolvidas com indícios de grilagem nas transações de terras é a família Avelino, que, através de Esdras Avelino, antigo prefeito, abriu portas para as fazendas corporativas (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018). Fato é que as famílias políticas “tradicionais fizeram isso, e as grandes empresas também fazem, com também avançam constantemente. As fazendas compraram áreas sabendo que tinham populações vivendo nos baixões”, conclui o entrevistado.

De forma geral, as fazendas corporativas sojícolas nunca compram terra do Estado, sempre tem:

um grileiro antes deles para legalizar, as vezes um cara pobre que não tem onde cair morto, mas eles [empresa] vão passando dinheiro até o cara legalizar. Quando a Varig chegou aqui à área já estava titularizada. O precursor da grilagem foi Sr. Antônio Luiz Filho, nascido e criado aqui. Eles sempre usam gente da comunidade para ficar mais fácil. Ele

que legalizou tudo lá, ganhou a comissão dele e passou para a Varig. O estado tem interesse em dinheiro mesmo, quem chegar lá legaliza (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

O entrevistado acima descreve que as fazendas sojícolas que vão se instalando no município, embora comprassem áreas legalizadas já passadas por grileiros, também laçavam/grilavam terras devolutas próximas. Ele cita um exemplo que acompanhou:

à fazenda comprava 500 hectares legalizados, mas ao lado, tinha área devoluta e laçava. Muitas das vezes até deixavam a área legalizada sem desmate, para fazer o benefício do lado, e pegava o dinheiro no banco. De 500 hectares ia para 10.00 hectares. Como estavam produzindo, levava oficial de justiça, e conseguia emitir o título da propriedade (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

Ainda segundo o depoimento acima relatado, a pioneira fazenda de soja no município, em nome da Varig, que adquiriu terras legalizadas de um conhecido grileiro e, posteriormente, as vendeu a Eduardo Dall’Magro e Ricardo Tombini, rebatizando a unidade produtiva de Cosmos, ficou conhecida por denúncias de aterrorizantes condições de trabalho/vida¹⁵ encontradas nessa fazenda. Conforme o Entrevistado 6 STTR Santa Filomena (2018), o então gerente da Cosmos comprou muita terra grilada em Gilbués, Santa Filomena e, depois, vendeu para o produtor baiano Fábio Pereira Júnior, que, em seguida, arrendou para a Pinesso e outros grupos. Para o entrevistado, o grileiro legaliza e passa para as empresas. Ele pontua com precisão: “não precisa ser rico para grilar e legalizar. Só basta ter coragem, uma arma boa e amedrontar o povo” (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

¹⁵ Os trabalhadores aliciados eram recrutados nos municípios de São Gonçalo do Gurguéia, Santa Filomena e Monte Alegre. Eles eram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho – superiores a 10 horas – e péssimas condições de higiene, saúde, alimentação e moradia. Os empregados eram contratados informalmente, sem carteira assinada, com a promessa de receber R\$ 60,00 por hectare limpo, mas, na verdade, só ganhavam R\$ 17,00. Em fiscalização realizada na Fazenda Cosmos, auditores fiscais do Grupo Especial de Fiscalização Rural do Ministério do Trabalho e Emprego constataram que os empregados eram alojados ao relento em barracos de plástico, construídos por eles próprios, com piso de chão bruto, sem proteção lateral e qualquer tipo de instalação sanitária para asseio pessoal e necessidades fisiológicas. A água consumida era suja, devido à ferrugem do carro-pipa de propriedade da empresa, e armazenada em recipientes vazios (não reutilizáveis) de produtos químicos. Os próprios trabalhadores preparavam sua alimentação ao relento. A alimentação fornecida pelo proprietário da fazenda na realidade se resumia a arroz e feijão. O aliciador, a mando do proprietário e do gerente da fazenda, obrigava os empregados a adquirirem equipamentos e mercadorias (produtos de higiene pessoal, bebidas alcoólicas, cigarros e, inclusive, equipamentos de proteção individual) com valores acima do mercado, deixando-os impossibilitados de se desligarem do serviço em razão das dívidas contraídas. Os trabalhadores também não tinham condições de deixar a fazenda porque não lhes eram dadas condições de deslocamento. Em razão disso, nove trabalhadores deixaram a fazenda a pé, percorrendo uma distância de 60km (MPF/PI, 2009). Cf. <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/mpf-pi-empresario-e-condenado-por-trabalho-escravo/>

Nesse emaranhado de ações a fim de apropriar-se irregularmente de mais terras, os ditos proprietários, Dall’Magro e Tombini, munidos de um georreferenciamento e de uma matrícula da fazenda que se sobrepõe à área da comunidade de Melancias/Gilbués, movem uma ação de reintegração de posse contra os moradores, que, por sua vez, afirmam a antiguidade da ocupação tradicional (Barros, 2018).

Visualiza-se, a seguir, que esta engrenagem será o padrão observado em Santa Filomena. Primeiro, inicia-se a grilagem das terras/legalização das áreas, depois, tem-se a aquisição dessas áreas por fazendas corporativas e a narrativa de geração de emprego/desenvolvimento e, por fim, efervescessem conflitos com as comunidades tradicionais.

Em Santa Filomena, assim como na região do MATOPIBA, as comunidades camponesas/tradicionais tinham uma relação de uso comum das chapadas do cerrado bruto, utilizando-o para solta do gado, para caça, coleta de frutos, entre outros.

Na engrenagem acima, o primeiro passo se deu com a grilagem de terras e trancamento das áreas de cerrado pelas comunidades tradicionais/camponesas. O Entrevistado 6 (2018), do STTR Santa Filomena, argumenta que, como os grileiros do município eram tidos como poderosos na cidade, foram encurralando as comunidades nos baixões. Eles, posteriormente, quando projetaram que o cerrado daria um bom lucro, começaram a demarcar essas áreas e afirmar que lhes pertenciam, mandando as comunidades camponesas tirarem o gado das áreas comuns, acentuando os conflitos sociais. Agora as comunidades seculares que habitavam as áreas estão “autorizadas” a usar apenas a parte do baixão, com cria de gados confinados em áreas cada vez menores, além de impedir o acesso dos comunitários na coleta de frutas, raízes e mel obtidos no Cerrado.

O segundo passo foi a aquisição dessas áreas por fazendas corporativas. Aproveitando das baixas condições de emprego, grandes empresas agrícolas promoveram uma narrativa que iriam gerar muito emprego:

No início quando começaram a fazer a abertura de áreas (na catação de pedras, raízes, preparado da terra) houve a necessidade de mão de obra, provocando uma ilusão que ia ter muito emprego, as pessoas das comunidades ficaram alegres! Mas hoje vemos que não funciona, que aquela ideia implantada não valeu a pena não (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

O último passo em curso é a ofensiva insaciável das fazendas corporativas sojícolas na incorporação das áreas pertencentes às comunidades camponesas que resistiram ao processo de expulsão das décadas passadas, sejam elas localizadas nas chapadas e, recentemente, nos baixões. Ou seja, expulsos das chapadas e empurrados para os baixões, agora passam a ser encurralados e expulsos dessas áreas.

Para compreender tal encadeamento e desdobrar seus impactos na vida das populações camponesas/tradicionais no município de Santa Filomena, no Piauí, analisam-se a seguir os efeitos na comunidade Sete Lagoas.

A Comunidade Sete Lagoas, habitada há mais de 100 anos, está localizada nas áreas de brejo e na chapada de Santa Filomena. Anteriormente, a comunidade chegou a ter 35 famílias (110 pessoas), que combinavam a produção de mandioca, feijão e outras culturas nos baixões, com a caça e coleta de frutos no cerrado.¹⁶

Como relatam alguns entrevistados, as mudanças ocorreram com a chegada da família Avelino, quando afirmaram ser donos das áreas, intimidando os comunitários e colocando-os para trabalhar para eles no formato de meeiros¹⁷. Em seguida, os Avelinos procuram fragmentar a comunidade, criando um povoado nos baixões, pois queriam abarcar as terras da chapada, fazendo com que os comunitários saíssem. Alguns deixaram a terra, porém, a família do entrevistado, assim como outros comunitários, ficou na chapada.

eles usaram a estratégia de criar o povoado no mínimo há 20 anos atrás, com casa estrutura, eles já tentaram fazer isso. As famílias que não quiseram ir para o povoado que eles iam dar foram para o Tocantins. A ideia era confinar. Eles expulsavam de qualquer jeito, teve caso de morador que saiu amarrado, jogado numa carroceria de uma caminhonete e nunca mais voltou. Esse pessoal morava na chapada (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018).

O avô do meu pai já morava lá, lá tem dois cemitérios muito grandes, tanto que um deles nem sabemos quem está lá sepultado. Lá nessa área que estamos que se chama Vão do Bico, lá foi tirado um senhor chamado Saulo, tiraram ele de lá amarrado. Os Avelinos fizeram isso, nem pagaram, nem compraram, tiraram amarrado. Nesse tempo o filho de seu Antônio Luiz Avelino era delegado, esse Antônio Luiz era prefeito. Eram também os donos do cartório (Entrevistado 7, Sete Lagoas, 2018).

¹⁶ Segundo depoimento, “na época, tinha bastante água, muitos animais, ema, veado, porco do mato, caititu, javali, anta, isso não existe mais” (Entrevistado 7, Sete Lagoas, 2018).

¹⁷ Pagava renda conforme a tarefa, de arroz/feijão/farinha. O pagamento era a produção, pagar a renda é entregar a parte do produto da produção para os Avelinos.

Os Avelinos também utilizavam métodos de compras, pagando um valor baixo aos comunitários pelo direito de posse que eles possuíam, em média de R\$ 1.000 a 2.000 reais por hectare. Um desses foi o tio do entrevistado, que, ao vender a terra, seguiu para a fronteira agrícola do Pará e agora residia em Tocantins. “Os que venderam e foram para a cidade, saíram mais pobres que a gente que está aqui. Meu tio já pediu socorro pedindo dinheiro para voltar embora para cá” (Entrevistado 7, Sete Lagoas, 2018).

Na segunda década dos anos 2000, os conflitos se acentuaram, quando a família Avelino legalizou os títulos da fazenda Sete Lagoas, sobreposta à comunidade Sete Lagoas, em favor dos seus herdeiros¹⁸, e, posteriormente, vendeu as terras para a fazenda corporativa Damha Agronegócios (Entrevistado 6, STTR Santa Filomena, 2018). O entrevistado explicita que, mesmo a Damha comprando a terra “legalmente documentada”, não significava que os moradores da comunidade Sete Lagoas não tinham o direito de posse. Ao contrário, os moradores já estavam lá anteriormente.

A Damha tem 31.493 hectares no Piauí, sendo 14.612 em Santa Filomena e 16.881 em Baixa Grande do Ribeiro. Em meados de 2014, ao adquirir as terras da família Avelino, a fazenda corporativa enfatizou que queria a “terra desocupada, e uns saíram por ameaça, outros a Damha comprou o direito de posse” (Entrevistado 7, Sete Lagoas, 2018). Um desses direitos de posse comprados foi do irmão do entrevistado, “que vendeu na época por R\$43.000 e foi obrigado a derrubar a casa e residir na parte urbana de Santa Filomena, pobre e sem trabalho”.

Os conflitos sociais entre a empresa Damha e a população tradicional de Sete Lagoas efervesceram em 2015. Em Boletim de Ocorrência n.º 017/2015, de 30/01/2015, a comunidade informou à polícia militar que a Damha tinha invadido e demarcado a sua área, pressionando-os a abandonarem a terra, e solicitaram às autoridades competentes providências legais. O Entrevistado 7 (2018), de Sete Lagoas, reitera que mais de 11 boletins de ocorrência foram feitos sobre o conflito. Em 2015, foram mais de 7 boletins de ocorrência: n.º 137/2015, n.º 140/2015, n.º 045/2015, n.º 146/2015, n.º 148/2015, n.º 071/2015, n.º 190/2015, n.º 235/2015. O conflito ga-

¹⁸ Um dos herdeiros era Moisés Avelino, ex-governador do estado do Tocantins, e na época prefeito de Paraíso do Tocantins.

nhou ainda mais corpo quando a Damha derrubou, literalmente, em 2015, a casa do Entrevistado 7. O seu filho, o Entrevistado 8 (2018), relata que, naquele momento, estava a 2km de distância na casa dos avós, e escutaram as máquinas (que tinha o *logo* da Damha).

Pensávamos que eram as máquinas arrumando as estradas, mas quando chegamos vimos que nossa casa foi derrubada (...) o sentimento foi de perda total. Além de perder um lar, que levou anos para ser construído, tem o choque psicológico, o medo, a vontade de desistir de lutar por nossos direitos (Entrevistado 8, Comunitário Sete Lagoas, 2018).

Mesmo com os boletins de ocorrência, nada foi feito. Depois da derrubada da casa, a empresa Damha continuou a ameaçar a população, alegando que nas terras não poderiam trabalhar/plantar e não poderiam abrir nenhum outro espaço. “Isso no baixão, porque não podíamos trabalhar perto da chapada, não podia nem tocar. A gente trabalhava escondido e mesmo assim ele ia atrás da gente, na chapada nos trabalhávamos escondidos” (Entrevistado 7, Sete Lagoas, 2018).

No sentido de amedrontar, vigiar e demonstrar poder, a empresa também contratou empresa de segurança armada. O Boletim de Ocorrência n.º 14/2015, de 27/05/2015, relata que a população vem sofrendo vários tipos de agressões: pressão psicológica, intimidação com armas de fogo, entre outros.

A segurança privada passava todo dia na nossa porta, viam qualquer movimento de gente, eles paravam indagavam (...) passaram 2 anos com os vigilantes armados. Eles intimidavam psicologicamente, eles falavam para ver o que a gente ia responder, eles davam uns de bonzinhos para descobrir as coisas e ir contar, aí quando o gerente vinha era pesado (Entrevistado 7, Sete Lagoas, 2018).

O primeiro fato eles compraram o lote de algumas pessoas vizinhas nossos que são parentes, esse era o primeiro ato de expulsão, eles compraram esse pequeno pedaço e determinaram todo o perímetro como se fosse deles. Mas como não deu certo e as pessoas continuaram resistindo, veio o segundo ato que foi a derrubada da casa da minha mãe, e eles achavam que com isso iam colocar mais medo no pessoal e íamos desistir, mas aí nós resistimos. Nos unimos, fomos para a casa do meu avô e moramos lá um tempo, construímos a nossa nova casa. Eles viram que não deu certo e colocaram a escolta armada, onde nós somos perseguidos até na hora de ir cultivar (...) até na pesca a gente era perseguido. Íamos pescar e os carros de repente estava atrás da gente. Muitas vezes quando íamos para a cidade fazer feira do mês, se a gente entrasse dentro do perímetro nós tínhamos que nos identificar. Uma comunidade que nossos antepassados são daqui nossa terra (Entrevistado 8, Sete Lagoas, 2018).

Somando-se a tudo isso, as fazendas corporativas que estão adjacentes à comunidade de Sete Lagoas, ao utilizarem os agroquímicos nas lavouras de soja, espantam pragas para os baixões onde estão os cultivos agrícolas familiares dos comunitários. “O desastre é tremendo, os pequenos não têm condições de lidar com isso, tentamos fazer um manejo integrado, mas às vezes tem muita perda, até perda total, prejudicando o estoque de alimentos durante o ano” (Entrevistado 8, Sete Lagoas, 2018).

Como consequência, é notória a devastação do Cerrado, com o desaparecimento da flora e da fauna:

A gente as vezes percorre 100 quilômetros e não encontra um animal, coisa que antes víamos sempre, era abundante. Com o desmatamento os brejos, os pequenos rios aqui da região estão sendo aterrados, estão recebendo um impacto muito forte, temos muitos brejos secos, alguns rios que são fonte de renda e alimento para as pequenas comunidades estão sem peixe (Entrevistado 8, STTR Santa Filomena, 2018).

No intento de incorporar as áreas da comunidade Sete Lagoas, a empresa Damha propôs ao Entrevistado 8 que vendessem seus direitos de posse por mais de R\$100.000, o que não foi aceito. O Entrevistado 2, da CPT Piauí (2018), acompanhou essa audiência e argumentou que muitas famílias desejam permanecer nas suas terras; e que, para as famílias que abriam a possibilidade de venda do direito de posse, a proposta era insuficiente para atender às suas demandas.

O Entrevistado 6 (Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Santa Filomena, 2018) relata que a ofensiva das fazendas corporativas sojícolas para as áreas dos baixões se intensificou após 2011, quando o INTERPI realizou georreferenciamento no estado. Como resultado, identificou-se que toda a área do baixão era de propriedade do estado do Piauí, pois as comunidades não possuíam devida documentação. Com isso, abriu-se uma brecha para as empresas avançarem para os baixões, seja para fins de reserva legal (processo atualmente conhecido como “grilagem verde”), seja para futuros projetos agrícolas (com alto potencial irrigado) ou pecuária¹⁹.

A título de ilustração da fragilidade fundiária e da ofensiva da grilagem (“verde”), ao selecionar os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Uruçui e Santa Filomena, verifica-se, no mapa 1, que:

¹⁹ Conforme um dos entrevistados (Entrevistado 7, comunidade Sete Lagoas, 2018), a alegação da Damha é que adquiriu terras da família Avelino, e que essas áreas estão cadastradas como reserva legal. Ainda segundo o entrevistado, os supostos proprietários realizaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sobreposto às terras da comunidade tradicional Sete Lagoas.

17. Baixa Grande do Ribeiro tem 363 parcelas de terras certificadas no INCRA, o que equivale a apenas 33,81% da área total do município;

18. Ribeiro Gonçalves tem 258 parcelas de terras certificadas no INCRA, o que equivale a 56,85% da área total do município;

19. Uruçui tem 793 parcelas de terras certificadas no INCRA, o que equivale a 70,65% da área total do município;

20. Santa Filomena tem 316 parcelas de terras certificadas no INCRA, o que equivale a 56,62% da área total do município.

Já no mapa 2, verifica-se que:

21. Baixa Grande do Ribeiro tem 839 parcelas de terras cadastradas no Cadastro de Ambiental Rural (CAR), o que equivale a 68,94% da área total do município;

22. Ribeiro Gonçalves tem 820 parcelas de terras cadastradas no Cadastro de Ambiental Rural (CAR), o que equivale a 69,17% da área total do município;

23. Uruçui tem 2215 parcelas de terras cadastradas no Cadastro de Ambiental Rural (CAR), o que equivale a 96,64% da área total do município;

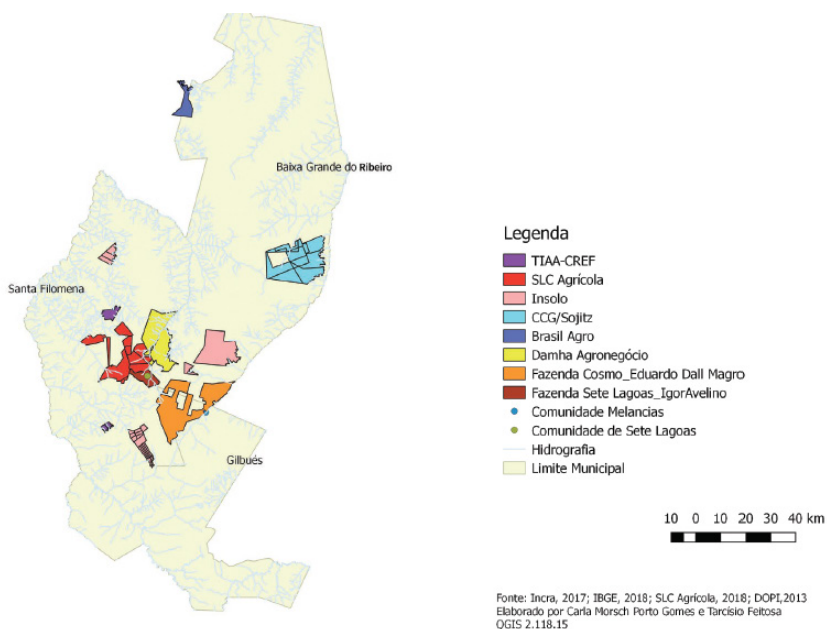
24. Santa Filomena tem 839 parcelas de terras cadastradas no Cadastro de Ambiental Rural (CAR), o que equivale a 72,78% da área total do município.

A diferença entre as informações do INCRA e a declaração do CAR aponta para a tentativa de grilagem de terras, ou seja, grileiros ou empresas tentam regularizar áreas tendo como pontapé inicial a declaração do CAR.

Por fim, durante a pesquisa de campo realizada em 2018, foi perceptível que as áreas da fazenda corporativa Damha não estavam produzindo. Segundo o Entrevistado 6, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Santa Filomena (2018), a companhia parou de produzir em 2016 e, atualmente, está à venda, “inclusive já tinha vendido todo o maquinário”.

Nas áreas adjacentes à Damha e à comunidade Sete Lagoas, estão outras fazendas corporativas: Euclides DeCarli, Radar/TIAA CREEF, Agrinvest, SLC Agrícola e Insolo Agroindustrial.

Figura 2 - Principais fazendas corporativas atuantes no sul do Piauí



Fonte: FIAN Internacional (2018, p. 41).

O que os depoimentos coletados em trabalho de campo e as informações contidas nos mapas evidenciam é justamente um cerco a terras comunitárias. Para que esse cerco obtenha resultado, isto é, expulse as populações que ali vivem há décadas, grileiros e empresas usam um cabedal de estratégias, criminosas e covardes, muitas vezes com ajuda dos cartórios, da gestão pública e do judiciário.

Considerações finais

Como resultado da grilagem de terras e do trancamento das áreas de cerrado e baixões (ocupados anteriormente pelas comunidades camponesas e tradicionais), as fazendas corporativas detêm cada vez mais a posse e propriedade das terras, ampliando seu poder econômico e territorial. Nesse ínterim, o estado do Piauí esteve à margem dos anseios das populações camponesas e comunidades tradicionais, não regularizando as terras resultantes da posse familiar e comunitária. Como constata-se atualmente, diversos títulos fundiários para os camponeses e comunidades tradicionais foram cedidos na modalidade provisória e a lei em curso de regularização fundiária do Estado não os contemplou com o título definitivo, mas sim contemplou as fazendas corporativas (Azerêdo; Silva, 2022; Azerêdo, 2022).

É válido ressaltar que, embora a grilagem/apropriação de terras públicas seja espinha dorsal das fazendas corporativas, há em curso um movimento organizado por elas, associado a tradings agrícolas e blocos parlamentares do agronegócio, no avanço em legitimar e padronizar legislações que coadunem com seus interesses, produzindo segurança jurídica das terras via regularização fundiária. É o mesmo que afirmar que estes agentes buscam facilitar o processo de roubo das terras.

Por fim, constata-se, no sudoeste piauiense, uma complexa trama de grilagem puxada pelas fazendas corporativas sojícolas em íntima relação com o Estado brasileiro, centradas nos mecanismos de extração de mais-valia e apropriação da renda fundiária. Estes continuam a promover, em pleno século XXI, conflitos gravíssimos no meio rural, nos quais populações camponesas, tradicionais e indígenas sentem, continuamente, a violência espúria impregnada nas situações de expulsão das suas terras de morada e produção de alimentos.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS/AS DE TRABALHADORES/AS RURAIS – AATR. **Legalizando o ilegal:** legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no Matopiba. 2020.

ALVES, V. E. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses:** Formação Territorial do Império do Agronegócio. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

ARAUJO, M. R. S. **Determinações territoriais da agricultura mundializada: a soja nos espaços rurais e urbanos de Uruçuí-PI.** 2016. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

AZERÊDO, R. F. **Fazendas corporativas sojícolas e acumulação de capital no início do século 21: os novos senhores da terra na região do Matopiba.** 2022. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

AZERÊDO, R. F.; SILVA, R. P. Mercado de terras no Piauí e a des(regularização) fundiária em curso no século XXI. **Revista NERA (UNESP)**, no prelo. 2022.

AZERÊDO, R. F.; MITIDIEIRO JUNIOR, M. A. Fazendas corporativas e espoliação no início do século XXI: o despontar dos novos senhores da terra na região do MATOPIBA. **Revista Confins**, v. 45, 2020.

ATUAL7BETA. **Grilagem no PI envolveria Judiciário e teria planejado matar jornalista.** Política, 08 mar. 2017. Disponível em: <https://atual7.com/noticias/politica/2017/03/grilagem-no-piaui-envolveria-judiciario-e-teria-planejado-matar-jornalista/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BARROS, C. **Terra à vista no Matopiba.** Agência Pública, 2018.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017.** Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970/1970-1995.** Campinas: UNICAMP-IE, 1998.

COMPANHIANACIONALDEABASTECIMENTO(CONAB). **Série história de grãos. 2021.** Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/index.php/safra-serie-historica-dash-board>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

FACCHINI, C.; HERRISSON, L. **Jornal valor econômico**, n.71, ano 01, 09 de agosto de 2000.

FIAN INTERNATIONAL. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra.** Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil. Heidelberg: FIAN, 2018.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária.** 2002. 227 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2002.

MONTEIRO, M. S. L.; FERREIRA, E. C. Formação e dinâmica do mercado de terras em Palmeira do Piauí. *In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

RUFO, T. F. **Modernização agrícola no sudoeste piauiense: impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e nas comunidades.** Monografia (Bacharel em Geografia). Brasília: UNB, 2013.

RUFO, T. F.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Modernização agrícola nos cerrados piauienses: novas dinâmicas socioespaciais e transformações urbanas em Bom Jesus e Uruçuí. **Revista Equador**, Teresina, v. 7, n. 2, 2018.

STTR SANTA FILOMENA. **Acervo do STTR Santa Filomena**, 2017.

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. *In*: TAVARES, M. C. *et al.* (Orgs.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Agrotóxicos: gentes, territórios, ambientes, normas

GERALDO M. SILVA¹

Esta contribuição informa e contextualiza o debate sobre o desmonte da política ambiental e a concentração de terras no Brasil, ao analisar o Projeto de Lei de n.º 1.459/2022, que propõe a flexibilização da regulação estatal para o registro e uso de agrotóxicos no país, ampliando o poder do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA), em paralelo à atenuação das funções decisórias e fiscalizadoras da Anvisa e Ibama.

O debate está inserido nas disputas para a sociedade e para o modelo agrícola brasileiro: uma derivada das premissas da modernização da agropecuária embutidas na Revolução Verde, alegadamente para eliminar a fome em escala global e fortemente dependente de insumos químicos e energéticos, entre os quais os agrotóxicos e materiais geneticamente modificados. Contudo, há correntes de *esverdeamento* desta lógica, pelo uso de insumos menos agressivos (MAPA, 2019; Instituto Brasil Orgânico, 2022)², mas que preservam a lógica político-empresarial exportadora, concentradora de terras e riquezas, da agricultura baseada em commodities operadas por corporações, sem gerar alimento para a população. Sistemas de produção orgânica também são, parcialmente, utilizados na lógica das corporações.

As perspectivas orgânica e agroecológica promovem a vida e a diversidade humana e ambiental, prescindindo do uso de agrotóxicos, em prol de

¹ Agrônomo pela UFPR, doutor em Geografia pela Ufl – EUA. Consultor e pesquisador independente.

² No âmbito do Programa Nacional de Bioinsumos, lançado em 2020 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bioinsumo é qualquer produto, processo ou tecnologia de origem biológica (animal, vegetal ou microbiana) para uso na produção, armazenamento ou beneficiamento em sistemas agrícolas, pecuários, florestais e aquáticos. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Associação dos Produtores de Soja e Milho (APROSOJA) e a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), que defendem a aprovação do PL do Veneno, ao mesmo tempo buscam a aprovação de uma lei para os bioinsumos no Congresso Nacional. Produtores vinculados a estas entidades vêm intensificando a adoção de bioinsumos, que até pouco tempo atrás eram utilizados e defendidos apenas por produtores orgânicos e de base agroecológica (Instituto Brasil Orgânico, 2022). Todavia, o foco atual do agronegócio aos bioinsumos é marcado pela busca de produtos com base na aplicação massiva de tecnologias de manipulação genética. Consoante, recentemente, a Bunge anunciou que, com base no uso de biotecnologia e matéria orgânica, vai abandonar fertilizantes minerais em dois anos (Gottens, 2023).

uma sociedade mais justa e igualitária. Não há falta de comida no mundo e no Brasil, mas esquemas obscenos de sua distribuição, o que demanda esforços contínuos para o acesso à alimentação saudável pelas populações.

O texto oferece uma síntese não exaustiva sobre o uso de agrotóxicos no país, com um breve panorama sobre a região Norte e o estado do Pará; seus impactos sobre a saúde e ambiente; ataques e criminalização de pessoas e comunidades; os trâmites e desdobramentos do PL 1.459/2022 no Congresso Nacional; e anuncia a agroecologia e alternativas ao uso de agrotóxicos.

Há sérios desafios para o acesso à informação oficial e privada sobre agrotóxicos, em geral disponível até a escala de unidade da federação, com discrepâncias entre fontes. Quando há dados em escala municipal, subnotificações são comuns. Recentemente, mesmo o IBGE enfrentou dificuldades para garantir a qualidade da informação que gera (Tomazelli, 2023).

Em contraste, nos últimos anos, reportagens, estudos e pesquisas, conduzidos por universidades, órgãos de estado e sociedade civil, vêm disponibilizando, em distintas escalas e temas específicos variados, informações, análises de normas e bases de dados - descritivas e cartográficas. Há muita informação sobre agrotóxicos no Brasil, embora com carências e distinta densidade espacial e temática³, o que é particularmente agudo para a região Norte do país.

Contexto global dos agrotóxicos

Distintos pressupostos políticos, teóricos e metodológicos tornam elusivos ou discrepantes os dados e estatísticas sobre o mercado global de agrotóxicos e sua espacialização, em termos de volume de produtos e seu valor. Informações sobre usos em cultivos específicos são escassas. Ainda, cifras envolvidas em dados nacionais dependem da cotação do dólar, cuja interpretação traz mais desafios (Tostado; Bollmohr, 2022). Com estas limitações em mente, apresentamos dados sobre agrotóxicos, para regiões do globo (tabelas 1 e 2). A América Latina e o Brasil despontam no mercado global, com incremento contínuo no país, de 169% nos últimos 20 anos, sendo o maior importador e o segundo maior consumidor mundial, atrás da China (Ollinaho *et al.*, 2022).

³ Ver, p.ex., publicações, projetos e plataformas da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; Articulação Nacional de Agroecologia; Associação Brasileira de Agroecologia; Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida; Brasil sem Veneno, De Olho nos Ruralistas e O Joio e o Trigo; Fian-Brasil; Fundação Heinrich Böll Brasil; Greenpeace Brasil; Instituto Brasil Orgânico; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Por Trás do Alimento (Agência Pública e Reporter Brasil); e Terra de Direitos.

O mercado global de agrotóxicos quase dobrou no mesmo período, com crescimento contínuo de em média 4% ao ano, especialmente na América do Sul, Ásia e África. Quatro empresas – Syngenta (ChemChina + Adama, Sinochem), Bayer/Monsanto, Corteva (Dow Chemicals, Dupont) e BASF (partes de Monsanto) – controlam cerca de 70% do mercado global de agrotóxicos. O valor deste mercado pode alcançar até US\$ 130 bilhões anuais (Tostado; Bollmohr, 2022), tendo sido estimado em cerca de US \$ 85 bilhões em 2019 (Ollinaho *et al.*, 2022).

Tabela 1 - Estimativas do uso de agrotóxicos, em toneladas de ingredientes ativos utilizados ou vendidos ao setor agrícola para culturas e sementes

	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	% 2000-20
Mundo	1.685.494	1.832.379	2.047.088	2.280.626	2.602.517	2.716.449	2.661.124	+30
América Sul	123.094	189.798	350.247	556.824	728.312	750.639	770.394	+120
Brasil	49.695	49.695	140.423	140.423	140.423	395.646	377.176	+169
Ásia	491.598	576.177	604.148	639.165	739.666	736.050	658.529	+9
América Norte	430.651	455.544	469.831	424.765	435.976	483.191	486.732	+4
Europa	492.769	460.950	449.646	460.676	451.633	492.230	468.432	+4
África	65.944	56.940	63.894	71.313	84.762	97.759	105.758	+66
Am. Central	51.832	56.772	64.001	82.606	105.672	91.416	90.163	+41
Oceania	22.157	30.080	37.776	39.403	48.519	57.314	70.421	+86
Caribe	7.449	6.119	7.545	5.873	7.978	7.852	10.695	+42

Fonte: FAO Stat. 2022

Tabela 2 - Mercado global de produtos para proteção de cultivos (agrotóxicos), por grandes regiões, em 2021 e 2022 (milhões de US\$)

Região	2021	2022	% variação
Ásia e Pacífico	21.038	21.885	+4.0
América Latina, incluindo México e América Central	16.377	19.137	+16.9
Europa, Oriente Médio, África	16.336	15.743	-3.6
América do Norte (EUA e Canadá)	11.456	12.521	+9.3
Total***	65.206	69.256	+6.2

Fonte: S&P Global Commodity *Insights*. 2022.

Usos e características de agrotóxicos no Brasil

O Censo Agropecuário indicou que 1,7 milhões de estabelecimentos agrícolas utilizaram agrotóxicos em 2016/2017, um aumento de 20,4% nos últimos 11 anos, sendo as grandes propriedades do agronegócio as maiores usuárias (IBGE, 2019).

Em 2020/21, o valor anual das vendas de agrotóxicos no Brasil variou, conforme a fonte, de US \$10,7 (S&P Global, 2022) a US \$14,97 bilhões (Sindiveg / Spark Consultoria, 2022). Do total usado, 22% foram fungicidas; 22% de inseticidas; 47% de herbicidas; 9% adjuvantes e reguladores de crescimento e 1% para tratamento de sementes. Com base na dose média de 0,634 l-kg/ha, ao custo de US\$ 7,95/ha, no período teriam sido aplicados 1.193.347 kg / litros de agrotóxicos, em 1.882.250 hectares. Quatro culturas responderam por 84% da área total: soja, 57% (1.067.823 ha); milho, 16 % (301.160 ha); algodão, 7 % (131.758 ha); e cana de açúcar, 4% (75.290 ha). Pastagens somam 94.113 ha, 5% da área (Sindiveg/Spark Consultoria, 2022).

A vasta maioria das sementes comercializadas no país de soja, milho e algodão são transgênicas, tolerantes ou resistentes aos agroquímicos, o que favorece o cultivo de monoculturas em grandes latifúndios. O incremento na produção nacional (e a lucratividade da agropecuária) se deu mormente pela expansão da área cultivada, havendo correlação desproporcional entre o vertiginoso crescimento no uso de agrotóxicos e o aumento da produtividade (produção/área) de soja, milho e algodão (Friedrich *et al.*, 2021a; Hess; Nodari, 2022).

A quase totalidade da produção de soja e milho é usada para alimentação animal, internamente ou no exterior, não sendo destinada a alimentar a população brasileira. Em contraste, desde 2016, as áreas de cultivos alimentares, como feijão, arroz e mandioca, caem a cada ano, gerando mais insegurança alimentar à população brasileira, que sentiu a volta da fome nos últimos anos, inclusive, no campo. Os segmentos mais atingidos são as mulheres, crianças, adolescentes e idosos, pretos, pardos e indígenas (Rede PENSSAN, 2021, 2022; Ribeiro Junior *et al.*, 2021; Galindo *et al.*, 2022).

Os dados oficiais sobre vendas totais de agrotóxicos no Brasil (tabela 3) demonstram que, entre 2009 e 2021, houve um salto de 306.785 t de ingredientes ativos para 720.869 t (+ 135%). O glifosato é o produto mais vendido no país, mesmo com o acúmulo de evidências sobre suas características provavelmente carcinogênicas e outros efeitos (Benbrook *et al.*, 2023). Todos os 20

i.a. mais comercializados no Brasil em 2021, somando 76% das vendas totais, apresentam sérios efeitos deletérios para a saúde humana e ambiental. Oito entre os 20 i.a. tinham o seu uso proibido na União Europeia e um pela *Environmental Protection Agency* (US EPA). Em 2017, o país usou 370.000 t. de agrotóxicos altamente perigosos (*Highly Hazardous Pesticides*, HHPs), 20% do mercado global (Gaberell; Hoinkes, 2019), com muitos produtos pós-patente originados na China (Ollinaho *et al.*, 2022). Em 2019, o Brasil importou pelo menos 14 i.a. HHPs banidos na União Europeia, como o paraquate, a atrazina e vários neonicotinóides (tóxicos para polinizadores). Planos divulgados em 2018 por empresas europeias indicavam a intensão de exportar 81.000 t. de agrotóxicos proibidos na Europa, principalmente ao Sul Global. Em adição, os limites máximos de resíduos (LMRs⁴) de agrotóxicos adotados no Brasil são muito superiores aos da Europa, caracterizando o colonialismo explícito (Bombardi, 2017, 2021), constituindo uma retórica da ocultação que visa transmitir a ideia de confiança em supostos limites de tolerância relacionados à contaminação por agrotóxicos dos alimentos e da água de consumo humano (Carneiro *et al.*, 2015). O irônico é que a exportação de agrotóxicos leva à importação de resíduos de venenos nos produtos consumidos na Europa (Lacerda, 2021).

Há uma forte pressão da indústria (individualmente e pela associação *Croplife International* e *CropLife Brasil*⁵), para permitir a continuidade na exportação de agrotóxicos HHPs de uso proibido na Europa, e para flexibilizar normas para o registro e uso de agrotóxicos na EU (Bombardi, 2017, 2021; Bombardi; Changoe, 2022; Gaberell; Hoinkes, 2019), como no caso do glifosato (União Europeia, sd), e no Reino Unido (PAN UK, 2017). Estas pressões se estendem à flexibilização da legislação brasileira e a tentativas de reversão de banimentos de uso de agrotóxicos no território nacional, principalmente pela atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (Câmara Federal, 2021; Friedrich *et al.*, 2021a). Ao contrário da União Europeia e de países como o Uruguai, Estados Unidos e Japão, no Brasil, o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins possui validade indeterminada, podendo ser cancelado apenas nos casos de reavaliação toxicológica, de impossibilidade de serem sanadas irregularidades identificadas ou quando constatada fraude (Portela; Tourinho, 2016a; ANVISA, 2020a).

⁴ Conforme a Instrução Normativa Conjunta MAPA/IBAMA/ANVISA, n.º 1, de 16 de junho de 2014, atualizada pelo Ato n.º 84/2017, o Limite Máximo de Resíduos (LMR) é a quantidade máxima de resíduo de agrotóxico ou afim oficialmente permitida no alimento, em decorrência da aplicação em uma cultura agrícola, expresso em miligramas do agrotóxico por quilo do alimento (mg/kg).

⁵ Ver <https://croplife.org/> e <https://croplifebrasil.org/>.

Tabela 3 - Vendas totais de agrotóxicos no Brasil (toneladas de ingredientes ativos, Produtos Formulados) e características destacadas

Princípios ativos, usos	2009	2021	% 2009-2021	Características destacadas e efeitos associados à exposição
Glifosato, H	109.336	219.581	101	Provavelmente carcinogênico; autismo; má formação fetal, comprometimento da fertilidade; danos a células hepáticas; suscetibilidade de abelhas a doenças e produção de mel
2,4-D, H	11.764	62.166	428	Teratogênico, possível carcinogênico, câncer de estômago, linfoma não Hodgkin; Alzheimer; Parkinson, esclerose lateral amiotrófica; infertilidade
Mancozebe, F	6.822	50.340	638	HHP; associado a doenças crônicas e ao câncer de tireoide
Atrazina, H	10.167	37.299	267	HHP; Proibido UE; identificada em todas as análises de água de que se tem registro; disruptor endócrino; câncer de estômago, linfoma não Hodgkin, câncer de próstata, câncer de tireoide, câncer de ovário (triazina), Parkinson, asma, respiração com ruído, infertilidade, baixa qualidade do sêmen, malformações congênitas / teratogênese; danos a células hepáticas
Acefato, I	5.478	35.856	555	HHP; Proibido UE; possível cancerígeno; afeta os sistemas nervoso e reprodutivo; diabetes tipo 2, hiperglicemia, disfunção no metabolismo de lipídios, danos ao DNA e câncer
Clorotalonil, F	2.015	38.320	1802	HHP; Proibido UE; provável carcinogênico; desregulação endócrina; baixa qualidade do sêmen
Malationa, I	1.059	13.291	1155	provavelmente carcinogênico; Linfoma não Hodgkin, câncer de próstata, câncer de tireoide, desordem do déficit de atenção e hiperatividade (ADHD), atrasos no desenvolvimento; autismo
Enxofre	11.538	9.435	-18	Produto sintético, mas de origem natural
Imidacloprido, I	1.276	9.026	607	HHP; Proibido EU; altamente solúvel em água e sistêmico nas plantas; genotóxico; altamente tóxico, inclusive para polinizadores; desordem do déficit de atenção e hiperatividade, autismo
Clorpirifós, I	2.449	9.057	270	HHP; Proibido UE; associado ao câncer e à doença de Parkinson; afeta o neurodesenvolvimento de crianças
Dicloreto de paraquate, H*	2.219	8.120 (2020)	266	HHP; Proibido UE; associado ao câncer e à doença de Parkinson
Diurrom, H	3.758	6.847	82	HHP; Proibido EU**; disruptor endócrino; provável carcinogênico; hepatotóxico; bioacumula em peixes
Carbendazim, F*	7.263	8.990	24	HHP; Proibido EU; disruptor endócrino; mutagenicidade e toxicidade reprodutiva
Cletodim, H	295	9.751	3205	Toxicidade aguda e crônica; possíveis efeitos sobre o sistema reprodutivo e desenvolvimento
Oxicloreto de cobre, F, B	3.153	7.575	140	Corrosivo; possível disruptor endócrino e efeitos sobre o sistema reprodutivo e desenvolvimento
S-metolaclo, H	1.863	9.374	403	disruptor endócrino
Clomazona, H	2.770	6.178	123	efeitos sobre o sistema reprodutivo e desenvolvimento
Picloram, H	608	4.779	686	HHP; sem registro EPA; disruptor endócrino
Trifloxistrobina, F	1.023	5.047	393	efeitos sobre o sistema reprodutivo e desenvolvimento

Tebuconazol, F	2.171	5.728	164	Hepatotóxico; disruptor endócrino; efeitos sobre o sistema reprodutivo e desenvolvimento
Total 20 i.a. + vendidos	187.027	548.638	193	
% total vendas	61%	76%		
Total todos i.a.	306.785	720.869	135	

H = herbicida; F = fungicida; I = inseticida; B = bactericida

Fontes: IBAMA, 2022; PAN – Pesticide Info; EU Pesticides Database. Active substances; Pesticide Properties DataBase. Hess *et al.*, 2021; Hess e Nodari, 2022.

* Banidos no Brasil: o paraquate em 2017, com permissão de uso até julho de 2021; e o carbedazim, em agosto de 2022, com uso permitido enquanto durarem os estoques dos agricultores.

Há um intervalo de anos entre o início da reavaliação e o completo banimento⁶. O paraquate, cuja reavaliação foi iniciada em 2008, foi banido em 2017 pela RDC 177/17 ANVISA, e teve permissão de uso estendida até julho de 2021 (ANVISA, 2017, 2020b). O deputado Luiz Nishimori (PL-PR) propôs o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 310/20, visando sustar a RDC⁷. Ele negou que o ingrediente é mutagênico e sua relação causal com a doença de Parkinson, afirmando que a proibição do uso do paraquate “tende a elevar os custos totais das cadeias produtivas, elevando os preços finais e a inflação” (Machado, 2020).

O carbedazim foi proibido em agosto de 2022 pela RDC 739/22 ANVISA, por sua extrema toxicidade. Mas, os produtos destinados ao uso final, no prazo de validade, podem ser utilizados até o fim dos estoques do produto (ANVISA, 2022a, b). O deputado Jose Mário Schreiner (MDB-GO) apresentou o PDL 312/22 buscando anular a Resolução 739/22⁸, alegando que a proibição do carbedazim seria “capaz de gerar consequências significativas a toda a cadeia produtiva, impactando não apenas na importação da substância, mas também no cultivo de diversas culturas que o utilizam para seu regular desenvolvimento” (Souza, 2022).

A atrazina é um herbicida registrado no Brasil, mas é de uso proibido na Suíça (sua origem), por suas gravíssimas consequências para a saúde coletiva (potente disruptor endócrino) e ambiental (presente em

⁶ A ANVISA publica a lista de ingredientes ativos com uso autorizado e banidos no Brasil. A última atualização foi em 04/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2017/listas-de-ingredientes-ativos-com-uso-autorizado-e-banidos-no-brasil>

⁷ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256399>

⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2333899&fichaAmigavel=nao>

todas as análises de água registradas). Com o quarto maior volume de vendas de agrotóxicos no país, é muito usada em lavouras de milho (Souza *et al.*, 2020).

Registros recentes de agrotóxicos no Brasil

A par do incremento no volume de vendas, o número de agrotóxicos registrados no Brasil vem crescendo drasticamente. Até outubro de 2022, 2.006 novos agrotóxicos haviam sido registrados pelo governo Bolsonaro. Destes, 30% são proibidos na União Europeia e mais de 80% são de Altamente Perigoso a Perigoso ao Meio Ambiente (tabela 4) (Campanha Permanente..., 2022b). Contando os 228 produtos registrados em novembro e dezembro de 2022, somando 638 no último ano, entre 2019 e 2022, foram 2.234 novos registros (Diário Oficial da União, 2022a, b, c, d, e).

Ademais, entre 2009 e 2021, há crescente e elevadíssima proporção de uso de agrotóxicos de classes com maior risco para o ambiente (I a II) e a diminuição da quantia usada com produtos da Classe IV, teoricamente com menor risco ambiental. Esta situação, já grave para o Brasil, é particularmente intensa para a região norte do país (tabela 5).

Alegando contratos para comercialização por terceiros, sem conhecimento preciso da distribuição das vendas, e a proteção do sigilo comercial da indústria (Leis 9.279/96 e 10.603/2002), o IBAMA não publica parte dos dados de comercialização de agrotóxicos para as unidades federativas, para produtos fabricados por menos de três empresas⁹. Em 2018, estes dados correspondiam a 39.357 t, ou 7,1% do volume total, com o sigilo cobrindo 232 produtos (72% do fabricado), incluindo os i.a. encontrados em 28% dos alimentos testados pela Anvisa (Freitas, 2020). Em 2020 e 2021, respectivamente, foram 51.978 t (7,6%); e 45.516 t (6,3%).

⁹ Os dados publicados pelo IBAMA excluem vários i.a. altamente tóxicos, com a informação sobre as vendas mantida em sigilo. Até 2019, as tabelas traziam a nota: "A venda dos outros produtos com ingredientes ativos cujos nomes não foram publicados, devido ao sigilo de informações assegurado pela Lei n.º 9.279 de 1996, foi de 'X' toneladas, que somada aos 'Y' ingredientes ativos publicados, resultará nas 'Z' toneladas de ingredientes ativos comercializadas no ano". A partir de 2020, há supressão da informação sobre o volume agregado de i.a. comercializados em sigilo, com a nota modificada para "Fonte: IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n.º 4.074/2002". A lista completa dos i.a. em sigilo comercial em 2018 está disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/11/veja-quais-sao-os-agrotoxicos-que-nao-tiveram-volume-de-venda-divulgado-em-2018/>.

Em relação à saúde humana, o “risco aceitável” de intoxicação aguda é identificado em ensaios com animais em condições de laboratório, pelo estudo de apenas os ingredientes ativos de cada agrotóxico, sem considerar outras substâncias ditas inertes, contaminantes e produtos da degradação do ingrediente básico¹⁰, desconsiderando situações reais de campo e as misturas de produtos. Buscando acomodar a norma nacional ao Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS)/ ONU, com base nas Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA n.º 294/2019, 295/2019 e 296/2019, a Resolução n.º 2.080/2019 introduziu a reclassificação toxicológica dos agrotóxicos no Brasil, alterando critérios estabelecidos pela Portaria n.º 3 do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, de 16 de janeiro de 1992. Mais tarde, o Decreto 10.833/2021, ao alterar o Decreto 4.074/2002, que regulamenta a lei de agrotóxicos (Lei 7.802/1989), tornou obrigatória a adoção do GHS (Friedrich *et al.*, 2021a).

Tabela 4 - Classificação ambiental de agrotóxicos registrados no Brasil entre 2019 e 2022

Classes	Produtos registrados	%
Classe I - Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.	47	2.34
Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.	937	46.71
Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.	683	34.05
Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.	338	16.85
Não Classificado - Produto Não Classificado.	1	
Total Geral	2006	

Fonte: Elaboração própria a partir de compilação pela Campanha Permanente ..., 2022.

¹⁰ A avaliação toxicológica de agrotóxicos é baseada em estudos com animais ou *in vitro*, com os resultados extrapolados para a saúde humana. Cada i.a. é avaliado isoladamente, desconsiderando suas possíveis interações e os efeitos à saúde nas condições de múltipla exposição, o que comumente ocorre a campo. Esta dinâmica, por si já problemática, agrava-se com a alteração da sistemática brasileira de classificação toxicológica de agrotóxicos pelo Decreto 10.833/2021, que altera o Decreto n.º 4.074/2002 (regulamenta a lei de agrotóxicos, 7.802/1989), adiantando e impondo parte do então Projeto de Lei 6.299/2002, o chamado Pacote do Veneno. Pelo Art. 6o I e III, o Ministério da Saúde passa a adotar a avaliação de risco, mais permissiva do que a avaliação de perigo vigente anteriormente. Mesmo que um agrotóxico apresente uma característica muito grave (ser cancerígeno, p.e.), ele ainda pode ser aprovado caso se avalie que nas condições de uso ideais o risco de que ele cause câncer é “aceitável”. A implementação do disposto no artigo pode acabar com os atuais critérios proibitivos de registro previstos na Lei 7.802/1989, o que pode ser ilegal, pois não há risco aceitável para doenças graves e irreversíveis (Terra de Direitos, 2021).

Tabela 5 - Quantidade de agrotóxico comercializado por classe de periculosidade ambiental. Toneladas de ingrediente ativo, 2009 - 2021

		total	%	Clas- se I	%	Classe II	%	Classe III	%	Classe IV	%
2009	Brasil	241.268		3.704		64.241		139.273		34.050	
	Norte	4.367	1.8	36	1.0	954	1.5	2.799	2.0	576	1.7
2021	Brasil	674.992		19.046		282.500		362.280		11.166	
	Norte	38.042	5.6	984	5.2	13.136	4.6	23.834	6.6	88	0.8
2009- 2021	Brasil	433.724	179.8	15.343	414	218.259	340	223.007	160	-22.884	-67
	Norte	33.675	771.1	948	2608.4	12.182	1277.1	21.034	751.2	-489	-84.8

Classe I, extremamente tóxico; Classe II, altamente tóxico; Classe III, altamente tóxico; Classe IV, pouco tóxico.

Fonte: IBAMA, 2022.

Entre outras medidas, os estudos sobre a possibilidade de causar ulceração ou corrosão dérmica e danos oculares deixaram de ser utilizados para fins de classificação toxicológica. Também, na rotulagem as classes são identificadas por cores, mas estas não recebem mais o símbolo do crânio com as tíbias cruzadas, comumente utilizado para identificar venenos. De 1.942 dos agrotóxicos reclassificados pela ANVISA (2019a) que já estavam registrados no país, 702 (36%) correspondiam originalmente à classe I, extremamente tóxicos, conforme a Portaria 3 /1992. Destes, 659 foram distribuídos para outras classes da RE 2.080/2019, a maioria (520) para as classes 4 ou 5, de menor toxicidade potencial. Após a reclassificação, 46% dos produtos avaliados (incluindo o glifosato) passaram à categoria de improvável causar dano agudo à saúde e apenas 2% continuaram a ser classificados como extremamente tóxicos (Gurgel; Friedrich, 2019).

A maioria dos novos registros de agrotóxicos entre 2019 e 2022 não é de produtos menos tóxicos, sendo um quarto deles considerado de medianamente a extremamente tóxico para a saúde humana (tabela 6). Apesar da propaganda sobre modernização da agricultura e inocuidade de novas moléculas à saúde e ao ambiente, muitos agrotóxicos registrados no período são altamente tóxicos e obsoletos. Com a perda da patente original, têm menor custo de produção, mas sem redução em seu potencial deletério (Friedrich *et al.*, 2021a).

Tabela 6 - Classificação da toxicidade aguda de agrotóxicos registrados no Brasil entre 2019 e outubro de 2022

Classificação toxicológica	Produtos registrados	%
Classe I - Extremamente Tóxico.	132	23
Classe II - Altamente Tóxico.	80	
Classe III - Medianamente Tóxico.	249	
Classe IV - Pouco Tóxico.	280	14.0
Classe V - Improvável de Causar Dano Agudo.	503	25.1
Perfil toxicológico equivalente ao PT de referência.	592	29.5
Não classificado.	164	8.2
Sem classificação - natureza do produto (inimigos naturais).	2	0.1
Outros	4	
Total Geral	2006	

Fonte: Adaptado da compilação de Campanha Permanente..., 2022.

Todavia, estes dados indicam apenas a comercialização formal, legalizada, de agrotóxicos. Há no Brasil um crescente mercado ilegal com base na produção, transporte, compra e venda e utilização de agrotóxicos, que envolve ilícitos de contrabando (65 a 70%), roubo (crescente), falsificação e desvio de finalidade de uso de produto domissanitário, que agem de forma entrelaçada. Tais ilícitos são tipificados no Código Penal (artigos 334 e 334-A) e nas leis dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9605/1988) e dos Agrotóxicos, Lei n.º 7.802/1989 (Barros, 2019; Barros; Amadori, 2021; Gimenes, 2020). Um Projeto de Lei, o PL 9271/17, proposto na Câmara Federal, visa à criminalização destas práticas (Siqueira; Oliveira, 2022).

Além das perdas econômicas – cerca de US\$ 4 bilhões anuais (Barros, 2019) –, são potencializados os riscos do uso de agrotóxicos ilegais para o ambiente e saúde, sem amenizar os riscos dos produtos legalizados, também prejudiciais à saúde, ao ambiente e à sociedade. O SindiVeg calcula que, em 2019, 20% da aplicação de agrotóxicos no Brasil provinha de contrabando, ou seja, um quarto do volume do mercado legalizado. O banido paraquate é um dos produtos mais contrabandeados (Petroli, 2022; Canal Rural, 2023).

Autoridades esperavam apreender, em 2022, no país, 500 toneladas de agrotóxicos ilegais, mais que o dobro do volume apreendido em 2020 (Reuters, 2022). Geograficamente concentrados no sul e sudeste, estes ilícitos

chegam também ao norte, incluindo o Pará (8,5 t apreendidas em 2022). A BR-163, que conecta Tenente Portela (RS) ao Mato Grosso e a Santarém, no oeste do Pará, é a rota com maior apreensão de agrotóxicos ilegais no Brasil. Paralela a esta rodovia, a BR-153, que penetra o sudeste paraense, também é uma rota destacada (Barros; Amadori, 2021; PRF, 2023).

Consequências do uso de agrotóxicos no Brasil

As consequências da exposição aos agrotóxicos para a saúde da população, para o ambiente e sociedade são conhecidas de longa data. Até mesmo o leite materno é contaminado em regiões de densa produção agrícola (Palma, 2011; Menck *et al.*, 2015; Da Silva, 2022). De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2022), a exposição aos agrotóxicos pode causar uma série de problemas de saúde, que podem atingir toda a população, pelo consumo de alimentos e água contaminados (gestantes, crianças e adolescentes são um grupo de risco adicional); ou ocupacional, em setores específicos, durante a manipulação, aplicação e preparo dos produtos, ou contato com suas roupas, tais como trabalhadores da agricultura e pecuária, de empresas desinsetizadoras, de transporte e comércio de agrotóxicos e da indústria química. A exposição no ambiente se dá através de pulverizações, terrestres ou aéreas, que, ao dispersarem os agrotóxicos, contaminam as pessoas, terrenos e águas, fauna e flora. A Embrapa constatou que, mesmo em condições ideais, há alta periculosidade na pulverização aérea de agrotóxicos, ocorrendo normalmente a chamada “deriva técnica”, na qual os equipamentos de pulverização deixam 32% dos agrotóxicos retidos nas plantas; 49% vão para o solo; e 19% se espalham pelo ar para áreas vizinhas (Chaim, 2004).

Os efeitos agudos dos agrotóxicos são aqueles que aparecem rapidamente, estando muitas vezes ligados a suicídios ou ao cometimento de crimes. Podem surgir sintomas na pele, na respiração, na boca ou outros, inespecíficos. Já os efeitos crônicos, frequentemente mais perigosos para a população em geral, são aqueles que aparecem após exposições repetidas a pequenas quantidades de agrotóxicos por um longo período. Podem envolver dificuldades para dormir, esquecimento, aborto, impotência, depressão, problemas respiratórios graves, alteração do funcionamento do fígado e dos rins, anormalidade da produção de hormônios da tireoide, dos ovários e da próstata, incapacidade de gerar filhos, malformação e problemas no desenvolvimento intelectual e físico

das crianças. Há comprovação de casos de ruptura hormonal, alterações neurológicas, alergias e autismo, relacionados com os agrotóxicos. Existem grupos de agrotóxicos classificados como facticamente prováveis e possíveis carcinogênicos, apesar de polêmicas geradas ao se comprovar a associação causal entre exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer, como a exposição a diversas substâncias, fatores genéticos etc. (Lopes; Albuquerque, 2018; Friedrich *et al.*, 2021a; Sarpa; Friedrich, 2022).

As intoxicações por agrotóxicos são agravos de notificação obrigatória no Brasil, mas há intensa subnotificação e variações geográficas no seu registro no país. Isto provoca dificuldades para investigações mais detalhadas e traz invisibilização ao fenômeno, o que contribui para o subdimensionamento das consequências do uso dos agrotóxicos, dificulta a formulação e implantação de políticas públicas e ajuda a alimentar a narrativa da alegada segurança dos venenos agrícolas¹¹.

Todavia, embora frágeis, os dados oficiais disponíveis são contundentes. A gravidade da incidência de intoxicações por agrotóxicos para o período 2007-2014 foi demonstrada especialmente (país, UF, município), detalhada por circunstância, gênero, faixa etária, grupo étnico-racial, relação com trabalho, escolaridade e tipo de intoxicação (Bombardi, 2017). No período de 2007 a 2015 foram registrados 28.321 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, 8.936 por agrotóxicos domésticos e 1.558 por agrotóxicos de uso em ações de saúde pública. Entre 2001-2013, um quarto das mortes por agrotóxicos ocorreu em pessoas de até 19 anos, com a faixa dos 20 aos 39 anos registrando a metade dos casos notificados de intoxicação por agrotóxicos (Melgarejo; Gurgel, 2019). Os registros de intoxicação de crianças de 0 a 14 anos somam 9.806 casos entre 2010 e 2021, das quais 91 morreram (Campanha Permanente..., 2022). Apenas de 2019 a março de 2022, durante o governo Bolsonaro, foram 14.549 pessoas intoxicadas por agrotóxicos no Brasil, que causaram 439 mortes, o que equivale a um óbito a cada três dias (Fonseca; Rohden, 2022).

Os dados oficiais sobre a contaminação de alimentos provêm do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), conduzido pela Anvisa desde 2011. Porém, diferenças metodológicas e amostrais

¹¹ Destacam-se, no Brasil, dois sistemas de notificação e registro de intoxicações provocadas por agrotóxicos: o SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas), gerenciado pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz); e o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), gerenciado pelo Ministério da Saúde. É estimada uma subnotificação de 50 casos omissos para cada notificação registrada, com graves consequências para a saúde pública (Bochner, 2007; Pignati *et al.*, 2017; Friedrich *et al.*, 2021a; Tosetto *et al.*, 2021).

não permitem a comparação direta dos resultados de diferentes períodos. Em 2011 foram coletadas 1.628 amostras em 25 estados e no Distrito Federal. Desse total, no ano de 2011, foram identificadas 78% das amostras com resíduos de agrotóxicos, sendo que 36% apresentavam i.a. não autorizados ou resíduos de agrotóxicos registrados para as culturas, mas com limites acima do determinado pela ANVISA, ou ambos. Em 2012 foram coletadas 1.665 amostras, das quais em 65% foram detectados resíduos de agrotóxicos e 29% apresentavam irregularidades (ANVISA, 2013). Para os períodos 2013-2015 e 2017-2018, foi identificada a presença de agrotóxicos em, respectivamente, 58% e 51% das amostras de analisadas. Três ou mais agrotóxicos diferentes foram encontrados em 27% dos alimentos amostrados em 2013-2015; e 25% no período 2017-2018, mas com a detecção de resíduos de até onze ou mais diferentes i.a. em uma mesma amostra de alimento (ANVISA, 2016, 2019b). Note-se que até 2015 os agrotóxicos mais vendidos no país, o glifosato, o 2,4-D e o paraquate não eram pesquisados nos alimentos, com os dois primeiros sendo incluídos no período posterior; e que a pesquisa de 2018 incluiu apenas 270 i.a. registrados no Brasil, cerca da metade do total, sem alertar os consumidores por ocasião dos resultados. A divulgação das pesquisas do PARA foram fortemente criticadas por organizações da sociedade civil, porque “a ANVISA adotou uma postura que tende a ocultar os riscos ao consumidor, transformando em peça de propaganda política aquilo que deveria ser um relatório técnico isento, uma vez que é necessário para informação da sociedade em tema relevante para a saúde da população. Essa postura é contrária aos deveres da ANVISA em promover a saúde da população” (p. 58). Esta abordagem foi utilizada por entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), para alardear que o alimento brasileiro *in natura* é seguro para consumo, e que as contaminações por pulverização aérea de agrotóxicos são um mito. Após 2018, o PARA ficou em estado latente, sem a realização de análises (Friedrich *et al.*, 2021a).

Por outro lado, diversas ações da sociedade civil proveram informações sobre a contaminação de alimentos por agrotóxicos no Brasil, inclusive para crianças, como p. ex. Baroni *et al.* (2021, 2022). Neste meio tempo, enquanto a gestão Bolsonaro bateu recordes de novos registros de agrotóxicos, também fez gastos com alimentos sem veneno para consumo familiar, com dinheiro público (Motoryn, 2023).

Além da intoxicação aguda e da contaminação alimentar, dependendo de suas características físico-químicas, os i.a. dos agrotóxicos e os compostos originados de sua transformação no ambiente podem se deslocar do local onde foram aplicados, podendo permanecer no ar, serem carregados por longas distâncias pelo vento, infiltrar e deixar resíduos no solo e em águas superficiais e subterrâneas – rios, lagos, poços, chuvas etc. (Pignati *et al.*, 2012; Tostado; Bollmohr, 2022; Oliveira *et al.*, 2023).

Em todas as regiões do Brasil, há contaminação de cursos d'água e aquíferos por agrotóxicos (Gomes; Barizon, 2014). Isto se reflete na qualidade da água potável, como identificado pelos testes obrigatórios para a presença de 27 agrotóxicos, a partir do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Sisagua¹². Destes, 16 i.a. são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas; 21 estão proibidos na União Europeia. Foi observada uma mistura de diferentes i.a. na água de uma em cada quatro cidades do Brasil (incluindo várias capitais) entre 2014 e 2017. A contaminação é crescente, com o percentual de amostras de água potável contaminadas por agrotóxicos passando de 75 % em 2014; 84 % em 2015; 88 % em 2016; e 92 % em 2017 (Repórter Brasil, 2019).

A biodiversidade também é afetada pela contaminação ambiental, inclusive porque a toxicidade dos agrotóxicos tem se deslocado para plantas e invertebrados, mesmo em culturas transgênicas (Schulz *et al.*, 2021). As áreas com lavouras convencionais podem ter uma riqueza de espécies de plantas cinco vezes menor e uma riqueza de espécies de polinizadores cerca de vinte vezes menor em comparação com os campos que não recebem venenos. Há comprovação da contaminação e seus efeitos deletérios em mamíferos, aves, peixes, anfíbios e insetos (Friedrich *et al.*, 2021a; Tostado; Bollmohr, 2022).

As práticas agrícolas convencionais são extremamente prejudiciais para abelhas *Apis* e nativas (que podem ser mais sensíveis) e polinizadores em geral (imprescindíveis para a adequada frutificação dos vegetais), pela redução de áreas de vegetação nativa e corredores ecológicos, uso do fogo e o uso de agrotóxicos. Estas ações causam diminuição na quantidade e variedade de alimentos, podem restringir as opções para a sua nidificação e sobrevivência fora das áreas

¹² Detalhes sobre o Sisagua podem ser obtidos em Oliveira Júnior et al. (2019) e Ministério da Saúde (2022).

cultivadas. A aplicação de agrotóxicos pode provocar a morte de polinizadores, atuar como repelente e causar efeitos tóxicos subletais (desorientação no voo, redução de prole e outros). Também, tende a suprimir ou reduzir a produção de néctar e pólen em algumas plantas, restringindo a oferta de alimentos para polinizadores (Wolowski *et al.*, 2019). Embora herbicidas e fungicidas também possam provocar desordens no comportamento e a morte das abelhas, os químicos que mais afetam estes animais são os inseticidas neonicotinóides (como acetamiprido, clotianidina, imidacloprido, tiacloprido e tiametoxamo). Foram encontrados neonicotinóides em 75% das amostras de mel de todo o mundo (Mitchell *et al.*, 2017). No Brasil, há registro crescente de morte de enxames de *Apis* após a pulverização aérea em áreas com soja, algodão, cana-de-açúcar, laranja e outros. Os venenos também são uma das causas prováveis da Desordem do Colapso das Colônias (CCD), fenômeno pelo qual as abelhas não retornam às colmeias (Grigori, 2019; Gussoni; Ribeiro, 2019; Carrington, 2021).

Ademais, evidências científicas indicam que a fabricação, embalagem, distribuição e aplicação de agrotóxicos contribuem significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, enquanto tornam os sistemas agrícolas mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. Pesquisas apontam que com o aumento da pressão (diferencial) de ervas, pragas e doenças, junto com a redução na eficácia dos agrotóxicos, associada a mudanças no clima, provavelmente haverá aumento no uso de agrotóxicos na agricultura convencional. Contudo, a redução do uso de agrotóxicos tem sido omitida das soluções para a mudança climática; ao contrário, o uso de agrotóxicos é apresentado como uma estratégia de mitigação da mudança climática pelos interesses da agricultura industrial (PANNA, 2023).

Danos, custos e benefícios

Enquanto a indústria de agrotóxicos fatura cerca de U\$ 15 bilhões (mais de R\$ 70 bilhões) ao ano e grandes produtores enriquecem com a exportação de *commodities*, os custos dos danos para a saúde humana, coletiva e ambiental do uso anual de centenas de toneladas de i.a. no país são deixados para a sociedade. Em outros termos, “as externalidades negativas provenientes do uso de agrotóxicos não são internalizadas pelos agricultores e fabricantes, favorecendo seu consumo e onerando os sistemas de saúde e da previdência social” (Rodrigues; Féres, 2022, p. 2). Para o estado do Paraná, foi estimado que os custos diretos associados apenas à intoxicação aguda por agrotóxicos podem alcançar

até US\$ 1,28 para cada dólar gasto na aquisição dos agrotóxicos (Porto; Soares, 2012). Apesar das dificuldades técnicas para estimar os demais custos humanos e ambientais, a ABRASCO (Soares *et al.*, 2020) estima que o custo social anual com agrotóxicos no Brasil pode passar de US\$ 11 bilhões.

Além de não se responsabilizar pelos danos que causa à sociedade, com base em um instrumento frágil (o “Convênio 100/97”, entre o Conselho Nacional de Política Fazendária e as UFs), a indústria de agrotóxicos se beneficia da redução de pelo menos 60% sobre a base de cálculo do ICMS, com a maioria dos estados aplicando redução de 100%. Esta benesse fiscal traz a perda de grandes quantias ao poder público (cerca de 10 bilhões de reais anuais em 2017, com o ICMS impactado com 63,1% do total (Soares *et al.*, 2020) e amplifica o lucro das empresas e produtores, em detrimento de reais necessidades da sociedade (Soares *et al.*, 2022). Argumentando que os agrotóxicos não são essenciais e, por isso, não deveriam ter uma tributação mais favorável (princípio da seletividade), em 2016, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou ao STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI nº 5.533 (Campanha Permanente..., 2016; Terra de Direitos, 2020), questionando a constitucionalidade dessa isenção. A ADI ainda está tramitando.

Ataques e criminalização

O uso intensivo de agrotóxicos traz consigo uma gama tremenda de conflitos. Buscando o convencimento da sociedade da necessidade de uso dos agrotóxicos para assegurar a produção de alimentos e, assim, combater a fome, desde a inepção da Revolução Verde, a indústria lança mão de estratégias de comunicação e propaganda, e do arcabouço conceitual da agropecuária em escolas técnicas e universidades (Carneiro *et al.*, 2015; Friedrich *et al.*, 2021a).

Parte destas estratégias inclui a responsabilização dos agricultores, principalmente os menores, pelos riscos e danos envolvidos na utilização de agrotóxicos, ocultando a questão central, que é a imposição, pelo Estado e pela indústria química, de um modelo insustentável de produção agrícola dependente de agroquímicos (Portela; Tourinho, 2016b).

A ganância e o ódio decorrentes deste modelo concentrador encontraram nos agrotóxicos uma arma de guerra (que literalmente remonta às origens destes produtos), mas, desta vez, contra pessoas e comunidades pacíficas, particularmen-

te pela pulverização aérea. São atingidas unidades de conservação habitadas, Terras Indígenas, assentamentos da reforma agrária, áreas quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. Raramente as pessoas e comunidades atingidas por agrotóxicos conseguem reparação na Justiça (Bittencourt, 2022).

Além dos efeitos agudos e crônicos da exposição forçada aos agrotóxicos, muitos destes ataques levam à desterritorialização em vastas áreas de ocupação e vida tradicional, inclusive em áreas demarcadas e protegidas, envolvendo também perseguições, ameaças e agressões diretas a lideranças locais, defensoras e defensores da saúde, direitos e ambientes, envolvendo inclusive assassinatos. Com intensidade crescente, os ataques extrapolam a escala local, atingindo apoiadores e pesquisadores que trabalham em prol da vida e contra os agrotóxicos. Ainda, em uma frente complementar, é questionada a autonomia de estados e municípios para elaborar e adotar normas que restringem o uso de agrotóxicos como, por exemplo, leis contra pulverização aérea, capina química de ruas etc. (Carneiro *et al.*, 2015; ABRASCO, 2017; Bittencourt; Jacobovski, 2017; Pearshouse; Bieber, 2018; Friedrich *et al.*, 2021a; Alves, 2022; Campanha Permanente..., 2022a). Por conta destas situações, o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu a Resolução CNDH n.º 24/2022, que dispõe sobre a pulverização de agrotóxicos por aeronaves para prevenção e reparação de violações de direitos humanos (CNDH, 2022).

Panorama do uso de agrotóxicos na região Norte e no estado do Pará

Embora em 2021 o valor dos agrotóxicos aplicados na Região Norte tenha correspondido a apenas 2% do total nacional, ou U\$ 299.300 (Sindiveg/ Spark Consultoria, 2022), o volume de comercialização vem se intensificando (tabela 7). Os estados do Pará e Tocantins respondem, em conjunto, por quase 70% do volume de agrotóxicos comercializados no norte, e junto com o Acre apresentam variação superior a 2.000% nas vendas entre os anos 2000 e 2021. A ampliação da infraestrutura voltada à agropecuária (rodovias, hidrovias, ferrovias; portos e estruturas associadas), o apoio oficial e as projeções de expansão do agronegócio (MAPA, 2023) indicam que este quadro deve se agravar em breve.

Há, também, um crescimento no número de i.a. comercializados no estado, apesar do sigilo para a divulgação de dados sobre muitos

produtos. Entre os ingredientes ativos com vendas conhecidas (a maioria é herbicida), 75% do volume comercializado no Pará, em 2021, abrange 22 i.a., dos quais oito têm o uso proibido na União Europeia (Hess *et al.*, 2021; Hess; Nodari, 2023).

Este uso intenso de agrotóxicos na região e no Pará traz implicações concretas para a vida cotidiana da população, apesar da altíssima subnotificação nos registros. Na grande maioria das unidades da federação, incluindo o Pará, a relação entre a taxa de comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) e a incidência de notificação de intoxicações, entre 2007 e 2014, mostra evolução positiva considerável (Ministério da Saúde, 2018). O perfil epidemiológico de intoxicações exógenas (base SINAN) por agrotóxicos agrícolas nos estados da região Norte do Brasil, entre 2007 e 2020, mostra que os indivíduos mais afetados são do sexo masculino, com idade entre 20 e 39 anos, com cor da pele parda e que evoluem para cura. Atrás de Tocantins e Rondônia, o Pará ocupa a 3ª posição regional, com 18% do total, com 600 casos e 4% de óbitos (Gomes; Oliveira, 2021). De 1999 a 2020, os casos de intoxicação infantil (0 a 14 anos) na região Norte se concentram na faixa de 1 a 4 anos, com os raticidas apresentando o maior número de casos e óbitos, seguidos pelos agrotóxicos de uso agrícola e doméstico (Lopes *et al.*, 2021).

O “Plano estratégico para desenvolvimento de cadeias produtivas no Pará 2020-2023” foca em sete cadeias: grãos, dendê, mandioca, cacau, açaí, pecuária e aqüicultura (SEDAP, 2020). Parte destas cadeias prioritárias responde pela aplicação massiva de agrotóxicos no estado, com destaque para a importância da pulverização aérea.

Tabela 7 - Vendas de agrotóxicos e afins no Brasil, região Norte e Pará, 2000 a 2021

Região/ Estado	2000	2021		Var. % 2000 / 2021
	t de i.a.	t de i.a.	part %	
Brasil	162.462	765.024	100	371
Norte	2.495	37.972	5	1.422
Pará	483	13.096	34	2.610
Sem definição de UF		45.516	6	

Fonte: IBAMA, 2022.

* “Sem definição: corresponde ao somatório das quantidades comercializadas de agrotóxicos e afins cujas empresas titulares dos registros não conhecem com precisão a distribuição territorial das vendas, por ser uma atividade realizada por terceiros.”

Há indícios de que o uso de agrotóxicos pode ser severo nas principais culturas no Pará. Pignati *et al.* (2017) estimaram que o Pará consumiu 9.443.170 litros de agrotóxicos em 2015, em uma área agregada de 762.574 hectares ocupados com lavouras. As respectivas proporções no uso de agrotóxicos são: soja (25%), milho (17%), arroz (5%), feijão (3%), banana (3%), cítricos (1%), cana (1%) e abacaxi (1%). Este conjunto de lavouras – que exclui o dendê – responderia por uma taxa média de consumo de agrotóxicos da ordem de 57,2 litros/hectare. A produção de hortaliças, relacionada com o abastecimento urbano, principalmente na região metropolitana de Belém, também tem consumido um significativo volume de agroquímicos (UFRA/ADEPARÁ, 2010).

Mais além destas estimativas, é certo que a contaminação ambiental, de trabalhadores e populações expostas aos agrotóxicos, com ou sem dolo, vem se intensificando em várias regiões do estado. Além dos danos à saúde pela exposição a agrotóxicos, da população em geral, indígenas, quilombolas e comunidades rurais, muitas famílias são expulsas de seu território pelo avanço do agronegócio, e o ambiente é afetado pela grilagem e desmatamento, e contaminação de seus componentes físicos (solos e águas), da flora e da fauna, como os polinizadores. As resistências, disputas e a promoção da vida e da agroecologia são constantes, o que vem provocando judicializações. Há exemplos em todas as regiões: em municípios da região de Santarém, no Baixo Amazonas (Neepes/ ENSP/ Fiocruz, 2009; Jesus *et al.*, 2016; Pearshouse; Bieber, 2018; Barros, 2019; Morgado, 2019; Carlos, 2019; Schwamborn, 2019; Dallabrida, 2020; Guerreiro Neto, 2020; Ribeiro, 2021); no Marajó, em Cachoeira do Arari e municípios vizinhos, pela expansão das áreas de arroz (Novaes *et al.*, 2012; Neepes/ENSP/Fiocruz, 2013; MP-PA, 2019; Hofmeister, 2020, Zuker, 2020a, b; CPI-SP, 2021; Ferreira, 2022, Nazaré; Amaral, 2022); no Nordeste Paraense, pela expansão do cultivo de dendê, desde 2006, por um número reduzido de grandes empresas (Glass, 2013; MP-PA, 2014; Silva, 2015; Chaves; Magalhães, 2021; Campelo, 2017; Damiani, 2017; Silva; Navegantes-Alves, 2016; G1 Pará, 2022; Harari; Freitas, 2022; MP-PA, 2014; MPF, 2022a; WRM, 2022). Na mesma região, em Santa Luzia do Pará, em janeiro de 2021, a Fazenda Bom Jesus realizou pulverização aérea que atingiu cerca de 80 famílias camponesas e várias plantações no Acampamento Quintino Lira e em localidades adjacentes (Amaral, 2022; Paixão, 2022; Terra de Direitos; Campanha Per-

manente..., 2022). Ainda em Santa Luzia do Pará e em Capitão Poço, em 2017 e 2018, pulverizações aéreas continuadas atingiram a Terra Indígena Alto Rio Guamá, a vila de agricultores familiares Piracema e o assentamento Jararaca (MPF, 2022b, c). No Sudeste do Estado, em Marabá, em 17 de março de 2018, a Fazenda Cedro realizou pulverização aérea de agrotóxicos sobre o Acampamento Helenira Resende, atingindo cerca de 300 pessoas, a maioria de famílias de camponeses acampados (Sarraf, 2019; Terra de Direitos; Campanha Permanente..., 2022).

Visando restringir a pulverização aérea de agrotóxicos no Pará, foram propostos dois projetos de lei na assembleia legislativa estadual (os PLs 224/2019 e 293/2019, respectivamente de autoria do deputado Dirceu Ten Caten – PT e Dilvanda Faro – PT), que não chegaram a se transformar em lei de fato.

Legislação Federal sobre agrotóxicos e agroecologia

Apresentamos um breve resumo do afrouxamento da regulamentação de agrotóxicos no Brasil, no contexto da flexibilização da legislação ambiental e de ataques aos direitos humanos e coletivos. Detalhes, inclusive, com foco no período 2018-2022, podem ser consultados, entre outras fontes, em Carneiro *et al.* (2015), ABRASCO/ ABA (2018); Souza; Folgado (2019); Friedrich *et al.* (2021a, b); Hess *et al.* (2021); Souza *et al.* (2021); Campanha Permanente... (2022); Lourenço *et al.* (2022); Moura; Pontes (2022); Ollinaho *et al.* (2022); Ramos (2022).

Em reação à aprovação do Decreto 4.074/2002, que regulamentou a Lei de Agrotóxicos (7.802/1989), o então senador Blairo Maggi propôs o PL 6.299/2002, que caracteriza uma reversão em muitos avanços na regulamentação legal sobre agrotóxicos no Brasil. Os principais pontos inaceitáveis do PL incluem:

a) a substituição do termo “agrotóxico”, em uso desde 1977, por “pesticida” e produtos de controle ambiental, o que busca mascarar os perigos destes produtos;

b) refletindo os interesses da indústria e do agronegócio, flexibiliza as regras para registro, uso e fiscalização de agrotóxicos, retirando o poder decisório da Anvisa (saúde) e do IBAMA (meio ambiente), concentrando o poder do MAPA; e exclui a possibilidade da sociedade civil demandar a impugnação/ cancelamento do registro de produtos;

c) permite o registro de substâncias comprovadamente cancerígenas, de acordo com resultados de estudos científicos

d) amplia a possibilidade de registro temporário de agrotóxicos (caso o pedido de registro não tenha parecer conclusivo expedido no prazo de dois anos), aprovando ingredientes ativos que não passaram por análises, ampliando os riscos para a população.

e) Limita a regulação sobre propaganda de agrotóxicos

Com forte impulso da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)/ bancada ruralista, o PL tramitou por mais de 20 anos com pouca participação, mas com muita pressão pública e da sociedade civil. Ocorreram algumas poucas audiências públicas, com participação de organizações científicas, da sociedade civil e do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos e da Relatoria da ONU sobre Substâncias e Resíduos Tóxicos, que apontaram a carência de debates aprofundados e o menosprezo por critérios científicos, dadas as consequências nefastas da proposta de alteração na legislação, incluindo o registro de substâncias que causam cânceres, má-formação e mutações genéticas. Dentre as estratégias dos ruralistas, o negacionismo tem papel fundamental (Angelo, 2018).

Em outra manobra, o então presidente Bolsonaro promulgou o Decreto 10.833/2021, que altera o Decreto n.º 4.074/2002, que já regulamentava a lei brasileira de agrotóxicos (7.802/1989). O novo decreto adiantou alguns pontos previstos no PL 6.299/2002, flexibilizando vários critérios, estabelecendo gravíssimas simplificações no registro de agrotóxicos, incluindo produtos causadores de câncer, mutação genética, desregulação hormonal, danos ao embrião ou ao feto, ou danos ao aparelho reprodutivo; e menor participação e transparência. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida entende que o decreto é inconstitucional (Terra de Direitos, 2021).

Ao final do recesso parlamentar, em fevereiro de 2022, o então PL 6.299/2002 foi aprovado na Câmara dos Deputados em regime de urgência, por 301 a 150 votos¹³ (Campanha Permanente..., 2022b). Em 1º de junho de 2022, o projeto deu entrada no Senado Federal como PL 1.459/2022. Apesar de seu teor versar diretamente sobre saúde, meio ambiente e direitos humanos, contrariando acordos prévios e requerimentos, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), encaminhou a matéria apenas para

¹³ Os votos de cada deputado e deputada podem ser conferidos em: <https://contraosagrototoxicos.org/pacote-do-veneno-saiba-como-foi-a-votacao-em-cada-estado/>.

apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), excluindo a análise das Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos (CDH).

Na CRA, o senador Acir Gurgacz (PDT/RO) foi designado relator. Nos últimos dias de novembro de 2022, a CRA voltou a debater o PL 1.459/2022, incluindo audiência pública com a presença do relator Especial da ONU sobre Substâncias e Resíduos Tóxicos, do diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do MAPA, e representantes da Anvisa e do Ibama. Com o costumeiro viés negacionista, os argumentos científicos e humanitários foram desprezados, e seguiram-se várias tentativas de aprovar o PL antes do final do ano. Estas foram barradas por pressão de organizações e movimentos sociais brasileiros e do exterior, incluindo representações da ONU e de parlamentares europeus. Foi costurado um acordo entre o grupo do gabinete de transição e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que projetos muito sensíveis (as chamadas “pauta bomba”), incluindo o PL do Veneno, não fossem votadas até o final do governo de Jair Bolsonaro (Soares, 2022). Articulações dos Grupos de Trabalho de Meio Ambiente, Saúde e Agricultura da equipe de transição colaboraram para sustar a votação do PL 1.459/2022.

Todavia, a força dos ruralistas foi mantida. Membro da equipe de transição da agricultura, o senador Carlos Fávaro (PSD-MT), ex-presidente da APROSOJA-MT, era então cotado para ser ministro da Agricultura do novo governo Lula (PT). Em entrevista, ele afirmou que “não dá para dizer que ninguém quer usar produtos cancerígenos. Esse conjunto de ações tem que ser debatido nesse projeto de lei sempre respeitando o meio ambiente. Estamos todos do mesmo lado, vamos só ajustar a forma” (Vinhal, 2022). Após assumir o MAPA, Fávaro promoveu a Secretário de Defesa Agropecuária do ministério o diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas na gestão Bolsonaro, que é um defensor entusiasta do “PL do Veneno” (Gadelha, 2023). No momento do fechamento deste texto, o PL 1.459/2022 seguia em tramitação no Senado¹⁴, aguardando inclusão em Ordem do Dia de requerimentos solicitando oitiva das Comissões de Assuntos Sociais, de Meio Ambiente; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

¹⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153396>

Em contraste, há dezenas de normas convergentes com a redução no uso de agrotóxicos em escala local e regional (Biondi; Biondi, 2022). Porém, mesmo com a sua sobejamente comprovada importância social, ambiental, econômica e política, a agroecologia ainda enfrenta muitos desafios para a sua promoção. Os adequados (e mesmo, superiores aos convencionais) níveis de produtividade agropecuária integral, a capacidade de prover vida digna e alimentos saudáveis e acessíveis para a população (Pretty *et al.*, 2006; Watts; Williamson, 2015; Friedrich *et al.*, 2021b; Lourenço *et al.*, 2022), que não quer mais venenos no prato, demandam políticas públicas para o financiamento da agroecologia. Em âmbito federal, construído por centenas de organizações do campo e da cidade, ligadas à agroecologia e à defesa da saúde coletiva, da ciência e da natureza, o PL 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), tramita em Regime de Prioridade e já foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mas segue aguardando a apreciação do Plenário.¹⁵

Esperamos, com as informações acima, colaborar para a reflexão e a ação a respeito do tema. Segue a batalha.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Paraquate:** regras para uso do estoque remanescente. 07/10/2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/paraquate-regras-para-uso-doestoque-remanescente>. Acesso em 09 de dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n.º 739**, de 8 de agosto de 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoinformacao/perguntasfrequentes/agrotoxicos/reavaliacao-de-agrotoxicos-2RDC_739_2022_.pdf. Acesso em 09 de dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Registro de agrotóxicos.** 21/10/2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoinformacao/perguntasfrequentes/agrotoxicos/registro-de-agrotoxicos>. Acesso em 09 de dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Carbendazim:** Anvisa concluiu processo de reavaliação e mantém o banimento. 08/08/2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/carbendazim-anvisa-concluiu-processo-de-reavaliacao-e-mantem-o-banimento>. Acesso em 09 de dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA). **Relatório de Atividades 2011 – 2012.** Brasília: GGTOX/ANVISA, 2013.

¹⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2120775>

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA). **Relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2013 a 2015**. Brasília: GGTOX/ANVISA, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA). **Relatório das análises das amostras analisadas no período de 2017-2018**. Brasília: GGTOX/ANVISA, 2019b.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Publicada reclassificação toxicológica de agrotóxicos**. 2019a. Atualizada em 01/07/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2019/publicada-reclassificacao-toxicologica-de-agrotoxicos>. Acesso em 09 de dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 177**, de 21 de setembro de 2017. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2871639/RDC_177_2017_COMP.pdf/d182599c-e61a-4edf-9044-1fb0a72b2fe7. Acesso em 09 de dez. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Contrabando de agrotóxicos é risco à saúde e traz perdas de R\$ 17 bilhões**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/28/contrabando-de-agrotoxicos-e-risco-a-saude-e-traz-perdas-de-r-17-bilhoes>. Acesso em 09 de dez. 2022.

ALBUQUERQUE, P. C. C.; LIRA, P. V. R. A.; GURGEL, I. G. D.; ROCHA, G. A. Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos: agroecologia e participação social. **Saúde Debate**, v. 46, n. Especial 2, p. 527-541, Jun. 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022E235

ALVES, S. Contato com agrotóxicos pode causar dano do DNA, câncer, problemas renais e doenças no sangue. **O Joio e o Trigo**, 26 de Julho de 2022. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2022/07/contato-com-agrotoxicos-pode-levar-a-dano-do-dna-causar-cancer-problemas-renais-e-doencas-no-sangue/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

AMARAL, J. MPPA ajuíza ação contra proprietário de fazenda por uso indevido de agrotóxicos. **Portal MPPA**. 07/02/2022. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-ajuiza-acao-contra-proprietario-de-fazenda-por-uso-indevido-de-agrotoxicos.htm>. Acesso em 09 de dez. 2022.

ANGELO, C. O playbook do agrotóxico (ou como ganhar qualquer debate tendo maioria no Congresso). **Observatório do Clima**, 22 de junho de 2018. Disponível em: <https://medium.com/p/afef11e56310>. Acesso em 09 de dez. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. ABRASCO e Associação Brasileira de Agroecologia. ABA. **ABA Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto da Lei do Veneno 6299/2002**. 2018. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/categorias-interna/agrotoxicos-e-agroecologia/dossie-cientifico-e-tecnico-contra-o-projeto-da-lei-do-veneno-6299-2002-e-favor-do-projeto-de-lei-que-instituiu-politica-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-pnara/36015/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. ABRASCO. **Contra a censura e intimidação de pesquisadores e pelo direito de se produzir ciência em defesa da vida. 15 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-abrasco-contra-censura-e-intimidacao-de-pesquisadores-e-pelo-direito-de-se-produzir-ciencia-em-defesa-da-vida/32541/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BARONI, A.; RIBEIRO, J.; ARANTES, R. (Orgs.) **Tem veneno nesse pacote**. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), 2021. Disponível em: <https://idec.org.br/ferramenta/ferramenta-tem-veneno-nesse-pacote>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BARONI, A.; RIGI, C.; CAVALCANTI, I.; ARANTES, R. (Orgs.) **Tem veneno nesse pacote**. Volume 2: ultraprocessados de origem animal. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), 2022. Disponível em: <https://idec.org.br/veneno-no-pacote>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BARROS, C. Os indígenas e quilombolas ameaçados pela soja, veneno, portos e o preconceito. **Agência Pública**, 01/10/2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/os-indigenas-e-quilombolas-ameacados-pela-soja-veneno-portos-e-o-preconceito/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BARROS, L. S. **O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil**. Foz do Iguaçu: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), 2019. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2019/06/24/o-contrabando-de-defensivos-agricolas-no-brasil/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BARROS, L. S.; Amadori, R. **O Mercado Ilegal de Defensivos Agrícolas no Brasil**. Foz do Iguaçu: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), 2021. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2021/08/10/mercado-ilegal-de-defensivos/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BENBROOK, C.; MESNAGE, R.; SAWYER, W. Genotoxicity Assays Published since 2016 Shed New Light on the Oncogenic Potential of Glyphosate-Based Herbicides. **Agrochemicals**, v. 2, n. 1, p. 47-68, 2023. <https://doi.org/10.3390/agrochemicals2010005>

BIONDI, P.; BIONDI, A. Pesquisa mostra 59 iniciativas legislativas contra os agrotóxicos em todo o Brasil. **De Olho nos Ruralistas**. 15/08/2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/08/15/pesquisa-mostra-59-iniciativas-legislativas-contras-os-agrotoxicos-em-todo-o-brasil/>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BITTENCOURT, N. A. (Coord.) **Agrotóxicos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil**. Denúncias, fiscalização e acesso à justiça. Curitiba: **Terra de Direitos e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida**. 2022. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/pesquisas-academicas/54/agrotoxicos-e-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil/23783>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BITTENCOURT, N. A.; JACOBOWSKI, A. Agrotóxicos como arma química: a permanente guerra agrária no Brasil. **Terra de Direitos**. 10/12/2017. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/artigo-agrotoxicos-como-arma-quimica-a-permanente-guerra-agraria-no-brasil/22695>. Acesso em 09 de dez. 2022.

BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 1, p. 73-89, 2007.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BOMBARDI, L. M. **Geography of Asymmetry**: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union. Brussels: The Left in the European Parliament, 2021.

BOMBARDI, L. M.; CHANGOE, A. **Comércio tóxico: A ofensiva do lobby dos agrotóxicos da União Europeia no Brasil.** Bruxelas: Friends of the Earth, Seattle to Brussels, 2022. <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/04/Toxic-Trading-POR.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Direitos Humanos. **Resolução CNDH nº 24, de 16 de setembro de 2022, que dispõe sobre a pulverização de agrotóxicos por aeronaves para prevenção e reparação de violações de direitos humanos.** DOU, 7/10/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-n-24-de-16-de-setembro-de-2022>

BRASIL. Diário Oficial da União. **Ato nº 50/ 2022, 46 novos registros de agrotóxicos e afins.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-n-50-de-21-de-outubro-de-2022-439125173>.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Ato nº 53/2022, 38 novos registros de agrotóxicos e afins.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-n-53-de-23-de-novembro-de-2022-446385076>

BRASIL. Diário Oficial da União. **Ato nº 57/2022, 45 novos registros de agrotóxicos e afins.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-n-57-de-2-de-dezembro-de-2022-448569818>

BRASIL. Diário Oficial da União. **Ato nº 63/ 2022, 44 novos registros de produtos técnicos e pré-misturas.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-n-63-de-27-de-dezembro-de-2022-454533020>

BRASIL. Diário Oficial da União. **Ato nº 64/ 2022, 55 novos registros de agrotóxicos e afins concedidos.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-n-64-de-28-de-dezembro-de-2022-455015990>

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Projeções do Agronegócio 2020-2021 a 2030-2031.** <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2020-2021-a-2030-2031.pdf/view>

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Projeções do Agronegócio 2021-2022 a 2031-2032.** Atualizado em 13/01/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2021-2022-a-2031-2032-1/view>

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Mercado de biodefensivos cresce mais de 70 no Brasil em um ano.** 27/12/2022 Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/feffmercado-de-biodefensivos-cresce-em-mais-de-50-no-brasil>

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014.** Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/legislacao/arquivos-delegislacao/INC01_16_01_2014_Anoxatualizadopeloato84_2017.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instituto Nacional de Câncer.** INCA. Agrotóxico. Atualizado em 10/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer>

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua)**. 2022. Disponível em: <http://sisagua.saude.gov.br/sisagua/paginaExterna.jsf>

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **PRF divulga balanço dos dados operacionais do Pará em 2022**. 05/01/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/para/2023/dezembro/prf-divulga-balanco-dos-dados-operacionais-do-para-em-2022>

BRASIL. Câmara Federal. Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo. **PDL 310/2020**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256399>

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Câmara aprova Pacote do Veneno em votação relâmpago e marca “derrota civilizatória”**. 9 de fevereiro de 2022b. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/camara-aprova-pacote-do-veneno-em-votacao-relampago-e-marca-derrota-civilizatoria/>

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Dados sobre os agrotóxicos**. Dados do SINAN/DataSUS/Ministério da Saúde. 2022a. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **PSOL questiona no STF constitucionalidade de benefícios fiscais para agrotóxicos**. 4 de julho de 2016. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/psol-questiona-no-stf-constitucionalidade-de-beneficios-fiscais-para-agrototoxicos/>

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Nota Técnica sobre o Decreto 10.833, de 07 de outubro de 2021, que altera a regulamentação da Lei de Agrotóxicos**. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/nota-tecnica-sobre-o-decreto-10-833-de-07-de-outubro-de-2021-que-altera-a-regulamentacao-da-lei-de-agrototoxicos/>

CAMPELO, L. Monocultura do dendê traz impactos ambientais para comunidades no nordeste paraense. **Brasil de Fato**. 17/05/2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/17/monocultura-do-dende-traz-impactos-ambientais-para-comunidades-no-nordeste-paraense/>

CANAL RURAL. **Fiscais apreendem 83 toneladas de paraquat e outros pesticidas**. Publicado em 01/02/2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/nacional/fiscais-apreendem-83-toneladas-de-paraquat-e-outros-pesticidas/>

CARLOS, A. Assassinato de quilombola, intimidações e manobras políticas marcam expansão da soja no Pará. **Repórter Brasil**. 27/03/19. Disponível em: reporterbrasil.org.br/2019/03/assassinato-de-quilombola-intimidacoes-e-manobras-politicas-marcam-expansao-da-soja-no-para/

CARNEIRO F. F.; SANTORUM J. A. **“Governo Bolsonaro tem recorde de mortes e agrotóxicos”**. [Rio de Janeiro]: Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e Pela Vida; [acesso em 2020 maio 10]. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/governo-bolsonaro--tem-recorde-de-mortes-e-de-agrototoxicos/>.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. (Orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <https://abrasco.org.br/dos-sieagrototoxicos/>

CARNEIRO, L.; FARIA, L.; MIILLER, N.; CAVALCANTE, A.; MURATA, A.; VITULE, J. R. S. **Brazilian pesticides law could poison the world.** *Science*. 2022 Apr 22; 376 (6591):362. DOI: 10.1126/science.abo6942

CARRINGTON, D. Toxic impact of pesticides on bees has doubled, study shows. *The Guardian*. 1 Apr 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/apr/01/toxic-impact-of-pesticides-on-bees-has-doubled-study-shows>

CHAIM, A. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: SILVA, C. M. M. S.; FAY, E. F. (Orgs.). **Agrotóxicos & ambiente**. Brasília: Embrapa; 2004. p. 317.

CHAVES, G. P.; MAGALHÃES, S. Camponeses e agrotóxicos na Amazônia Oriental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58. p. 63-81, jul./dez. 2021. DOI 10.5380/dma.v58i0.73069

CHOUDHURY, P. P.; SAHA, S. Dynamics of pesticides under changing climatic scenario. **Environ Monit Assess** 192 (Suppl 1), 814 (2020). <https://doi.org/10.1007/s10661-020-08719-y>

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Gurupá (Cachoeira do Arari – PA)**. 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/gurupa-cachoeira-do-arari-pa/>

DA SILVA, T. C.; FINKLER, M. G, Slodkowski L, Frank JG, Tolfo PR, Dalcin D. *et al.* Exposição de gestantes a agrotóxicos: Uma revisão integrativa. **Rev Contexto & Saúde**, v. 22, n. 46, 2022. . <http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2022.46.13329>

DALLABRIDA, P. Cargill compra soja de fazendas sobrepostas a território indígena em Santarém (PA). **De Olho nos Ruralistas**. 27/10/2020. Disponível em: <https://deolho.nosruralistas.com.br/2020/10/27/cargill-compra-soja-de-fazendas-sobrepostas-a-territorio-indigena-em-santarem-pa/>

DAMIANI, S. **Impactos socioambientais do cultivo de dendê na Terra Indígena Turé-Mariquita no nordeste do Pará**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31503/1/2017_SandraDamiani.pdf

DE MORAES, R. F. Constructing a transnational crime: pesticide smuggling in Brazil. **Crime Law Soc Change**, v. 78, p. 379-404, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10611-022-10026-1>

EUROPEAN UNION. **Pesticides Database**. Active substances. Disponível em: <https://ec.europa.eu/food/plant/pesticides/eu-pesticides-database/start/screen/active-substances>.

FERNANDES, A., BACARJI, A. G. Legislação Brasileira de Agrotóxicos. Avaliação de Risco das Propostas de Reforma Legislativa sob a Perspectiva do Princípio da Precaução. **Meio Ambiente (Brasil)**, v. 4, n. 3, p. 41-52, 2022. Disponível em: <https://meioambiente.brasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/279>

FERREIRA, S. Nas várzeas do Marajó o feitor ainda vive. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7 n. 18, p. 215-226, 2022. <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p215-226>

FERREIRA, M. L. P. C. A pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil: cenário atual e desafios. **R. Dir. Sanit.**, São Paulo, v. 15 n.3, p. 18-45, nov. 2014/fev. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v15i3p18-45>

FONSECA, B.; ROHDEN, J. 14 mil pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos durante governo Bolsonaro. **Agência Pública/Repórter Brasil**. 15 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2022/12/15/14-mil-pessoas-foram-intoxicadas-por-agrotoxicos-durante-governo-bolsonaro/#>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO STAT. Statistics Division. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/RP>

FREITAS, H. Governo não divulga dados de 72% dos agrotóxicos, protegendo multinacionais. **Repórter Brasil/Agência Pública**. 26/11/2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/11/governo-nao-divulga-dados-de-72-dos-agrotoxicos-protetendo-multinacionais/>

FRIEDRICH, K.; GURGEL, A. M.; BEDOR, C. N. G.; AUGUSTO, L. G. S.; SARPA, M.; KUHN, M.; ALMEIDA, V. E. S.; DIDERICHSEN, F. **Agronegócio e pandemia no Brasil. Uma síndrome está agravando a pandemia de COVID-19?** IPEN; ABRASCO, 2021b. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Agronegocio_-_ABrasco-IPEN.pdf

FRIEDRICH, K. (Org.). **Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!** Porto Alegre: Rede Unida, 2021a. Disponível em: https://contraosagrotoxicos.org/sdm_downloads/dossie-contra-o-pacote-do-veneno-e-em-defesa-da-vida-livro-virtual-pdf/

G1 Pará. **Guerra do dendê no Pará tem acusação de grilagem, cartório fantasma e conflitos entre empresas, indígenas e quilombolas**. 05/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/05/guerra-do-dende-no-para-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>

GABERELL, G.; HOINKES, C. **Lucros altamente perigosos. Como a Syngenta ganha bilhões vendendo agrotóxicos nocivos**. Cáceres, MT: Public Eye, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. 2019. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/biblioteca/lucros-altamente-perigosos/>

GADELHA, I. Ministro da Agricultura de Lula, Carlos Fávaro decidiu promover ao cargo de secretário da pasta um diretor da gestão Jair Bolsonaro que é defensor do chamado “PL do Veneno”. **Metropoles**, 04/01/2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/ministro-da-agricultura-de-lula-promove-defensor-do-pl-do-veneno>

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, P.; MENDES, M.; RENNÓ, L. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” **Food for Justice Working Paper Series**, no. 4 (2a ed.). Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021.

GIMENES, E. Cresce o mercado de agrotóxicos ilegais no Brasil; entenda os riscos. **Brasil de Fato**. 13 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/13/cresce-o-mercado-de-agrotoxicos-ilegais-no-brasil-entenda-o-riscos/>

GLASS, V. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira**: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. São Paulo: Repórter Brasil/FASE, 2013.

GOMES, M. A. F.; BARIZON, R. R. M. **Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2014. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/987245/1/Doc98.pdf>

GOMES, R. D.; OLIVEIRA, J. V. G. Prospecção de perfis epidemiológicos de intoxicações exógenas por agrotóxicos dos Estados da Região Norte do Brasil nos anos de 2007 a 2020. **Revista Amazônia Science & Health**, v. 9, n 4, 2021. DOI: 10.18606/2318-1419/amazonia.sci.health.v9n4p2-16

GOTTEMS, L. Gigante do agro vai abandonar fertilizante mineral em 2 anos. **Agrolink**, 23/01/2023. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/gigante-do-agro-vai-abandonar-fertilizante-mineral-em-2-anos_475519.html?RefPRExecute=193035408

GRIGORI, P. Apicultores brasileiros encontram meio bilhão de abelhas mortas em três meses. **Agência Pública/Repórter Brasil**. 7 de março de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/apicultores-brasileiros-encontram-meio-bilhao-de-abelhas-mortas-em-tres-meses/>

GUERREIRO NETO, G. Degradação e ilegalidade acompanham rastro da soja em rodovia no oeste do Pará. **InfoAmazônia**. 20 novembro 2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/11/20/degradacao-e-ilegalidade-acompanham-rastro-da-soja-em-rodovia-no-oeste-do-para/>

GUSSONI, W. J.; RIBEIRO, G. S. **Abelhas x Agrotóxicos. Informativo aos apicultores e meliponicultores**. Campo Grande: Iagro Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul, 2019. Disponível em: http://www.iagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha_abelhas_digital_final.pdf

HARARI, I.; FREITAS, H. Cercados pelo dendê, povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com produtora de biodiesel. **Reporter Brasil**. 08/08/2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/cercados-pelo-dende-povos-tradicionais-vivem-terror-em-disputa-fundiaria-com-produtora-de-biodiesel/>

HESS, S. C.; NODARI, R. O. Agrotóxicos no Brasil: panorama dos produtos entre 2019 e 2022. **Revista Ambientes em Movimento**, v. 2, n. 2, p. 39-52, dezembro 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/am/article/view/5484/4965>

HESS, S. C.; NODARI, R. O.; LOPES-FERREIRA, M. Agrotóxicos: críticas à regulação que permite o envenenamento do país. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, Edição especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, p. 106-134, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.76169. E-ISSN 2176-9109.

HOFMEISTER, N. O pioneiro. Este fazendeiro pratica a agenda de Bolsonaro na Amazônia há 40 anos. **The Intercept Brasil**. 13 de Julho de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/13/quartiero-fazendeiro-bolsonaro-amazonia/>

IBGE. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. 25/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>

INSTITUTO BRASIL ORGÂNICO. **Considerações sobre a situação atual do PL dos Agrotóxicos**. Nov. 2022. Disponível em: <https://institutobrasilorganico.org/2022/11/consideracoes-sobre-a-situacao-atual-do-pl-dos-agrotoxicos>

JESUS, I. M. *et al.* Contribuição pioneira do Instituto Evandro Chagas para a saúde ambiental na Amazônia em 25 anos da Seção de Meio Ambiente. **Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua**, v. 7, n. esp, p. 83-92, dez. 2016 . <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000500009>.

LACERDA, N. **Agrotóxicos proibidos em diversos países viajam o mundo em produtos brasileiros**. São Paulo: Brasil de Fato. 23/06/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/agrotoxicos-proibidos-em-diversos-paises-viajam-o-mundo-em-produtos-brasileiros>

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, abr-jun 2018.

LOPES, L. P. G.; RIBEIRO, J. S.; SOUSA, C. R. A.; MOURA, L. S.; LOPES, R. B. Perfil epidemiológico de intoxicações infantis por agrotóxicos na Região Norte do Brasil de 1999 a 2020. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.6, p. 24905-24919 nov./dec. 2021

LOURENÇO, A. V.; VIGOLO, A.; GONÇALVES, L. S.; GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; NIEDERLE, P.; TEIXEIRA, M. A.; GALINDO, E. **Brasil do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. [livro eletrônico]. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/publicacao/brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico-uma-analise-do-desmonte-das-politicas-publicas-federais-e-a-agroecologia-como-alternativa/>

MACHADO, R. Proposta susta resolução da Anvisa que proíbe uso do herbicida paraquate no País. **Agência Câmara de Notícias**, 19/11/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708873-PROPOSTA-SUSTA-RESOLUCAO-DA-ANVISA-QUE-PROIBE-USO-DO-HERBICIDA-PARAQUATE-NO-PAIS>

MELGAREJO, L.; GURGEL, A.M. Agrotóxicos, seus mitos e implicações. *In*: GURGEL, A.M., SANTOS, M. O. S.; GURGEL, I. G. D. (Orgs.). **Saúde do campo e agrotóxicos: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico-metodológicas**. Recife: Ed. UFPE, 2019. p 39-75.

MENCK, V. F.; COSSELLA, k. G.; OLIVEIRA, J. M. de. Resíduos de agrotóxicos no leite humano e seus impactos na saúde materno-infantil: resultados de estudos brasileiros. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 22, n. 1, p. 608-617, 2015. DOI: 10.20396/san.v22i1.8641594. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8641594>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Relatório de comercialização de agrotóxicos, 2009-2021**. 2022. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-deagrotoxicos#boletinsanuais>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Após ação do MPPA, Justiça anula matrícula de imóvel rural**. 07/08/2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/a-pos-acao-do-mppa-justica-anula-matricula-de-imovel-rural.htm>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF. **Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória antecipada de urgência inaudita altera pars**. 16/12/2022b. Disponível em: <https://>

www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2022/acao_mpf_contaminacao_indigenas_agricultores_agrotoxicos_pa_16-dez-2022.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF aponta risco de violência em conflito entre BBF e comunidades indígenas e quilombolas no Pará.** MPF. 5 de Abril de 2022a. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-aponta-risco-de-violencia-em-conflito-entre-bbf-e-comunidades-indigenas-e-quilombolas-no-para>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF quer que responsáveis por contaminação com agrotóxicos tratem da saúde de indígenas e agricultores no Pará.** 20 dezembro 2022c. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/tratamento-indenizacao-agrotoxicos-indigenas-agricultores-familiares>

MITCHELL, E. A. D.; MULHAUSER, B.; MULOT, M.; MUTABAZI, A.; GLAUSER, G.; AEBI, A. A worldwide survey of neonicotinoids in honey. *Science*, v. 358, Issue 6359, p. 109-111. 6 Oct 2017. DOI: 10.1126/science.aan3684

MORAES, L. **Promotória expede Recomendação para combater intoxicação por agrotóxico no entorno de comunidade escolar em Belterra.** MP PA. 02/02/23. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/promotoria-expede-recomendacao-para-combater-intoxicacao-por-agrotoxico-no-entorno-de-comunidade-escolar-em-belterra.htm>

MOREIRA, L. C. R. S.; LOUBET, L. F. Competência legislativa dos estados e dos municípios em matéria de pulverização aérea. *Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo*, ano 3, n. 3, p. 27-61. Janeiro de 2022.

MORGADO, M. G. A. **Contaminação química de ecossistemas aquáticos e (in)sustentabilidade ambiental na Amazônia:** estudo de caso na região metropolitana de Santarém, Pará. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38108>

MOTORYN, P. **Recordista no aval a agrotóxicos, Bolsonaro comprou orgânicos 158 vezes no cartão corporativo.** Brasil de Fato. 13 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/13/recordista-no-aval-a-agrotoxicos-bolsonaro-comprou-organicos-158-vezes-no-cartao-corporativo>

MOURA, J. T. V.; PONTES, B. M. L. M. A construção das redes que disputam a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: o PL 6299 versus a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNaRa). *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 39, 2022, e258131. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.258131>

MUNIZ, B.; FONSECA, B. Mais de cem mil famílias foram afetadas em uma década de conflitos no campo na Amazônia. **Mapa dos conflitos, ferramenta exclusiva lançada pela Agência Pública e CPT, mapeia conflitos e dados socioambientais de todos os municípios da Amazônia Legal.** 27 de abril de 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/mais-de-cem-mil-familias-foram-afetadas-em-uma-decada-de-conflitos-no-campo-na-amazonia/>

NAZARÉ, M. L.; AMARAL, A. J. P. Resistência quilombola em Cachoeira do Arari diante dos impactos socioambientais do agronegócio nos campos marajoaras. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 7 n. 18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p111-123>

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. Pequenos produtores rurais da região de Santarém são expulsos pelo avanço da soja, além de sofrer com os danos à saúde causados pelos agrotóxicos usados pela monocultura. **Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. 05 de outubro de 2009. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-pequenos-produtores-rurais-da-regiao-de-santarem-sao-expulsos-pelo-avanco-da-soja-alem-de-sofrer-com-os-danos-a-saude-causados-pelos-agrotoxicos-usados-pela-monocultura/>

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. **Quilombo de Gurupá, agricultores familiares e pescadores artesanais reclamam de piora na qualidade de vida, diminuição da oferta de peixes e ocupação irregular do seu território causadas por rizicultores, tendo à frente Quartiero**. 2013. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-quilombo-de-gurupa-agricultores-familiares-e-pescadores-artesanais-reclamam-de-piora-na-qualidade-de-vida-diminuicao-da-oferta-de-peixes-e-ocupacao-irregular-do-seu-territorio-causadas-por-rizi/>

NOVAES, A.; SACCARDO, A.; VIEIRA, I. C. G.; MEIRELLES FILHO, J. O impacto do plantio de arroz no Marajó. **Agência Envolverde de Jornalismo**. 11-5-2012 Disponível em: <https://envolverde.com.br/o-impacto-do-plantio-de-arroz-no-marajo/>

OLIVEIRA JÚNIOR, A.; MAGALHÃES, T. B.; MATA, R. N.; SANTOS, F. S. G.; OLIVEIRA, D. C.; CARVALHO, J. L. B.; ARAÚJO, W. N. Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua): características, evolução e aplicabilidade. Perfil das Bases de Dados Nacionais de Saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 28, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742019000100024>

OLIVEIRA, J. V. G.; GOMES, R. D. Prospecção de perfis epidemiológicos de intoxicações exógenas por agrotóxicos dos Estados da Região Norte do Brasil nos anos de 2007 a 2020. **Revista Amazônia Science & Health**, v. 9, n. 4, 2021. DOI: 10.18606/2318-1419/amazonia.sci.health.v9n4p2-16

OLIVEIRA, M. P. de; SILVA, A. B. S.; RIGUETO, C. V. T.; LOSS, R. A.; GUEDES, S. F.; GERALDI, C. A. Q. Pesticides in different environmental compartments in Brazil: a review. **Ci. e Nat.**, Santa Maria, v. 45, e2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179460X70715>

OLLINAHO, O. I.; PEDLOWSKI, M. A.; KRÖGER, M. Toxic turn in Brazilian agriculture? The political economy of pesticide legalisation in post-2016 Brazil. **Third World Quarterly**, 2022. DOI: 10.1080/01436597.2022.2153031

PAIXÃO, E. MPPA denuncia caso de pulverização ilegal de agrotóxico. **PortalMPPA**. 13/01/2022. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-denuncia-caso-de-pulverizacao-ilegal-de-agrotoxico.htm>

PALMA, D. C. de A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PANTOJA, A. M. Região Norte tem o maior potencial de crescimento econômico. **Agência Pará**. 03/02/2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/41123/norte-e-a-regiao-com-maior-potencial-de-crescimento-economico-aponta-estudo>

PARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap). **Sedap apresenta plano estratégico para desenvolvimento de cadeias produtivas no Pará**. 17/06/2020 - 12:30 Disponível em: <http://sedap.pa.gov.br/artigos/sedap-apresenta-plano-estrat%C3%A9gico-para-desenvolvimento-de-cadeias-produtivas-no-par%C3%A1>

PEARSHOUSE, R.; BIEBER, J. “**Você não quer mais respirar veneno**”. As falhas do Brasil na proteção de comunidades rurais expostas à dispersão de agrotóxicos. São Paulo: Human Rights Watch, 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/07/20/320394>

PESTICIDE ACTION NETWORK NORTH AMERICA. **Pesticides and climate change: a vicious cycle**. 2023. Disponível em: https://www.panna.org/resources/pesticides-and-climate-change-vicious-cycle-report?link_id=6&can_id=513d32b2ded3943a19f14a5377b5147a&email_referrer=email_1791688&email_subject=encouragement-for-2023-new-pesticides-climate-change-report-intercropping

PESTICIDE ACTION NETWORK UK. **How are pesticides currently regulated in the UK?** 2017. Disponível em: <https://www.pan-uk.org/how-are-pesticides-regulated/>.

PESTICIDEACTIONNETWORK.PAN.**PesticideInfo**.Disponível em:<https://www.pesticideinfo.org/search-chemicals-or-products>.

PESTICIDE PROPERTIES DATABASE. Disponível em: <https://sitem.herts.ac.uk/aeru/ppdb/en/Reports/164.htm#none>

PETROLI, V. **Operação da PRF apreende mais de 4 mil litros de paraquat em Tangará da Serra**. Publicado em 10/10/2022. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/mato-grosso/operacao-da-prf-apreende-mais-de-quatro-mil-litros-de-paraquat-em-tangara-da-serra/>

PIGNATI, W. A.; LIMA, F. A. N. S.; LARA, S. S.; CORREA, M. L. M.; BARBOSA, J. R.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATTI, M. G. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde. **Ciência & Saúde & Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./mar. 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232007000100014.

PORTELA, G.; TOURINHO, R. **A controvérsia sobre o uso seguro de agrotóxicos**. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), 13/01/2016a. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/controv%C3%A9rsia-sobre-o-uso-seguro-de-agrot%C3%B3xicos>

PORTELA, G.; TOURINHO, R. **A força dos agrotóxicos legais e ilegais no Brasil**. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), 21/01/2016b. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/for%C3%A7a-dos-agrot%C3%B3xicos-legais-e-ilegais-no-brasil>

PORTO, M. F.; SOARES, W. L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, 17-31. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572012000100004>

PRETTY, J. N.; NOBLE, A. D.; BOSSIO, D.; DIXON, J.; HINE, R. E.; PENNING DE VRIES, F. W. T.; MORISON, J. I. L. Resource-conserving agriculture increases yields in developing countries. **Environ. Sci. Technol.** 40, p. 1114-1119, 2006.

RAMOS, M. F. Passando a Boiada: 12 das 45 prioridades do governo no Congresso são no campo. **De Olho nos Ruralistas**. 10/02/2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/02/10/passando-a-boiada-12-das-45-prioridades-do-governo-no-congresso-sao-no-campo/>

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN, 2021. [livro eletrônico]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN, 2022. [livro eletrônico]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

REPÓRTER BRASIL. **Você bebe agrotóxicos?** Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/#>

REPÓRTER BRASIL. **IEC detecta contaminação por agrotóxicos na região de expansão do dendê no Pará**. 19/09/2014. Texto publicado originalmente na página do Ministério Público do Estado do Pará. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2014/09/instituto-evandro-chagas-detecta-contaminacao-por-agrotoxicos-na-regiao-de-expansao-do-dende-no-para/>

REUTERS. **Brasil deve apreender volume recorde de agroquímicos ilegais neste ano**. Publicado em 26/08/2022. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/08/epoca-negocios-brasil-deve-apreender-volume-recorde-de-agroquimicos-ilegais-neste-ano-diz-ministerio.html>

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; SAMPAIO, M. A. P.; BANDONI, D. H.; DE CARLI, L. L. S. **Atlas das situações alimentares: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2021, ISBN 978-65-88963-04-3, Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ri3NJ3dN7o8GGwjeYUsbhZlrrr3iT_CP/view. Acesso em: 19 nov. 2021.

RIBEIRO, J. S. **Cenário de uso, consumo e classificação de risco dos agrotóxicos na nova fronteira agrícola do Oeste do Pará. 2021**. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Santarém, 2021.

RODRIGUES DE ANDRADE, F. M.; DUTRA DO CARMO, E.; BATISTA HENRIQUES, A. Environmental Racism Dynamics in the Amazon Region, in Pará State: Impacts of Agribusiness and Mining Activities on the Lives and Health of Traditional Populations. **Socioscapes. International Journal of Societies, Politics and Cultures**, v. 3, n. 1, p. 71-106, 2022. Disponível em: <http://www.socioscapes.org/index.php/sc/article/view/99>

RODRIGUES, L. C. C.; FÉRES, J. G. A relação entre intensificação no uso de agrotóxicos e intoxicações nos estabelecimentos agropecuários do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), e244491, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.244491>

ROHDEN, J. Cresce uso de drones para pulverizar agrotóxicos em plantações no Brasil. **Agência Pública/Repórter Brasil**. 02/05/22. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/cresce-uso-de-drones-para-pulverizar-agrotoxicos-em-plantacoes-no-brasil/>

ROHDEN, J. Sem fiscalização adequada, cresce uso de drones para aplicar agrotóxicos. **Agência Pública/Repórter Brasil**. 02/05/22. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/sem-fiscalizacao-adequada-cresce-uso-de-drones-para-aplicar-agrotoxicos/S&P>
GLOBAL COMMODITY INSIGHTS. 2022. Disponível em: <https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/ci/research-analysis/global-crop-protection-market-provisionally-up-6-in-2022.html>

SARPA, M.; FRIEDRICH, K. Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva: o papel da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. Especial 2, p. 407-425, Jun 2022.

SARRAF, M. Agricultores denunciam uso de agrotóxico como arma química em fazenda de Daniel Dantas. **Agência Pública/Repórter Brasil**. 8 de abril de 2019. Disponível em: <https://publica.org/2019/04/agricultores-denunciam-uso-de-agrotoxico-como-arma-quimica-em-fazenda-de-daniel-dantas/>

SCHULZ, S. B.; PETSCHICK, L. L.; STEHLE, S.; WOLFRAM, J. Applied pesticide toxicity shifts toward plants and invertebrates, even in GM crops. **Science**, v. 372, Issue 6537, p. 81-842 Apr 2021. DOI: 10.1126/science.abe1148

SCHWAMBORN, T. M. **Expansão da fronteira agrícola, uso de agrotóxicos e riscos de exposição humana ao glifosato na Região Metropolitana de Santarém**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SHALDERS, A. O julgamento do STF que pode acabar com R\$ 6 bilhões em subsídios para agrotóxicos. **BBC News Brasil**. 19 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51554993>

SILVA, E. M.; NAVEGANTES-ALVES, L. A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. **Confins** [Online], 30, 2017.

SILVA, E. P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7630>

SINDIVEG/Spark Consultoria. **Mercado total de defensivos agrícolas**. 2022. <https://doi.org/10.4000/confins.11843>

SIQUEIRA, C.; OLIVEIRA, M. Projeto de Lei 9271/17 criminaliza a falsificação ou adulteração de agrotóxicos. **Agência Câmara de Notícias**. 11/03/2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/856349-projeto-criminaliza-falsifi>

SOARES, I. Marina Silva diz que “pautas bomba” não serão votadas durante transição. **Correio Braziliense**. 28/11/2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/11/5055084-marina-silva-diz-que-pautas-bomba-nao-serao-votadas-durante-transicao.html>

SOARES, W. L.; CUNHA, L. N.; PORTO, M. F. S. Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável. **Abrasco**. GT Saúde e Ambiente. Fev 2020. Dis-

ponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-Abrasco-Desoneracao-Fiscal-Agrotoxicos-17.02.2020.pdf>

SOARES, W. W.; CUNHA, L.; PORTO, M. F. Fim dos benefícios fiscais aos agrotóxicos, sustentabilidade da agricultura e a saúde no Brasil. **Saúde Debate**, v. 46, n. Especial 2, p. 236-248, jun 2022.

SOUZA, M. Projeto anula resolução da Anvisa para autorizar uso do fungicida carbendazim no País. **Agência Câmara de Notícias**. 09/09/2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/903495-projeto-anula-resolucao-da-anvisa-para-autorizar-uso-do-fungicida-carbendazim-no-pais/>.

SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. R. (Orgs.) **Agrotóxicos e agroecologia: enfrentamentos científicos, jurídicos, políticos e socioambientais**. Anápolis: Ed. UEG, 2019.

SOUZA, M. M. O.; GURGEL, A. D. M.; FERNANDES, G. B.; MELGAREJO, L.; BITTENCOURT, N. A.; FRIEDRICH, K. Agrotóxicos e transgênicos: Retrocessos socioambientais e avanços conservadores no Governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 317-350, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12561

TERRA DE DIREITOS. **Confira os 17 pontos mais graves no novo decreto sobre agrotóxicos**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/confira-os-17-pontos-mais-graves-no-novo-decreto-sobre-agrotoxicos/23666>

TERRA DE DIREITOS. **Inconstitucionalidade da isenção de impostos para agrotóxicos pode ser julgado pelo STF nesta quinta-feira**. 14/10/2020. Disponível em: <https://www.terradeireitos.org.br/noticias/noticias/inconstitucionalidade-da-isencao-de-impostos-para-agrotoxicos-pode-ser-julgado-pelo-stf-nesta-quintafeira/23487>

TOMAZELLI, I. Censo vive tragédia absoluta e dados não são confiáveis, diz ex-presidente do IBGE. **Folha de S. Paulo**, 24. jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/censo-vive-tragedia-absoluta-e-dados-nao-sao-confiaveis-diz-ex-presidente-do-ibge.shtm>

TOSETTO, E. E.; ANDRIOLI, A. I.; CHRISTOFFOLI, P. I. Análises das causas das subnotificações das intoxicações por agrotóxicos na rede de saúde em município do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 6037-6047, 2021.

TOSTADO, L.; BOLLMOHR, S. (Eds.). **The Pesticide Atlas 2022**. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung and Bund für Umwelt und Naturschutz, Brussels: Friends of the Earth Europe and Pesticide Action Network Europe. 2nd edition, December 2022. Disponível em: <https://www.pan-uk.org/pesticide-atlas-facts-and-figures/>

UNITED KINGDOM. Health and Safety Executive. **Regulating pesticides in the UK after Brexit**. Sem data. Disponível em: <https://www.hse.gov.uk/pesticides/brexit.htm>

UNIÃO EUROPEIA. Iniciativa de cidadania europeia. **Proibição do glifosato e proteção das pessoas e do ambiente contra pesticidas tóxicos**. Sem data. Disponível em: https://europa.eu/citizens-initiative/ban-glyphosate-and-protect-people-and-environment-toxic-pesticides_pt

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA); ADEPARÁ. **Relatório: agrotóxicos em Unidades Produtoras de Hortaliças em municípios da Região Metropolitana de Belém e proximidades no ano de 2009-2010**. Belém, 2010.

VÁRIAS E VÁRIOS AUTORES. Resistência à expansão da soja: aliança entre movimento social e cientistas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/resistencia-expansao-da-soja-alianca-entre-movimento-social-e-cientistas/>

VINHAL, G. 'Estamos do mesmo lado', diz cotado para Agricultura sobre Meio Ambiente. **UOL Notícias**. 02/12/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/02/estamos-do-mesmo-lado-diz-cotado-para-agricultura-sobre-meio-ambiente.htm>

VITTORAZZI, D. **Mercado ilegal representa 25% dos agrotóxicos vendidos no Brasil**. ((o)eco, 16 de setembro de 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/mercado-ilegal-representa-25-dos-agrotoxicos-vendidos-no-brasil/>

WATTS, M.; WILLIAMSON, S. **Replacing Chemicals with Biology**: Phasing out highly hazardous pesticides with agroecology. Pesticide Action Network Asia and the Pacific, 2015. Disponível em: <https://pan-international.org/wp-content/uploads/Phasing-Out-HHPs-with-Agroecology-Executive-Summary-en.pdf>

WOLOWSKI, M.; AGOSTINI, K.; RECH, A. R.; VARASSIN, I. G.; MAUÉS, M.; FREITAS, L.; CARNEIRO, L. T.; BUENO, R. O.; CONSOLARO, H.; CARVALHEIRO, L.; SARAIVA, A. M.; SILVA, C. I. **Relatório temático sobre polinização, polinizadores e produção de alimentos no Brasil** [livro eletrônico]. São Carlos, SP: Editora Cubo, 2019. Disponível em: https://www.bpbes.net.br/wp-content/uploads/2019/02/BPBES_Completov5.pdf

WORLD RAINFOREST MOVEMENT. **Desertos verdes**: avanço das monoculturas do dendê na Amazônia Paraense. Boletim 261, 16 Junho 2022. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/avanco-das-monoculturas-do-dende-na-amazonia-paraense>

ZUKER, F. "A natureza está secando": quilombo no Marajó vive impactos do arrozal e clima de violência. **Agência Amazônia Real**. 2020a. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-natureza-esta-secando-quilombo-no-marajo-vive-impactos-do-arrozal-e-clima-de-violencia/>

ZUKER, F. Quilombo Gurupá na sombra do arrozal. Videodocumentário. **Agência Amazônia Real**. 2020b. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quilombo-gurupa-na-sombra-do-arrozal/>

Conflitos por água e as violações da mineração no campo brasileiro na segunda década do século XXI

LUÍZ JARDIM WANDERLEY¹
PEDRO CATANZARO DA ROCHA LEÃO²
TÁDZIO PETERS COELHO³

Introdução: Neoextrativismo Brasileiro⁴

O Brasil, na segunda década do século XXI, intensificou o seu modelo neoextrativista (Milanez; Santos, 2013; Vitte, 2020). As corporações extrativo-minerais, do agronegócio, da geração de energia e dos hidrocarbonetos, intensificaram sua centralidade no projeto nacional de crescimento econômico – com destaque para Petrobrás, Eletrobrás, Vale S.A., BRF S.A., JBS, Braskem, Ultrapar Participações, CSN, CPFL energia, entre outras. Discursivamente, elas se colocam como essenciais para o país, para a balança comercial e para a economia nacional (Delgado, 2012). De fato, conseguiram impor um modelo exportador de matéria-prima, agravando o caráter dependente e subordinado da economia brasileira na divisão internacional do trabalho (Carvalho, 2018).

Segundo Gudynas (2015), o neoextrativismo se caracteriza pela exploração de bens naturais vendidos *in natura* ou com apenas um processamento primário, com destino final predominante à exportação. O extrativismo não se resume à extração de bens minerais e hidrocarbonetos (petróleo e gás), engloba ainda a exploração do solo, dos mananciais de água, da floresta, do ar,

¹ Geógrafo, Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador do grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CNPq no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF).

³ Sociólogo, Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (DCS-UFV) e pesquisador do grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

⁴ Uma versão deste artigo foi publicada no caderno de Conflitos no Campo 2020, da Comissão Pastoral da Terra, no ano de 2021, com o título “A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro”.

da biodiversidade e da paisagem. Ou seja, trata-se de uma captura ampliada de bens naturais comuns, por meio da incorporação destes ao processo de acumulação privada de capital. Gudynas (2015) detalha que o grande volume de material exportado e removido, a intensidade dos efeitos ambientais causados pelas atividades extrativas e o mercado internacional como destino final dos bens primários são as variáveis que tipificam o modelo de desenvolvimento com base no extrativismo.

No século XXI, o Brasil reprimarizou sua pauta exportadora (Delgado, 2012; Milanez; Santos, 2013; Valverde; Oliveira, 2012), passando de 22,8% do valor exportado de produtos básicos, em 2000, para 52,8% em 2019 (MDIC, 2020), mais que dobrando. Em 2019, pela primeira vez na série histórica, desde 1997, o país exportou mais produtos básicos que semimanufaturados e manufaturados, característica central do neoextrativismo. Soja, minério de ferro e, posteriormente, o petróleo foram os principais produtos que puxaram a expansão da pauta primário-exportadora, seguidos de outros produtos agropecuários e minerais. Em 2020, o mesmo padrão se manteve, apesar dos efeitos na crise sanitária do Coronavírus. Inclusive, os principais produtos do agronegócio tiveram aumento no volume e no valor exportado, soja (12% e 9,5%), cana de açúcar (67,2% e 64,7%) e carne bovina (14% e 18,3%). O petróleo também aumentou seu volume exportado (16,7%), mas o valor teve queda. O minério de ferro foi o oposto, apesar do aumento do valor (19,9%), a produção permaneceu quase igual (MDIC, 2021)⁵.

O neoextrativismo do agro-hidro-minero-petro-negócio é um processo de acumulação demandante de terra, água, subsolo e trabalho precarizado. Para tanto, exige o controle do território por meio da expropriação de populações tradicionais, pequenos produtores e trabalhadores rurais de suas terras, da captura dos mananciais de água, da monopolização do subsolo e da exploração do trabalhador. A apropriação intensiva dos bens naturais, tendo como destino prioritário o mercado internacional, expressa-se ainda na face perversa da amputação ecológica (Gudynas, 2015); dos desastres sociotécnicos (Zhouiri; Oliveira; Zucarelli; Vasconcelos, 2018). De maneira violenta, os danos se expressam nos territórios e sobre os modos de vida dos povos do campo, como no caso da contaminação por rejeito de mineração nos rios Doce e Paraopeba, em Minas Gerais; e no derramamento de petróleo no litoral do Nordeste e Sudeste brasileiro; nos desmatamentos e queimadas dos diferentes

⁵ Dados do MDIC retirados do site: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>

biomas, em especial, no cerrado e na Amazônia; no barramento dos rios para produção de energia elétrica; na “escassez” de água por conta da contaminação, em particular por agrotóxico, e no consumo excessivo desigual por grandes empresas e latifundiários; e no solo exaurido sem nutrientes e salinizado dos monocultivos e da pecuária extensiva.

Existe ainda um caráter autoritário e repressor por parte dos Estados, corporações e das elites locais contra os atingidos e os movimentos sociais de resistência às atividades predatórias de territórios. Tanto o processo de violação de direitos humanos quanto a destruição da natureza se expressam nos conflitos pela água, resultantes da mineração e de outras atividades extrativas no campo.

Buscamos, ao longo do texto, sistematizar e compreender os reflexos do modelo neoextrativista nos conflitos sociais pela água no campo brasileiro, utilizando os dados coletados pela CPT entre 2011 e 2020. Numa segunda parte, analisamos os conflitos ligados ao setor mineral – mineradoras e garimpo –, no que concerne à sua dimensão sobre a água e a terra. O destaque dado ao setor mineral se deve à sua posição de liderança na disputa por água nos últimos anos no Brasil, mas que também não pode ser dissociado dos reflexos sobre a questão fundiária que a atividade provoca (Wanderley; Gonçalves, 2019).

Disputa por Água no Campo Brasileiro (2011 - 2020)

A água tem sido colocada como umas das questões centrais para a sociedade no século XXI. A perspectiva da escassez absoluta e relativa da água, agravadas na atualidade, desmistifica o entendimento desta como recurso renovável e revaloriza suas acepções estratégica e monetária junto aos Estados e corporações. Os agentes capitalistas vêm de maneira indiscriminada se apropriando e comercializando a água, tornando-a mercadoria no processo de acumulação primitiva (Marx, 2011), ou por espoliação (Harvey, 2004). Um marco da crescente mercantilização, agora financeirizada, foi em 2020, quando se comercializou a água pela primeira vez como commodity na bolsa de futuros Nasdaq, nos Estados Unidos da América – Nasdaq Velez Califórnia Water Index (Alvaréz, 2020).

Por um lado, a água serve ao consumo direto, para beber ou suprir as necessidades cotidianas da vida dos indivíduos; ainda abriga os alimentos pesqueiros, fluviais e marinhos; serve de via de transporte para cidades e co-

munidades ribeirinhas; e funciona como espaço de lazer/cênico (Francalanza, 2005). Por outro lado, consolidou-se como matéria-prima indispensável na produção agropecuária e industrial de grande escala; gera energia elétrica por sua força motriz; consiste na principal rota de circulação das mercadorias no mercado global; e é utilizada como depósito de despejo de rejeitos industriais, poluentes e esgoto urbano. Contudo, diferentemente dos outros bens naturais, a água é única e insubstituível, portanto, demandada por todos, seja para reprodução do capital ou para reprodução metabólica da vida.

Por isso, os conflitos e a busca pela segurança hídrica, pelo acesso à água para consumo ou para mercantilização vêm resultando em uma nova geografia e geopolítica da água, que coloca em xeque antigas relações de poder. “O controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessam ao conjunto de uma coletividade” (Raffestin, 1993, p. 231), sendo seu controle um poder social (Swyngedouw, 2006). Porto-Gonçalves (2008) apontou que estamos diante da “questão da água”. Uma nova questão que se soma e se mistura à questão urbana e agrária, já existente. O autor indica que os problemas são resultantes da desigual distribuição natural da água e das assimétricas relações sociais e de poder dos que se apropriam dela, entre áreas rurais e urbanas, ricos e pobres, centro e periferia, no interior das cidades, dentro de países ou entre países.

Os conflitos pela água ocorrem em decorrência da existência ou da possibilidade de “escassez” relativa ou absoluta, mas também quantitativa ou qualitativa (Assunção; Bursztyn, 2002). Como dito anteriormente, boa parte dos conflitos recentes foram travados em contexto de “escassez” relativa, não relacionada à ausência absoluta (física) de água. Pelo contrário, a água se encontra disponível no espaço, porém inacessível a determinados grupos sociais, em virtude da má distribuição espacial e social; ou do controle monopolista por outros grupos e instituições hegemônicas sobre o bem e/ou pelo domínio do território. Os conflitos são resultantes da exclusão e da má inclusão – física e econômica – de grupos sociais sem acesso aos mananciais; e em virtude do controle dos corpos hídricos que impedem o acesso ou outros tipos de usos, inclusive por razões relacionadas à degradação, poluição, contaminação e desastres sociotécnicos.

Podemos chamar de conflitos provocados pela “escassez” relativa aqueles gerados pelo controle territorial sobre espaços de captação e acesso aos corpos hídricos, como os deslocamentos compulsórios sofridos pelos atin-

gidos por barragens para instalação das usinas hidrelétricas; a apropriação de áreas para atividades econômicas – como a monocultura de camarão, a pesca industrial, o cultivo de eucalipto, as atividades de transporte, o turismo, a exploração mineral ou de petróleo –; ou as limitações e proibições impostas por leis e normas de poderes constituídos, que impossibilitam o acesso à água. A qualidade da água é um fator fundamental para definir os usos e seus possíveis modos de apropriação. Atividades econômicas, como a mineração e o agronegócio, capturam valor ao contaminarem os cursos d'água com seus rejeitos, sedimentos e agrotóxicos, transformando água limpa em água suja, inutilizando a água como recurso (valor de troca) para outros agentes econômicos e inviabilizando-a como valor de uso para outros grupos sociais.

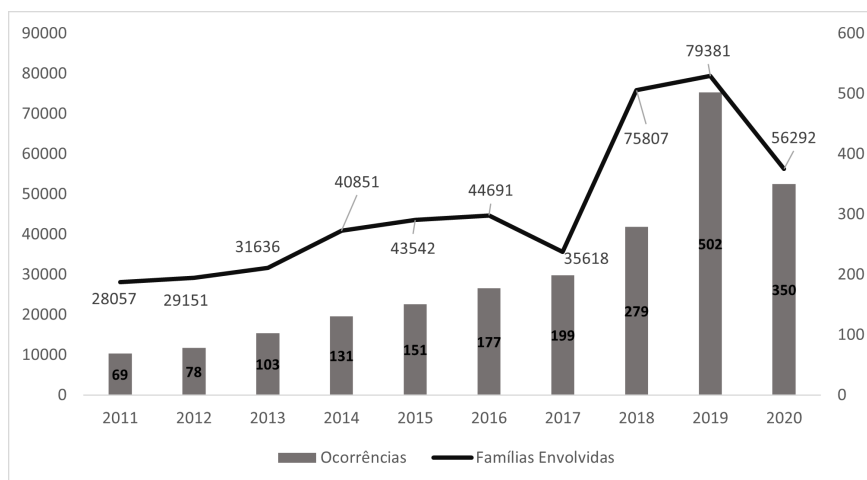
Diferentes tipos de conflitos em torno da escassez relativa e absoluta da água vêm sendo sistematicamente registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC) da CPT, os conflitos pela água no país, na última década, apresentaram uma curva ascendente, aumentando mais de sete vezes, com agravamento a partir de 2018. O campo brasileiro passou de 69 ocorrências, em 2011, para 502, em 2019, maior número contabilizado. Por mais que em 2020 tenha havido uma queda no total de ocorrências, o ano ainda é o segundo com mais conflitos pela água (350) e indica a manutenção da disputa por água como processo social contemporâneo da sociedade brasileira (gráfico 1).

Essa curva ascendente também identificado se analisado o quantitativo de pessoas envolvidas em conflitos pela água no campo (gráfico 1). Em 2011, foram contabilizadas 28.057 famílias envolvidas em conflitos; em 2019, esse valor praticamente triplicou, com 79.381 famílias. No período analisado, identificou-se um salto no envolvimento de mais famílias também a partir de 2018. O caráter crescente da curva, tanto de conflitos pela água como de famílias envolvidas, evidencia a importância de um olhar atento à questão da água no contexto atual do campo brasileiro. Afinal, a existência de conflitos indica tensões sobre a apropriação da água e seus usos, assim como desigualdades e violações de direito, principalmente, por agentes empresariais.

Devemos salientar que, em 2019, ocorreram dois eventos de grande magnitude, com forte caráter conflituoso: o derramamento de óleo no litoral brasileiro, em especial, na região Nordeste (Disner; Torres, 2020), e o desastre provocado pelo rompimento da barragem B1 da mineradora

Vale S.A (Silva *et al.*, 2020). Contudo, os dois eventos não podem ser vistos como acidentes ou ocorrências eventuais. Desastres sociotécnicos de grande magnitude e amplitude espacial têm sido recorrentes no cenário nacional e internacional, confirmando o padrão agressivo do neoextrativismo, com efeitos que perduram no tempo, com destaque para as atividades de petróleo e mineração.

Gráfico 1 - Conflitos pela Água no Campo Brasileiro: ocorrências e famílias envolvidas (2011 - 2020)



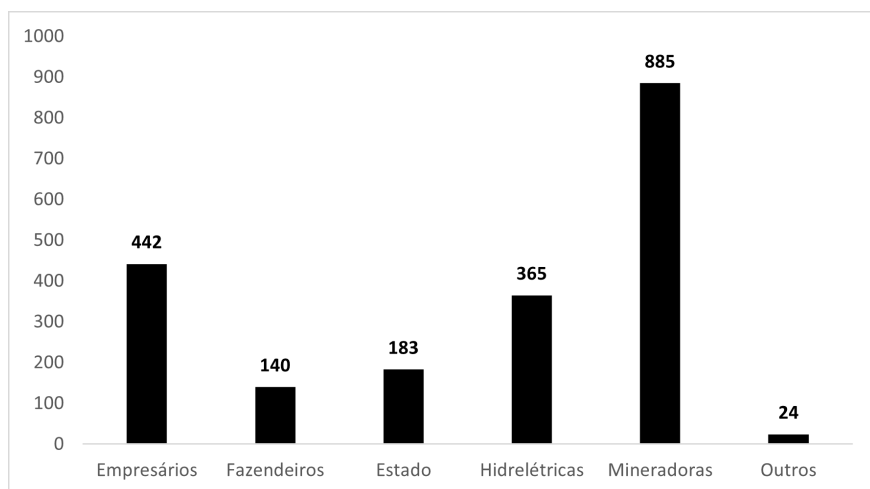
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

Principalmente por conta dos desastres sociotécnicos recentes e seus efeitos duradouros nos anos seguintes – o óleo no litoral no Nordeste (2019) e as tragédias no rio Doce (2015) e Paraopeba (2019), no Sudeste –, os mais de dois mil conflitos pela água no país se concentraram nessas duas regiões, 38% e 37%, respectivamente. Em seguida, vieram a região Norte (18%), onde se destaca o desastre provocado pela minerometalúrgica norueguesa Hydro Alunorte, em Barcarena-PA, Centro-Oeste (5%) e Sul (3%).

As mineradoras foram responsáveis por 43% dos conflitos, os empresários (entre os quais, as empresas petrolíferas), 22%, e as corporações de energia hidroelétrica, 18%. Além desses, o Estado (9%) e os fazendeiros (7%) completaram a lista de principais violadores em conflitos pela água. A maior parte das violações se dá por conta de poluição e destruição de mananciais (42%), pelo não cumprimento de procedimentos legais (26%) e na diminui-

ção do acesso à água (12%). No nordeste, em particular, região marcada historicamente pela distribuição desigual do acesso à água, destacam-se também os conflitos por diminuição e impedimento de acesso ao bem hídrico (Silveira; Silva, 2019), que corresponde a 30% das ocorrências regionais.

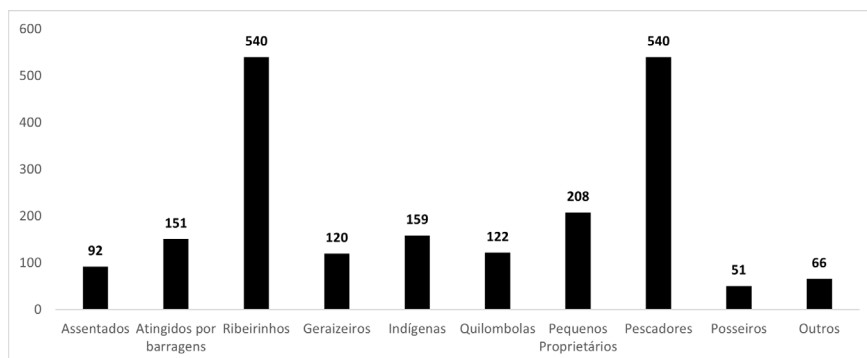
Gráficos 2 - Ocorrências de conflitos pela água no Brasil segundo as categorias sociais que causaram ações (2011 - 2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

Nos conflitos pela água, os sujeitos mais afetados foram pescadores e ribeirinhos, envolvidos em 26% das ocorrências cada um. Uma vez que os principais danos causados são a poluição e a destruição da qualidade das águas, populações ribeirinhas e de pescadores acabam perdendo suas condições de reprodução da vida e de sustento econômico. Tais grupos sociais apresentam relação simbiótica – materiais e simbólicas – com os rios, lagos e mares, sendo estes seus espaços de vida, de aquisição de alimento, de geração de renda, de sociabilização e de modo de vida, isto é, são territórios-água ou hidroterritórios (Gonçalves Torres; Vianna, 2008). Em menor proporção, mas não menos importante, pequenos proprietários rurais (10%), indígenas (8%), atingidos por barragem (7%), geraizeiros (6%) e assentados (5%) também aparecem entre os grupos que sofreram ações de violações no que concerne à disputa por água no campo. (gráfico 3).

Gráficos 3 - Ocorrências de Conflitos pela água por categoria social que sofreu ação no Brasil (2011 - 2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

Em 2020, as mineradoras se mantiveram como as principais causadoras de conflitos pela água, com 40% das ocorrências. O predomínio das mineradoras como as maiores deflagradoras de conflitos pela água no país ocorreu a partir de 2014, quando o setor suplantou o setor hidrelétrico, que até então configurava como maior causador de danos. A partir de 2015, com os desastres no rio Doce e no Paraopeba, as mineradoras assumiram isoladamente o ranking de mais conflituosas nas disputas pelos bens hídricos.

Ainda em 2020, o Estado brasileiro (governos municipais, estaduais e o federal), os empresários, as hidrelétricas e os fazendeiros também foram protagonistas de conflitos pela água (gráfico 4). A região Sudeste contabilizou 146 ocorrências de conflitos pela água, seguida pela região Nordeste (91), Norte (66), Centro-Oeste (36) e Sul (11). Os mesmos grupos sociais que figuravam entre os mais violados na última década também sofreram para acessar os bens hídricos em condições dignas. Ribeirinhos estiveram presentes em 81 ocorrências (23%) e pescadores, em 78 (22%), seguidos por indígenas (16%), atingidos por barragem (11%), pequenos proprietários (9%) e quilombolas (8%), em 2020.

Um ano de pandemia e a continuidade dos efeitos socioambientais provocados pelos grandes desastres de 2019 agravaram a situação de vida dos povos litorâneos durante a crise sanitária do coronavírus. O “Manifesto Mar de Luta: Justiça Social para os Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo”, de movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais e organizações ligadas às temáticas de direitos humanos e socioambientais, denunciou a conti-

nuidade da tragédia em nove estados do Nordeste e dois do Sudeste. Cerca de mil localidades e 500 mil pescadores e pescadoras tradicionais foram afetados pelo derramamento de petróleo. Os atingidos pelo petróleo reafirmaram a perda da renda familiar, a insuficiência dos dois salários mínimos de auxílio recebidos do governo federal, a exclusão de muitos pescadores (principalmente mulheres) para aquisição do auxílio, o prejuízo às condições de saúde e ainda a presença do material contaminante no fundo do mar e na forma de micropartículas. Diante da inação dos órgãos públicos, o movimento cobrou

dos poderes públicos (federal, estaduais e municipais) respostas, por meio de ações capazes de reduzir e enfrentar os efeitos nefastos desse crime ambiental sobre o ambiente e as comunidades pesqueiras artesanais, que tiveram seus dramas socioeconômicos oriundos do petróleo agravados ainda mais pela pandemia do novo Coronavírus (Comitê da Campanha Mar de Luta, 2020).

E destacou o caráter violento e extralegal das ações e dos ideários antidemocráticos e eco-etnocidas do governo federal (Wanderley; Milanez; Gonçalves, 2020), que não realizou um planejamento para combater o vazamento nem implementou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes com Óleo.

Isso comprova que a política de estado do (des)governo Bolsonaro para o meio ambiente é de destruição da natureza e de toda a vida que a circunda e a compõe, inclusive a humana, fato materializado pela presença de um ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que atua a todo momento para flexibilizar a legislação ambiental, omitindo diante de inúmeros crimes ambientais de toda ordem e, também, contra aqueles que dão suas vidas historicamente para a proteção de seus territórios (Comitê da Campanha Mar de Luta, 2020).

O movimento, deste modo, reivindicou a aplicação do Plano Nacional, a realização de pesquisas transparentes e autônomas sobre a contaminação, a execução de investigações para apuração dos responsáveis pelo crime, até hoje sem agente causador, e a proibição de novos poços de petróleo em alto-mar (Comitê da Campanha Mar de Luta, 2020). Após quatro anos do desastre no litoral brasileiro, ninguém foi punido e as perdas dos grupos mais pobres afetados não foram ressarcidas.

No caso do desastre da Vale S.A., no rio Paraopeba, persistiram os problemas no abastecimento, o fornecimento de água de má qualidade e de modo intermitente pela mineradora aos atingidos e a manutenção da contaminação do rio continuaram afetando ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas e outros grupos sociais (Trovão *et al.*, 2023; Melo; De Paula Me-

deiros; Teixeira, 2022). Somente em 2021, o governo estadual e as instituições de justiça firmaram um acordo com a mineradora para a reparação dos danos coletivos, ainda assim sem a participação dos atingidos e com diversos problemas relacionados pelos movimentos sociais, que recorreram, sem sucesso, ao Supremo Tribunal Federal (Passos, 2021).

Por fim, o conflito pela água, em 2020, resultou no massacre de quatro pessoas, um indígena e três ribeirinhos, no rio Abacaxi, municípios de Borba e Nova Olinda do Norte, no Amazonas. Segundo informações da CPT, o crime foi em decorrência do conflito entre ribeirinhos e indígenas, de um lado, policiais e pescadores esportivos ilegais, de outro, um grupo de traficantes. O imbróglio vem sendo denunciado por indígenas desde 2007 e representa uma marca da impunidade e inação do Estado brasileiro na proteção dos defensores da natureza.

Conflitos da mineração por água e terra no campo

A relevância de se tecer uma análise específica sobre o setor mineral (mineração industrial e garimpo) está na estreita relação que a atividade possui com a disputa, consumo e degradação das águas. Isto se deve ao fato de a extração de água ser considerada pela legislação brasileira uma atividade de mineração, mas também pelos efeitos diretos da extração mineral sobre rios, lagos, cursos d'água, nascentes e lençóis freáticos (Milanez, 2017). A água possui diversas funções no processo de extração mineral: na perfuração e escavação; no transporte de minérios em forma de polpa por meio de minerodutos; no beneficiamento e separação do minério; no controle da emissão de poeira na área de mina, no embarque e desembarque do minério, nas estradas de acesso às minas e no uso para os funcionários. Além disso, o aprofundamento da cava pode ser acompanhado pelo rebaixamento do nível do lençol freático, o que afeta de maneira decisiva a dinâmica hídrica superficial e subterrânea das regiões mineradas, muitas vezes reduzindo a disponibilidade de água (superficial e subterrânea), para o consumo da população local, urbana e rural, e prejudicando suas atividades produtivas, como a agricultura.

Uma característica da atividade mineradora que deve ser destacada é seu potencial poluidor das águas. Tal poluição pode ocorrer, majoritariamente, devido ao transbordamento e rompimentos de barragens de rejeitos, na descarga irregular de rejeitos e outros resíduos dos processos de beneficiamento dos mine-

rais, nos vazamentos de minerodutos ou por problemas nos trens e embarcações transportadoras de minério. Em geral, a poluição hídrica causada pelas mineradoras afeta grandes áreas e milhares de pessoas. A redução de sua disponibilidade e a sua contaminação degradam os ecossistemas, inviabilizam modos de vida e prejudicam as estruturas produtivas locais e regionais, além de colocar populações em grave ameaça alimentar e de saúde (Sant'Ana; Rigotto, 2021).

Entretanto, os complexos de mineração e suas ações de dilapidação dos bens comuns, ao se territorializarem, podem provocar reações por parte de grupos sociais atingidos (étnico-raciais, classe social e gênero), instaurando no enfrentamento, o que se convencionou chamar como conflitos socioambientais ou ambientais (Acselrad, 2014; Zhouri; Laschefski, 2010). Tais conflitos podem envolver pequenos proprietários rurais, povos indígenas, quilombolas, pescadores, populações tradicionais e moradores de pequenas, médias e até mesmo grandes cidades que disputam, com as mineradoras ou com os garimpos, as terras, a água e o ar em defesa das condições de manutenção da vida.

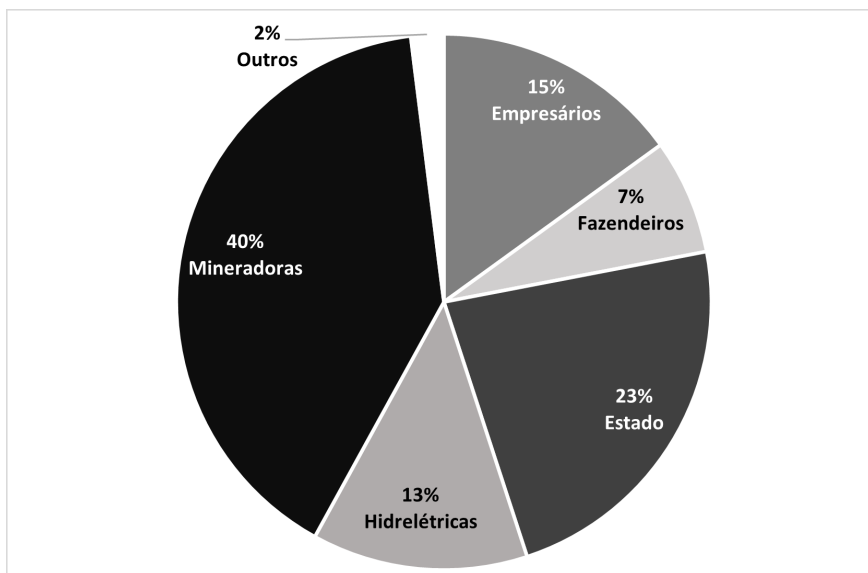
As estruturas do complexo de minerador que causam esses conflitos socioambientais podem ser as áreas de cava, as barragens de rejeitos, as pilhas de estéril, as ferrovias, os minerodutos, as usinas de transformação mineral, as metalúrgicas e siderúrgicas e os portos. Assim, os conflitos socioambientais decorrentes da mineração não ocorrem exclusivamente nos municípios onde são realizadas as extrações minerais, mas extrapolam tais limites, acompanhando o caminho percorrido pelos minérios até os pontos de escoamento para o mercado externo, ou seguem as rotas até as indústrias de transformação, quando atendem à demanda do mercado interno e à exportação de bens semitransformados (Milanez, 2017).

Uma analogia ilustrativa que demonstra a relação conflitiva da mineração na disputa por água no campo brasileiro se expressa no discurso de denúncia do Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM). O movimento defende que a famosa região do Quadrilátero Ferrífero, destacada historicamente pela intensa presença de minérios ferrosos e metálicos, deveria ser denominada de Quadrilátero Aquífero, por conta da intensa presença e importância da água sob a camada ferruginosa. A disputa semântica visa enfatizar a importância da preservação das águas em detrimento da exploração mineral na região e denunciar a perda dos bens hídricos diante da secular degradação provocada pela extração de minérios e da própria água em Minas Gerais (Souza, 2015).

A análise segmentada por mineração e água dos dados do CEDOC-CPT possibilita uma visão mais detalhada dos conflitos sociais gerados pela

atividade mineradora e quais grupos são mais afetados. Em 2020, as mineradoras – com destaque para as internacionais – foram o principal agente deflagrador de conflitos pela água no campo brasileiro, com 40,3% das ocorrências (139). Outros atores corporativos geradores de conflitos foram empresários e empresas hidrelétricas, envolvidas em 15% e 13% das ocorrências, respectivamente (53 e 46 casos). Devemos destacar também o papel do Estado no embate por água; sua atuação como agente causador de conflitos ocorreu em 23% dos casos, por meio de governos federal, estaduais, municipais ou outros agentes estatais. Por fim, os fazendeiros estiveram envolvidos em 6% das ocorrências com populações do campo e outros atores representaram 2%, como pescadores de grande porte e garimpeiros (gráfico 4).

Gráficos 4 - Ocorrências de conflitos pela água no Brasil segundo as categorias sociais que causaram ações (2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

Os conflitos gerados pela atuação das mineradoras e dos garimpeiros têm se expressado tanto na dimensão da terra, como na apropriação da água, como já se discutiu anteriormente (Wanderley; Gonçalves, 2019). Deste modo, entre 2011 e 2020, 58% das ocorrências ligadas às atividades de mineração (893) foram causadas pela disputa por bens hídricos e 42% (650) por

embates por terra. O gráfico 5 mostra que até 2014 havia uma predominância dos conflitos por terra envolvendo o setor mineral. A partir de 2017, o padrão se tornou a prevalência dos conflitos pela água, chegando a representar o dobro das ocorrências de disputa por terra em 2018 e 2019.

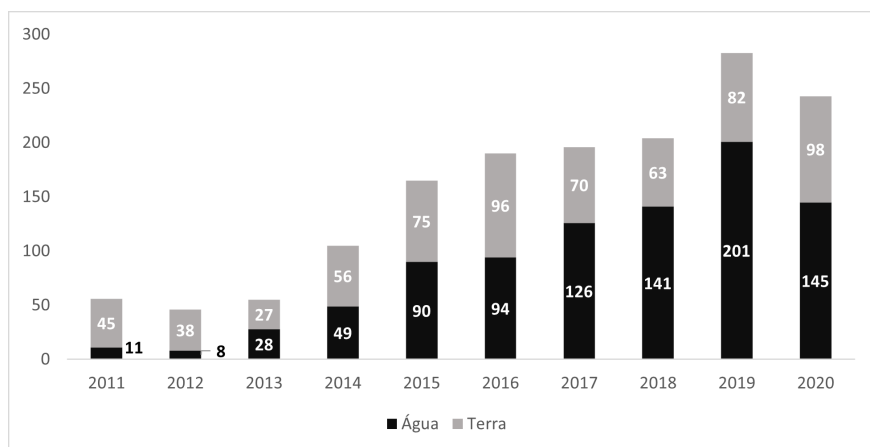
A curva dos conflitos deflagrados por mineradoras e garimpeiros vem sendo ascendente, com pico em 2019, quando foram registradas 283 ocorrências. Destas, 201 se deram em conflitos por água e 82, em conflitos por terra. O ano de 2020 foi o segundo com mais conflitos na última década, contabilizando 243 ocorrências de conflitos envolvendo a mineração – 145 em conflitos por água e 98 em conflitos por terra. A partir de 2015, o número de conflitos permaneceu acima da média anual de 154,3 ocorrências por ano.

O crescimento acelerado, que fez o número de conflitos mais que quintuplicar em menos de uma década, tem dois fatores primordiais. O primeiro se deve aos recentes desastres e danos de grande amplitude na mineração: Samarco/ Vale S.A./ BHP Billiton, a partir de 2015, em Minas Gerais e Espírito Santo; Hydro Alunorte, a partir de 2018, em Barcarena, no Pará; e novamente Vale S.A., a partir de 2019, no rio Paraopeba, também em Minas Gerais. Em Minas Gerais, ambas as tragédias provocaram mortes, soterramento de casas e a perda dos rios como abastecimento e fonte de renda familiar (Mansur *et al.*, 2016; Milanez; Fellipe, 2021). Os efeitos sobre os cursos d'água também foram vistos de maneira preocupante em Barcarena (Castro; Carmo, 2019).

O segundo fator, que contém relação com o primeiro, consiste na maior percepção da sociedade sobre os riscos e danos provocados pela mineração. Os desastres, que tiveram visibilidade nacional e internacional, colocaram em alerta as comunidades no entorno mineral de todo o país e incrementaram as ações de resistência aos projetos mineradores. Surgiram também organizações ambientalistas e de direitos humanos com foco da crítica ao modelo mineral brasileiro e em defesa dos direitos das populações atingidas (Magno, 2015). Há ainda uma ascensão dos movimentos sociais de luta diante da mineração em escala nacional, a partir de 2010 (Lyra, 2016; Wanderley; Gonçalves, 2019): o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração; a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAV); o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Rede Igrejas e Mineração; e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que assumiu as barragens de mineração como problema social.

Os conflitos envolvendo a mineração contêm uma distribuição espacial concentrada em Minas Gerais, que contabilizou 37% das ocorrências na segunda década do século XXI. A forte expressão da violência extrativa sobre o território mineiro está relacionada aos dois maiores desastres recentes, a emergência de movimentos de embate à mineração e ao histórico violento das corporações do setor, que vêm por mais de um século avançando sobre as terras e águas do estado (Jorge *et al.*, 2020). Por conta do desastre no rio Doce, o Espírito Santo conta com 6% das ocorrências. A Bahia, com a importante atuação da CPT e do MAM e por atuar como frente de expansão mineral, corresponde a 21% das ocorrências de conflitos (Montalvão; Moreira; Nunes, 2020). Já o Pará, com 12%, e o Maranhão, com 11%, abrigam o Grande Projeto Carajás, que tem sido o principal eixo de expansão da mineração industrial na região amazônica e do país, com inúmeros projetos da Vale S.A. e com fortes efeitos sobre a terra e a água ao longo do complexo mineral, de Carajás ao porto de São Luís, no Maranhão (Malheiro, 2019; Wanderley, Coelho, 2021). Acrescenta-se ainda o desastre da Hydro em Barcarena, que afetou dezenas de comunidades ribeirinhas e quilombolas no Pará. Parte desses conflitos, principalmente no Maranhão e no Espírito Santo, mas também em Minas Gerais e Pará, deve-se à presença de infraestruturas de transporte dos minérios que compõem o complexo – ferrovias, minerodutos e portos.

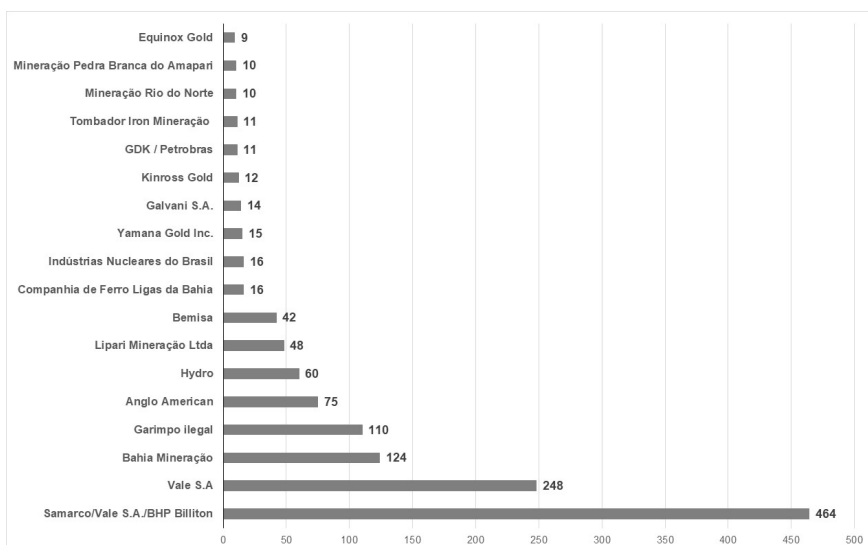
Gráfico 5 - Conflitos por Mineração no Brasil por tipo de conflito (2011 - 2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

Ao longo do período analisado, as mineradoras internacionais, com investidores estrangeiros, passaram de 5 conflitos, em 2011, para 158, em 2020, tornando-se as maiores violadoras socioambientais dos conflitos ligados à mineração. Mineradoras como Samarco/Vale/BHP Billiton (30%), Vale S/A (16%), Bahia Mineração (BAMIN) (8%), Anglo American (5%), Hydro (4%), entre outras, estão envolvidas na maioria dos conflitos decorrentes da mineração, o que demonstra o perfil violento do capital mineral transnacional (gráfico 6). Contudo, no total geral, as mineradoras nacionais, de diferentes portes (pequenas, médias e grandes), ainda aparecem com maior frequência, em 47,9% das ocorrências, acompanhadas pelas mineradoras internacionais (44,9%) e pelos garimpeiros (7% e 110 ocorrências). Os garimpeiros vêm se tornando mais frequentes nos conflitos no campo, em especial em embates com indígenas. Desde o início do governo Bolsonaro, as ocorrências envolvendo garimpeiros subiram de 9, em 2018, para 40, em 2020. Isso demonstra o agravamento das ações de invasão de garimpeiros, sobretudo aqueles com maquinários de grande porte e elevado valor, em territórios proibidos de minerar – Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Amazônia.

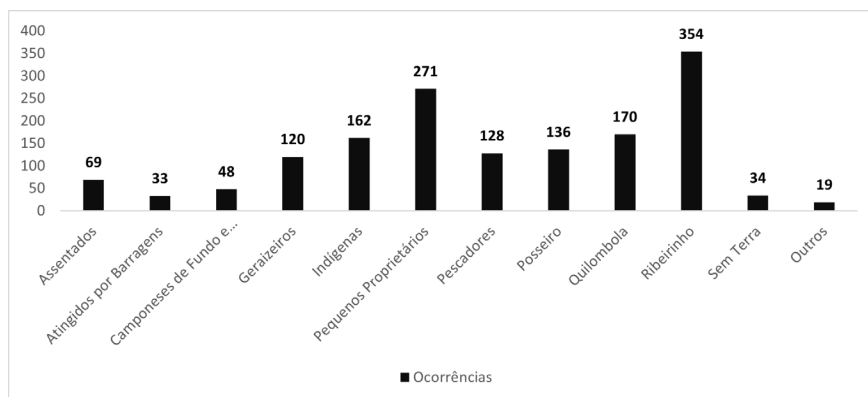
Gráfico 6 - Principais Mineradoras envolvidas em Ocorrências (2011 - 2020)



Fonte: Construído a partir dos dados da CEDOC Dom Tomás Balduino.

A mineração gera danos a diferentes grupos sociais no campo brasileiro. É difícil destacar um ou mais grupos específicos que mais sofrem com a atividade mineral. Dos grupos mais afetados, os ribeirinhos (23%) e os pequenos proprietários (18%) apareceram como as primeiras categorias em ocorrências, entre 2011 a 2020. Quilombolas e indígenas também sofreram com o avanço violento da mineração, 11% e 10%, respectivamente, assim como outros povos tradicionais, como pescadores, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto e posseiros (gráfico 7). Ou seja, a mineração vem deixando marcas da sua exploração em diferentes grupos sociais do campo.

Gráfico 7 - Ocorrências de Conflitos por Mineração segundo as categorias sociais que sofreram ações de violência (2011 - 2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

Considerações finais

Podemos destacar que a recente trajetória da economia brasileira vem sendo pautada pelo neoextrativismo do agro-hidro-minero-petro-negócio e seu componente de expropriação e apropriação da terra, água, ar, subsolo e trabalho. Neste processo destrutivo e de pilhagem da natureza, transfere-se sistematicamente a riqueza das periferias de recurso aos centros de acumulação de capital, China, Estados Unidos da América e Europa. Deixam-se nos territórios extraídos os danos sociais e ambientais, mais sentido por pequenos agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, geraizeiros, sem terras, entre outras populações, em especial, tradicionais, como indicaram os dados coletados pela CPT, entre 2011 e 2020.

As relações decorrentes da expansão do neoextrativismo, no Brasil, expressam-se em conflitos sociais compostos por esses grupos afetados, movimentos sociais e outras organizações, de um lado; e do outro, as corporações e suas organizações representativas, além de setores do Estado, com seu poder repressivo. A disputa pelo usufruto da água e das terras orienta esses conflitos. As empresas mineradoras ocupam um crescente papel de agente gerador de conflitividade, junto ainda a grandes fazendeiros, hidrelétricas, garimpeiros, empresários de forma geral e a atuação do Estado.

Não à toa, as empresas mineradoras passaram a capitanear esse processo. Considerando o aparato legislativo-institucional da atividade; as crescentes flexibilizações nos licenciamentos dos projetos minerários; a atuação do governo federal a favor das empresas e do garimpo; a dinâmica operacional da mineração ditada pelo progressivo aumento da produção e pelos preços dos minerais no mercado internacional; os incentivos dados por isenções e benefícios fiscais; as assimetrias no sistema jurídico em favor das empresas; já era de se esperar a centralidade das mineradoras nas violações aos direitos dos povos do campo. Neste aspecto, como vimos, as principais mineradoras transnacionais operando no Brasil se destacam: Samarco (joint-venture Vale S.A. e BHP Billiton); Vale S.A, Anglo America, Hydro etc.

Uma última reflexão acerca dos conflitos sociais gerados pela expansão do neoextrativismo no Brasil é de que parece se tratar de uma forma de apropriação capitalista dos bens naturais e do trabalho própria da periferia e semiperiferia global. E ainda, que se vale de formas mais intensas de exploração do trabalho e da natureza, o que causa evidentes contradições, gerando tragédias em larga escala e deflagrando resistências e conflitos sociais.

Referências

ACSELRAD, H. *et al.* **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume Dumará, 2014.

ALVARÉZ, C. O que significa a água começar a ser cotizada no mercado de futuros de Wall Street? **El País**. Publicado em 09/12/2020.

ASSUNÇÃO, F.; BURSZTYN, M. Conflitos pelo uso dos recursos hídricos. *In*: THEODORO, Suzi (Org.). **Conflitos e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, E.; CARMO, E. D. **Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DISNER, G. R; TORRES, M. The environmental impacts of 2019 oil spill on the Brazilian coast: Overview. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 15, p. 193-209, 30 abr. 2020

FRACALANZA, A. Água: De elemento natural a mercadoria. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, p. 21-36 dez. 2005.

GONÇALVES TORRES, A. T; VIANNA, P. Hidroterritórios a Influência dos Recursos Hídricos nos Territórios do Semi-árido Nordeste. **Revista Terra Livre**, v. 2, n. 31, p. 145-162, 2008.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

JORGE, D; OLIVEIRA, M. P; SILVA, S; SOUSA, V. poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por desastres criados em Fundão e no Córrego do Feijão. *In: ALVES, M; CARNEIRO, K; SOUZA, T; TROCATE, C; ZONTA, M. (Orgs.). Mineração: realidades e resistências*. São paulo: Expressão popular, 2020.

LYRA, M. The beginnings of the anti-mining movement in Brazil. *Peace Review*, v. 28, n. 1, p. 38-45, 2016.

MAGNO, Lucas. Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais. **Revista Geografias**, p. 84-107, 2015.

MALHEIRO, B. C. **O que Vale em Carajás?: Geografias de exceção e r- existências pelos caminhos do ferro na Amazônia**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – UFF, Niterói, 2019.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. D.; PINTO, R. G.; GONÇALVES, R. J. A. F.; COELHO, T. P. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. *In: TROCATE, M. Z. C. (Org.) Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016. p. 17-49.

MARX, K. **O capital, livro 1: O processo de produção do capital**. 24. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MELO, T. L.; DE PAULA MEDEIROS, R.; TEIXEIRA, R. Quando o rio não VALE mais: o dilema de comunidades às margens do rio Paraopeba após o desastre em Brumadinho. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, 2022.

MILANEZ, B.; FELIPPE, M. F., Eds. **Minas esgotada: antecedentes e impactos do desastre da Vale na Bacia do Paraopeba**. Juiz de Fora: Editora UFJFed. 2021.

MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, v. 16, p. 93-101, 2017

MILANEZ, B.; SANTOS, R. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, p. 119-148, 2013.

MONTALVÃO, P. H.; MOREIRA, P.; NUNES, R. P. O processo de territorialização da mineração no estado da Bahia: conflitos e resistências em defesa do território. *In*: ALVES, M; CARNEIRO, K; SOUZA, T; TROCATE, C; ZONTA, M. (Orgs.). **Mineração: realidades e resistências**. São paulo: Expressão popular, 2020.

PASSO, G. Movimentos sociais, PT e PSOL pedem no STF suspensão de acordo da Vale. **Agência Brasil EBC**. Publicado em 10/02/2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina**. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2008. Disponível: www.geopolitica.ws. Acesso em 20 de nov. de 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANT'ANA, H.; RIGOTTO, R. **Ninguém bebe minério: água e povo versus mineração**. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, M; FREITAS, C; XAVIER, D.R.; ROMÃO, A.. Sobreposição de riscos e impactos no desastre da Vale em Brumadinho. **Ciência Cultura**, v. 72, n. 2, abr./jun., p. 21-28, 2020.

SILVEIRA, S. M.; SILVA, M. G. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Rev. Katálysis**, Florianópolis v. 22, n. 2, May/Aug. 2019.

SOUZA, C. H. C. **O “Espaço da Resistência” na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária Utopia**. Tese (Doutorado) – Escola de Arquitetura da UFGM, 2015.

SWYNGEDOUW, E. **Power, water and money: Exploring the Nexus**. Oxford: United Nations Human Development Report, United Nations Development Programme. Background Paper, February, 2006.

TROVÃO, N.; NEVES-SILVA, P.; PINHEIRO, L. C.; PEIXOTO, S. V.; HELLER, L. Alterações no acesso à água e na incidência de doenças de veiculação hídrica após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, 2023.

VALVERDE R.; OLIVEIRA, R. Primarização da Pauta de Exportações, Desindustrialização e Doença Holandesa no Brasil. Code 2011. *In*: I CIRCUITO DE DEBATE ACADÊMICO, 2012. **Anais...** [S. l]: IPEA, 2012.

VITTE, C. Neoextrativismo e o Uso de Recursos Naturais na América Latina: Notas Introdutórias sobre Conflitos e Impactos Socioambientais. **Conexão Política**, v. 9, n. 1, p. 167-194, 2020.

WANDERLEY, L. J.; LEÃO, P; COELHO, T. P. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2, p. 172-171, 2020.

WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R. J.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, v. 16, n. 29, p. 549-593, 2020.

WANDERLEY, L.; COELHO, T. P. **Quatro Décadas do Projeto Grande Carajás: Fraturas do Modelo Mineral Desigual na Amazônia**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R. J. Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 132-141, 2019.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG, 2010.

Encruzas amazônicas¹

ROGERIO ALMEIDA²

O vocábulo *estranho* é classificado como adjetivo, o que define um ser excêntrico, extraordinário, fora do comum ou o que provoca espanto, singular; e, ainda, aquilo que apresenta mistério ou enigmático. Assim soa(m) a(s) Amazônia(s) para a maioria dos habitantes da própria região, ou mesmo fora dela, uma estranha, um enigma ou algo recorrentemente enquadrado como exótico.

O exótico tem sido a janela preferencial pela qual os meios de comunicação, a cada semana, anunciam uma expedição, apresentam, aos olhos dos incautos, algum recôndito lugar amazônico “nunca dantes navegado”, via de regra, a consagrar estereótipos. Noutro ponto, nos reclames de peças publicitárias, a praxe é representar a região por meio da floresta e animais, com proeminência máxima de onças e araras, e manter as gentes e seus territórios diversos como sujeito oculto.

No percurso histórico do campo simbólico sobre o enquadramento da região, despontam classificações que transitam entre ser o paraíso, o inferno, o eldorado e um vazio de gentes. Ocorre que o “vazio”, há milênios, abriga gentes cheias de saberes e manhas ancestrais em manejar as riquezas que a terra, as ilhas, a biodiversidade, a floresta e os rios possibilitam. Está escrito na Caverna da Pedra pintada, no município de Monte Alegre, há pelo menos 11 mil anos, no Baixo Amazonas. Nestas paragens, sítios arqueológicos abundam, bem antes de Colombo.

O discurso de vazio, em certa medida, justifica-se pela estonteante reserva de estoque de riquezas, que, devido ao xadrez geopolítico, tende a consagrar a região como um “almoxarifado” para atender às demandas e inte-

¹ Agradeço à bióloga Heloisa Aquino e ao filósofo Charles Trocate pelos comentários, considerações sugeridas para a construção do presente texto, e ao encorajamento em torná-lo público; bem como à Fabíola Pinheiro pelas revisões e correções de imprecisões. O trabalho foi produzido para a mesa “Território, conflitos e as fronteiras do capital: Brasil e América Latina no século XXI”, da agenda do XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), ocorrido em Belém, entre os dias 08 a 11 de dezembro de 2022.

² Educador na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), anima a experiência de ensino, pesquisa e extensão sobre a Luta pela terra na Amazônia. Em 2022, o projeto lançou o livro (livre acesso) *Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!*

resses tanto externos quanto internos; a ratificar a condição colonial da região, a eterna fronteira a ser incorporada aos circuitos da economia global, que a todo espaço mercantiliza. Fagocita. Uma integração subordinada. Uma entrada pela porta de serviço, ombreada por frações de classe nacional amparadas em privilégios e desprovidas de sentimento pátrio.

Natureza, sociedade, diversidade e heterogeneidade afrontam o imperativo do capital, em que tem predominado o saque, a pilhagem, a rapinagem, a primitiva acumulação e suas atualizações conceituais. Iniquidades permanentes, desde tempos imemoriais, idos do século XVI. Há quem prefira o século XIX, quando do *boom* da borracha. Gula capital sobre o espaço sem cessar, onde, na quadra do tempo, quando da ditadura empresarial-militar, deu-se a grande inflexão da conformação espacial, quando o rio deixou de ser o vetor principal de colonização.

As rodovias, como recurso da integração física, foi a opção. Subordinação ao interesse internacional, precedida por políticas de Vargas e JK. Sobreposições temporais sobre as sociedades locais, ato imposto a partir do veio ideológico da Doutrina de Segurança Nacional. Uma marcha à ré, a exaltar o discurso de vazio demográfico em políticas, programas e planos de desenvolvimento. Cartografias senhoriais. O território “vazio de gentes” autoriza a subordinação, a modernização conservadora. Sem terra, sem florestas e rios, não há vida. Sem terra, sem florestas e rios, não há gentes e encantados.

O vazio, há milênios, está cheio de gentes. Faz-se necessário ratificar. Gentes a manejar as riquezas da úmida e biodiversa floresta tropical, a se reproduzir econômica, política, social e culturalmente. Bajasas em riomares sem fim. Sabenças na seleção da madeira mais adequada para a edificação de embarcações ou casas, matemática para medir a quantidade de gente exata a navegar nas naus; teimar na contracorrente da modernização colonial. Canções, poesia, mandingas, bençãos, unguentos, banhos de ervas para purificação, festivais da roça, dos rios, dos riomares, tambores em comunicação com os encantados. Laroyê, Exu!

Apesar da assimetria entre os sujeitos que disputam o território e a construção de sentidos sobre a Amazônia, os historicamente colocados em condição de subalternização edificam processos de organização, enfrentamento e ocupação no cenário político e em defesa de seus direitos de posse e uso da terra, da floresta, do subsolo e dos rios. Assim, erguem barricadas de r-existência em diferentes campos: política, educação, cultura, cooperação, produção

e afetos. Forjam escolas, organizam romarias, marchas, confrontam cercas de terras griladas, fazem canções, cordéis, jornais, poesia, filmes, festivais, ocupam universidades, e até semeiam livros. Livros à mão cheia.

A(s) Amazônia(s) é(são) um grande grilo? Fronteira capital. Riomares de migrações. Gentes. Front de vida. Front de morte. Front reserva de riqueza para o futuro, espaço híbrido, contraditório e de conflitos latentes. Front em permanente mutação. Frente pioneira. Frente de expansão concomitantemente a germinar situações de conflitos, a privar os viventes de cá, da possibilidade de reprodução, expropriação. Privar é a ordem, jogo combinado entre frações de classe, a contar com as bençãos/anuências do Estado autoritário e racista, que desregulamenta, flexibiliza, financia e induz. Estica, modela e castiga. Capturado. Interesses capitais.

“Segurança jurídica” invoca o capital. Li no jornal. Propriedade privada. Concentração da terra, barramentos de rios para gerar energia ou acudir lavouras, tombamento de floresta para hospedar monocultivos, a pecuária extensiva ou obras de infraestrutura. Homogeneizar é a ordem do dia. Todo dia. Permanências coloniais. Privar é a bandeira. Os tentáculos almejam para além da terra, subsolo, biodiversidade, água, sabenças, plantas, beleza cênica, carbono, nossa guerra, nossa paz. Em contraponto, os excluídos do banquete remam contra a corrente. Insubordinar é preciso!

Por uma vida plena, sob critérios de classe, etnia, raça e gênero. Bem viver é um dos horizontes utópicos, assim como a agenda do Movimento pela Soberania da Mineração (MAM), a almejar uma outra mineração, a somar com a experiência da agroecologia, por uma terra sem veneno, defesa e garantia dos territórios e outros possíveis devires. “Nada sobre nós sem nós”. Palavra de ordem. Escalares interesses de sujeitos díspares. Sulamericana, global. Jaz a Amazônia como quebrada local? Benedicto, o Monteiro, rebento das águas das barrancas de Alenquer, intérprete de elevada estatura sobre a Amazônia, lá pelos idos de 1970, indagava: a Amazônia é o local onde a humanidade pode ainda tentar uma nova experiência de vida?

Há sabença na quebrada sobre reflexões densas em pulsão poética e filosófica para além dos muros e ritos acadêmicos, por entre praças, furos, rios e florestas. O educador, poeta, cordelista, trovador e contador de história Antonio Juraci Siqueira, que corre Belém em dias de feira e fins de semana, em panfleto poético batizado de Kararaô e outros poemas, sobre a saga amazônica e seus povos, dispara:

Em cada rosto caboclo
existe um índio escondido
enclausurado em si mesmo,
discriminado, oprimido
escravo em sua própria terra
trazendo o grito de guerra
no coração reprimido

Eu sou a voz desse índio:
- a flecha, a lança, a borduna...
Sou peixe na piracema,
límo de várzea, boiúna,
tronco do rio submerso
e, se me desfaço em verso,
sou arma, pão e tribuna!

Meu cantar é berço e tumba
é pedra, rosa e punhal,
é chuva regando a terra,
é fogo no matagal:
- alerta, instiga e provoca
com fúria de pororoca,
força de vento geral!

Outro cabra sabido da cultura popular destas terras é o senhor Francisco Walter Pinheiro Gomes. Andante das bandas de Quixadá/CE. Autodenominado de Ceará do Pará. Trabalhador rural, dirigente sindical lá pelas barrancas de Santa Maria das Barreiras, sul do Pará, estudante do curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e cordelista. Em sua interpretação sobre a hegemonia do capital a partir da mineradora Vale, em Carajás, e a expropriação que ela provoca, assim analisa:

O império da Vale avançou para a floresta
Escavando e pesquisando
Aquilo que ainda resta,
De riquezas em nossas terras,
Veja se esta história presta!

Expulsaram na força bruta,
Os pobres e os camponês,
Comprando por micharia a terra por sua vez
Dizendo-o, o subsolo não pertence a vocês

Em outra obra cordelista, que trata sobre a destruição da Amazônia, por conta da sanha desenvolvimentista assentada na grande propriedade privada, voltada para a pecuária extensiva, e a integração física a partir das rodovias dos tempos da ditadura empresarial-militar, assim Ceará do Pará versa:

Foram expulsos da terra
por esta especulação
das terras da rodovia
para fundar as cidades
e os nossos camponês
ficar sem propriedade

Com mão de obra farta
foi fácil para os barões,
entrar derrubando a mata,
com gesto de escravidão
que foi este o grande mal
de toda região

As matas foram caindo
batendo as ramas no chão
de longe se ouvia o gemido
daquela destruição
no lugar das grandes matas
hoje tem branquiarão.

Por sua vez, o filósofo, poeta e autodidata Charles Trocate (2002), em
livro *Poemas de Barricada*, sobre os combates na fronteira, reflete:

É certo punir a fome
E não as bocas
Que dela sentem.
É certo cavar-lhe o poço
Para alcançar água quem
dela tem sede
E não cravar-lhes a morte!

É certo devolver a terra
aos que dela são todos
Descolonizar o arado
Devolver-lhes as plantações
E não perseguir
As colheitas!

É certo os despossuídos
Armados de coragem
Desobedecer às
Leis de oprimir!
Provocar uma ceia de fartura
E combates
preciosos....

Em outra trincheira, o dirigente sindical e lavrador Expedito Ribeiro precedeu a todos. Mineiro de Valadares/MG, encontrou em Rio Maria,

sul paraense, um punhado de terra e, em seguida, a morte. Pistolagem da UDR. Caiado chão de sangue lavrador. A cidade entrou para o mapa do Brasil e além-fronteira por conta de assassinatos de líderes sindicais na década de 1980, em particular, da família Canuto. Ribeiro tinha consciência de classe e do risco que corria em assumir o Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria. Temor que materializou em poesia. O livro é póstumo, onde consta:

Cova funda neste leito
cova que ele quer
eu não te quero
cova de cemitério.
Cova que quer do mundo dos vivos
de que tu queres engolir
para depois engolir
cova do medo
eu tenho medo de ti.

No teu fundo só os restos mortais
daqueles que partiram e não vejo mais
só cruzeiros e longe tens como sinais
corpos decompostos
sem impressões digitais

Por esta passarela de tristeza
onde todos vêm dormir com certeza
nesta cova fria dormem muitos
e apesar do medo, cova do medo,
vou ter que deitar em ti.

Por seu turno, Júlia Iara (2022, p. 775), militante do MST do Maranhão, quando da passagem de 21 anos do Massacre de Eldorado, em 2017, em ato em defesa da memória pelos que tombaram na Curva do S, e a constante presença da ameaça de morte, assim versou em sua prosa batizada “Como muralhas”:

Nós permanecemos, cinquenta como um corpo único, fortaleza, até o fim do ato. Os cinco dirigentes com a tarefa das falas estratégicas fizeram as denúncias combinadas, com fúria renovada e a coragem de sempre. Improvisamos mais coros provocadores. E no fim, uma saraivada de gritos de guerra. Nós ali, de peito aberto para o perigo, protegendo-nos uns aos outros, resistimos e vencemos o medo. Quem não vive na Amazônia não sabe como o perigo nasce e descamba com o sol e vem ainda com a noite, cotidianamente.

Interrogar é preciso! Viver... Em que veio/vereda do(s) conhecimento(s) embriagar-se para compreender a quebrada amazônica? Perifa/Centro

em constante tensão da expansão do capital, a reconfigurar os espaços em sentido de incorporar a fatia ainda não integrada à roleta russa global. Um drama/trama do des-envolvimento imposto, aos moldes dos escrevinhamentos de Porto Gonçalves (2020), quando ele revisa a dinâmica da conformação das feições territoriais nacionais. Violências em transbordamentos em todas as esferas e latitudes, e, na maioria das vezes, de forma conjugada: público/privado. Convergências entre o ilícito/lícito, ilegal/legal. Violências naturalizadas.

Subordinações. Em suas inquietações no campo da geopolítica para a Amazônia, o professor Wanderley Messias da Costa sinaliza o projeto Marcha para o Oeste sob a batuta de Getúlio Vargas, idos de 1930, como uma espécie de marco do planejamento geopolítico na história recente do país, seguido pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek, na década de 1950. Neste mesmo conjunto, são referências ainda os tratados sistematizados pelos militares Golbery do Couto e Silva e Meira Matos, no arcabouço da Escola Superior de Guerra (ESG)³, esta última responsável pela estruturação da Doutrina de Segurança Nacional. Tais propostas forjadas sob os auspícios das teses da Aliança para o Progresso⁴, um marco do ambiente da Guerra Fria (Almeida, 2021).

Tempo, tempo, tempo, espaço-tempo. Nas derradeiras décadas do século XX e das iniciais do século XXI, o mundo embarca em uma era denominada de incertezas. A conjuntura confere às agências multilaterais e empresas transnacionais a hegemonia no processo de decisão, em detrimento do papel exercido pelo Estado, ainda que a este caiba a missão de desregulamentador

³ Destacam-se, no conjunto de ações, a Doutrina de Segurança Nacional, a marcha de forma sistemática da integração física da Amazônia, tendo como impulso demandas exógenas sob o mito do “vazio demográfico”, um processo “civilizatório cujo lema residia em “Integrar para Entregar”, bem como em “Terra sem Homens para Homens sem Terra”. A Instituição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a elaboração do Plano de Integração Nacional (PIN), que impõe o modal rodoviário (sentido Leste Oeste) como prioridade, os grandes projetos de polos (madeira, pecuária, energia e mineração), bem como projetos de colonização, e ao apagar o período do estado de implantação do Projeto Calha Norte, voltado para a região de fronteira com a Venezuela, Guianas e o Peru, expressam o contexto daquele momento (Gil, 2021).

⁴ Criada após o triunfo de Fidel Castro, em Cuba, em 1961, durante o governo de John Kennedy, a Aliança para o Progresso (AFP, sigla em inglês) tentou deter o avanço do ideário socialista no continente latino, bem como fomentar políticas de desenvolvimento e a redução das desigualdades com base em experiências dos planos New Deal (1930) e Marshall, do pós-2ª Guerra Mundial. Assim, apresentou um volume expressivo de políticas e programas para a América Latina. Foi até hoje a mais abrangente e ambiciosa iniciativa diplomática de cunho multilateral formulada pelos Estados Unidos para a América Latina. Em termo absoluto, o Brasil foi o país que mais recebeu recursos no continente. A Aliança no Brasil redundou no golpe civil-militar de 1964 e para a consolidação de um projeto desenvolvimentista liberal fortemente ancorado na lógica e em interesses do capital privado estadunidense. Com o mesmo viés, outras ditaduras foram instaladas na América Latina, com o apoio e intervenção explícita dos EUA. O governo Kennedy empenhou toda ordem de esforço em desestabilizar governos no continente latino, e em uma guerra de cunho cultural ideológica em oposição ao ideário comunista (Ioris; Mozer, 2019).

para facilitar o fluxo de capitais, agilizar privatizações, entre outras atribuições, como verificados no processo de implantação das políticas públicas voltadas para o setor de logística e infraestrutura no país, e, em particular, para a Pan-Amazônia. A escala agora é outra, continental (Almeida, 2021).

Nesta jornada pela manutenção do status quo, os anos da década de 1980 representam uma espécie de divisor de águas. É nele que é celebrado o Consenso de Washington⁵. O tratado edificou as bases do que ficou cristalizado como a nova ordem mundial. Soma-se ao triunfo do modo de produção capitalista, em escala mundial, o ocaso da experiência socialista na URSS e no Leste Europeu (Almeida, 2012).

Já, para o Hemisfério Sul, as transformações implicaram agenda marcada por privatizações, desregulamentação, uma nova divisão internacional do trabalho e projetos que buscam agilizar o acesso às riquezas locais, a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A IIRSA encarna uma história desenvolvimentista tantas vezes lida, onde temos grandes empreendimentos de infraestrutura concentradores de capitais em determinado espaço, incentivados pelo Estado autoritário, que articula interesses privados a partir de políticas de renúncia fiscal e creditícia. O acesso às terras fartas de fácil acesso (grilagem), continua a balizar as políticas de des-envolvimento para a região. Representa a manutenção de uma matriz colonial estruturada na concentração de grandes extensões de terra, monocultivos intensivos em uso de agrotóxico, voltados para o mercado externo, e, muitas vezes, a reeditar o trabalho escravo. Estas políticas são orientadas sob o diapasão do capital monopolista, promotor de formas de acumulação primitiva, como reflete, entre outros, José de Souza Martins em inúmeros tratados, em particular, no debate que empreende sobre a fronteira.

Para além da acumulação primitiva, os processos desenvolvimentistas impostos para a Amazônia edificam e mantêm padrões de poder e de hierarquias ancorados em critérios de raça, etnia, gênero e cor. Uma homologação

⁵ O Consenso de Washington, realizado em 1989, quando da reunião dos Estados Unidos com organismos financeiros privados e multilaterais, é colocado como um marco. Na reunião, especialistas sugerem um conjunto de medidas para as economias periféricas. As formulações elaboradas por um grupo de intelectuais foram sistematizadas por John Williamson, do *Institute for International Economics*, a serviço de instituições financeiras e do governo dos Estados Unidos. Essas formulações, que ficaram conhecidas como Consenso de Washington, originaram a cultura da subordinação do Estado ao Mercado. Entre as medidas, constavam: controle dos gastos, reforma tributária, abertura comercial, privatização de estatais, investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições, desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas, direito de propriedade (Cannabrava Filho, 2003). Chesnais (1996), Santos (2000) e Ianni (1995), entre outros, chamam a tal conjunto de medidas de políticas neoliberais.

das colunas estruturantes da colonização. Uma trajetória marcada por toda a ordem de violência, regida sob o signo do discurso modernizante e civilizatório de matriz eurocêntrica, como interpretam, entre outros, Quijano (2005), Porto Gonçalves (2017) e Cruz (2018). Conjunto de ideais denominado de colonialidade, a tensionar com a ortodoxia marxista.

Distensão. Uma pequena. O assassinato de Chico Mendes, no fim do ano 1988, e os anos iniciais da década de 1990, abriga a inflexão no que tange às disputas sobre as riquezas naturais. O viés ambientalista ocupa uma certa centralidade. Pela vez primeira, algumas políticas públicas são instituídas tendo como epicentro a Amazônia e os sujeitos que nela habitam. A reforma agrária da floresta coloca ao centro o ser humano. Nada de dicotomia. Os invisibilizados alcançam o status de sujeitos políticos. No meio do caminho, inúmeras mediações com outros sujeitos, dentro e fora do país.

As Resexs (Reservas Extrativistas) emergem como possibilidade em meio a um turbilhão de abissais reconfigurações no cenário mundial da economia, política e tecnologia, em uma conjuntura de implosão das fronteiras do espaço-tempo. Nova nuance do capital a partir de infovias. Financeirização. Capital, fronteira, espaço, cidadania, soberania, nação, trabalho. Tudo ressignificado. Novo mapa-múndi. Tudo pelos ares.

Ainda que os setores do campo popular tenham conseguido uma certa projeção como sujeitos políticos em escala nacional, o fato não impediu que a violência com relação à disputa pela terra recrudescesse. Na década regida pelas privatizações (Vale), a de 1990, é marcada por dois massacres de sem terras durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o de Corumbiara, em Rondônia (1995), e o de Eldorado dos Carajás (1996), no sudeste do Pará. Sanha neoliberal. A mesma década que implantou a renúncia fiscal com a criação da Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), a aprofundar ainda mais a condição colonial dos estados marcados pela exportação de *commodities*, a exemplo do Pará, que possui na extração de minério a centralidade de sua economia.

Assassinatos de dirigentes sindicais e de ambientalistas permanecem. Sublinho aqui a execução dos extrativistas Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo, na cidade de Nova Ipixuna, mortos em tocaia, em 2011. Morte anunciada. Em participação no evento TED Amazônia, José Cláudio havia tornado públicas as ameaças que vinha sofrendo. Tanto o nome dele quanto o da

companheira, Maria do Espírito Santo, constaram em relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como ameaçados pela grilagem. Todos sabiam das ameaças, até os carrapatos dos bois da terra grilada.

Já em maio de 2017, tem-se o Massacre de Pau D'arco, igualmente no estado do Pará. Obras das polícias Civil e Militar. Entre os 10 camponeses executados, cinco eram da mesma família. O crime ocorreu no mês dedicado às mães, assim como no caso do casal de extrativistas. Como em outros crimes relacionados à luta pela terra, o manto da impunidade impera. Permanências de horror e iniquidades. A ocupação da Amazônia é um riomar de sangue, onde os anos da década de 1980 possuem destaque. Tempo de UDR.

Permanece o enquadramento da região como almoxarifado, estoque de riquezas naturais. Corredores de circulação de matérias-primas (*commodities*) emergem como política desenvolvimentista em escala continental, agora a partir de eixos de integração, desde os anos de 1990. Saque, rapinagem, pilhagem. Totalidade contraditória: propriedade privada X territoriais ancestrais. O estado brasileiro, ao mesmo tempo que é signatário de tratados internacionais de defesa da biodiversidade, da cultura, da autonomia de decisão sobre os territórios ancestrais, como celebra na Convenção 169 da OIT e como estabelece o Decreto 6040/2007, exerce protagonismo na dinamização e viabilização da integração de infraestrutura regional sul-americana. A patrocina, onde o BNDES encarna a “vaca de divinas tetas”.

Grão em grão, o monocultivo, mineradoras e as necessárias obras de infraestrutura monopolizam o espaço e socializam toda ordem de danos. Bunge, Cargil, Amaggi, Dreyfus, Odebrecht, Vale, Imeris, Anglo American Brasil, Alcoa. Interesses transnacionais. Subsolo. A extração mineral faz par com o grão. Aprofundam-se as desigualdades no xadrez de assimetrias. Aquarela de obras de infraestrutura para sanar a demanda. Frações de classe em bloco. Blocos de classes em antagonismos.

Financiamento público. A sociedade nacional a financiar o saque, mesmo com a colaboração de fundos públicos da classe trabalhadora, como adverte Porto Gonçalves. Contradição de classe. Entre outras ações, barrar o rio é a regra. Represar o rio é barrar a vida. Planejamento e gestão do espaço em escala internacional. Sul-Americana. A pressionar territórios delimitados a partir das bandeiras populares.

O Baixo Amazonas, por exemplo, abriga um mosaico de Unidades de Conservação, a derradeira reserva de floresta do estado do Pará, repleta de gen-

tes, em variadas modalidades de uso, onde ocorrem Terras Indígenas, projetos de assentamentos de inúmeras modalidades, Resex, territórios quilombolas. Resultado de ação reativa do Estado após a execução da agente da CPT, Dorothy Stang, em 2005.

A mesma ação reativa do Estado sucedeu os massacres de camponeses nos anos de 1990 e consagrou a Amazônia como a que mais concentra projetos de assentamentos da reforma agrária (PA), destaque ao sudeste paraense, que abriga mais de 500 PAs. Front de vida. Front de morte. A partir dos massacres, o Estado passa a reconhecer, em massa, áreas ocupadas por camponeses, algumas há mais de duas décadas, em sobreposições territoriais, onde constam Unidade de Conservação, terra indígena, território quilombola, projeto de assentamento etc.

Amazônia, encruza de acumulação desigual de tempos, tão perifera/centro que mesmo o ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária) só teve como palco seu espaço, Belém, quase cinco décadas após a realização do primeiro, ocorrido em Salgado (SE), num distante 1978, apesar de a região encarnar um dos principais palcos/arenas de refregas agrárias e territoriais. Tempo, tempo, tempo. Espaço-tempo. Tenho dito. O trem – da Vale, o maior do mundo – a danar-se naquelas brenhas.... tanto queima, como atrasa. Apropria-se e expropria e, contraditoriamente, semeia sementes de resistências por entre os trilhos de um possível devir.

Referências

ALMEIDA, R. **Territorialização do Campesinato no Sudeste do Pará**. Belém: NAEA/UFGPA, 2012.

ALMEIDA, R. **Entre o Rio e o Asfalto**: as Disputas Territoriais nas Comunidades Quilombolas do Planalto Santareno, em Santarém/PA, no Contexto do Avanço do Grande Capital. 2021. 285 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.

CANNABRAVA, F. **América Latina Pós Consenso de Washington – compondo uma nova cultura**. São Paulo: Nova Sociedade Comunicação, São Paulo, 2003.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

COELHO, M. C. A CVRD e o Processo de (RE) Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). *In*: COELHO, M. C.; COTA, R. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFGPA/ NAEA, 1997, p. 51-78

CRUZ, V. C. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36.

GIL, Henrique. de Freitas. Chimenes. O Pensamento Geopolítico de Golbery do Couto e Silva e os Povos Tradicionais na Amazônia: uma Relação Tensa. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 1, n.º. 1, 2021, p. 120-140.

IANNI, o. A sgiaulo XXI, Humanas. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v-. 18, n.º 1/2, jun./dez., 1995.

IARA, J. Como muralha. In: ALMEIDA, R; SACRAMENTO, E. (Orgs.). **Luta pela terra na Amazônia**: mortos na luta pela terra. Vivos na luta pela terra! Santarém/PA: Ed. dos autores, 2022. p. 772-776.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PINHEIRO, F. V. **Impactos da Mineração**. Literatura de Cordel. Marabá: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

PINHEIRO, F. V. **Destruição da Amazônia**. Literatura de Cordel. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Marabá, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E (Org.). **En libro**: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Argentina: CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SIQUEIRA, A. J. **Kararaô e outros poemas**. Belém: Edições Papachibé, 1999.

TROCATE, Charles. **Poemas de Barricada**. Marabá/PA, 2002.

Formato:
16x23

Tipografia:
Adobe Garamond Pro
Anton
SUNDOWNERS

Papel:
Pólen Soft 80g



[3023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (01) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com